Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria - Seccional da Fazenda Nacional em Piracicaba-SP

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE RIO CLARO – SP

PROCESSO Nº	**0018357-41.2009.8.26.0510**
NATUREZA	**EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE	**UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADO	**LUDIVAL MÓVEIS LTDA**

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, por sua procuradora que esta subscreve, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar que promoveu a virtualização integral dos autos, nos termos do Comunicado CG nº 466/2020, e requerer o integral cumprimento do despacho de fls. 95.

Termos em que pede deferimento.

Piracicaba - SP, 10 de janeiro de 2021.

ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA
Procuradora da Fazenda Nacional

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código JTUHc2ve.

EXMO. SR. DR. JUIZ (A) DE DIREITO DA COMARCA DE RIO CLARO/SP

UNIAO, pessoa juridica de direito publico interno, com fundamento na Lei no. 6830, de 22 de setembro de 1980, vem, mui respeitosamente, por seu representante legal infra-assinado, propor a presente EXECUCAO FISCAL, para cobranca da divida no valor de R$ ********20.649.624,67(VINTE MILHOES, SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS. **) atualizada para o mes de 11/2009, conforme as anexas certidoes de Divida Ativa sob numero (s) 37.070.839-3,********** contra:

Devedor			Identificacao
LUDIVAL MOVEIS LTDA			CGC: 44.674.943/0001-75
Endereco			Telefone
RUA JACUTINGA, 1495			
CEP	Bairro	Municipio	UF
13504-170	VILA ELIZABETH (BNH)	RIO CLARO	SP

Para tanto, requer-se na forma do artigo 8 da Lei 6.830 e art. 172, paragrafo 2, do Codigo de Processo Civil:

1. A citacao da(o) Executada (o),pelo correio,com Aviso de Recepcao(AR) ,para pagar, no prazo legal, as dividas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei No 1.025/1969, alterado pelo Decreto-Lei No. 1.645/1978, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaracados para garantir a execucao em consonancia com a legislacao em vigor, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem a plena execucao da divida.
2. Nao paga a divida ou nao garantida a execucao,a expedicao de mandado de penhora e avaliacao a recair sobre tantos bens quanto bastem a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

01 SAF - Setor de Anexo Fiscal
Fórum de Rio Claro

Processo: 510.01.2009.018357-5/000000-000

Grupo: **6.Fazenda Pública Federal**
Ação: **610-Execução Fiscal (em geral)**
Dívida Ativa: 37.070.839-3
Valor da Causa : R$20.649.624,67
Valor de Alçada : R$2.069,81
Data Distribuição : 06/01/2010 Hora: 18:03
Tipo de Distribuição : Livre

EXQ: **UNIÃO FEDERAL**

EXO: **LUDIVAL MÓVEIS LTDA**

Nº DE ORDEM: 02.01.2010/000025

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

garantia integral da divida, inclusive imoveis, nesse caso procedendo-se a intimacao do conjuge e a notificacao do cartorio de registro de imoveis competente.

Da-se a causa o valor da divida com os acrescimos calculados ate a data da distribuicao, nos termos do artigo 6o, paragrafo 4o da Lei de Execucoes Fiscais.

Nestes Termos,

p.deferimento

PIRACICABA, 18/11/2009

PROCURADOR, MATRICULA E OAB

Rafael Barros Ribeiro Lima
Procurador-Seccional Substituto da Fazenda Nacional
SIAPE 1559417

Procuradoria: PIRACICABA
Endereco: RUA S?O JOS?, 844
Cep: 13400-330 Bairro: CENTRO
Municipio: PIRACICABA UF: SP

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Certifico que do registro da divida ativa da Uniao consta a inscricao da divida cujos dados sao os seguintes:

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

Endereco			Telefone	
RUA JACUTINGA, 1495				
CEP	Bairro	Municipio		UF
13504-170	VILA ELIZABETH (BNH)	RIO CLARO		SP

Identificacao
CGC: 44.674.943/0001-75

Periodo da Divida	Valor Originario	Moeda
07/2003 a 13/2006	8.577.906,36	REAL

Documento Original NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Orgao de Origem 21.029.050 Lancamento 31/07/2007 Calculo 18/11/2009

Valores atualizados em REAL

Princ.Atualizado	Juros	Multa	Valor Total
8.577.906,36	5.195.309,15	3.434.805,05	17.208.020,56

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 041.00		ATRIBUICAO DE COMPETENCIA PARA FISCALIZAR, ARRECADAR E COBRA
4 041.01	01/01/1988 31/10/2004	LEI N. 6.439, DE 01.09.77, ART. 13, I; LEI N. 8.029, DE 12.04.90, ART. 17; LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 33 (COM A REDACAO POSTERIOR DA LEI N. 10.256, DE 09.07.2001) REGULAMENTO DO CUSTEIO DA PREVIDENCIA SOCIAL,APROVADO PELO DECRETO N. 83.081, DE 24.01.79, ART. 2.; CONSOLIDACAO DAS LEIS DA PREVIDENCIA SOCIAL - CLPS, DECRETO N. 89.312, DE 23.01.84, ART. 141; DECRETO N. 99.350, DE 27.06.90, ART.

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0001
Procurador e Mat. (continua)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 041.01	01/01/1988 31/10/2004	3., I (COM A REDACAO DADA PELO DECRETO N. 18, DE 01.02.91, ART. 1.); DECRETO N. 356, DE 07.12.91, ART. 48; DECRETO N. 569, DE 16.06.92, ARTS. 1, I E 12, II E IV DO ANEXO I; REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL-ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97, ART. 48; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 229, COM SUAS ALTERACOES POSTERIORES. A PARTIR DE 28.10.2004 MP N. 222, DE 04.10.2004, ARTIGOS 1. E 3., POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I. A PARTIR DE 15.08.2005 MP N. 258, DE 21.07.2005, ART. 3., CAPUT E PARAGRAFO 1., ART. 10 E INCISO I DO ART.12. A PARTIR DE 19.11.2005 LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.469, DE 15.06.2005, ANEXO I, ART. 18, I. A PARTIR DE 02.05.2007 LEI N. 11.457, DE 16.03.07, ARTS.2 E 3
4 041.02	desde 01/11/2004	PERIODO DE 11/2004 A 12/2004 MP N. 222, DE 04.10.2004, ARTIGOS 1. E 3., POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ANEXO I, ART. 18, I. PERIODO DE 01/2005 A 02/2005 MP N. 222, DE 04.10.2004, ARTIGOS 1. E 3., CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ANEXO I, ART. 18, I. PERIODO DE 03/2005 A 05/2005 LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ANEXO I, ART. 18, I; DECRETO N. 5.403, DE 28.03.2005, ANEXO I, ART. 15, I. PERIODO DE 06/2005 A 14.08.2005 LEI N. 11.098, DE

PIRACICABA, 18/11/2009

Procurador e Mat.

F.0002
(continua)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal

4 041.02 desde 01/11/2004
13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.403, DE 28.03.2005, ANEXO I, ART. 15, I; DECRETO N. 5.469, DE 15.06.2005, ANEXO I, ART. 18, I. A PARTIR DE 15.08.2005 MP N. 258, DE 21.07.2005, ART. 3., CAPUT E PARAGRAFO 1., ART. 10 E INCISO I DO ART. 12. A PARTIR DE 19.11.2005 LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.469, DE 15.06.2005, ANEXO I, ART. 18, I. A PARTIR DE 02.05.2007 LEI N. 11.457, DE 16.03.07, ARTS. 2 E 3.

4 083.00
ACRESCIMOS LEGAIS SOBRE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS RECOLHIDAS EM ATRASO

4 083.01 desde 01/09/1989
LEI N. 7.799, DE 10.07.89, ART. 61; LEI N. 8.012, DE 04.04.90; MP 294, DE 31.01.91, CONVERTIDA NA LEI N. 8.177, DE 01.03.91, ART. 9., ALTERADA PELA LEI N. 8.383/91 (C.MONETARIA/JUROS); LEI N. 8.383, DE 30.12.91, ARTIGOS 53, VI, 54, "CAPUT" E PARAGRAFO 3., ART. 57, "CAPUT", ART. 58 E 61, IV (C.M/ JUROS/MULTA); LEI N. 9.069, DE 30.06.95, ART. 56,PARAGRAFO UNICO; MP N. 1.542, DE 18.12.96, ART. 25 E REEDICOES, ATE SUA CONVERSAO NA LEI 10.522, DE 19.07.02, ART. 29 (C.M); LEI N. 8.981, DE 20.01.95, ART. 6., ART. 84, I, PARAGRAFO 5. (VALORES ORIGINARIOS EM REAL/JUROS); LEI N. 7.787, DE 30.06.89, ART. 10; LEI N. 8.218, DE 29.08.91, ART. 3., I, II E PARAGRAFOS, ARTIGOS 4., 6. E 33 (MULTA/JUROS); LEI N. 8.620, DE 05.01.93, ARTIGOS 3. E 4., IV (MULTA). LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 35, I, II, III, "C" E "D", COM A REDACAO DADA PELA MP N. 1.571, DE

PIRACICABA, 18/11/2009

Procurador e Mat.

F.0003 (continua)

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal

4 083.01 desde 01/09/1989
01.04.97 E REEDICOES POSTERIORES ATE A LEI N. 9.528, DE 10.12.97 E ALTERACOES DA LEI N. 9.876, DE 26.11.99 (MULTA); MP N. 1.542/96, E REEDICOES ATE , ART. 26; MP N. 2.095-70, DE 27.12.00 E REEDICOES, ART. 30, ATE MP N. 2.176-77, DE 28.06.01 E REEDICOES, ART. 30, CONVERTIDAS NA LEI N. 10.522, DE 19.07.02, ART. 30; LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 34(RESTABELECIDO COM A REDACAO DADA PELA MP N. 1.571/97, ART. 1. E REEDICOES POSTERIORES ATE A MP N. 1.523-8, DE 28.05.97 E REEDICOES, REPUBLICADA NA MP N. 1.596-14, DE 10.11.97, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97), COMBINADO COM A MP N. 1.542/96, ART. 26 E REEDICOES, CONVERTIDAS NA LEI 10.522, DE 19.07.02, ART. 30, COMBINADO COM O ART. 51, DA LEI 8.212/91 (JUROS); DECRETO N. 77.077, DE 24.01.76, ART. 146; DECRETO N. 89.312, DE 23.01.84, ART. 43, PARAGRAFO 4.; REGULAMENTO DO CUSTEIO DA PREVIDENCIA SOCIAL - RCPS - DECRETO N. 83.081, DE 24.01.79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817, DE 17.01.85, ART. 61, PARAGRAFOS 1. E 2., ART. 145; DECRETO N. 356, DE 07.12.91, COM A NOVA REDACAO DADA PELO DECRETO N. 612, DE 21.07.92, ART. 39, PARAGRAFO 5., RENUMERADO PARA PARAGRAFO 9., PELO ART. 1. DO DECRETO N. 738/93, E PARAGRAFO 10, ART. 57, II, "B", "C" E "D" (COM AS ALTERACOES DADAS PELO ART. 1. DO DECRETO N. 738/93) E ART. 61; REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N.2.173, DE 05.03.97, ART. 58,I, "A", "B", "C", PARAGRAFOS 1., 4. E 5., 58, III, "B", "C" E "D", PARAGRAFOS 4. E 5. E ART. 61, PARAGRAFO UNICO; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 239, II, "A", "B", "C",

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0004
Procurador e Mat.

(continua)

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

P G F N - PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
M F - MINISTERIO DA FAZENDA

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 083.01	desde 01/09/1989	PARAGRAFOS 1., 4. E 7., III, "B" E PARAGRAFOS 6. E 7. (COM A REDACAO DADA PELO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99) E ART. 242, PARAGRAFO 2..
4 089.00		GFIP - GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL
4 089.02	01/06/1999 31/10/2004	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 32, IV (ACRESCENTADO PELA MP N. 1.596-14/97, CONVERTIDA NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97, COMBINADO COM OS PARAGRAFOS 4. E 7.) E ART. 33 (COM A REDACAO POSTERIOR DA LEI N. 10.256, DE 09.07.2001), PARAGRAFO 7. (ACRESCENTADO PELA MP N. 1.596-14/97, CONVERTIDA NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97); DECRETO N. 2.803, DE 20.10.98; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 225, IV, PARAGRAFOS 1., 2., 3. E 4. E ART. 245, "CAPUT" E PARAGRAFO 1.. A PARTIR DE 28.10.2004 LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 32, IV (ACRESCENTADO PELA MP N. 1.596-14/97, CONVERTIDA NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97, COMBINADO COM OS PARAGRAFOS 4. E 7.) E ART. 33 (COM A REDACAO POSTERIOR DA LEI N. 10.256, DE 09.07.2001), PARAGRAFO 7. (ACRESCENTADO PELA MP N. 1.596-14/97, CONVERTIDA NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97; DECRETO N. 2.803, DE 20.10.98; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL - RPS, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 225, IV, PARAGRAFOS 1., 2., 3. E 4. E ART. 245, CAPUT E PARAGRAFO 1.;
4 089.03	01/11/2004 30/11/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 32, IV (ACRESCENTADO PELA

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0005
Procurador e Mat. (continua)

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 089.03	01/11/2004 30/11/2008	MP N. 1.596-14/97, CONVERTIDA NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97, COMBINADO COM OS PARAGRAFOS 4. E 7.) E ART. 33 (COM A REDACAO POSTERIOR DA LEI N. 10.256, DE 09.07.2001), PARAGRAFO 7. (ACRESCENTADO PELA MP N. 1.596-14/97, CONVERTIDA NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97); DECRETO N. 2.803, DE 20.10.98; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL - RPS, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 225, IV, PARAGRAFOS 1., 2., 3. E 4. E ART. 245, CAPUT E PARAGRAFO 1.
4 200.00		CONTRIBUICAO DA EMPRESA SOBRE A REMUNERACAO DE EMPREGADOS
4 200.08	desde 01/12/1999	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 22, I (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 9.876, DE 26.11.99); REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 12, I E PARAGRAFO UNICO, ART. 201, I, PARAGRAFO 1. E ART. 216, I, "B" (COM AS ALTERACOES DADAS PELO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99).
4 224.00		CONTRIBUICAO DAS EMPRESAS/COOPERATIVAS S/ AS REMUNERACOES PAGAS, DISTRIBUIDAS OU CREDITADAS A AUTONOMOS, AVULSOS E DEMAIS PESSOAS FISICAS E DOS COOPERADOS, DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR N. 84/96 ATE 02/2000 E CONTRIB. DAS EMPRESAS S/ A REM. A CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS, DE QUE TRATA A LEI N. 8.212/91, NA REDACAO DADA PELA LEI N. 9.876/
4 224.05	desde 01/03/2000	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 22, III (COM AS ALTERACOES

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0006
Procurador e Mat.

(continua)

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

10

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 224.05	desde 01/03/2000	DA LEI N. 9.876, DE 26.11.99; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 12, I E PARAGRAFO UNICO, ART. 201, II, PARAGRAFOS 1., 2., 3., 5. E 8., COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99 E DO DECRETO N. 3.452, DE 09.05.00.
4 301.00		CONTRIBUICAO DAS EMPRESAS PARA FINANCIAMENTO DOS BENEFICIOS EM RAZAO DA INCAPACIDADE LABORATIVA
4 301.08	desde 01/12/1999	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 22, II (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 9.732, DE 11.12.98); REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 12, I, PARAGRAFO UNICO, NA REDACAO DADA PELO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99, ART. 202, I, II E III E PARAGRAFOS 1. AO 6..
4 400.00		CONTRIBUICAO DEVIDA A TERCEIROS - SALARIO EDUCACAO
4 400.04	01/03/1997 31/10/2004	CONSTITUICAO FEDERAL, ART. 212, PARAGRAFO 5., COMBINADO COM O ARTIGO 34,"CAPUT", DAS DISPOSICOES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS; LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 94 (COM A REDACAO DADA PELA MP N. 1.523-4, DE 05.02.97, E REEDICOES POSTERIORES ATE A MP N. 1.596-14, DE 10.11.97, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97); LEI N. 9.424, DE 26.12.96, ART. 15,"CAPUT"; MP N. 1.565, DE 09.01.97 E REEDICOES ATE

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0007
Procurador e Mat. (continua)

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 400.04	01/03/1997 31/10/2004	A MP N. 1.607, DE 11.12.97, E REEDICOES ATE A MP N. 1.607-24, DE 19.11.98, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.766, DE 18.12.98; LEI N. 9.601, DE 21.01.98, ART. 2.; DECRETO N. 87.043, DE 22.03.82, ART. 1., 2., 3., I, PARAGRAFOS 1., 2., 4., 5. E ART. 13; REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL- ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97, ART. 99 ; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 274, PARAGRAFO 1.(COM A REDACAO DADA PELO DECRETO 4.032, DE 26.11.2001). A PARTIR DE 28.10.2004 CONSTITUICAO FEDERAL, ART. 212, PARAGRAFO 5., COMBINADO COM O ART. 34, CAPUT DAS DISPOSICOES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS; LEI N. 9.424, DE 26.12.96, ART. 15, CAPUT.; MP N. 1.565, DE 09.01.97 E REEDICOES ATE A MP N. 1.607, DE 11.12.97, E REEDICOES ATE A MP N. 1.607-24, DE 19.11.98, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.766, DE 18.12.98; LEI N. 9.601, DE 21.01.98, ART. 2.; DECRETO N. 3.142, DE 16.08.99, ART. 1., 2., 6., INCISO II, PARAGRAFO 1.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3., POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGO 3.; DECRETO N. 87.043, DE 22.03.82, ARTIGOS 1., 2., 3., I, PARAGRAFOS 1., 2., 4., 5. E ART.13; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I. A PARTIR DE 01.01.2007: CONSTITUICAO FEDERAL, ART. 212, PARAGRAFO 5., COMBINADO COM O ART. 34, CAPUT, DAS DISPOSICOES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS; LEI N. 9.424, DE 26.12.96, ART. 15, CAPUT; LEI N. 9.766, DE 18.12.98, ART. 1.; DECRETO N. 6003, DE 28.12.06, ARTIGO 1., PARAGRAFO 1. E ARTIGOS 10 E 11.
4 400.05	desde 01/11/2004	CONSTITUICAO FEDERAL, ART. 212, PARAGRAFO 5., COMBINADO COM

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0008
Procurador e Mat. (continua)

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 400.05	desde 01/11/2004	O ART. 34, CAPUT, DAS DISPOSICOES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS; LEI N. 9.424, DE 26.12.96, ART. 15, CAPUT; MP N. 1.565, DE 09.01.97 E REEDICOES ATE A MP N. 1.607, DE 11.12.97, E REEDICOES ATE A MP N. 1.607-24, DE 19.11.98, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.766, DE 18.12.98; LEI N. 9.601, DE 21.01.98, ART. 2.; DECRETO N. 3.142, DE 16.08.99, ART. 1., 2., 6., INCISO II PARAGRAFO 1.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3., POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGO 3., DECRETO N. 87.043, DE 22.03.82, ARTIGOS 1., 2., 3., I, PARAGRAFOS 1., 2., 4., 5. E ART. 13; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I. A PARTIR DE 01.01.2007: CONSTITUICAO FEDERAL, ART. 212, PARAGRAFO 5., COMBINADO COM O ART.34, CAPUT, DAS DISPOSICOES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS; LEI N. 9.424, DE 26.12.96, ART. 15, CAPUT; LEI N. 9.766, DE 18..12.98, ART. 1.; DECRETO N. 6003, DE 28.12.06, ARTIGO 1., PARAGRAFO 1. E ARTIGOS 10 E 11.
4 405.00		TERCEIROS - INCRA
4 405.03	01/03/1997 31/10/2004	LEI N. 2.613, DE 23.09.55, ART. 6., PARAGRAFO 4., (COM AS ALTERACOES DA LEI N. 4.863, DE 29.11.65, ART. 35, PARAGRAFO 2., VIII); DECRETO-LEI N. 1.146, DE 31.12.70, ART. 1., I, ITEM 2, ARTIGOS 3. E 4.; LEI COMPLEMENTAR N. 11, DE 25.05.71, ART. 15, II; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ART. 3.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0009
Procurador e Mat. (continua)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO20700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 405.04	desde 01/11/2004	LEI N. 2.613, DE 23.09.55, ART. 6., PARAGRAFO 4., (COM AS ALTERACOES DA LEI N. 4.863, DE 29.11.65, ART. 35, PARAGRAFO 2., VIII); DECRETO-LEI N. 1.146, DE 31.12.70, ART. 1., I, ITEM 2, ARTIGOS 3. E 4.; LEI COMPLEMENTAR N. 11, DE 25.05.71, ART. 15, II; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ART. 3.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
4 411.00		TERCEIROS - SENAI
4 411.03	01/03/1997 31/10/2004	DECRETO-LEI N. 4.048, DE 22.01.42, ART. 4. E 6. (COM AS ALTERACOES DO DECRETO-LEI N. 4.936, 07.11.42, ARTS. 3. E 6.); DECRETO-LEI N. 6.246, DE 05.02.44, ART. 1.; LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 94 (COM A REDACAO DADA PELA MP N. 1.523-4, DE 05.02.97, E REEDICOES POSTERIORES ATE A MP N. 1.596-14, DE 10.11.97, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97). REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97, ART. 99; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.1999, ART. 274, PARAGRAFO 1. (COM A REDACAO DADA PELO DECRETO N. 4.032, DE 26.11.01). A PARTIR DE 28.10.2004 DECRETO-LEI N. 4.048, DE 22.01.42, ART. 4. E 6. (COM AS ALTERACOES DO DECRETO-LEI N. 4.936, DE 07.11.42, ARTIGOS 3. E 6.); DECRETO-LEI N. 6.246, DE 05.02.44, ART. 1.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
4 411.04	desde 01/11/2004	DECRETO-LEI N. 4.048, DE 22.01.42, ART. 4. E 6. (COM AS

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0010
Procurador e Mat. (continua)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRC21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

P G F N - PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
M F - MINISTERIO DA FAZENDA

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 411.04	desde 01/11/2004	ALTERACOES DO DECRETO-LEI N. 4.936, DE 07.11.42, ARTIGOS 3. E 6.); DECRETO-LEI N. 6.246, DE 05.02.44, ART. 1.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
4 412.00		TERCEIROS - SESI
4 412.03	01/03/1997 31/10/2004	DECRETO-LEI N. 9.403, DE 25.06.46, ART. 3.; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ART. 1. E ART. 3.; LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 94 (COM A REDACAO DADA PELA MP N. 1.523-4, DE 05.02.97, E REEDICOES POSTERIORES ATE A MP N. 1.596-14, DE 10.11.97, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97); REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97 ART. 99; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 274, PARAGRAFO 1. (COM A REDACAO DADA PELO DECRETO N. 4.032, DE 26.11.01). A PARTIR DE 28.10.2004 DECRETO-LEI N. 9.403, DE 25.06.46, ART. 3.; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ARTIGOS 1. E 3.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
4 412.04	desde 01/11/2004	DECRETO-LEI N. 9.403, DE 25.06.46, ART. 3.; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ARTIGOS 1. E 3.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0011
Procurador e Mat. (continua)

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

P G F N - PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
M F - MINISTERIO DA FAZENDA

fls. 16

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 415.00		TERCEIROS - SEBRAE
4 415.03	01/03/1997 31/10/2004	LEI N. 8.029, DE 12.04.90, ART. 8., PARAGRAFO 3. (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 8.154, DE 28.12.90),COMBINADO COM O ART. 1. DO DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86 E PARAGRAFO 4., COMBINADO COM O ART. 94, DA LEI N. 8.212, DE 27.07.91 (COM A REDACAO DADA PELA MP N. 1.523-4, DE 05.02.97, E REEDICOES POSTERIORES ATE A MP N.1.596-14, DE 10.11.97, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97). REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97, ART. 99; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 274, PARAGRAFO 1. (COM A REDACAO DADA PELO DECRETO N. 4.032, DE 26.11.01). A PARTIR DE 28.10.2004 LEI N. 8.029, DE 12.04.90, ART. 8., PARAGRAFO 3. (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 8.154, DE 28.12.90), COMBINADO COM O ART. 1. DO DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86 E PARAGRAFO 4.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
4 415.04	desde 01/11/2004	LEI N. 8.029, DE 12.04.90, ART. 8.,PARAGRAFO 3. (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 8.154, DE 28.12.90), COMBINADO COM O ART. 1. DO DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86 E PARAGRAFO 4.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
4 600.00		CORRECAO MONETARIA

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0012
Procurador e Mat. (continua)

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

P G F N - PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
M F - MINISTERIO DA FAZENDA

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 600.08	desde 01/01/1995	LEI N. 8.981, DE 20.01.95, ART. 6.. REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL-ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 356, DE 07.12.91, COM A NOVA REDACAO DADA PELO DECRETO N. 612, DE 21.07.92 E ALTERACOES POSTERIORES, ART. 39, PARAGRAFO 5., RENUMERADO PARA PARAGRAFO 9., PELO ART. 1. DO DECRETO N. 738 DE 28.01.93, E PARAGRAFO 10 (ACRESCENTADO PELO DECRETO N. 738, DE 28.01.93); REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL-ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97, ART. 58, I. VALORES ORIGINARIOS EM REAL E SEM ATUALIZACAO
4 601.00		ACRESCIMOS LEGAIS - MULTA
4 601.09	01/12/1999 30/11/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 35, I, II, III (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 9.876, DE 26.11.99); REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 239, III, "A", "B" E "C", PARAGRAFOS 2. AO 6. E E 11, E ART. 242, PARAGRAFOS 1. E 2. (COM A REDACAO DADA PELO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99). CALCULO DA MULTA: PARA PAGAMENTO DE OBRIGACAO VENCIDA, NAO INCLUIDA EM NOTIFICACAO FISCAL DE LANCAMENTO: 8% DENTRO DO MES DO MES DE VENCIMENTO DA OBRIGACAO; 14%, NO MES SEGUINTE; 20%, A PARTIR DO SEGUNDO MES SEGUINTE AO DO VENCIMENTO DA OBRIGACAO; PARA PAGAMENTO DE CREDITOS INCLUIDOS EM NOTIFICACAO FISCAL DE LANCAMENTO: 24% EM ATE 15 DIAS DO RECEBIMENTO DA NOTIFICACAO; 30% APOS O 15. DIA DO

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0013
Procurador e Mat.

(continua)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

P G F N - PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
M F - MINISTERIO DA FAZENDA

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 601.09	01/12/1999 30/11/2008	RECEBIMENTO DA NOTIFICACAO; 40% APOS A APRESENTACAO DE RECURSO DESDE QUE ANTECEDIDO DE DEFESA, SENDO AMBOS TEMPESTIVOS, ATE QUINZE DIAS DA CIENCIA DA DECISAO DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL - CRPS; 50% APOS O 15. DIA DA CIENCIA DA DECISAO DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL - CRPS, ENQUANTO NAO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA; PARA PAGAMENTO DO CREDITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA: 60%, QUANDO NAO TENHA SIDO OBJETO DE PARCELAMENTO; 70%, SE HOUVE PARCELAMENTO; 80%, APOS O AJUIZAMENTO DA EXECUCAO FISCAL, MESMO QUE O DEVEDOR AINDA NAO TENHA SIDO CITADO, SE O CREDITO NAO FOI OBJETO DE PARCELAMENTO; 100% APOS O AJUIZAMENTO DA EXECUCAO FISCAL, MESMO QUE O DEVEDOR AINDA NAO TENHA SIDO CITADO, SE O CREDITO FOI OBJETO DE PARCELAMENTO. OBS.: NA HIPOTESE DAS CONTRIBUICOES OBJETO DA NOTIFICACAO FISCAL DE LANCAMENTO TEREM SIDO DECLARADAS EM GFIP, EXCETUADOS OS CASOS DE DISPENSA DA APRESENTACAO DESSE DOCUMENTO, SERA A REFERIDA MULTA REDUZIDA EM 50% (CINQUENTA POR CENTO).
4 602.00		ACRESCIMOS LEGAIS - JUROS
4 602.07	01/04/1997 30/11/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 34 (RESTABELECIDO COM A REDACAO DADA PELA MP N. 1.571, DE 01.04.97, ART. 1., E REEDICOES POSTERIORES ATE A MP N. 1.523-8, DE 28.05.97, E REEDICOES, REPUBLICADA NA MP N. 1.596-14, DE 10.11.97, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97); REGULAMENTO DA ORGANIZACAO DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - ROCSS,

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0014
Procurador e Mat.

(continua)

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

P G F N - PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
M F - MINISTERIO DA FAZENDA

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 602.07	01/04/1997 30/11/2008	APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97, ART. 58 , I, "A", "B", "C", PARAGRAFOS 1., 4. E 5. E ART. 61, PARAGRAFO UNICO; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.1999, ART. 239, II, "A", "B" E "C", PARAGRAFOS 1., 4. E 7. E ART. 242, PARAGRAFO 2.; CALCULO DOS JUROS: JUROS CALCULADOS SOBRE O VALOR ORIGINARIO, MEDIANTE A APLICACAO DOS SEGUINTES PERCENTUAIS: A) 1% (UM POR CENTO) NO MES SUBSEQUENTE AO DA COMPETENCIA; B) TAXA MEDIA MENSAL DE CAPTACAO DO TESOURO NACIONAL RELATIVA A DIVIDA MOBILIARIA FEDERAL / TAXA REFERENCIAL DO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDACAO E DE CUSTODIA - SELIC, NOS RESPECTIVOS PERIODOS; C) 1% (UM POR CENTO) NO MES DO PAGAMENTO.
4 700.00		ENCARGO LEGAL DE 20% (VINTE POR CENTO)
4 700.01	desde 01/05/2007	DECRETO-LEI N. 1.025/64, ART. 1; DECRETO-LEI N. 1.645/78, ART. 3; LEI 7.799/89, ART. 64, PARAGRAFO 2 E LEI N. 8.383/91, ART. 57, PARAGRAFO 2.
4 800.00		PRAZO E OBRIGACAO DE RECOLHIMENTO - EMPRESAS EM GERAL
4 800.10	01/12/1999 30/09/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 30, I (COM A ALTERACAO DA LEI N. 8.620, DE 05.01.93, E DA LEI N. 9.876, DE 26.11.99); LEI N. 8.620, DE 05.01.93, ART. 7., PARAGRAFOS 1.

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0015
Procurador e Mat.

(continua)

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
21.200.807	0001/114	09/12/2008	370708393		37.070.839-3

Devedor
LUDIVAL MOVEIS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
4 800.10	01/12/1999 30/09/2008	E 2.; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.1999, ART. 216, I, "B" E PARAGRAFOS 1. AO 6., COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99. PERIODO: A PARTIR DE 04.2003: LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 30, I (COM A ALTERACAO DA LEI N. 8.620, DE 05.01.93 E DA LEI N. 9.876, DE 26.11.99); LEI N. 8.620, DE 05.01.93, ART. 7., PARAGRAFOS 1. E 2.; LEI N. 10.666, DE 08.05.03, ART. 4., PARAGRAFO 1., COMBINADO COM O ART. 15; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 216, I, "B" E PARAGRAFOS 1. AO 6., COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99.

E para que se possa proceder a cobranca em acao propria, nos termos da Lei No. 6830 de 22/09/80, art 20. e seus paragrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraida a presente certidao.

Sobre o valor total incide encargos legais previsto no Decreto-Lei n? 1.025/69, alterado pelo Decreto-Lei n? 1.645/78, e custas processuais.

PIRACICABA, 18/11/2009

---------- F.0016
Procurador e Mat. (final)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Lbye7xYm.

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RIO CLARO/SP
SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS

Av. Três, 361 - Rio Claro/SP – CEP 13500-391 – Fone: (19)3533-1911 – CNPJ nº 51.174.001/1054-59

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 15/01/2010, remeto esta autuação ao(a) Dr(a). LEANDRO DE PAULA MARTINS CONSTANT, MM.(a) JUIZ DE DIREITO deste SAF, para despacho, registrando a carga em livro próprio.

Eu _____ (CLARISSA CORREIA LEITÃO), Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Processo nº 00.025/2010

Vistos, etc...

Cite-se, na forma do art. 8º da L.E.F.

Fixo os honorários advocatícios em 10%, caso não incluso no débito a verba do D.L. 1025/69.

Rio Claro, ds.

LEANDRO DE PAULA MARTINS CONSTANT
JUIZ DE DIREITO

DATA

Em 20 / 01 / 010, às 12:00 horas, recebi esta autuação em cartório.

Eu _____ (SANDRA REGINA TRAVENSOLO GUARNIERI), Escrevente-Chefe, subscr.

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código HMLjAm9D.

21
h

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RIO CLARO/SP
SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS

Av. Três, 361 - Rio Claro/SP – CEP 13500-391 – Fone: (19)3533-1911 – CNPJ nº 51.174.001/1054-59

CERTIDAO DE CONSULTA DE AUTOS EM BALCÃO

PROCESSO Nº 0251/2010

CERTIFICO E DOU FÉ que nesta data estes autos foram consultados em cartório pela pessoa qualificada abaixo. Rio Claro, 24 / 01 / 2011 .Eu, _____ Carlos Rogerio Guolo, Diretor de Divisão, digitei e subscrevi.

NOME: Rosana Alves

CPF OU OAB: 265.497

ESTAGIARIO OAB: _____

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código HMLjAm9D.

22

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS PÚBLICAS
AV. 3, 361 – Térreo – Centro – Rio Claro/SP – CEP: 13.500-391 – Telefone e Fax (19) 3533-1911

SR. CONTRIBUINTE:
* ESTE DOCUMENTO SERVE PARA REGULARIZAR O PROCESSO JUDICIAL;
* CASO JÁ TENHA QUITADO OU PARCELADO A DÍVIDA FISCAL, É OBRIGATÓRIO O RECOLHIMENTO DA TAXA JUDICIÁRIA - Comparecer em Cartório, de segunda a sexta-feira, das 12h30 às 19h00, munido(a) do CNPJ/CPF;
* O CARTÓRIO APENAS EXPEDE A GUIA DE RECOLHIMENTO (TAXA JUDICIÁRIA);
* A DÍVIDA PRINCIPAL DEVE SER PAGA OU PARCELADA JUNTO À FAZENDA CREDORA.

Processo nº 00.025/2010 - CDA: 370708393 (Anexa) - Feito(s) em apenso: N/C - CDA(s) do(s) apenso(s): N/C

Exeqüente: UNIÃO FEDERAL
Executado: **LUDIVAL MOVEIS LTDA.** - CPF/CNPJ 44.674.943/0001-75

CARTA DE CITAÇÃO

RIO CLARO, 14 de fevereiro de 2011.

DESTINATÁRIO DA CITAÇÃO: LUDIVAL MOVEIS LTDA./Representante legal.
R JACUTINGA , N. 1495 VL ELIZABETH (BNH).
RIO CLARO-SP
13.504-170

Fica Vossa Senhoria devidamente **CITADO(A)**, para dentro do prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento de **R$20.649.624,67-(06/01/2010)**, acrescido de multa, correção monetária, honorários advocatícios, custas e demais despesas ou garantir a execução da forma do disposto no Art. 9º da Lei nº 6.830/80, sob pena de penhora ou arresto de bens quantos bastem para garantia do principal e acréscimos legais, tudo de conformidade com a cópia da petição inicial e da Certidão de Dívida Ativa, cuja cópia acompanha a presente e desta fica fazendo parte integrante e inseparável, e do r. **DESPACHO** de fl., a seguir transcrito: "Vistos, etc... Cite-se na forma do art. 8º da L.E.F. Fixo os honorários advocatícios em 10%, caso não incluso no débito a verba do D.L. 1025/69. RC, d.s.. (a) Juiz de Direito". Não ocorrendo pagamento nem garantia da execução, dentro do prazo concedido, serão penhorados tantos bens quantos bastem para satisfação da dívida.

ADVERTÊNCIA: Não sendo embargada a execução, os fatos alegados pela exeqüente presumir-se-ão aceitos como verdadeiros (Art. 223, § 1º, c/c Art. 285, 2ª parte, ambos do C.P.C). O **prazo** para interposição de embargos é de trinta (30) dias, nos termos do Art. 16 da Lei nº 6.830/80, a contar da intimação da penhora.

Esclareço a Vossa Senhoria que a carta é expedida conforme o disposto no Art. 9º da Lei Estadual nº 3947, de 8 de dezembro de 1983.

Atenciosamente,

Dispensada a assinatura deste documento nos termos do Provimento CG nº 18/2009
CARLOS ROGÉRIO GUOLO
Coordenador
Matr/TJ nº 310.868-9
Por determinação judicial

CÓPIA

Usuário: IARA
Mod: C:\ 3 - 7.8.1 AR CITAÇÃO GERAL*
Carga: 2011/00097

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WPRO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código HMLjAm9D.

JUNTADA

Em 30 de 06 de 2011, junto a estes autos:

(X) a petição

( ) o ofício

( ) a carta precatória

(X) o aviso de recebimento (A.R.)

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial

( ) o mandado

( ) o laudo pericial

( ) a carta devolvida

( ) o edital

que segue.

Eu, _____, (Dirlei Antonio Barbosa), escrevente subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código HMLjAm9D.

AR - AVISO DE RECEBIMENTO

PODER JUDICIÁRIO/SP - ECT/DR/SPM - 0509752599

AR	CARIMBO - MÃO PRÓPRIA	DATA DA POSTAGEM	UNIDADE POSTAGEM
		11 MAR 2011	

REMETENTE/END. PARA DEVOLUÇÃO:

SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS
Av. Três, 361
RIO CLARO 13500-391

DESTINATÁRIO:

LUDIVAL MOVEIS LTDA.
R JACUTINGA , N. 1495
VL ELIZABETH (BNH) RIO CLARO SP

Nº de ordem: 00.025/2010 18357 / 2009 Doc. 2011/00097

NOME E ASSINATURA DO RECEBEDOR: Joaquim Paulo

DATA DO RECEBIMENTO 12/03/11

RG: 19.139.064

AUDIÊNCIA:

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO:Processo. nº 510.01.2009.018357-5/000000-000

Nº de Registro Postal
RJ 01201575 3 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA

__/__/__ __/__/__ __/__/__
__/__h __/__h __/__h

- [ ] MUDOU-SE
- [ ] DESCONHECIDO
- [ ] RECUSADO_____
- [ ] NÃO PROCURADO
- [ ] NÚMERO INEXISTENTE
- [ ] END. INSUFICIENTE
- [ ] NF. ESCR. PORT/SÍNDICO
- [ ] OUTROS _____

CARIMBO DESTINO
12 MAR 2011

RUBRICA E MATRICULA DO EMPREGADO: SANDRO DONIZETE DE PRESA... Matrícula 8.107.887-5

DATA 12/03/11

fls. 25

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código HMLjAm9D.

WILNEY DE ALMEIDA PRADO
Advocacia

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS DA COMARCA DE RIO CLARO – SP

T 159 530 RED 2202011737 AF 01 0027799-06

Processo n.º 00025/2010-SAF

LUDIVAL MÓVEIS LTDA., empresa com sede nesta Cidade, à Estrada da Jacutinga, n.º 1.495, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 44.674.943/0001-75, por seu advogado (protesta pela oportuna juntada de instrumento de mandato), nos autos da **EXECUÇÃO FISCAL** que lhe promove a **FAZENDA NACIONAL**, vem à presença de V. Exa. a fim de ofertar à penhora os seguintes bens de sua propriedade, de conformidade com o artigo 9º, III, da Lei nº 6.830/80, nos seguintes termos:

a) "Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca de Rio Claro, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de 9.196,00 m², confrontando de um lado com Pedro Lauria, de outro lado com Gimenez, Fernandes & Cia. E nos fundos com a Estrada Velha de Batovi, melhor descrito e caracterizado na matrícula n.º 22.637, perante o 2º Cartório de Registro de Imóveis de Rio Claro – SP, adquirido pela Executada através de escritura pública de compra e venda lavrada em 29 de outubro de 1986, perante o 2º Cartório de Notas de Rio Claro – SP, livro n.º 723, fls. 56, sobre o qual está edificado um prédio industrial com área aproximada de 6.000m², cujo valor é de

C.N.P.J. n.º 66.841.156/0001-03 OAB/SP n.º 2.395
Rua Cinco, n.º 844 - Centro - Rio Claro - SP - CEP: 13500-040
Telefone / Fax: (0xx19) 3524-6499

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código JrbaweZA.

aproximadamente R$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais)."

b) 6500 (seis mil e quinhentos) Conjuntos de estofado de dois e três lugares, com acabamento em tecido, de fabricação e produção da Executada, com preço de comercialização unitário de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), totalizando a oferta o valor de R$ 11.700.000,00 (onze milhões e setecentos mil reais).

Posto isso, requer seja acatada a presente nomeação de bens à penhora e determinada a lavratura do respectivo termo de penhora, a fim de que possa a Executada apresentar os Embargos à Execução cabíveis na espécie.

Protesta pela complementação da documentação referente ao imóvel ofertado, se assim for necessário.

Nestes Termos,
P.DEFERIMENTO.

Rio Claro, 21 de março de 2011.

WILNEY DE ALMEIDA PRADO
OAB/SP n.º 101.986

Rua Cinco, n.º 844 - Centro - Rio Claro - SP - CEP: 13500-040
Telefone / Fax: (0xx19) 3524-6499

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código JrbaweZA.

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

MATRÍCULA 22.637 — fls. 28

FOLHA 1

Livro N.º 2 - Registro Geral

IMÓVEL: Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de - - - 9.196,00 m2, confrontando de um lado com Pedro Lauria, de outro lado com Gimenez, Fernandes & Cia. e nos fundos com a Estrada Velha de Batovi.- Inscrição Cadastral nº 2-01-16-029-018-00-000-00-37.- - PROPRIETÁRIA: NAIR VILLELA, brasileira, solteira e maior, professora, RG. 638.332-SP, cic. 190.171.548-53, residente nesta cidade, na rua 4 nº 739.- TÍTULO AQUISITIVO: Transcrição nº 6.944, deste cartório. Rio Claro, 09 de maio de 1.986.- O Oficial Maior: _____.

R.1-22.637.- Rio Claro, 09 de maio de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 27 de junho de 1.984, no 2º Cartório de Notas, desta cidade, no livro nº 671, fls. 57, re-ratificada no mesmo cartório, em 2o de fevereiro de 1.986, no livro nº 707, fls. 53, NAIR VILLELA, já qualificada, alienou o imóvel objeto da presente matrícula a == LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865, cic. 057.305.628-53, casado pelo regime da comunhão universal de bens, - anteriormente à Lei 6.515/77, com CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCELIERI, residente em São Paulo, na rua Bodoquena nº 77- Tatuapé; VALDEMIR CAVENAGUE, brasileiro, industrial, RG. 4.213.004, cic. 447.226.648-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com DIRCE CAMPREGHER CAVENAGUE, residentes em São Paulo, na rua Flores de Goiás nº 382 e CARLOS CAMPREGHER, brasileiro, industrial, RG. 3.791.168, cic. 057.365.368-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com LAURIA VIDAL CAMPREGHER, residente em São Paulo, na rua Major-Ângelo Zanchi nº 527, pelo valor de Cr$9.500.000. V. Venal: Cz$. . . $92.112,33.- O Oficial Maior: _____.-

R.2-22.637.- Rio Claro, 29 de dezembro de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 29 de outubro de 1.986, no 2º Cartório de Notas,- desta cidade, no livro nº 723, fls. 56, VALDEMIR CAVENAGUE, brasileiro, industrial, RG. 4.213.004-SSP-SP e sua mulher DIRCE CAMPREGHER CAVENAGUE, brasileira, de prendas domésticas, RG. 5.069.686-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 447.226.648-20, residentes na rua Flores de Goiás nº 382, em São Paulo, Capital; LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865-SSP-SP e sua mulher CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCELIERI, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.178.690-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão univer-

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código JrbaweZA.

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

FOLHA 1 VERSO

Livro N.º 2 - Registro Geral

universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.305.628-53, residentes em São Paulo, Capital, na rua Bodoquena nº 77, Tatuapé e CARLOS CAMPREGUER, brasileiro, industrial, RG. 3.791.168 SSP-SP e sua mulher LAURIA VIDAL CAMPREGUER, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.283.695-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.365.368-20, residentes em São Paulo, Capital , na rua Major Ângelo Zanchi nº 527, alienaram o imóel objeto da presente matrícula a LUDIVAL MÓVEIS LTDA., firma desta praça, com sede nesta cidade, na Estrada da Jacutinga nº 1.495 e foro nesta comarca, inscrita no CGC/MF sob nº 44.674.943/0001-75, representada à forma de seu contrato social por seu sócio, Luiz Antonio Scussolino, pelo valor de Cz$. . . $200.000,00.- O Oficial Maior: _____.-

2.º Cartório de Registro de Imóveis
RIO CLARO - SP
Bel. José Maria Alvarenga
Oficial
Bel. Antonio V. Carbinatto
Oficial Maior

Selos devidos foram Pagos por Verba

CERTIFICO que, o presente xerox tendo sido extraido da Matrícula N.º 22.687, confere com o respectivo original; dou fé.
Rio Claro, 30 / 12 / 1986
O OFICIAL:

2.º Cartório de Registro de Imóveis - Rio Claro - SP.
Valor cobrado pelo CRSP
Ao Sr. Oficial 3,33
Ao Estado 0,89
A IPESP 0,66
(Outros)
TOTAL 4,85
Recibo NF
(Responsável)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:21 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código JrbaweZA.

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RIO CLARO/SP
SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS

Av. Três, 361 - Rio Claro/SP – CEP 13500-391 – Fone: (19)3533-1911 – CNPJ nº 51.174.001/1054-59

INFORMAÇÃO

Processo nº 00.025/2010 - Feitos em apenso: N/C

Verifico nos autos que, em cumprimento à Ordem de Serviço nº 01/2001 deste Juízo e em observância às NSCGJ, devo executar a(s) providência(s) assinalada(s) sob o(s) nº(s) - 01 - Manifeste-se: EXEQÜENTE(os documentos juntados aos autos e a fase processual demandam a manifestação da Fazenda Pública em termos de prosseguimento, com intimação pessoal mediante carga em livro próprio, na forma do artigo 25 da lei 6830/80).

RIO CLARO, 30 de junho de 2011

(dispensada assinatura)
CARLOS ROGÉRIO GUOLO
Coordenador
Matr. TJ 310.868-9

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj/portal.do?digitalDocConferencia=Documento, informe o processo 00183257-41.2009.8.26.0510 e código 1rbawwZA.

CERTIDÃO DE RECEBIMENTO DE AUTOS E BAIXA DE CARGA

Processo nº: 00.025/2010

Certifico e dou fé que estes autos foram retirados com carga de Autos a Fazenda nº 2011/0821 em 04/07/2011, ESTANDO O(A) Dr(a) DR. ALVARO LUIS PALÁCIOS TORRES CIENTE DOS TERMOS DESTES AUTOS, e que recebi em cartório e providenciei a baixa respectiva junto ao livro carga em 11/08/2011. Certifico ainda que REGULARIZEI OS AUTOS NA DATA DE HOJE, para remessa ao setor responsável pelo próximo andamento. NADA MAIS. RIO CLARO, 12/08/2011. Eu, _____, (REGINALDO GOMES), Funcionário Público Municipal, matrícula , subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj/portal.do?servico=190090 e informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código JrbaweZA.

JUNTADA

Em 17 de agosto de 2011, junto a estes autos:

(X) a petição

( ) o ofício

( ) a carta precatória

( ) o aviso de recebimento (A.R.)

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial

( ) o mandado

( ) o laudo pericial

( ) a carta devolvida

( ) o edital

que segue.

Eu, _____, escrevente subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Conferência de documento pode ser feita no processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código JrbaweZA.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS PÚBLICAS DA COMARCA DE RIO CLARO/SP.

GRANDE DEVEDOR – TRAMITAÇÃO URGENTE

EXECUÇÃO FISCAL
Processo: 25/2010
Executado: LUDIVAL MÓVEIS LTDA.
Exeqüente: União/Fazenda Nacional
CDA nº 37.070.839-3

A **UNIÃO / FAZENDA NACIONAL**, pela Procuradora que esta subscreve, nos autos da ação em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **RECUSAR** os bens ofertados à penhora pela executada, haja vista que, além de não obedecer a ordem do Art. 11, da Lei de Execuções Fiscais, o imóvel já se encontra garantindo diversas execuções fiscais, conforme matrícula atualizada em anexo, e os estofados dificilmente seriam comprados em leilão público.

Ressalte-se que a garantia da execução deve ser efetiva, restando defeso ao executado ofertar bem à penhora de forma aleatória, a despeito das disposições legais, somente com o objetivo de lhe ser oportunizado prazo para embargos, claramente buscando postergar a lide e evitar a rápida satisfação do crédito público devido e não pago.

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700013810
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código CPMo1VGN.

Conforme é cediço, a executada tem contra si ajuizados diversos executivos fiscais perante este mesmo Juízo, tendo seu patrimônio deveras onerado por diversas constrições judiciais.

Em prosseguimento, verifica-se da informação fiscal em anexo, fornecida pela Receita Federal do Brasil, verifica-se que fora constatada a existência fática de grupo econômico fraudulento, formado pelas empresas e administradores:

- LUIZZI IND. E COM. DE SOFÁS LTDA. – 05.150.052/0001-68
- XAPEC AGROPECUÁRIA LTDA. - 74.654.625/0001-03
- DIVAL TRANSPORTES LTDA. – 43.991.603/0001-05
- ZILOG LOGISTICA LTDA. – 09.232.721/0001-00
- ZITRAL-AGROPECUÁRIA IND. COM. E TRANP DE MADEIRAS LTDA. – 05.756.159/0001-54
- LUIZ ANTONIO SCOSSOLINO – 199.682.058-34
- DANIEL LUNARDI SCUSSOLINO – 221.941.638-08
- DANILO LUNARDI SCUSSOLINO – 302.662.458-62

Assim, considerando o reconhecimento administrativo da fraude perpetrada pelas empresas para lesionar o fisco federal e o completo esvaziamento patrimonial da executada, REQUER-SE a inclusão das empresas e dos sócios administradores qualificados em anexo, ante a configuração inequívoca da fraude.

Pede DEFERIMENTO.

Piracicaba, 5 de agosto de 2011.

LOUISE MARIA BARROS BARBOSA
Procuradora da Fazenda Nacional
Divisão de Grandes Devedores

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700013401
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código CPMo1VGN.

MATRÍCULA 22.637

FOLHA 1

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

Livro N.º 2 - Registro Geral

IMÓVEL: Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de - - - 9.196,00 m2, confrontando de um lado com Pedro Lauria, de outro lado com Gimenez, Fernandes & Cia. e nos fundos com a Estrada Velha de Batovi.- Inscrição Cadastral nº 2-01-16-029-018-00-000-00-37.- PROPRIETÁRIA: NAIR VILLELA, brasileira, solteira e maior, professora, RG. 638.332-SP, cic. 190.171.548-53, residente nesta cidade, na rua 4 nº 739.- TÍTULO AQUISITIVO: Transcrição nº 6.944, deste cartório. Rio Claro, 09 de maio de 1.986.- O Oficial Maior: _____.

R.1-22.637.- Rio Claro, 09 de maio de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 27 de junho de 1.984, no 2º Cartório de Notas, desta cidade, no livro nº 671, fls. 57, re-ratificada no mesmo cartório, em 20 de fevereiro de 1.986, no livro nº 707, fls. 53, NAIR VILLELA, já qualificada, alienou o imóvel objeto da presente matrícula a == LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865, cic. 057.305.628-53, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCELIERI, residente em São Paulo, na rua Bodoquena nº 77- Tatuapé; VALDEMIR CAVENAGUE, brasileiro, industrial, RG. 4.213.004, cic. 447.226.648-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com DIRCE CAMPREGHER CAVENAGUE, residentes em São Paulo, na rua Flores de Goiás nº 382 e CARLOS CAMPREGHER, brasileiro, industrial, RG. 3.791.168, cic. 057.365.368-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com LAURIA VIDAL CAMPREGHER, residente em São Paulo, na rua Major Ângelo Zanchi nº 527, pelo valor de Cr$9.500.000. V. Venal: Cz$. . . $92.112,33.- O Oficial Maior: _____.-

R.2-22.637.- Rio Claro, 29 de dezembro de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 29 de outubro de 1.986, no 2º Cartório de Notas,- desta cidade, no livro nº 723, fls. 56, VALDEMIR CAVENAGUE, brasileiro, industrial, RG. 4.213.004-SSP-SP e sua mulher DIRCE CAMPREGHER CAVENAGUE, brasileira, de prendas domésticas, RG. 5.069.686-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 447.226.648-20, residentes na rua Flores de Goiás nº 382, em São Paulo, Capital; LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865-SSP-SP e sua mulher CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCELIERI, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.178.690-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão univer-

(continua no verso)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código CPMo1VGN.

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Rio Claro - SP.

M: 22.637
FOLHA 1 VERSO

Livro N.º 2 - Registro Geral

universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.305.628-53, residentes em São Paulo, Capital, na rua Bodoquena nº 77, Tatuapé e CARLOS CAMPREGUER, brasileiro, industrial, RG. 3.791.168-SSP-SP e sua mulher LAURIA VIDAL CAMPREGUER, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.283.695-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.365.368-20, residentes em São Paulo, Capital , na rua Major Ângelo Zanchi nº 527, alienaram o imóel objeto da presente matrícula a LUDIVAL MÓVEIS LTDA., firma desta praça, com sede nesta cidade, na Estrada da Jacutinga nº 1.495 e foro nesta comarca, inscrita no CGC/MF sob nº 44.674.943/0001-75, representada à forma de seu contrato social por seu sócio, Luiz Antonio Scussolino, pelo valor de Cz$. . . $200.000,00.- O Oficial Maior: _____.-

Av.3-22.637. Rio Claro, 23 de fevereiro de 1987. Por requerimento datado de 2/2/87 assinado pelo interessado em forma legal que fica arquivado em Cartório, foi declarado que a nota promissoria constante da escritura publica registrada sob nº2 retro no valor de Cz$ - $200.000,00 foi integralmente quitada na data aprazada. O Escrevente Habilitado _____ O Oficial:.- - - - - _____.

R. 4 - 22.637. Rio Claro, 23 de janeiro de 2.002.
- ARROLAMENTO -
Nos termos do § 5º, inciso I do artigo 64 da Lei Federal nº 9.532 de 10/12/1.997, e parágrafo único, artigo 7º da Instrução Normativa (IN) nº 16 de 12/05/2.000, procedo o registro do TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS - TAB, formalizado em 18/10/2.001 pelo **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS** (Gerência Executiva de Piracicaba-SP.-21.029), pelo qual foi arrolado o imóvel desta matrícula, pertencente à empresa **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.** (acima qualificada), em face dos créditos constituídos a favor do INSS, através das NFLDs nºs. 35.355.344-1 e 35.355.345-0, consolidados em 18/10/2.000, no montante de R$1.826.603,44.
O Oficial substituto: _____ (José Eduardo Alvarenga Balthazar).

(CONTINUA NA FICHA 02)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código CPMo1VGN.

Livro Nº 2 - Registro Geral

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE RIO CLARO - ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA 22.637 | FICHA 02

R. 5 - 22.637. Rio Claro, 05 de abril de 2.002.
- **PENHORA** -
Em cumprimento ao Mandado expedido aos 29/06/1.999, pelo Juizo de Direito desta Comarca (Serviço Anexo das Fazendas), aditado em 26/02/2.002, acompanhado do "Auto de Penhora, Avaliação e Depósito" e "contra fé", extraidos dos autos de EXECUÇÃO FISCAL (proc. nº 919/1.999-SAF), onde figura como exequente o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, e como executados, a empresa **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.** (qualificada no R. 2 retro), e os responsáveis tributários, **LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO**, inscrito no CPF/MF. sob nº 199.682.058-34, e **STEFANIA SANTINA SCUSSOLINO DA CUNHA**, inscrita no CPF/MF. sob nº 865.430.168-68, ambos com endereço na Avenida 20, nº 1.180, Bairro Santa Cruz, nesta cidade, **procedo o registro da PENHORA sobre o imóvel desta matrícula,** avaliado em R$150.000,00, para garantia do pagamento da dívida ativa (CDA nº 55.797.468-2) no valor de R$639.114,46, apurada em 14/05/1.999, e demais acréscimos legais. A penhora foi realizada aos 22/03/2.002, tendo sido nomeado depositário o executado Luiz Antonio Scussolino.
O Oficial substituto: (José Eduardo Alvarenga Balthazar).

R.6-22.637.- Rio Claro, 03 de novembro de 2.005.
- PENHORA -
Em cumprimento ao r. Mandado expedido aos 27 de setembro de 2.005, pelo Juízo de Direito do Serviço Anexo das Fazendas desta comarca, subscrito pelo MM. Juiz de Direito, Dr. José Fernando Seifarth de Freitas, passado nos autos n.º 03.256/2002, de EXECUÇÃO FISCAL (EM GERAL), onde figura como exeqüente o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, e como executados, **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF. sob n.º 44.674.943/0001-75, com endereço na Estrada de Jacutinga, n.º 1.495, Parque Universitário, nesta cidade; **LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO**, inscrito no CPF/MF. sob n.º 199.682.058-34, com endereço na Avenida 20, n.º 1.180, Santa Cruz, nesta cidade e **STEFANIA SANTINA SCUSSOLINO DA CUNHA**, inscrita no CPF/MF. sob n.º 865.430.168-68, com endereço na Avenida 20, n.º 1.180, Santa Cruz, nesta cidade, **procedo o registro da penhora sobre o imóvel desta matrícula,** para garantia da dívida que importa em R$1.374.052,00 (em 21/09/2005), acrescida de multa, honorários advocatícios e custas (CDA: 324630549), cuja constrição foi levada a efeito nos termos do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito lavrado aos 20 de outubro de 2.005, pelo qual o imóvel foi avaliado em R$1.826.603,44 (nesse valor estão incluídos os imóveis das matrículas 6.159, 16.760, 24.150, 24.151, 27.087 e 48.469), sendo nomeada depositária a executada **Stefania Santina Scussolino da Cunha**. (PROTOCOLO N.º 99.268).
O Escrevente Autorizado: (Oswaldo Ferreira da Silva).

AV.7-22.637. Rio Claro, 30 de agosto de 2.010.
- PENHORA -
Em conformidade com o MANDADO extraído em 05 de fevereiro de 2.007, subscrito pelo Diretor de Divisão do Serviço Anexo das Fazendas desta cidade e assinado pelo Exmo. Sr. Dr. Claudio Luis Pavão, MM. Juiz de Direito desta Comarca, passado nos autos de EXECUÇÃO

(continua no verso)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código CPMo1VGN.

MATRÍCULA 22.637 | FICHA 02 VERSO

FISCAL, processo nº 03.539/2004, no valor de R$33.190,68 (05/02/2007) e R$3.947.804,21 (30/04/2004 Processo em apenso 4244/2004), tendo como exeqüente a **UNIÃO FEDERAL** e como executado **LUDIVAL MOVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.674.943/0001-75, com endereço na Rua Jacutinga, nº 1495, Parque Universitário, nesta cidade, procedo a averbação da penhora sobre o imóvel desta matrícula, sendo nomeado como depositária Stefania Santina Scussolino da Cunha, brasileira, casada, CPF/MF 865.430.168-68, com endereço na avenida 20, nº 1180, Santa Cruz, sendo que a executada foi intimada da Penhora em 14 de maio de 2007, na pessoa da depositaria, já qualificada. (custas a final). O imóvel foi avaliado em R$280.000,00. (Protocolo nº 124.025).

O Escrevente Autorizado: _____ (José Américo Valdanha).

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código CPMo1VGN.

Receita Federal

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA/SP

Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal – SAPAC

INFORMAÇÃO FISCAL

Requisitante:	**Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Piracicaba - DIGRA**
Referências:	**Ofício PSFN / PIRA nº. 55/2011 (GD)**

Em atendimento ao ofício acima citado, temos a informar o seguinte:

1 – Foi concluída em 22/12/2010 a ação fiscal 08.1.25.00-2009-01627 junto ao contribuinte LUDIVAL MÓVEIS LTDA – CNPJ 44.674.943/0001-75, culminando com um lançamento global de R$ 411.160.066,36 (principal e multa), constituído por intermédio de três Autos de Infração, a saber: 13888.005.527/2010-14, 13888.005.528/2010-69 e 13888.005.529/2010-11.

2 – Considerando a existência fática de um grupo empresarial, sob a ótica do Auditor responsável pelo lançamento, os créditos foram constituídos em nome do contribuinte em epígrafe, sendo considerados como solidários os seguintes sujeitos passivos:

SOCIOS ADMINISTRADORES:

- LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO - CPF: 199.682.058-34
- DANIEL LUNARDI SCUSSOLINO - CPF: 221.941.638-08
- DANILO LUNARDI SCUSSOLINO - CPF: 302.662.458-62

EMPRESAS DO GRUPO LUDIVAL:

- LUIZZI INDUSTRIA E COMERCIO DE SOFÁS LTDA - CNPJ: 05.150.052/0001-68
- XAPEC AGROPECUÁRIA LTDA - CNPJ: 74.654.625/0001-03
- DIVAL TRANSPORTES LTDA - CNPJ: 43.991.603/0001-05
- ZILOG LOGISTICA LTDA - CNPJ: 09.232.721/0001-00
- ZITRAL-AGROPECUÁRIA, IND, COM E TRANSP MADEIRAS LTDA. - CNPJ: 05.756.159/0001-54

3 – Quanto à garantia da satisfação dos créditos constituídos, está sendo concluído pelo Auditor o processo de Arrolamento de bens (já cadastrado sob número 13888.005.643/2010-33) em face dos sujeitos passivos acima descritos, tendo em vista a ABSOLUTA INEXISTÊNCIA DE BENS EM NOME DE LUDIVAL MÓVEIS LTDA.

4 – Finalizando, foi também emitida a respectiva Representação Fiscal para Fins Penais, protocolada sob o número 13888.005.642/2010-99.

Remeta-se a presente informação ao gabinete desta DRF/Piracicaba.

RONALDO XAVIER DE BARROS
Chefe da SAPAC/DRF/PCA
AFRFB - Matrícula 880.933
Em 11/02/2011

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700010340.
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código CPMo1VGN.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS PÚBLICAS
AV. 3, 361 – Térreo – Centro – Rio Claro/SP – CEP: 13.500-391 – Telefone e Fax (19) 3533-1911

TERMO DE CONCLUSÃO
(despacho cadastrado)

Em 19 / 12 /2011, remeto estes autos conclusos ao DR.. JOÉLIS FONSECA, JUIZ DE DIREITO deste SAF, para despacho/sentença, registrando a carga em livro próprio.Eu _____ (CARLOS ROGÉRIO GUOLO), Coordenador, subscrevi.

Processo nº 25/10 - Feito(s) em apenso: N/C

Vistos, etc...

Prejudicada a nomeação de bens, sendo de rigor sua rejeição, não apenas pela recusa justificada da Fazenda Pública, mas em face da extemporaneidade (artigo 8º. Da Lei 6830/80).

Oficie-se objetivando a indisponibilidade dos direitos de propriedade do imóvel indicado pela exeqüente, expeça-se mandado para penhora e registro, e tornem conclusos para apreciação aos demais requerimentos formulados.

Int.

Rio Claro, ds.

JOÉLIS FONSECA
Juiz de Direito Corregedor
VISTO EM CORREIÇÃO

DATA

Em 19/12/2011, às 13:00 horas, recebi estes autos em cartório.
Eu _____ (LUIZA HELENA CUSTÓDIO STANOSKI), Escrevente-Chefe, subscr.

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700013402
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código TzcnjaZa.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS PÚBLICAS
AV. 3, 361 – Térreo – Centro – Rio Claro/SP – CEP: 13.500-391 – Telefone e Fax (19) 3533-1911

Proc. nº 25 **/** 2010

Certifico e dou fé que a r. sentença / despacho / ordem de serviço de fls. 38 **foi disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 17/02/2012, às fls. 132/140. Considera-se data da publicação o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.**

Rio Claro, 17 /02/2012.

IRACI SHIZUKO OUGUCIKU
Escrevente Chefe
Matr. TJ 801.566-5

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700013402
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código TzcnjaZa.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS PÚBLICAS
AV. 3, 361 – Térreo – Centro – Rio Claro/SP – CEP: 13.500-391 – Telefone e Fax (19) 3533-1911

Processo Ordem nº 29 /2010

CERTIDÃO DE CONSULTA DE AUTOS EM BALCÃO

Certifico e dou fé que estes autos foram examinados em balcão pelo Dr.(Sr.): Renata Maria Soares Battistella,
OAB/SP (ou RG) nº 239.258.
Nada Mais. Rio Claro, 01 / 03 **/2012.**

Eu, _____, (CARLOS ROGÉRIO GUOLO), Diretor, subscrevi.

Assinatura da pessoa supra qualificada:

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código TzcnjaZa.

JUNTADA

Em _____/_____/2012, junto a estes autos:

( ) a petição
( ) o ofício
( ) a carta precatória
( ) os avisos de recebimento (ARs)
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o mandado
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
que segue.

Clarissa Correia Leitão
ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

e documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
ra conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código TzcnjaZa.

WILNEY DE ALMEIDA PRADO
Advocacia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS DA COMARCA DE RIO CLARO -SP

Proc. 25/10

LUDIVAL MÓVEIS LTDA, por seu procurador infra firmado, nos autos da **EXECUÇÃO FISCAL** que lhe promove **UNIÃO FEDERAL**, feito em trâmite perante este DD. e Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Rio Claro – SP, registrado sob nº 25/10, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, a fim de requerer a juntada aos autos do incluso Instrumento de Mandato.

Por oportuno, requer que as publicações e intimações do presente feito sejam realizadas em nome de ***Wilney de Almeida Prado***, inscrito na OAB/SP sob nº 101.986, com escritório profissional da cidade de Rio Claro – SP, na Rua 05, nº 844 – Centro, sob pena de nulidade.

Termos em que,
PEDE DEFERIMENTO.

Rio Claro, 09 de março de 2012.

WILNEY DE ALMEIDA PRADO
OAB/SP – 101.986

C.N.P.J. n.º 66.841.156/0001-03 OAB/SP n.º 2.395
Rua Cinco, n.º 844 - Centro - Rio Claro - SP - CEP: 13500-040
Telefone / Fax: (0xx19) 3524-6499

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700010340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código jNptmovG.

WILNEY DE ALMEIDA PRADO
Advocacia

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.**, empresa estabelecida nesta cidade de Rio Claro, na Rua Jacutinga, nº 1495, Bairro Parque Universitário, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.674.943/0001-75, representada por seu sócio-administrador Sr. Luiz Antonio Scussolino, na forma de seu contrato social, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados **WILNEY DE ALMEIDA PRADO**, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Secção São Paulo sob o nº 101.986, **RENATA MARIA SOARES BATTISTELLA**, brasileira, casada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Secção São Paulo sob o nº 239.258, **ROSANA CRISTINA GOMES CARDOSO RODRIGUES ALVES**, brasileira, casada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de São Paulo sob nº 265.497, integrantes da sociedade ***WILNEY DE ALMEIDA PRADO ADVOCACIA***, e a estagiária de direito **BRUNA GODOY CURTOLO**, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de São Paulo sob nº 187.570-E, todos com escritório profissional na cidade de Rio Claro – São Paulo, na Rua 05, nº 844, Centro, CEP: 13.500-040, aos quais outorga os poderes da cláusula *ad judicia* e mais os de confessar, desistir, transigir, receber, dar quitação, firmar acordos e compromissos, substabelecer, rescindir contratos e todo o mais que necessário for ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Rio Claro, 12 de dezembro de 2011.

LUDIVAL MÓVEIS LTDA.
Luiz Antonio Scussolino

C.N.P.J. n.º 66.841.156/0001-03 OAB/SP n.º 2.395
Rua Cinco, n.º 844 - Centro - Rio Claro - SP - CEP: 13500-040
Telefone / Fax: (0xx19) 3524-6499

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o Site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código iNptmovG.

AUDITEC

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
592715/06-1

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE DA FILIAL COM CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL.

LUDIVAL MÓVEIS LTDA

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

Luiz Antonio Scussolino, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 04.901.608-8-SSP/SP e do CPF nº 199.682.058-34, residente e domiciliado na Avenida 20, nº 1180, Santa Cruz, CEP 13.500-500, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo;

Stefânia Santina Scussolino da Cunha, italiana, viúva, empresária, portadora da Cédula de Identidade RNE nº W240549-Q-SE/DPMAF/DPF e do CPF nº 865.430.168-68, residente e domiciliada na Avenida 20, nº 1180, Santa Cruz, CEP 13.500-500, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo: únicos sócios componentes da sociedade limitada, que explora o ramo de: **Indústria e comércio de móveis estofados e de madeira em geral,** sob a denominação social de **LUDIVAL MÓVEIS LTDA,** com sede na Rua Jacutinga, nº 1495, Parque Universitário, CEP 13.504-170, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 44.674.943/0001-75, com seu contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.201.142.391 em sessão do dia 16/05/1974 e posteriores alterações sob nº 793.194 em 19/08/1975, 827.725 em 12/02/1976, 961.732 em 16/11/1977, 1.099.406 em 02/04/1980, 1.161.408 em 10/04/1981, 26.061 em 06/04/1982, 41.807 em 10/05/1983, 53.362 em 13/06/1984, 41.861 em 24/04/1985, 235.049 em 20/06/1986, 361.837 em 16/03/1987, 589.714 em 01/07/1988, 696.942 em 15/02/1989, 949.781 em 17/06/1990, 129.670/95-9 em 20/07/1995, 35.035/96-1 em 13/03/1998, 160.602/98-1 em 14/10/1998, 198.019/98-1 em 01/12/1998, 165.992/99-2 em 28/09/1999, 042.030/02-0 em 05/03/2002, 001.380/03-5 em 10/01/2003, 4.493/04-7 em 12/01/2004 e 232.726/04-8 em 08/06/2004, resolvem de comum acordo, alterar o referido contrato social como segue:

A) ALTERAÇÃO CONTRATUAL

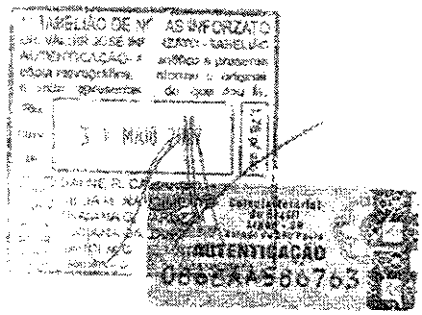
1º TABELIÃO DE NOTAS DE VALOR JURÍDICO AUTENTICAÇÃO

31 MAR 2006

Rua 7 de nº 453, Centro - CEP 13500-060 - Rio Claro/SP
PABX/FAX: (019) 3524 1818 auditec@auditecpericias.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código jNptmovG.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL S/C Ltda.



CLÁUSULA I – DA SUA FILIAL

A partir desta data o seu depósito nº 03, localizado no Distrito Industrial, nº 220, conf. 102, na cidade de Itirapina-SP, CEP 13.530-000, passa a ter a seguinte atividade: **Indústria e comércio de móveis estofados e de madeira em geral.**

CLÁUSULA II – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade e alterações posteriores não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

B) CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Depois de procedidas às alterações retro, deliberam os membros da sociedade limitada **LUDIVAL MÓVEIS LTDA,** consolidarem todas as disposições contratuais vigentes, fazendo constar todas as cláusulas e condições do contrato social, numa só peça, a fim de facilitar o seu exame ou consulta, quando necessário, como também para todos os fins e efeitos de direito, passando a sociedade a ser regulamentada tão somente pelas cláusulas e condições seguintes:

***CLÁUSULA I* – DENOMINAÇÃO E SEDE**

A sociedade gira sob a denominação social de: **LUDIVAL MÓVEIS LTDA,** tendo a sua sede e escritório central, situado na Rua Jacutinga, nº 1495, Parque Universitário, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, CEP 13.504-170, e mantém as seguintes filiais:

Filial 1 – Depósito 1 – Com sede na Avenida Saburo Akamini, nº 1681, Wenzel, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo. Cep 13.504-315, com atividade de **Depósito de mercadorias próprias.**

Filial 2 – Depósito 2 – Com sede na Rua 20, nº 4303, Recanto Paraíso, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, Cep 13.504-290, com atividade de **Depósito de mercadorias próprias.**

Filial 3 – Com sede no Distrito Industrial, nº 220, conf. 102, na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, CEP 13.530-000, com atividade de **Indústria e comércio de móveis estofados e de madeira em geral.**

Filial 4 – Com sede na Rodovia Marechal Rondon, KM 61, Fazenda Santa Quitéria, na cidade de Cabreúva, Estado de São Paulo, Cep 13.315-000, com atividade de **Extração de madeiras.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código jNptmovG.

AUDITEC JUCESP

CLÁUSULA II – OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto social a **Indústria e comércio de móveis estofados e de madeira em geral.**

CLÁUSULA III - PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e seu início deu-se em **10 de abril de 1974.**

CLÁUSULA IV – CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	%	VALOR – R$
Luiz Antonio Scussolino	198.000	99,00	198.000,00
Stefânia Santina Scussolino da Cunha	2.000	1,00	2.000,00
TOTAL	**200.000**	**100,00**	**200.000,00**

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor das suas quotas do capital social, porém todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Segundo: Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previsto para a integralização de suas quotas, e aos sócios que deixarem de fazê-lo, deverão ser notificados imediatamente, e no prazo de 30 (trinta) dias, da notificação pela sociedade, responderão perante a mesma pelo pagamento da mora.

Parágrafo Terceiro: Verificada a inadimplência na integralização das quotas, consequentemente da mora apurada, poderão por decisão majoritária dos demais sócios, tomarem para si, ou transferirem para terceiros, as quotas do sócio inadimplente, excluindo-o do quadro societário, devolvendo-lhe o que houver pago, deduzindo a mora e as prestações não cumpridas e demais despesas, se houverem.

Parágrafo Quarto: A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social, com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e a sociedade.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código jNptmovG.

AUDITEC JUCESP

16

CLÁUSULA V – LUCROS E PERDAS

Os sócios participam da distribuição dos lucros e das perdas na proporção das respectivas quotas.

Parágrafo Único: Os sócios são obrigados a repor os lucros e as quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando sejam distribuídas com prejuízo do capital social.

CIÁUSULA VI – ADMINISTRAÇÃO E USO DA SOCIEDADE

Os sócios **Sr. Luiz Antonio Scussolino** e **Srª. Stefânia Santina Scussolino da Cunha,** são os administradores da sociedade.

Parágrafo Primeiro: Os administradores tem o poder geral para praticar todos os atos pertinentes a gestão da sociedade, inclusive na assinatura de cheques, documentos fiscais, na prestação de garantias, fiança, aval e qualquer outro documento que implique em responsabilidade para a sociedade, cuja assinatura se dará de forma individual, ficando a sociedade obrigada perante terceiros.

Parágrafo Segundo: Os administradores poderão receber um pró-labore, fixado de comum acordo pelos sócios, respeitando as normais fiscais vigentes, salvo em meses que de comum acordo entre os sócios, optem pelo não pagamento.

Parágrafo Terceiro: A sociedade poderá levantar balanços em períodos inferiores a um ano, e a eventual distribuição de lucros, poderá, de acordo com a deliberação dos sócios, ser mensal, bimestral, trimestral, semestral ou anual.

Parágrafo Quarto: É vedado aos administradores fazerem uso da empresa na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título, em negócios alheios ao seu objeto social da sociedade.

CLÁUSULA VII – PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

CLÁUSULA VIII – REUNIÕES

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocadas pelos administradores.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código jNptmovG.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL E CÍVEL
1º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - CAPITAL
AUTENTICADO

Parágrafo Primeiro: O anúncio de convocação para reunião, será publicado por 3 (três) vezes ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de 8 (oito) dias para a primeira convocação, e de 5 (cinco) dias para as posteriores.

Parágrafo Segundo: As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, em jornal de grande circulação.

Parágrafo Terceiro: Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes quando todos os sócios comparecerem ou declararem por escrito estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quarto: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela.

Parágrafo Quinto: Realizada a reunião, os trabalhos e as deliberações serão lavradas, no livro ata de reuniões; e a ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será apresentada ao registro público de empresas mercantis, para arquivamento e averbação.

Parágrafo Sexto: A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo 3 (três) quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

CLÁUSULA IX – DELIBERAÇÕES

Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na Lei ou no contrato:

A – Aprovação das contas da administração;

B – A designação dos administradores, quando feita em ato separado;

C – A destituição dos administradores;

D – O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;

E – A modificação do contrato social;

F – A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;

G – A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

H – Pedido de concordata.

CLÁUSULA X – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

As deliberações dos sócios serão tomadas:

Rua [illegible] – [illegible]
PABX/FAX (0**) 3523-3818 E-mail: auditec@auditecontabil.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código jNptmovG.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL S/C LTDA.

1 – Pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social nos casos previstos nas letras "E" e "F".

2 – Pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras "B", "C", "D" e "H".

3 – Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na Lei.

Parágrafo Primeiro: As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

Parágrafo Segundo: As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo de Lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLÁUSULA XI – RETIRADA DOS SÓCIOS

Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade, comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência nas aquisições das mesmas.

Parágrafo Único: Se nenhum dos sócios usar o direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

CLÁUSULA XII – FALECIMENTO DE SÓCIO

O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do falecido, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

Parágrafo Primeiro: Até que se finalize o processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo falecido ficará a cargo do inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

Parágrafo Segundo: Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

CLÁUSULA XIII - EXCLUSÃO DE SÓCIO

Poderá o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em

1º TABELIÃO DE NOTAS INFORMAÇÕES
AUTENTICAÇÃO
31 MAI 2017

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código jNptmovG.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL S.C. LTDA.

risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

Parágrafo Primeiro: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Segundo: Será também de pleno direito, excluído da sociedade o sócio declarado falido ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

Parágrafo Terceiro: No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios, ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerado pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da resolução e seus haveres serão pagos em 12 (doze) parcela iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira a 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

Parágrafo Quarto: Poderão os sócios remanescentes suprirem o valor da quota, do sócio que deixou a sociedade.

CLÁUSULA XIV – RESPONSABILIDADE

A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 2 (dois) anos após averbada a resolução da sociedade.

CLÁUSULA XV - EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social coincidirá com o ano civil.

Parágrafo Primeiro: Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício, feita as necessárias amortizações e previsões, o saldo porventura existente, terá o destino que os sócios houverem por bem determinar.

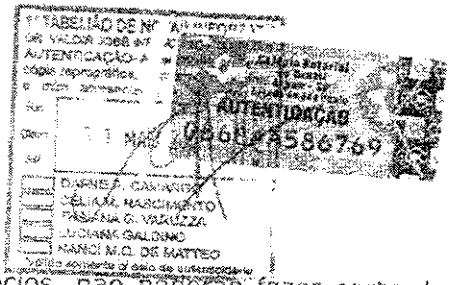
Parágrafo Segundo: A reunião dos sócios para a tomada de contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico apurado em 31 de dezembro de cada ano, bem como para designar os administradores, quando for o caso, se dará até a segunda quinzena do mês de abril do ano civil subseqüente.

Rua 7 n.º 457, Centro - CEP: 13500-060 - Rio Claro/SP
PABX/FAX: (019) 3524-1818 E-mail: auditec@auditecontabil.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código jNptmovG.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL S/C LTDA.

JUCESP
16



Parágrafo Terceiro: Os administradores não sócios, não poderão fazer parte da votação das contas e do balanço patrimonial apurado.

CLÁUSULA XVI – NORMAS CONTRATUAIS OMISSAS

Os casos omissos neste contrato de sociedade limitada, que possam ser suscitados, serão supridos ou resolvidos com a regência supletiva das normas que regula o Sub-Título II – da sociedade personificada – Capítulo I – da sociedade simples - Livro II – da Lei 10.406/02 do novo Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA XVII – FORO

As partes de comum acordo elegem o foro da comarca de Rio Claro-SP, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa ser suscitada neste contrato de sociedade limitada.

CLÁUSULA XVIII - DECLARAÇÃO DOS SÓCIOS

Os sócios administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

E por estarem em perfeito acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas idôneas, sendo que a primeira via será encaminhada e arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Rio Claro, 01 de agosto de 2006.

Luiz Antonio Scussolino
RG nº 04.901.608-8-SSP/SP

Stefânia S. Scussolino da Cunha
RNE nº W240549-Q-SE/DPMAF/DPF

Testemunhas

Fábio César Pavão
RG nº 13.645.077-5-SSP/SP

Valéria de Andrade Pavão
RG nº 15.873.408-7-SSP/SP

Ru *Claro/SP*
PABX/FAX: *auditeccontas.com.br*

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 130.175/06-7 EM 11/08/2006
SECRETÁRIA GERAL

JUCESP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código jNptmovG.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

GUIA DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL
- DEMAIS RECEITAS -

GARE
DR

01 - MICROFILME (NÃO PREENCHER)

15	CONTRIBUINTE: WILNEY DE ALMEIDA PRADO ADVOCACIA	02	DATA DE VENCIMENTO: 09/03/2012
16	ENDEREÇO: RUA 5 NUMERO 844 CENTRO	03	CÓDIGO DA RECEITA: 304-9
	MUNICÍPIO: RIO CLARO / UF: SP	04	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
17	TELEFONE:	05	CNPJ ou CPF: 66841156000103
18	TRIBUTO/RECEITA: Contribuições Carteira de Previdência dos Advogados de S.P.	06	INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA ou Nº. DA ETIQUETA:
19	CNAE:	07	REFERÊNCIA (mês/ano):
20	PLACA DO VEÍCULO:	08	Nº. AIIM ou Nº. DI ou Nº. PARCELAMENTO:
21	OBSERVAÇÕES: LUDIVAL MÓVEIS LTDA X UNIÃO FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL PROC: 25/10	09	VALOR DA RECEITA (Nominal ou Corrigida): 12,44
		10	JUROS DE MORA:
		11	MULTA DE MORA ou MULTA POR INFRAÇÃO (Nominal ou Corrigida):
		12	ACRÉSCIMO FINANCEIRO:
22	AUTENTICAÇÃO MECÂNICA	13	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:
		14	VALOR TOTAL: 12,44

Portaria CAT Nº. 27/95

09/03/2012 BANCO DO BRASIL 11:07:22
555316730 0021
OUVIDORIA BB 0800 729 56 78
COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CONVENIO: ARRECAD SAO PAULO-GARE DR
BANCO: 001-BANCO DO BRASIL
DATA DO PAGAMENTO 09/03/2012
DATA DO VENCIMENTO 09/03/2012
COD RECEITA 304-9
CPF/CNPJ 66841156000103
VALOR RECEITA 12,44
VALOR TOTAL 12,44

AUTENTICACAO DIGITAL
RRE4URGG ANEF1KTM H0000900 P8001Y34
A66777JP 3DJ#9C79 NJUIEWPF UY6EJQPV

COMPROVANTE APROVADO CONFORME PROCESSO
SF-38-9078843/2001, EM CONFORMIDADE
COM AS PORTARIAS CAT98 DE 04/12/1997 E
CAT60/2002-SEFAZ-SP.

NR.AUTENTICACAO 9.597.AD2.D43.57C.A42
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.
**** 1A VIA ****

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código jNptmovG.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS PÚBLICAS
AV. 3, 361 – Térreo – Centro – Rio Claro/SP – CEP: 13.500-391 – Telefone e Fax (19) 3533-1911

Fl.: 54

Processo nº 25/2010

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que estes autos foram retirados com carga pelo(a) Dr.(a) BRUNA GODOY CURTOLO – OAB/SP 187.570-E em 09/03/2012, sendo devolvidos em Cartório nesta data. RIO CLARO, 04 de maio de 2012. Eu (IRACI SHIZUKO OUGUCIKU), Escrevente Chefe, subscrevi.

e documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código jNptmovG.

JUNTADA

Em 04 de maio de 2012, junto a estes autos:

(X) a petição

( ) o ofício

( ) a carta precatória

( ) o aviso de recebimento (A.R.)

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial

( ) o mandado

( ) o laudo pericial

( ) a carta devolvida

( ) o edital

( ) outros

que segue.

Eu, _____, (Dirlei Antonio Barbosa – Mat. TJ 310.865-3), escrevente subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700015240
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código jNptmovG.

WILNEY DE ALMEIDA PRADO
Advocacia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS DA COMARCA DE RIO CLARO – ESTADO DE SÃO PAULO

Processo nº: 25/10 - SAF

LUDIVAL MÓVEIS LTDA, por seu procurador infra firmado, nos autos da **EXECUÇÃO FISCAL** que lhe promove a **FAZENDA PÚBLICA FEDERAL,** vem, muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

A Exequente está requerendo a inclusão no polo passivo de diversas pessoas físicas e jurídicas, alegando que, segundo os autos de infração nº. 13888.005.527/2010-14; 13888.005.528/2010-69 e 13888.005.529/2010-11, teria sido apurada a existência de grupo econômico fático.

A pretensão da Exequente não pode ser acolhida.

Os Autos de Infração por ela mencionados foram, todos, objeto da competente impugnação em sede administrativa e a defesa apresentada ainda está pendente de julgamento, como se comprova com a inclusa cópia de extrato de andamento de processo administrativo.

E, a teor do disposto no artigo 151, III, do Código Tributário Nacional, na pendência de recurso em processo administrativo, os Autos de Infração invocados estão com sua exigibilidade suspensa e, consequentemente, não produzem nenhum efeito.

C.N.P.J. n.º 66.841.156/0001-03 OAB/SP n.º 2.395
Rua Cinco, n.º 844 - Centro - Rio Claro - SP - CEP: 13500-040
Telefone / Fax: (0xx19) 524-6499

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Acesse https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código oQ9qKc98.

WILNEY DE ALMEIDA PRADO
Advocacia

Por todo o exposto, o pedido da Exequente deve ser indeferido, por ora, e aguardar o desfecho do recurso em processo administrativo, nos termos acima mencionados.

Nestes Termos,
P. DEFERIMENTO.

Rio Claro, 3 de maio de 2012.

WILNEY DE ALMEIDA PRADO
OAB/SP - 101.986

Rua Cinco, n.º 844 - Centro - Rio Claro - SP - CEP: 13500-040
Telefone / Fax: (0xx19) 524-6499

...al, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340 ... site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código oQ9qKc98.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Dados do Processo

Número : **13888.005527/2010-14**
Data de Protocolo : **03/12/2010**
Documento de Origem : **AUTOINFSN031210**
Procedência :
Assunto : **AUTO DE INFRACAO-IPI**
Nome do Interessado : **LUDIVAL MOVEIS LTDA**
CNPJ : **44.674.943/0001-75**

Localização Atual

Órgão Origem : **AG REC FED RIO CLARO-DRF-PIRACICABA-SP**
Órgão Destino : **CONSELHO ADMINIST RECURSOS FISCAIS-MF-DF**
Movimentado em : **29/06/2011**
Sequencia : **0008**
RM : **10270**
Situação : **EM ANDAMENTO**
UF : **DF**

[redacted] [redacted]

Este documento não indica a existência de qualquer direito creditório

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código oQ9qKc98.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Dados do Processo

Número : **13888.005528/2010-69**
Data de Protocolo : **03/12/2010**
Documento de Origem : **AUTOINFSN031210**
Procedência :
Assunto : **AUTO DE INFRACAO-IPI**
Nome do Interessado : **LUDIVAL MOVEIS LTDA E OUTROS**
CNPJ : **44.674.943/0001-75**

Localização Atual

Órgão Origem : **AG REC FED RIO CLARO-DRF-PIRACICABA-SP**
Órgão Destino : **CONSELHO ADMINIST RECURSOS FISCAIS-MF-DF**
Movimentado em : **03/11/2011**
Sequencia : **0012**
RM : **10475**
Situação : **EM ANDAMENTO**
UF : **DF**

[redacted]

Este documento não indica a existência de qualquer direito creditório

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700013
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código oQ9qKc98.

fls. 61

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Dados do Processo

Número : **13888.005529/2010-11**
Data de Protocolo : **03/12/2010**
Documento de Origem : **AUTOINFSN031210**
Procedência :
Assunto : **AUTO DE INFRACAO IRPJ-CSLL-COFINS-PIS PORT RFB 666-2008**
Nome do Interessado : **LUDIVAL MOVEIS LTDA E OUTROS**
CNPJ : **44.674.943/0001-75**

Localização Atual

Órgão Origem : **AG REC FED RIO CLARO-DRF-PIRACICABA-SP**
Órgão Destino : **CONSELHO ADMINIST RECURSOS FISCAIS-MF-DF**
Movimentado em : **13/10/2011**
Sequencia : **0009**
RM : **10439**
Situação : **EM ANDAMENTO**
UF : **DF**

[redacted] [redacted]

Este documento não indica a existência de qualquer direito creditório

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700013360
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código oQ9qKc98.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS PÚBLICAS
AV. 3, 361 – Térreo – Centro – Rio Claro/SP – CEP: 13.500-391 – Telefone e Fax (19) 3533-1911

TERMO DE CONCLUSÃO
(despacho cadastrado)

Em 7 / 5 /2012, remeto estes autos conclusos ao DR.. JOÉLIS FONSECA, JUIZ DE DIREITO deste SAF, para despacho/sentença, registrando a carga em livro próprio.Eu _____ (CARLOS ROGÉRIO GUOLO), Coordenador, subscrevi.

Processo nº 25/10

Vistos, etc...

Determino o desentranhamento do relatório fiscal (fls.37), encartando-o em pasta própria.

Trata-se de requerimento de parte da Fazenda Pública no sentido do reconhecimento da existência grupo econônimo e redirecionamento da execução fiscal aos terceiros qualificados como tal.

Objetivando fundamentar a pretensão, trouxe aos autos a informação fiscal de fls. 62, cujo conteúdo relata que, **sob a ótica do auditor fiscal** constatou-se a existência fática de grupo econômico.

A executada, em resposta, apresenta extrato emitido pelo próprio Ministério da Fazenda (fls. 58 a 60) com a afirmação de que há recurso administrativo em trâmite, portanto não finalizado o procedimento fiscal.

Primeiro há que se reconhecer a estranha atitude da executada que, embora rebata a existência de grupo econômico, manifesta-se nos autos contrária ao pedido formulado pela Fazenda Pública, diga-se, irregularmente, uma vez que não tem capacidade postulatória para, judicialmente, demandar em nome de todos os supostos componentes do chamado "grupo econômico". Porém, administrativamente, como integrante do pólo passivo em relação às multas impostas (ns. 13888.005.527/2010-4, 13888.005.528/2010-69 e 13888.005.529/2010-11) detêm tal direito e o comprova por meio do extrato antes mencionado.

Assim, não formalizada a constituição definitiva em relação à multa imposta, em cujo relatório fiscal devem constar os fundamentos pelos quais se detectou a responsabilidade solidária ora debatida, mas deixou a exequente de demonstrar, nestes autos, tais pressupostos, bem como se, restando reconhecida a existência de grupo econômico, se a responsabilidade pelo lançamento fiscal aqui executado pode ser imputado a terceiros, em razão do fator temporal (fato gerador, inscrição divida, constituição definitiva do débito).

Já se decidiu a respeito que,

> Processo: AI 50355 SP 2003.03.00.050355-0
> Relator(a): JUIZ CONVOCADO VALDECI DOS SANTOS
> Julgamento: 17/03/2009
> **Ementa- DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. RECONHECIMENTO DE GRUPO ECONÔMICO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DE TODAS AS EMPRESAS DO GRUPO SOCIETÁRIO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM O ALEGADO. NECESSIDADE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. 1. O agravante requer o reconhecimento de grupo econômico, com a conseqüente responsabilidade solidária de todas as empresas pertencentes ao grupo societário, tendo em vista a constatação da inexistência de bens penhoráveis de propriedade da empresa executada para garantir o juízo na execução fiscal. Para tanto, apenas mencionou em sua inicial a obtenção de dados retirados em consulta à internet, junto ao site INPI, não colacionando nenhuma prova para os autos. 2. ..... 3. Convenhamos que o simples apontamento,**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código S2qSfB7I.

pelo agravante, de empresas com coincidência de acionistas ou sócios, não é o bastante para servir de amparo para a decretação do reconhecimento da existência de grupo econômico, com a desconsideração da personalidade jurídica e a conseqüente responsabilidade solidária das empresas mencionadas. 4. Ainda, deve-se ter em vista os efeitos que uma eventual decisão na forma em que pleiteada poderia trazer à lide e as próprias partes, desta forma, necessário se faz exame mais apurado, com supedâneo em um conjunto probatório capaz de secundar decretação de tão graves conseqüências, exigindo, pois, a necessária dilação probatória, o que não é adequado em sede deste agravo de instrumento.
5. Ademais disso, o agravante requer a desconsideração da pessoa jurídica, porém, para tanto, deveria também comprovar a caracterização de desvio de finalidade ou a alegada confusão patrimonial, conforme os termos do artigo 50 do Código Civil, o que não ocorreu nestes autos. 6. Outrossim, ao que consta dos autos, o nome constante na certidão de dívida ativa, que embasou a presente execução fiscal, é o da empresa executada e de seus sócios, os quais, já foram, inclusive, incluídos no pólo passivo da referida ação, como co-responsáveis tributários, por determinação do juízo a quo, quando proferida a decisão agravada. Não vislumbro, pelo menos em sede de cognição sumária, a possibilidade comprovada de plano para a inclusão de outras empresas, sob pena de, inclusive, afetar direito de terceiros. 7. Agravo a que se nega provimento.

Ou ainda,

RECURSO ESPECIAL Nº 1.079.203 - SC (2008/0169698-2)
RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
ADVOGADO : FLÁVIA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO : BANCO SAFRA S/A
ADVOGADO : RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN E OUTRO(S)
INTERES. : SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
EMENTA- TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - EMPRESAS DO MESMO GRUPO
ECONÔMICO - SOLIDARIEDADE PASSIVA - INEXISTÊNCIA - PRECEDENTES.
1. É tranqüilo nesta Corte o entendimento segundo o qual não caracteriza a solidariedade passiva em execução fiscal o simples fato de duas empresas pertencerem ao
mesmo grupo econômico.
2. Recurso especial não provido.

Assim, **INDEFIRO** a inclusão das pessoas jurídicas indicadas pela Fazenda Pública, na forma pleiteada, até finalização do procedimento administrativo fiscal, até a constituição definitiva do crédito e integral reconhecimento dos fatos lá constantes, sob a ótica do auditor fiscal, como a própria Fazenda Pública menciona.

Prossiga-se a execução fiscal em seus ulteriores termos.

Int.

RC.,ds.

JOELIS FONSECA
Juiz de Direito Corregedor

DATA

Em 18 / 05 / 2012, às 10:40 horas, recebi em cartório.
Eu _____ (JOSÉ GASPEROTTO ZUNTINI), Escrevente, subscr.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código S2qSfB7I.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS PÚBLICAS
AV. 3, 361 – Térreo – Centro – Rio Claro/SP – CEP: 13.500-391 – Telefone e Fax (19) 3533-1911

63

Proc. nº 25 / 2010

Certifico e dou fé que a r. sentença / despacho / ordem de serviço de fls. 61/62 **foi disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 24/07/2012, às fls. 374/381. Considera-se data da publicação o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.**

Rio Claro, 24/07/2012.

IRACI SHIZUKO OUGUCIKU
Escrevente Chefe
Matr. TJ 801.566-5

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código S2qSfB7I.

64

Processo nº 25/2010

M.M. Juiz,

A União/Fazenda Nacional, vem, a presença de V. Excelência, REQUERER a suspensão do feito, por 30 dias, enquanto aguarda o retorno das diligências administrativas empreendidas.

Transcorrido o prazo, protesta pela abertura de nova vista dos autos.

Termos em que,

Pede DEFERIMENTO.

Piracicaba, 4 de dezembro de 2012.

LOUISE MARIA BARROS BARBOSA
Procuradora da Fazenda Nacional
Divisão de Grandes Devedores

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código BCoJPW6Z.

Credito: 370708393 CGC: 44.674.943/0001-75
Nome: LUDIVAL MOVEIS LTDA

Doc. de Origem..: 31/07/2007 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 31/07/2007 Livro: 1 Folha: 114
Dt. de Inscricao: 09/12/2008 RFB: 21.029.050 Orgao Inscr.: 21.200.807
Periodo da Divida: 07/2003 a 13/2006 PRC Tramitacao: 21.200.807
Comarca: 21440 Vara: 001 Acao Jud: 20090183575 Primeira Instancia
Fase: 535 AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO Dt. da Fase: 23/12/2009

Principal:	8.577.906,36	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	1.721.061,10	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	7.314.042,10	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	3.522.601,91		
T o t a l:	21.135.611,47		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 09/2012 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código BCoJPW6Z.

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RIO CLARO/SP
SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS

Av. Três, 361 - RIO CLARO/SP - CEP 13500-391 - Fone (19)3533-1911 - CNPJ 51.174.001/1054-59

Usuário CLARISSA - MAGNA Software

CERTIDÃO DE RECEBIMENTO DE AUTOS E BAIXA DE CARGA

Processo nº: 00.025/2010

Certifico e dou fé que estes autos foram retirados com carga de Autos a Fazenda nº 2012/0905 em 27/08/2012, ESTANDO O(A) Dr(a) DR. ALVARO LUIS PALACIOS TORRES CIENTE DOS TERMOS DESTES AUTOS, e que recebi em cartório e providenciei a baixa respectiva junto ao livro carga em 10/12/2012. Certifico ainda que REGULARIZEI OS AUTOS NA DATA DE HOJE, para remessa ao setor responsável pelo próximo andamento. NADA MAIS. RIO CLARO, 01/03/2013. Eu, _____, (CLARISSA CORREIA LEITÃO), Escrevente Técnico Judiciário, matrícula 354.096-4, subscrevi.

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código BCoJPW6Z.

67

JUNTADA

Em 29 de janeiro de 2016, junto a estes autos:

(X) a petição
( ) o ofício
( ) a carta precatória
( ) o aviso de recebimento (A.R.)
( ) o comprovante de depósito judicial
( ) o mandado de levantamento judicial
( ) o mandado
( ) o laudo pericial
( ) a carta devolvida
( ) o edital
( ) outros

que segue.

Eu, _____, (CLAUDINEA CASSIA SECCO MEDEIROS – Mat. TJ 318.972), Escrevente subscrevi.

Documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código BCoJPW6Z.

25/10

68

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS PÚBLICAS DA COMARCA DE RIO CLARO/SP.

GRANDE DEVEDOR – TRAMITAÇÃO URGENTE

EXECUÇÃO FISCAL
Processo: 0018357-41.2009.8.26.0510
Executado: LUDIVAL MÓVEIS LTDA.
Exeqüente: União/Fazenda Nacional
CDA nº 37.070.839-3

A **UNIÃO / FAZENDA NACIONAL**, pela Procuradora que esta subscreve, nos autos da ação em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **REQUERER** seja dado cumprimento a determinação de fls. 38.

Pede DEFERIMENTO.

Piracicaba, 8 de agosto de 2013.

LOUISE MARIA BARROS BARBOSA
Procuradora da Fazenda Nacional

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código BCoJPW6Z.

69

Credito: 370708393 CGC: 44.674.943/0001-75
Nome: LUDIVAL MOVEIS LTDA

Doc. de Origem..: 31/07/2007 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 31/07/2007 Livro: 1 Folha: 114
Dt. de Inscricao: 09/12/2008 RFB: 21.029.050 Orgao Inscr.: 21.200.807
Periodo da Divida: 07/2003 a 13/2006 PRC Tramitacao: 21.200.807
Comarca: 21440 Vara: 001 Acao Jud: 20090183575 Primeira Instancia
Fase: 535 AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO Dt. da Fase: 23/12/2009

Principal:	8.577.906,36	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	1.721.061,10	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	7.865.599,25	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	3.632.913,34		
T o t a l:	21.797.480,05		
Honorarios:	0,00		XMIT

Valores atualizados p/ 08/2013 em REAL
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

ocumento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código RCe.IDW67

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AV. 26, Nº: 1143, Rio Claro-SP - CEP 13500-575
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Físico nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exeqüente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **André Antonio da Silveira Alcantara**

CONCLUSÃO

Em 01 de dezembro de 2016, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, Dr. ANDRÉ ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA. Eu, Ana Paula De Santis Guedes, Coordenadora Substituta subscrevi.

Vistos, em correição
01.12.2016

Proc. nº 25/2010

Vistos,

Fls. 68: Cumpra-se o determinado às fls. 38, expedindo-se o necessário.

Int.

Rio Claro, 01 de dezembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SAO PAULO/SP, em 01/12/2016 às 16:57:13, sob o número CO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcf/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 12BihzGg.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exeqüente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que dei cumprimento ao determinado às fls. 38, conforme cópias que sequem. Certifico mais, que encaminhei os documentos ao setor responsável pela remessa à Central de Mandados/malote. Nada Mais. Rio Claro, 09 de março de 2017. Eu, ___, Fabio Rubio Lotti, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por FABIO RUBIO LOTTI e FABIANA BATISTA SANTANA, liberado nos autos em 10/01/2021 às 17:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 12BihzGg.

72
f.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Físico

Processo Físico n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exeqüente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

CÓPIA

Rio Claro, 07 de março de 2017.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, requisita-se a Vossa Senhoria que proceda à anotação de INDISPONIBILIDADE na matrícula nº 22.637 do imóvel registrado neste Cartório de Registro de Imóveis.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). André Antonio da Silveira Alcantara**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À)
2º Cartório de Registro de Imóveis de Rio Claro – SP
Rua 5, nº 369, Centro, Rio Claro – SP
CEP: 13500-040

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA e Tribunal de Justica do Estado de SAO PAULO, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AV. 26, Nº: 1143, Rio Claro-SP - CEP 13500-575
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE PENHORA E REGISTRO

Processo Físico nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Dívida Ativa nº:	**370708393**
Exeqüente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**
	CNPJ: 44.674.943/0001-75
Valor do Débito:	**R$ 20.649.624,67 - Atualizado até: 23/12/2009 14:43:03**
Oficial de Justiça:	**(0)**
Mandado nº:	**510.2017/005761-8**

CÓPIA

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara da Fazenda Pública do Foro de Rio Claro, Dr(a). André Antonio da Silveira Alcantara,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

PENHORA e REGISTRO da penhora no imóvel indicado pela exequente, conforme cópia de matrícula que segue anexo e desta faz parte integrante, nos termos da r. Decisão de fls. 38, a seguir transcrita: "Vistos, etc... Prejudicada a nomeação de bens, sendo de rigor sua rejeição, não apenas pela recusa justificada da Fazenda Pública, mas em face da extemporaneidade (artigo 8º da Lei 6830/80). Oficie-se objetivando a indisponibilidade dos direitos de propriedade do imóvel indicado pela exequente, expeça-se mandado para penhora e registro, e tornem conclusos para apreciação aos demais requerimentos formulados. Int."

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Rio Claro, 08 de março de 2017. Rosana Aparecida Pinto Borges, Coordenador.

ATENÇÃO SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA: Por ordem do MM. Juiz de Direito Titular desta Vara da Fazenda Pública de Rio Claro/SP., mencionar nas certidões o HORÁRIO EXATO EM QUE O ATO FOI PRATICADO.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: MAPA

Advogado: Dr(a). Adv. da Parte Ativa Principal << Nenhuma informação disponível >>
Endereço: Endereço Comp. do Adv. da Parte Ativa Principal << Nenhuma informação disponível >>

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 10/07/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AV. 26, Nº: 1143, Rio Claro-SP - CEP 13500-575
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

COPIA

quem lhe esteja prestando auxílio. Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

Art. 212, do CPC. *Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.*

§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

Artigo 5º, inciso XI, da CF. *a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.*

	it.pos. e/ou penhora neg.		*ovo propr./compr.*		*esconhecido*
	enhora positiva		*º não localizado*		*alecido / Falência*
	rresto		*rédio Demolido*		*avela*
	ão Atendido / ocultação		*udou-se*		*utros*
	móvel Vazio / Desocupado				

C N P N A P N M I

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDREA ANTONIA DA SILVA E FRANCISCO ANTONIO DE BARROS E SILVA.
Para acessar os autos acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDREA ANTONIA DA SILVA E FRANCISCO ANTONIO DE BARROS E SILVA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

JUNTADA

Em 11 de maio de 2017, junto a(s) petição(ões) que segue.

Eu, _____ escrevente, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
RUA 5, nº 369 - CEP.13500-040 – TEL: (019)3522-9999

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO

José Gentil Cibien Filho - Oficial
Luis Antonio Paulino - Oficial Substituto

25 | 10

Ofício nº **056/2017.-**

Rio Claro, 17 de março de 2.017.

Meritíssimo Juiz de Direito.

Pelo presente, tenho a honra de informar a Vossa Excelência, que em cumprimento ao r. Ofício expedido em 07 de março de 2.017, nos autos de EXECUÇÃO FISCAL nº 0018357-41.2009.8.26.0510, movida pela UNIÃO FEDERAL em face de LUDIVAL MÓVEIS LTDA., promovemos em 13 de março p. passado, a averbação de INDISPONIBILIDADE do imóvel matriculado sob nº 22.637, conforme se depreende da certidão da referida matrícula que tomo a liberdade de anexar ao presente.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que para os efeitos de prioridade contemplada no artigo 186 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1.973, o indigitado Ofício recebeu a PRENOTAÇÃO n° 169.075, na data de seu recebimento por esta Serventia, ocorrido no dia 10 de março p. passado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Luis Antonio Paulino
Oficial Substituto

Excelentíssimo Senhor
Dr. ANDRÉ ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA
MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública
Avenida 26 nº 1.143, Santana – Cep.: 13.500-575
RIO CLARO / SP

nal, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

Prot.: 169075. fls. 1/3.

MATRÍCULA 22.637

FOLHA 1

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

Livro N.º 2 - Registro Geral

IMÓVEL: Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de - - - 9.196,00 m2, confrontando de um lado com Pedro Lauria, de outro lado com Gimenez, Fernandes & Cia. e nos fundos com a Estrada Velha de Batovi.- Inscrição Cadastral nº 2-01-16-029-018-00-000-00-37.- - PROPRIETÁRIA: NAIR VILLELA, brasileira, solteira e maior, professora, RG. 638.332-SP, cic. 190.171.548-53, residente nesta cidade, na rua 4 nº 739.- TÍTULO AQUISITIVO: Transcrição nº 6.944, deste cartório. Rio Claro, 09 de maio de 1.986.- O Oficial Maior: _____.

R.1-22.637.- Rio Claro, 09 de maio de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 27 de junho de 1.984, no 2º Cartório de Notas, d esta -- cidade, no livro nº 671, fls. 57, re-ratificada no mesmo cartório, em 2o de fevereiro de 1.986, no livro nº 707, fls. 53, NAIR VILLELA, já qualificada, alienou o imóvel objeto da presente matrícula a == LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865, cic. 057.305.628-53, casado pelo regime da comunhão universal de bens, - anteriormente à Lei 6.515/77, com CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCE-- LIERI, residente em São Paulo, na rua Bodoquena nº 77- Tatuapé; VALDEMIR CAVENAGUE, brasileiro, industrial, RG. 4.213.004, cic. 447.226. × 648-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com DIRCE CAMPREGHER CAVENAGUE, residentes em São Paulo, na rua Flores de Goiás nº 382 e CARLOS CAMPREGHER, bra-- sileiro, industrial, RG. 3.791.168, cic. 057.365.368-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com LAURIA VIDAL CAMPREGHER, residente em São Paulo, na rua Major-Ângelo Zanchi nº 527, pelo valor de Cr$9.500.000. V. Venal: Cz$. . . $92.112,33.- O Oficial Maior: _____.-

R.2-22.637.- Rio Claro, 29 de dezembro de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 29 de outubro de 1.986, no 2º Cartório de Notas,- desta cidade, no livro nº 723, fls. 56, VALDEMIR CAVENAGUE, brasi-- leiro, industrial, RG. 4.213.004-SSP-SP e sua mulher DIRCE CAMPRE-- GHER CAVENAGUE, brasileira, de prendas domésticas, RG. 5.069.686-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anterior mente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 447.226.648-20, residentes na- rua Flores de Goiás nº 382, em São Paulo, Capital; LUIZ ANTONIO CAN CELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865-SSP-SP e sua mulher- CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCELIERI, brasileira, de prendas domés- ticas, RG. 4.178.690-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão univer-

(continua no verso)

Este documento é cópia do original, gerado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Comarca de Rio Claro - SP
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

M: 22.637

FOLHA 1 VERSO

Livro N.º 2 - Registro Geral

universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.305.628-53, residentes em São Paulo, Capital, na rua Bodoquena nº 77, Tatuapé e CARLOS CAMPREGUER, brasileiro, industrial, RG. 3.791.168-SSP-SP e sua mulher LAURIA VIDAL CAMPREGUER, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.283.695-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.365.368-20, residentes em São Paulo, Capital, na rua Major Ângelo Zanchi nº 527, alienaram o imóel objeto da presente matrícula a LUDIVAL MÓVEIS LTDA., firma desta praça, com sede nesta cidade, na Estrada da Jacutinga nº 1.495 e foro nesta comarca, inscrita no CGC/MF sob nº 44.674.943/0001-75, representada à forma de seu contrato social por seu sócio, Luiz Antonio Scussolino, pelo valor de Cz$. . . $200.000,00.- O Oficial Maior: _____.-

Av.3-22.637. Rio Claro, 23 de fevereiro de 1987. Por requerimento datado de 2/2/87 assinado pelo interessado em forma legal que fica arquivado em Cartório, foi declarado que a nota promissoria constante da escritura publica registrada sob nº2 retro no valor de Cz$ - $200.000,00 foi integralmente quitada na data aprazada. O Escrevente Habilitado _____ e Oficial:.- - - - -

R. 4 - 22.637. Rio Claro, 23 de janeiro de 2.002.

- ARROLAMENTO -

Nos termos do § 5º, inciso I do artigo 64 da Lei Federal nº 9.532 de 10/12/1.997, e parágrafo único, artigo 7º da Instrução Normativa (IN) nº 16 de 12/05/2.000, procedo o registro do TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS - TAB, formalizado em 18/10/2.001 pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (Gerência Executiva de Piracicaba-SP.-21.029), pelo qual foi arrolado o imóvel desta matrícula, pertencente à empresa LUDIVAL MÓVEIS LTDA. (acima qualificada), em face dos créditos constituidos a favor do INSS, através das NFLDs nºs. 35.355.344-1 e 35.355.345-0, consolidados em 18/10/2.000, no montante de R$1.826.603,44.

O Oficial substituto: _____ (José Eduardo Alvarenga Balthazar).

(CONTINUA NA FICHA 02)

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

Livro Nº 2 - Registro Geral

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE RIO CLARO - ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA 22.637 | FICHA 02

R. 5 - 22.637. Rio Claro, 05 de abril de 2.002.

- **PENHORA** -

Em cumprimento ao Mandado expedido aos 29/06/1.999, pelo Juizo de Direito desta Comarca (Serviço Anexo das Fazendas), aditado em 26/02/2.002, acompanhado do "Auto de Penhora, Avaliação e Depósito" e "contra fé", extraidos dos autos de EXECUÇÃO FISCAL (proc. nº 919/1.999-SAF), onde figura como exequente o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, e como executados, a empresa **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.** (qualificada no R. 2 retro), e os responsáveis tributários, **LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO**, inscrito no CPF/MF. sob nº 199.682.058-34, e **STEFANIA SANTINA SCUSSOLINO DA CUNHA**, inscrita no CPF/MF. sob nº 865.430.168-68, ambos com endereço na Avenida 20, nº 1.180, Bairro Santa Cruz, nesta cidade, **procedo o registro da PENHORA sobre o imóvel desta matrícula,** avaliado em R$150.000,00, para garantia do pagamento da dívida ativa (CDA nº 55.797.468-2) no valor de R$639.114,46, apurada em 14/05/1.999, e demais acréscimos legais. A penhora foi realizada aos 22/03/2.002, tendo sido nomeado depositário o executado Luiz Antonio Scussolino.

O Oficial substituto: _____ (José Eduardo Alvarenga Balthazar).

R.6-22.637.- Rio Claro, 03 de novembro de 2.005.

- PENHORA -

Em cumprimento ao r. Mandado expedido aos 27 de setembro de 2.005, pelo Juízo de Direito do Serviço Anexo das Fazendas desta comarca, subscrito pelo MM. Juiz de Direito, Dr. José Fernando Seifarth de Freitas, passado nos autos n.º 03.256/2002, de EXECUÇÃO FISCAL (EM GERAL), onde figura como exeqüente o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, e como executados, **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF. sob n.º 44.674.943/0001-75, com endereço na Estrada de Jacutinga, n.º 1.495, Parque Universitário, nesta cidade; **LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO**, inscrito no CPF/MF. sob n.º 199.682.058-34, com endereço na Avenida 20, n.º 1.180, Santa Cruz, nesta cidade e **STEFANIA SANTINA SCUSSOLINO DA CUNHA**, inscrita no CPF/MF. sob n.º 865.430.168-68, com endereço na Avenida 20, n.º 1.180, Santa Cruz, nesta cidade, **procedo o registro da penhora sobre o imóvel desta matrícula**, para garantia da dívida que importa em R$1.374.052,00 (em 21/09/2005), acrescida de multa, honorários advocatícios e custas (CDA: 324630549), cuja constrição foi levada a efeito nos termos do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito lavrado aos 20 de outubro de 2.005, pelo qual o imóvel foi avaliado em R$1.826.603,44 (nesse valor estão incluídos os imóveis das matrículas 6.159, 16.760, 24.150, 24.151, 27.087 e 48.469), sendo nomeada depositária a executada **Stefania Santina Scussolino da Cunha**. (PROTOCOLO N.º 99.268).

O Escrevente Autorizado: _____ (Oswaldo Ferreira da Silva).

AV.7-22.637. Rio Claro, 30 de agosto de 2.010.

- PENHORA -

Em conformidade com o MANDADO extraído em 05 de fevereiro de 2.007, subscrito pelo Diretor de Divisão do Serviço Anexo das Fazendas desta cidade e assinado pelo Exmo. Sr. Dr. Claudio Luis Pavão, MM. Juiz de Direito desta Comarca, passado nos autos de EXECUÇÃO

(continua no verso)

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE LUIS SANTANA BAHIA DA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Comarca de Rio Claro - SP
Conferencia de documento em https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

9125232-AA-1181-4

MATRÍCULA 22.637 | FICHA 02 VERSO

FISCAL, processo nº 03.539/2004, no valor de R$33.190,68 (05/02/2007) e R$3.947.804,21 (30/04/2004 Processo em apenso 4244/2004), tendo como exeqüente a **UNIÃO FEDERAL** e como executado **LUDIVAL MOVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.674.943/0001-75, com endereço na Rua Jacutinga, nº 1495, Parque Universitário, nesta cidade, procedo a averbação da penhora sobre o imóvel desta matrícula, sendo nomeado como depositária Stefania Santina Scussolino da Cunha, brasileira, casada, CPF/MF 865.430.168-68, com endereço na avenida 20, nº 1180, Santa Cruz, sendo que a executada foi intimada da Penhora em 14 de maio de 2007, na pessoa da depositaria, já qualificada. (custas a final). O imóvel foi avaliado em R$280.000,00. (Protocolo nº 124.025).

O Escrevente Autorizado: _____ (José Américo Valdanha).

AV.8-22.637.- Rio Claro, 1º de outubro de 2.013.

- INDISPONIBILIDADE -

Nos termos do comunicado publicado em 26 de setembro de 2.013, no site https://www.indisponibilidade.org.br/, sob Protocolo da Indisponibilidade 201309.2617.00016668-IA-440, verifica-se que foi decretada a INDISPONIBILIDADE dos bens de LUDIVAL MÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ/MF. nº 44.674.943/0001-75, nos autos da Ação Civil Pública – Processo nº 00097188520124036109, em trâmite perante o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Piracicaba/SP. (Protocolo nº 146.789).

O Oficial Substituto: _____ (Luis Antonio Paulino).

AV.9-22.637.- Rio Claro, 21 de janeiro de 2.015.

- REVOGAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE -

Procedo a presente averbação, para constar que em conformidade com o comunicado publicado no site https://www.indisponibilidade.org.br, em 26 de setembro de 2.013, sob protocolo nº 201501.1615.00046421-MA-140, foi **revogada a indisponibilidade** dos bens de **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.**, já qualificada, decretada nos autos mencionados na averbação nº 8. (Protocolo nº 155.647).

A Escrevente Autorizada: _____ (Maria Aparecida da Costa).

AV.10-22.637.- Rio Claro, 13 de março de 2.017.

- INDISPONIBILIDADE -

Procede-se a presente averbação para constar que, por ofício expedido aos 07 de março de 2.017, assinado digitalmente pelo Exmo. Sr. Dr. André Antonio da Silveira Alcantara, M.M. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública desta comarca, passado nos autos de Execução Fiscal – Contribuições Previdenciárias (Processo nº 0018357-41.2009.8.26.0510), onde figura como exequente **UNIÃO FEDERAL,** e executada **LUDIVAL MÓVEIS LTDA, é feita a presente averbação, para constar que foi decretada a INDISPONIBILIDADE do imóvel objeto desta matrícula.** (Protocolo nº 169.075).

A Escrevente Autorizada: _____ (Raissa Rodrigues Villanova).

(CERTIDÃO NA FICHA Nº 03)

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

Prot.: 169075. fls. 3/3.

Livro Nº 2 - Registro Geral

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE RIO CLARO - ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA 22.637 | FICHA 03

José Gentil Cibien Filho, 2º Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Rio Claro, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

C E R T I F I C A que a presente cópia é reprodução autêntica da ficha a que se refere, extraída nos termos do art. 19, § 1º, da Lei nº 6.015, de 31/12/73. CERTIFICA mais, que o imóvel objeto da presente certidão, até o dia útil anterior à este, tem sua situação com referência à alienações, constituições de ônus reais, citações em ações reais e pessoais reipersecutórias, integralmente noticiadas na presente cópia reprográfica da respectiva matrícula. O referido é verdade e dou fé. Rio Claro, 13 de março de 2017.

A Escrevente Autorizada: (Marina Camilo Costa), subscrevo e assino.

Valor Cobrado pela Certidão. Guia nº. 010/2017.

Oficial	Estado	Carteira	Reg. Cível	T. Justiça	ISS	M. Público	Total
R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00

O prazo de validade da presente certidão, para fins de alienação ou oneração, é de 30 dias, conforme previsto no item 15, letra "c", Capítulo XIV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESA SANTANA DE BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011348
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgd/Conferencia Documento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

JUNTADA

Em 25 maio de 2017, junto a(s) petição(ões) que segue.

Eu, _____ escrevente, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AV. 26, Nº: 1143, Rio Claro-SP - CEP 13500-575
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

25 / 10

MANDADO DE PENHORA E REGISTRO

Processo Físico nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Dívida Ativa nº:	**370708393**
Exeqüente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**
	CNPJ: 44.674.943/0001-75
Valor do Débito:	**R$ 20.649.624,67 - Atualizado até: 23/12/2009 14:43:03**
Oficial de Justiça:	**(0)**
Mandado nº:	**510.2017/005761-8**

Ivana

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara da Fazenda Pública do Foro de Rio Claro, Dr(a). André Antonio da Silveira Alcantara,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

PENHORA e REGISTRO da penhora no imóvel indicado pela exequente, conforme cópia de matrícula que segue anexo e desta faz parte integrante, nos termos da r. Decisão de fls. 38, a seguir transcrita: "Vistos, etc... Prejudicada a nomeação de bens, sendo de rigor sua rejeição, não apenas pela recusa justificada da Fazenda Pública, mas em face da extemporaneidade (artigo 8º da Lei 6830/80). Oficie-se objetivando a indisponibilidade dos direitos de propriedade do imóvel indicado pela exequente, expeça-se mandado para penhora e registro, e tornem conclusos para apreciação aos demais requerimentos formulados. Int."

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Rio Claro, 08 de março de 2017. Rosana Aparecida Pinto Borges, Coordenador.

ATENÇÃO SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA: Por ordem do MM. Juiz de Direito Titular desta Vara da Fazenda Pública de Rio Claro/SP., mencionar nas certidões o HORÁRIO EXATO EM QUE O ATO FOI PRATICADO.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: MAPA

Advogado: Dr(a). Adv. da Parte Ativa Principal << Nenhuma informação disponível >>
Endereço: Endereço Comp. do Adv. da Parte Ativa Principal << Nenhuma informação disponível >>

Art. 105, III, das NSCGJ: *"É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".*
Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a*

22/3

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA e ANA BATHARA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para acessar os autos processuais acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e o código E6000002419
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AV. 26, Nº: 1143, Rio Claro-SP - CEP 13500-575
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

quem lhe esteja prestando auxílio. Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa." Texto extraído do Código Penal, artigos 329, "caput" e 331.

***Art. 212, do CPC:** Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.*

§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

***Artigo 5º, inciso XI, da CF:** a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.*

	it.pos. e/ou penhora neg.		ovo propr./compr.		esconhecido
	enhora positiva		º não localizado		alecido / Falência
	rresto		rédio Demolido		avela
	ão Atendido / ocultação		udou-se		utros
	móvel Vazio / Desocupado				

C P A N I N N P M

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CARLOS SILVEIRA ALCANTARA e ANTONIO CARLOS SILVEIRA ALCANTARA
Para acessar os autos processuais acesse https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.
Este documento foi gerado pelo usuário 003.***.***-** em 19/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011348
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AV. 26, Nº: 1143, Rio Claro-SP - CEP 13500-575
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE PENHORA E REGISTRO

Processo Físico nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Dívida Ativa nº:	**370708393**
Exeqüente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**
	CNPJ: 44.674.943/0001-75
Valor do Débito:	**R$ 20.649.624,67 - Atualizado até: 23/12/2009 14:43:03**
Oficial de Justiça:	**(0)**
Mandado nº:	**510.2017/005761-8**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara da Fazenda Pública do Foro de Rio Claro, Dr(a). André Antonio da Silveira Alcantara,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

PENHORA e REGISTRO da penhora no imóvel indicado pela exequente, conforme cópia de matrícula que segue anexo e desta faz parte integrante, nos termos da r. Decisão de fls. 38, a seguir transcrita: "Vistos, etc... Prejudicada a nomeação de bens, sendo de rigor sua rejeição, não apenas pela recusa justificada da Fazenda Pública, mas em face da extemporaneidade (artigo 8º da Lei 6830/80). Oficie-se objetivando a indisponibilidade dos direitos de propriedade do imóvel indicado pela exequente, expeça-se mandado para penhora e registro, e tornem conclusos para apreciação aos demais requerimentos formulados. Int."

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Rio Claro, 08 de março de 2017. Rosana Aparecida Pinto Borges, Coordenador.

ATENÇÃO SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA: Por ordem do MM. Juiz de Direito Titular desta Vara da Fazenda Pública de Rio Claro/SP., mencionar nas certidões o HORÁRIO EXATO EM QUE O ATO FOI PRATICADO.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: MAPA

Advogado: Dr(a). Adv. da Parte Ativa Principal << Nenhuma informação disponível >>
Endereço: Endereço Comp. do Adv. da Parte Ativa Principal << Nenhuma informação disponível >>

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011349
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AV. 26, Nº: 1143, Rio Claro-SP - CEP 13500-575
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

quem lhe esteja prestando auxílio. Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.
Art. 212, do CPC. *Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.*
§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.
Artigo 5º, inciso XI, da CF. *a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.*

	it.pos. e/ou penhora neg.		*ovo propr./compr.*		*esconhecido*
	enhora positiva		*º não localizado*		*alecido / Falência*
	rresto		*rédio Demolido*		*avela*
	ão Atendido / ocultação		*udou-se*		*utros*
	móvel Vazio / Desocupado				

C P A N I N N P M

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANTONIO BASILIO VIEIRA JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011346
Processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código E0000002175P
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

MATRÍCULA 22.637

FOLHA 1

Livro N.º 2 - Registro Geral

IMÓVEL: Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de - - - 9.196,00 m2, confrontando de um lado com Pedro Lauria, de outro lado com Gimenez, Fernandes & Cia. e nos fundos com a Estrada Velha de Batovi.- Inscrição Cadastral nº 2-01-16-029-018-00-000-00-37.- - PROPRIETÁRIA: NAIR VILLELA, brasileira, solteira e maior, professora, RG. 638.332-SP, cic. 190.171.548-53, residente nesta cidade, na rua 4 nº 739.- TÍTULO AQUISITIVO: Transcrição nº 6.944, deste cartório. Rio Claro, o9 de maio de 1.986.- O Oficial Maior: _____.

R.1-22.637.- Rio Claro, o9 de maio de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 27 de junho de 1.984, no 2º Cartório de Notas, d esta -- cidade, no livro nº 671, fls. 57, re-ratificada no mesmo cartório, em 2o de fevereiro de 1.986, no livro nº 707, fls. 53, NAIR VILLELA, já qualificada, alienou o imóvel objeto da presente matrícula a == LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865, cic. 057.305.628-53, casado pelo regime da comunhão universal de bens, - anteriormente à Lei 6.515/77, com CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCE-- LIERI, residente em São Paulo, na rua Bodoquena nº 77- Tatuapé; VALDEMIR CAVENAGUE, brasileiro, industrial, RG. 4.213.004, cic. 447.226.* 648-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com DIRCE CAMPREGHER CAVENAGUE, residentes em São Paulo, na rua Flores de Goiás nº 382 e CARLOS CAMPREGHER, bra-- sileiro, industrial, RG. 3.791.168, cic. 057.365.368-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com LAURIA VIDAL CAMPREGHER, residente em São Paulo, na rua Major-Ângelo Zanchi nº 527, pelo valor de Cr$9.500.000. V. Venal: Cz$. . . $92.112,33.- O Oficial Maior: _____.-

R.2-22.637.- Rio Claro, 29 de dezembro de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 29 de outubro de 1.986, no 2º Cartório de Notas,- desta cidade, no livro nº 723, fls. 56, VALDEMIR CAVENAGUE, brasi-- leiro, industrial, RG. 4.213.004-SSP-SP e sua mulher DIRCE CAMPRE-- GHER CAVENAGUE, brasileira, de prendas domésticas, RG. 5.069.686-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 447.226.648-20, residentes na- rua Flores de Goiás nº 382, em São Paulo, Capital; LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865-SSP-SP e sua mulher- CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCELIERI, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.178.690-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão univer-

(continua no verso)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21740001540
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

M: 22.637

FOLHA 1 VERSO

Livro N.º 2 - Registro Geral

universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.305.628-53, residentes em São Paulo, Capital, na rua Bodoquena nº 77, Tatuapé e CARLOS CAMPREGUER, brasileiro, industrial, RG. 3.791.168-SSP-SP e sua mulher LAURIA VIDAL CAMPREGUER, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.283.695-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.365.368-20, residentes em São Paulo, Capital , na rua Major Ângelo Zanchi nº 527, alienaram o imóel objeto da presente matrícula a LUDIVAL MÓVEIS LTDA., firma desta praça, com sede nesta cidade, na Estrada da Jacutinga nº 1.495 e foro nesta comarca, inscrita no CGC/MF sob nº 44.674.943/0001-75, representada à forma de seu contrato social por seu sócio, Luiz Antonio Scussolino, pelo valor de Cz$. . . $200.000,00.- O Oficial Maior:_____.-

Av.3-22.637. Rio Claro, 23 de fevereiro de 1987. Por requerimento datado de 2/2/87 assinado pelo interessado em forma legal que fica arquivado em Cartório, foi declarado que a nota promissoria constante da escritura publica registrada sob nº2 retro no valor de Cz$ - $200.000,00 foi integralmente quitada na data aprazada. O Escrevente Habilitado _____ O Oficial:.- - - - -

R. 4 - 22.637. Rio Claro, 23 de janeiro de 2.002.

- ARROLAMENTO -

Nos termos do § 5º, inciso I do artigo 64 da Lei Federal nº 9.532 de 10/12/1.997, e parágrafo único, artigo 7º da Instrução Normativa (IN) nº 16 de 12/05/2.000, procedo o registro do TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS - TAB, formalizado em 18/10/2.001 pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (Gerência Executiva de Piracicaba-SP.-21.029), pelo qual foi arrolado o imóvel desta matrícula, pertencente à empresa LUDIVAL MÓVEIS LTDA. (acima qualificada), em face dos créditos constituídos a favor do INSS, através das NFLDs nºs. 35.355.344-1 e 35.355.345-0, consolidados em 18/10/2.000, no montante de R$1.826.603,44.

O Oficial substituto:_____(José Eduardo Alvarenga Balthazar).

(CONTINUA NA FICHA 02)

e documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700001340
ra conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

Livro Nº 2 - Registro Geral

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE RIO CLARO - ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA 22.637 | FICHA 02

R. 5 - 22.637. Rio Claro, 05 de abril de 2.002.
- **PENHORA** -
Em cumprimento ao Mandado expedido aos 29/06/1.999, pelo Juizo de Direito desta Comarca (Serviço Anexo das Fazendas), aditado em 26/02/2.002, acompanhado do "Auto de Penhora, Avaliação e Depósito" e "contra fé", extraidos dos autos de EXECUÇÃO FISCAL (proc. nº 919/1.999-SAF), onde figura como exequente o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, e como executados, a empresa **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.** (qualificada no R. 2 retro), e os responsáveis tributários, **LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO**, inscrito no CPF/MF. sob nº 199.682.058-34, e **STEFANIA SANTINA SCUSSOLINO DA CUNHA**, inscrita no CPF/MF. sob nº 865.430.168-68, ambos com endereço na Avenida 20, nº 1.180, Bairro Santa Cruz, nesta cidade, **procedo o registro da PENHORA sobre o imóvel desta matrícula**, avaliado em R$150.000,00, para garantia do pagamento da dívida ativa (CDA nº 55.797.468-2) no valor de R$639.114,46, apurada em 14/05/1.999, e demais acréscimos legais. A penhora foi realizada aos 22/03/2.002, tendo sido nomeado depositário o executado Luiz Antonio Scussolino.
O Oficial substituto: (José Eduardo Alvarenga Balthazar).

R.6-22.637.- Rio Claro, 03 de novembro de 2.005.
- PENHORA -
Em cumprimento ao r. Mandado expedido aos 27 de setembro de 2.005, pelo Juízo de Direito do Serviço Anexo das Fazendas desta comarca, subscrito pelo MM. Juiz de Direito, Dr. José Fernando Seifarth de Freitas, passado nos autos n.º 03.256/2002, de EXECUÇÃO FISCAL (EM GERAL), onde figura como exeqüente o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, e como executados, **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF. sob n.º 44.674.943/0001-75, com endereço na Estrada de Jacutinga, n.º 1.495, Parque Universitário, nesta cidade; **LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO**, inscrito no CPF/MF. sob n.º 199.682.058-34, com endereço na Avenida 20, n.º 1.180, Santa Cruz, nesta cidade e **STEFANIA SANTINA SCUSSOLINO DA CUNHA**, inscrita no CPF/MF. sob n.º 865.430.168-68, com endereço na Avenida 20, n.º 1.180, Santa Cruz, nesta cidade, **procedo o registro da penhora sobre o imóvel desta matrícula**, para garantia da dívida que importa em R$1.374.052,00 (em 21/09/2005), acrescida de multa, honorários advocatícios e custas (CDA: 324630549), cuja constrição foi levada a efeito nos termos do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito lavrado aos 20 de outubro de 2.005, pelo qual o imóvel foi avaliado em R$1.826.603,44 (nesse valor estão incluídos os imóveis das matrículas 6.159, 16.760, 24.150, 24.151, 27.087 e 48.469), sendo nomeada depositária a executada **Stefania Santina Scussolino da Cunha**. (PROTOCOLO N.º 99.268).
O Escrevente Autorizado: (Oswaldo Ferreira da Silva).

AV.7-22.637. Rio Claro, 30 de agosto de 2.010.
- PENHORA -
Em conformidade com o MANDADO extraido em 05 de fevereiro de 2.007, subscrito pelo Diretor de Divisão do Serviço Anexo das Fazendas desta cidade e assinado pelo Exmo. Sr. Dr. Claudio Luis Pavão, MM. Juiz de Direito desta Comarca, passado nos autos de EXECUÇÃO

(continua no verso)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700013340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

MATRÍCULA 22.637 | FICHA 02 VERSO

FISCAL, processo nº 03.539/2004, no valor de R$33.190,68 (05/02/2007) e R$3.947.804,21 (30/04/2004 Processo em apenso 4244/2004), tendo como exeqüente a **UNIÃO FEDERAL** e como executado **LUDIVAL MOVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.674.943/0001-75, com endereço na Rua Jacutinga, nº 1495, Parque Universitário, nesta cidade, procedo a averbação da penhora sobre o imóvel desta matrícula, sendo nomeado como depositária Stefania Santina Scussolino da Cunha, brasileira, casada, CPF/MF 865.430.168-68, com endereço na avenida 20, nº 1180, Santa Cruz, sendo que a executada foi intimada da Penhora em 14 de maio de 2007, na pessoa da depositaria, já qualificada. (custas a final). O imóvel foi avaliado em R$280.000,00. (Protocolo nº 124.025).

O Escrevente Autorizado: _____ (José Américo Valdanha).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700051340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe - Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exeqüente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**
Situação do Mandado	**Cumprido parcialmente**
Oficial de Justiça	**Ivana Cristina Quintal Custódio (24103)**

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO PARCIALMENTE

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 510.2017/005761-8 procedi a penhora, conforme auto anexo.

O referido é verdade e dou fé.

Rio Claro, 02 de maio de 2017.

Número de Cotas: 01- mapa

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para acessar os autos processuais: acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.
Este documento é cópia do original, gerado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para acessar os autos processuais: acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

AUTO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E DEPÓSITO

Aos 02 dias do mês de maio de 2017, às 9:00hs, na cidade e comarca de Rio Claro, eu Oficial de Justiça abaixo assinado (a), a fim de dar cumprimento ao respeitável mandado 5761-8, expedido pelo cartório da Vara da Fazenda Publica, nos autos nº 0018357-41.2009.8.26.0510, a requerimento da UNIÃO FEDERAL contra LUDIVAL MOVEIS LTDA. Depois de preenchidas as formalidades legais, procedi a penhora de:

Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca de Rio Claro, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de 9.196,00 m2, conforme dados contidos na matrícula 22.637 do 2º C.R.I. de Rio Claro-SP.

Feita a penhora, deixei de nomear depositário do bem acima por não encontrar quem aceitasse o encargo de depositário, bem como deixei de proceder a avaliação do bem, em razão do imóvel conter benfeitorias e esta oficial não possuir meios técnicos para uma correta avaliação.

E para constar, lavrei o presente auto que vai assinado por mim, Oficial de Justiça.

OFICIAL DE JUSTIÇA:

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

INFORMAÇÃO

INFORMO que, não há documentos pendentes de juntada cadastrados junto ao sistema SAJ e que, tratando-se estes autos de interesse FISCAL, foi reativado o processamento objetivando a regularização, tudo conforme previsto ante a implantação neste serventia da NEP – Nova Estratégia de Produção, orientada verbalmente pela Egrégia Corregedoria Geral de Justiça. Nada mais. Rio Claro, 25/05/17. Eu _____, subscrevi.

Vista manifeste-se em petição

02/08/17

Luiz Guilherme Moura Biz
Escrevente Autorizador da Fazenda Nacional
Mat.: 13.[illegible]

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

JUNTADA

Em 06 / 09 /2017, junto a estes autos:

(X) a petição

( ) a carta precatória

( ) o aviso de recebimento

( ) o comprovante de depósito judicial

( ) o mandado de levantamento judicial

( ) o mandado

( ) o ofício

( ) o laudo pericial

( ) a carta – AR

( ) o edital

( ) outros

Que segue(m).

Eu_____ subscrevi

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700041340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VK9JNCnM.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS DE RIO CLARO/SP,

GRANDE DEVEDOR – TRAMITAÇÃO URGENTE

510 FP00.17.00048421-2

EXECUÇÃO FISCAL
Processo nº 510.01.2009.018357-5
Exeqüente: União Federal / Fazenda Nacional
Executado: LUDIVAL MÓVEIS LTDA.

A **UNIÃO/FAZENDA NACIONAL**, por seu Procurador que esta subscreve, nos autos da execução fiscal em epígrafe, vem, respeitosamente, perante V. Exa., expor e REQUERER o que segue:

Verifica-se da certidão de fl. 90 que o imóvel penhorado de matrícula 22.637 não foi avaliado, pois, segundo o oficial de justiça, o bem possui benfeitorias que o impedem de promover uma correta avaliação.

Outrossim, de acordo com o quanto informado à fl. 76, o 2° CRI de rio Claro, em que pese tenha sido intimado a promover o registro da penhora, acabou por averbar na matrícula a informação de indisponibilidade (av. 10).

Diante o Exposto, requer a União:

1-) seja determinada a Avaliação do imóvel penhorado por outro oficial de justiça que possua condições de cumprir com o ato, caso haja na comarca;

2-) não havendo oficial de justiça na comarca em condições de avaliar o imóvel, seja designado perito para tanto;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Oh7Y8jüG.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA

3-) outrossim, seja nomeado como depositário do IMÓVEL PENHORADO, o Sr. GUILHERME VALLAND JUNIOR (CPF: 022.963.128-29), leiloeiro costumeiramente indicado pela Fazenda, o qual deve ser intimado do encargo em seu escritório localizado na **Rua Moraes Barros, nº 190, Campo Belo, CEP 04614-000, São Paulo / SP - Tel. (11)5092-3606, Celular 82831100 e 99909590; e-mail:** (Guilhermevalland@terra.com.br)**;**

2-) por fim, realizada a medida acima, em homenagem ao princípio da celeridade, requer seja determinado ao 2° CRI, preferencialmente por meio eletrônico, nos termos do art. 837 do NCPC, que promova a correção da averbação lançada, fazendo constar o registro da penhora.

Pede DEFERIMENTO.

PFN em Piracicaba, São Paulo, 02 de agosto de 17.

LUIZ GUSTAVO DE MOURA BIZ
Procurador da Fazenda Nacional

Cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Oh7Y8juG.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
10/07/2017 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO

Credito: 370708393 CGC: 44.674.943/0001-75
Nome: LUDIVAL MOVEIS LTDA

Doc. de Origem..: 31/07/2007 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 31/07/2007 Livro: 1 Folha: 114
Dt. de Inscricao: 09/12/2008 REB: 21.029.050 Orgao Inscr.: 21.200.807
Periodo da Divida: 07/2003 a 13/2006 PRC Tramitacao: 21.200.807
Comarca: 21440 Vara: 001 Acao Jud: 20090183575 Primeira Instancia
Fase: 535 AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO Dt. da Fase: 23/12/2009

Principal:	8.577.906,36	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	1.721.061,10	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	11.761.665,97	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	4.412.126,69		
T o t a l:	26.472.760,12		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 07/2017 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.43

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Oh7Y8juG.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe - Assunto	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA**

C O N C L U S Ã O

Em 21 de janeiro de 2019, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, Dr. ANDRÉ ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA. Eu, Ana Paula De Santis Guedes, Coordenadora Substituta subscrevi.

Proc. nº 25/2010

Vistos,

Ante a indicação, fica nomeado depositário do imóvel penhorado o leiloeiro Guilherme Valland Junior. Intime-se no endereço fornecido às fls. 93v.

A ordem foi cumprida corretamente, haja vista o decreto de indisponibilidade (fls. 38).

Acredita-se que, ante as informações prestadas na certidão de fls. 90, não haverá Oficial de Justiça que possa avaliar a contento o imóvel. Assim, para nomeia-se, para tanto, o perito Matheus Galante Olmedo. Intime-se-o a estimar os custos de seu trabalho, que serão pagos pela Fazenda.

Int. Rio Claro, 21 de janeiro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, liberado nos autos em 13/09/2021 às 17:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código TXoclgAk.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe - Assunto	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Juiz de Direito: Dr. **ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA**

Vistos.

Diante do contido no auto de fls. 90, deverá pela oficial de justiça subscritora encetar diligências junto à imobiliárias idôneas da cidade, na guisa de aferir o valor de mercado do imóvel penhorado.

Ao depois, nova conclusão, para deliberar acerca dos demais requerimentos feitos a fls. 93.

Int.

Rio Claro, 11 de março de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código E600000022V6U4, e código WriOpDv3.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21700011340
conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código WriOpDv3.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AV. 26, Nº: 1143, Rio Claro-SP - CEP 13500-575
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Físico nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Dívida Ativa nº	**370708393**
Exequente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**
Oficial de Justiça:	**(0)**
Mandado nº:	**510.2019/008697-4**

CÓPIA

Valor Atualizado CDAS: R$ 0,00 Data CDAS 30/12/1899
Valor da Ação R$ 20.649.624,67 DATA do Valor da Ação 23/12/2009 14:43:03

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara da Fazenda Pública do Foro de Rio Claro, Dr(a). ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, na forma da lei,

MANDA qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) indicada(s) acima, quanto à r. decisão de seguinte teor: "Vistos. Diante do contido no auto de fls. 90, deverá pela oficial de justiça subscritora encetar diligências junto à imobiliárias idôneas da cidade, na guisa de aferir o valor de mercado do imóvel penhorado. Ao depois, nova conclusão, para deliberar acerca dos demais requerimentos feitos a fls. 93. Int.". Em anexo cópia da matrícula do imóvel e auto de penhora.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Rio Claro, 28 de março de 2019. Ana Paula de Santis Guedes, Coordenador.

ATENÇÃO SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA: Por ordem do MM. Juiz de Direito Titular desta Vara da Fazenda Pública de Rio Claro/SP., mencionar nas certidões o HORÁRIO EXATO EM QUE O ATO FOI PRATICADO.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Determinação Judicial

Advogado: Dr(a). Adv. da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
***Advertência:** Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e o código E60000002Z9V6.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAHIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/01/2021 às 17:01 , sob o número WRCO21760011940
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código gMglBEwh.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe - Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Ivana Cristina Quintal Custódio (24103)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 510.2019/008697-4 dirigi-me ao endereço: Avenida Saburo Akamine, 1555 – Jd. Santa Eliza – Rio Claro-SP e aí sendo procedi a avaliação do imóvel descrito no auto de penhora data em 02/05/2017, conforme auto de avaliação em anexo.

O referido é verdade e dou fé.

Rio Claro, 03 de maio de 2019.

Número de Cotas: 01- - União Federal

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por IVANA CRISTINA DE QUINTAL CUSTODIO, liberado nos autos em 13/09/2021 às 17:28 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código PuREgUJV.

25/10

ADVOCACIA
Vittorio Giovanni D'Onofrio
OAB-SP: 294119

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE RIO CLARO-SP

Processo nº. 0018357-41.2009.8.26.0510

LUDIVAL MÓVEIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos Autos em epígrafe, vem à honrosa presença de Vossa Excelência, por seu advogado subscrito, REQUERER a juntada do *Substabelecimento sem Reserva de Poderes* em anexo, conforme as formalidades legais.

Requer ainda, que todas as publicações, intimações e outros atos de interesse da parte representada, sejam feitas exclusivamente em nome de Vittorio Giovanni D'Onofrio, advogado regularmente inscrito na OAB/SP nº: 294119, com escritório na Av. 03, nº 245 – sala 21, centro, Rio Claro-SP; sob pena de nulidade.

Termos em que, pede deferimento.

Rio Claro, 19 de agosto de 2019.

Vittorio Giovanni D'Onofrio
OAB/SP: 294119

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WASHINGTON BENICIO ARAUJO, liberado nos autos em 25/01/2021 às 17:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código QO6Bts4i.

WILNEY DE ALMEIDA PRADO
Advocacia

SUBSTABELECIMENTO

SEM RESERVA DE PODERES

WILNEY DE ALMEIDA PRADO, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Secção São Paulo sob nº 101.986, **ARTHUR FREITAS STIVALI**, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de São Paulo, sob nº 265.974 e **RAFAEL VAZ DE LIMA**, brasileiro, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de São Paulo sob nº 232.429, integrantes da sociedade de advogados **WILNEY DE ALMEIDA PRADO ADVOCACIA**, inscrita na OAB/SP sob nº 2.395 e no CNPJ/MF sob nº 66.841.156/0001-03, com endereço nesta Cidade de Rio Claro – SP, na Rua Cinco, nº 844, Centro, **SUBSTABELECEM SEM RESERVA DE PODERES**, na pessoa de **VITTORIO GIOVANNI D´ONOFRIO**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/SP sob nº 294.119, com escritório profissional situado à Avenida 13, 274 – bairro Saúde, na cidade de Rio Claro – SP, CEP: 13500-340, os poderes conferidos por LUDIVAL MÓVEIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 44.674.943/0001-75, os poderes que lhe foram conferidos relativamente ao processo nº 0018357-41.2009.8.26.0510, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública, Fórum, Rio Claro, SP.

O presente substabelecimento se estende aos advogados anteriores que pertenciam à referida sociedade de advogados e que também deixam de atuar no referido processo, ficando o patrocínio da outorgante exclusivamente a cargo do advogado substabelecido.

Rio Claro, 29 de junho de 2018.

WILNEY DE ALMEIDA PRADO

ARTHUR FREITAS STIVALI

RAFAEL VAZ DE LIMA

C.N.P.J. n.º 66.841.156/0001-03 OAB/SP n.º 2.395
Rua Cinco, n.º 844 - Centro - Rio Claro - SP - CEP: 13500-040
Telefone / Fax: (19) 3524-6499

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WASHINGTON BENICIO ARAUJO, liberado nos autos em 25/01/2021 às 17:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código QO6Bts4i.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AV. 26, Nº: 1143, Rio Claro-SP - CEP 13500-575
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

25/10

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Físico nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Dívida Ativa nº	**370708393**
Exequente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**
Oficial de Justiça:	**(0)**
Mandado nº:	**510.2019/008697-4**

Valor Atualizado CDAS: R$ 0,00 Data CDAS 30/12/1899
Valor da Ação R$ 20.649.624,67 DATA do Valor da Ação 23/12/2009 14:43:03

5

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara da Fazenda Pública do Foro de Rio Claro, Dr(a). ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, na forma da lei,

MANDA qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) indicada(s) acima, quanto à r. decisão de seguinte teor: "Vistos. Diante do contido no auto de fls. 90, deverá pela oficial de justiça subscritora encetar diligências junto à imobiliárias idôneas da cidade, na guisa de aferir o valor de mercado do imóvel penhorado. Ao depois, nova conclusão, para deliberar acerca dos demais requerimentos feitos a fls. 93. Int.". Em anexo cópia da matrícula do imóvel e auto de penhora.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Rio Claro, 28 de março de 2019. Ana Paula de Santis Guedes, Coordenador.

ATENÇÃO SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA: Por ordem do MM. Juiz de Direito Titular desta Vara da Fazenda Pública de Rio Claro/SP., mencionar nas certidões o HORÁRIO EXATO EM QUE O ATO FOI PRATICADO.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Determinação Judicial

Advogado: Dr(a). Adv. da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
***Advertência:** Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e o código E60000002Z9V6.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WASHINGTON BENICIO ARAUJO, liberado nos autos em 25/01/2021 às 17:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 0xEzJjoP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AV. 26, Nº: 1143, Rio Claro-SP - CEP 13500-575
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Físico nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Dívida Ativa nº	**370708393**
Exequente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**
Oficial de Justiça:	**(0)**
Mandado nº:	**510.2019/008697-4**

Valor Atualizado CDAS: R$ 0,00 Data CDAS 30/12/1899
Valor da Ação R$ 20.649.624,67 DATA do Valor da Ação 23/12/2009 14:43:03

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara da Fazenda Pública do Foro de Rio Claro, Dr(a). ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, na forma da lei,

MANDA qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, proceda à

INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) indicada(s) acima, quanto à r. decisão de seguinte teor: "Vistos. Diante do contido no auto de fls. 90, deverá pela oficial de justiça subscritora encetar diligências junto à imobiliárias idôneas da cidade, na guisa de aferir o valor de mercado do imóvel penhorado. Ao depois, nova conclusão, para deliberar acerca dos demais requerimentos feitos a fls. 93. Int.". Em anexo cópia da matrícula do imóvel e auto de penhora.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Rio Claro, 28 de março de 2019. Ana Paula de Santis Guedes, Coordenador.

ATENÇÃO SR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA: Por ordem do MM. Juiz de Direito Titular desta Vara da Fazenda Pública de Rio Claro/SP., mencionar nas certidões o HORÁRIO EXATO EM QUE O ATO FOI PRATICADO.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Determinação Judicial

Advogado: Dr(a). Adv. da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>

Art. 105, III, das NSCGJ: *"É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".*
Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e o código E600000Z3V6.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WASHINGTON BENICIO ARAUJO, liberado nos autos em 25/01/2021 às 17:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 0xEzJjoP.

B
B
B

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

MATRÍCULA 22.637

FOLHA 1

Livro N.º 2 - Registro Geral

IMÓVEL: Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de - - - 9.196,00 m2, confrontando de um lado com Pedro Lauria, de outro lado com Gimenez, Fernandes & Cia. e nos fundos com a Estrada Velha de Batovi.- Inscrição Cadastral nº 2-01-16-029-018-00-000-00-37.- - PROPRIETÁRIA: NAIR VILLELA, brasileira, solteira e maior, professora, RG. 638.332-SP, cic. 190.171.548-53, residente nesta cidade, na rua 4 nº 739.- TÍTULO AQUISITIVO: Transcrição nº 6.944, deste cartório. Rio Claro, 09 de maio de 1.986.- O Oficial Maior: _____.

R.1-22.637.- Rio Claro, 09 de maio de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 27 de junho de 1.984, no 2º Cartório de Notas, desta cidade, no livro nº 671, fls. 57, re-ratificada no mesmo cartório, em 20 de fevereiro de 1.986, no livro nº 707, fls. 53, NAIR VILLELA, já qualificada, alienou o imóvel objeto da presente matrícula a == LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865, cic. 057.305.628-53, casado pelo regime da comunhão universal de bens, - anteriormente à Lei 6.515/77, com CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCELIERI, residente em São Paulo, na rua Bodoquena nº 77- Tatuapé; VALDEMIR CAVENAGUE, brasileiro, industrial, RG. 4.213.004, cic. 447.226.648-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com DIRCE CAMPREGHER CAVENAGUE, residentes em São Paulo, na rua Flores de Goiás nº 382 e CARLOS CAMPREGHER, brasileiro, industrial, RG. 3.791.168, cic. 057.365.368-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com LAURIA VIDAL CAMPREGHER, residente em São Paulo, na rua Major-Ângelo Zanchi nº 527, pelo valor de Cr$9.500.000. V. Venal: Cz$. . . $92.112,33.- O Oficial Maior: _____.-

R.2-22.637.- Rio Claro, 29 de dezembro de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 29 de outubro de 1.986, no 2º Cartório de Notas, - desta cidade, no livro nº 723, fls. 56, VALDEMIR CAVENAGUE, brasileiro, industrial, RG. 4.213.004-SSP-SP e sua mulher DIRCE CAMPREGHER CAVENAGUE, brasileira, de prendas domésticas, RG. 5.069.686-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 447.226.648-20, residentes na rua Flores de Goiás nº 382, em São Paulo, Capital; LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865-SSP-SP e sua mulher CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCELIERI, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.178.690-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão univer-

(continua no verso)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WASHINGTON BENICIO ARAUJO, liberado nos autos em 25/01/2021 às 17:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 0xEzJjoP.

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

M: 22.637

FOLHA 1 VERSO

Livro N.º 2 - Registro Geral

universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.305.628-53, residentes em São Paulo, Capital, na rua Bodoquena nº 77, Tatuapé e CARLOS CAMPREGUER, brasileiro, industrial, RG. 3.791.168-SSP-SP e sua mulher LAURIA VIDAL CAMPREGUER, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.283.695-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.365.368-20, residentes em São Paulo, Capital, na rua Major Ângelo Zanchi nº 527, alienaram o imóel objeto da presente matrícula a LUDIVAL MÓVEIS LTDA., firma desta praça, com sede nesta cidade, na Estrada da Jacutinga nº 1.495 e foro nesta comarca, inscrita no CGC/MF sob nº 44.674.943/0001-75, representada à forma de seu contrato social por seu sócio, Luiz Antonio Scussolino, pelo valor de Cz$. . . $200.000,00.- O Oficial Maior: _____.-

Av.3-22.637. Rio Claro, 23 de fevereiro de 1987. Por requerimento datado de 2/2/87 assinado pelo interessado em forma legal que fica arquivado em Cartório, foi declarado que a nota promissoria constante da escritura publica registrada sob nº2 retro no valor de Cz$ - $200.000,00 foi integralmente quitada na data aprazada. O Escrevente Habilitado _____ O Oficial:.- - - - -

R. 4 - 22.637. Rio Claro, 23 de janeiro de 2.002.

- ARROLAMENTO -

Nos termos do § 5º, inciso I do artigo 64 da Lei Federal nº 9.532 de 10/12/1.997, e parágrafo único, artigo 7º da Instrução Normativa (IN) nº 16 de 12/05/2.000, procedo o registro do TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS - TAB, formalizado em 18/10/2.001 pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (Gerência Executiva de Piracicaba-SP.-21.029), pelo qual foi arrolado o imóvel desta matricula, pertencente à empresa LUDIVAL MÓVEIS LTDA. (acima qualificada), em face dos créditos constituídos a favor do INSS, através das NFLDs nºs. 35.355.344-1 e 35.355.345-0, consolidados em 18/10/2.000, no montante de R$1.826.603,44.

O Oficial substituto: _____ (José Eduardo Alvarenga Balthazar).

(CONTINUA NA FICHA 02)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WASHINGTON BENICIO ARAUJO, liberado nos autos em 25/01/2021 às 17:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 0xEzJjoP.

Livro Nº 2 - Registro Geral

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE RIO CLARO - ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA 22.637 | FICHA 02

R. 5 - 22.637. Rio Claro, 05 de abril de 2.002.
- **PENHORA** -
Em cumprimento ao Mandado expedido aos 29/06/1.999, pelo Juizo de Direito desta Comarca (Serviço Anexo das Fazendas), aditado em 26/02/2.002, acompanhado do "Auto de Penhora, Avaliação e Depósito" e "contra fé", extraidos dos autos de EXECUÇÃO FISCAL (proc. nº 919/1.999-SAF), onde figura como exequente o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, e como executados, a empresa **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.** (qualificada no R. 2 retro), e os responsáveis tributários, **LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO**, inscrito no CPF/MF. sob nº 199.682.058-34, e **STEFANIA SANTINA SCUSSOLINO DA CUNHA**, inscrita no CPF/MF. sob nº 865.430.168-68, ambos com endereço na Avenida 20, nº 1.180, Bairro Santa Cruz, nesta cidade, procedo o registro da **PENHORA** sobre o imóvel desta matrícula, avaliado em R$150.000,00, para garantia do pagamento da dívida ativa (CDA nº 55.797.468-2) no valor de R$639.114,46, apurada em 14/05/1.999, e demais acréscimos legais. A penhora foi realizada aos 22/03/2.002, tendo sido nomeado depositário o executado Luiz Antonio Scussolino.
O Oficial substituto: _____ (José Eduardo Alvarenga Balthazar).

R.6-22.637.- Rio Claro, 03 de novembro de 2.005.
- **PENHORA** -
Em cumprimento ao r. Mandado expedido aos 27 de setembro de 2.005, pelo Juízo de Direito do Serviço Anexo das Fazendas desta comarca, subscrito pelo MM. Juiz de Direito, Dr. José Fernando Seifarth de Freitas, passado nos autos n.º 03.256/2002, de EXECUÇÃO FISCAL (EM GERAL), onde figura como exeqüente o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, e como executados, **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF. sob n.º 44.674.943/0001-75, com endereço na Estrada de Jacutinga, n.º 1.495, Parque Universitário, nesta cidade; **LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO**, inscrito no CPF/MF. sob n.º 199.682.058-34, com endereço na Avenida 20, n.º 1.180, Santa Cruz, nesta cidade e **STEFANIA SANTINA SCUSSOLINO DA CUNHA**, inscrita no CPF/MF. sob n.º 865.430.168-68, com endereço na Avenida 20, n.º 1.180, Santa Cruz, nesta cidade, **procedo o registro da penhora sobre o imóvel desta matrícula**, para garantia da dívida que importa em R$1.374.052,00 (em 21/09/2005), acrescida de multa, honorários advocatícios e custas (CDA: 324630549), cuja constrição foi levada a efeito nos termos do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito lavrado aos 20 de outubro de 2.005, pelo qual o imóvel foi avaliado em R$1.826.603,44 (nesse valor estão incluídos os imóveis das matrículas 6.159, 16.760, 24.150, 24.151, 27.087 e 48.469), sendo nomeada depositária a executada **Stefania Santina Scussolino da Cunha**. (PROTOCOLO N.º 99.268).
O Escrevente Autorizado: _____ (Oswaldo Ferreira da Silva).

AV.7-22.637. Rio Claro, 30 de agosto de 2.010.
- **PENHORA** -
Em conformidade com o MANDADO extraido em 05 de fevereiro de 2.007, subscrito pelo Diretor de Divisão do Serviço Anexo das Fazendas desta cidade e assinado pelo Exmo. Sr. Dr. Claudio Luis Pavão, MM. Juiz de Direito desta Comarca, passado nos autos de EXECUÇÃO

(continua no verso)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WASHINGTON BENICIO ARAUJO, liberado nos autos em 25/01/2021 às 17:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 0xEzJjoP.

MATRÍCULA 22.637 | FICHA 02 VERSO

FISCAL, processo nº 03.539/2004, no valor de R$33.190,68 (05/02/2007) e R$3.947.804,21 (30/04/2004 Processo em apenso 4244/2004), tendo como exeqüente a **UNIÃO FEDERAL** e como executado **LUDIVAL MOVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.674.943/0001-75, com endereço na Rua Jacutinga, nº 1495, Parque Universitário, nesta cidade, procedo a averbação da penhora sobre o imóvel desta matrícula, sendo nomeado como depositária Stefania Santina Scussolino da Cunha, brasileira, casada, CPF/MF 865.430.168-68, com endereço na avenida 20, nº 1180, Santa Cruz, sendo que a executada foi intimada da Penhora em 14 de maio de 2007, na pessoa da depositaria, já qualificada. (custas a final). O imóvel foi avaliado em R$280.000,00. (Protocolo nº 124.025).

O Escrevente Autorizado: _____ (José Américo Valdanha).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WASHINGTON BENICIO ARAUJO, liberado nos autos em 25/01/2021 às 17:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 0xEzJjoP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe - Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exeqüente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**
Situação do Mandado	**Cumprido parcialmente**
Oficial de Justiça	**Ivana Cristina Quintal Custódio (24103)**

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO PARCIALMENTE

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 510.2017/005761-8 procedi a penhora, conforme auto anexo.

O referido é verdade e dou fé.

Rio Claro, 02 de maio de 2017.

Número de Cotas: 01- mapa

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WASHINGTON BENICIO ARAUJO, liberado nos autos em 25/01/2021 às 17:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 0xEzJjoP.

AUTO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E DEPÓSITO

Aos 02 dias do mês de maio de 2017, às 9:00hs, na cidade e comarca de Rio Claro, eu Oficial de Justiça abaixo assinado (a), a fim de dar cumprimento ao respeitável mandado 5761-8, expedido pelo cartório da Vara da Fazenda Publica, nos autos nº 0018357-41.2009.8.26.0510, a requerimento da UNIÃO FEDERAL contra LUDIVAL MOVEIS LTDA. Depois de preenchidas as formalidades legais, procedi a penhora de:

Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca de Rio Claro, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de 9.196,00 m2, conforme dados contidos na matrícula 22.637 do 2º C.R.I. de Rio Claro-SP.

Feita a penhora, deixei de nomear depositário do bem acima por não encontrar quem aceitasse o encargo de depositário, bem como deixei de proceder a avaliação do bem, em razão do imóvel conter benfeitorias e esta oficial não possuir meios técnicos para uma correta avaliação.

E para constar, lavrei o presente auto que vai assinado por mim, Oficial de Justiça.

OFICIAL DE JUSTIÇA:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WASHINGTON BENICIO ARAUJO, liberado nos autos em 25/01/2021 às 17:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 0xEzJjoP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe - Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Ivana Cristina Quintal Custódio (24103)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 510.2019/008697-4 dirigi-me ao endereço: Avenida Saburo Akamine, 1555 – Jd. Santa Eliza – Rio Claro-SP e aí sendo procedi a avaliação do imóvel descrito no auto de penhora data em 02/05/2017, conforme auto de avaliação em anexo.

O referido é verdade e dou fé.

Rio Claro, 03 de maio de 2019.

Número de Cotas: 01- - União Federal

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por IVANA CRISTINA DE QUINTAL CUSTODIO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 00183574120098260510 e o código E600000031B3J.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WASHINGTON BENICIO ARAUJO, liberado nos autos em 25/01/2021 às 17:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 0xEzJjoP.

AUTO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

Aos 02 dias do mês de maio de 2019, nesta cidade e comarca de Rio Claro-SP, em cumprimento ao r. mandado 8697-4, processo nº 0018357-41.2009.8.26.0510, requerida pela UNIÃO FEDERAL contra LUDIVAL MOVEIS LTDA., eu Oficial de Justiça abaixo assinado, PROCEDI A AVALIAÇÃO do bem descrito no auto de penhora realizada em 02/05/2017, a seguir:

Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca de Rio Claro, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de 9.196,00m2, de acordo com os dados contidos na matricula 22.637 do 2º C.R.I. de Rio Claro. Sobre o terreno foi construído barracões, porém não foi possível averiguar a metragem da área construída, uma vez que esta oficial foi impedida pelo porteiro João Paulo de adentrar ao imóvel, o qual também se recusou informar o contato do representante legal da executada, informando que atualmente ali está estabelecida a empresa Luizzi Industria Comercio de Sofás Ltda. Certifico mais que a entrada do imóvel fica na Avenida Saburo Akamine, 1555 – Jd. Santa Eliza – Rio Claro-SP.

AVALIAÇÃO: R$3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), conforme apenas os dados contidos na matricula e consultas realizadas junto as imobiliárias de Rio Claro.

E, para constar, lavrei o presente auto que vai devidamente assinado.

Ivana C. de Quintal Custodio

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WASHINGTON BENICIO ARAUJO, liberado nos autos em 25/01/2021 às 17:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 0xEzJjoP.

CERTIDÃO

Autos: 0018357-41.2009.8.26.0510
Classe: Execução Fiscal

Certifico e dou fé que foi realizada renumeração nas páginas do presente processo nos seguintes termos:

Número anterior	Número atual
101	102
102	103
103	104
104	105
105	106
106	107
107	108
108	109
109	110
110	111
111	112
112	113
113	101

Rio Claro, 13 de setembro de 2021.

Ana Paula de Santis Guedes

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA DE SANTIS GUEDES, liberado nos autos em 13/09/2021 às 17:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código nKkatLYl.

CERTIDÃO

Autos: 0018357-41.2009.8.26.0510
Classe: Execução Fiscal

Certifico e dou fé que foi realizada renumeração nas páginas do presente processo nos seguintes termos:

Número anterior	Número atual
99	100
100	101
101	102
102	103
103	104
104	105
105	106
106	107
107	108
108	109
109	110
110	111
111	112
112	113
113	114
114	115
115	99

Rio Claro, 13 de setembro de 2021.

Ana Paula de Santis Guedes

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA DE SANTIS GUEDES, liberado nos autos em 13/09/2021 às 17:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código wpVavfnC.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AV. 26, Nº: 1143, Rio Claro-SP - CEP 13500-575
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA**

Vistos,

Diga o exequente inclusive em termos de prosseguimento.

No silêncio, aguarde-se provocação, no arquivo provisório.

Int.

Rio Claro, 13 de setembro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, liberado nos autos em 13/09/2021 às 17:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código bIxKXB9O.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

CERTIFICA-SE que em 24/09/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região.

Teor do ato: Vistos, Diga o exequente inclusive em termos de prosseguimento. No silêncio, aguarde-se provocação, no arquivo provisório. Int.

Rio Claro, (SP), 24 de setembro de 2021

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 24/09/2021 às 16:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código tNujtkr7.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0176/2021, foi disponibilizado na página 389/402 do Diário de Justiça Eletrônico em 28/09/2021. Considera-se a data de publicação em 29/09/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Wilney de Almeida Prado (OAB 101986/SP)

Teor do ato: "Vistos, Diga o exequente inclusive em termos de prosseguimento. No silêncio, aguarde-se provocação, no arquivo provisório. Int."

Rio Claro, 28 de setembro de 2021.

Fernanda França de Paula
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDA FRANCA DE PAULA IZZI, liberado nos autos em 28/09/2021 às 13:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código cfkYD9VW.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE NÃO LEITURA – CONTAGEM DE PRAZO DO ATO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

CERTIFICA-SE que, em 04/10/2021, transcorreu o prazo de leitura no portal eletrônico, do ato abaixo. Considera-se o início do ato em 05/10/2021.

Portal Eletrônico do (a): PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região

Destinatário do Ato: União Federal - PRFN

Teor do ato: Vistos, Diga o exequente inclusive em termos de prosseguimento. No silêncio, aguarde-se provocação, no arquivo provisório. Int.

Rio Claro, (SP), 05/10/2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 05/10/2021 às 01:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código kwW4mnE2.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional de Campinas

EXMO. SR. JUIZ DA(O) ANEXO FISCAL

Execução Fiscal Previdenciária nº **0018357-41.2009.8.26.0510**
Exequente: **União (Fazenda Nacional)**
Executado: **LUDIVAL MOVEIS LTDA**

A **União (Fazenda Nacional)** vem, por meio do(a) seu(sua) procurador(a) abaixo assinado(a), expor fatos e argumentos para ao final requerer o que segue:

Considerando a penhora e a avaliação constante dos autos, a **União** requer o leilão judicial do imóvel.

Campinas, 13 de novembro de 2021.

CARLOS HEBERT BARBOSA CAMPOS
Procurador(a) da Fazenda Nacional

00183574120098260510

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS HEBERT BARBOSA CAMPOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/11/2021 às 14:22 , sob o número WRCO21701281317
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código EH3EHryb.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe - Assunto	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA**

Vistos,

Defere-se o pleito, intimando-se o leiloeiro, para início do procedimento.

Int.

Rio Claro, 25 de janeiro de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, liberado nos autos em 25/01/2022 às 18:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código rKPHug07.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto: **Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente: **União Federal - PRFN**
Executado: **Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIFICA-SE que em 25/01/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região.

Teor do ato: Vistos, Defere-se o pleito, intimando-se o leiloeiro, para início do procedimento. Int.

Rio Claro, (SP), 25 de janeiro de 2022

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 25/01/2022 às 18:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código SKvox77B.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0034/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos, Defere-se o pleito, intimando-se o leiloeiro, para início do procedimento. Int."

Rio Claro, 26 de janeiro de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 26/01/2022 às 00:53 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ckjpIPQW.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0034/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 27/01/2022. Considera-se a data de publicação em 28/01/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)

Teor do ato: "Vistos, Defere-se o pleito, intimando-se o leiloeiro, para início do procedimento. Int."

Rio Claro, 27 de janeiro de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/01/2022 às 02:27 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código kJE341x9.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional de Osasco

EXMO. SR. JUIZ DA(O) ANEXO FISCAL

Execução Fiscal Previdenciária nº **0018357-41.2009.8.26.0510**
Exequente: **União (Fazenda Nacional)**
Executado: **LUDIVAL MOVEIS LTDA**

Ciente a Fazenda Nacional.

PAULA RODRIGUES NOLASCO
Procurador(a) da Fazenda Nacional

00183574120098260510

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULA RODRIGUES NOLASCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/02/2022 às 16:19 , sob o número WRCO22700105559
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código lqxld7WY.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. 26, Nº: 1143, ., Santana - CEP 13500-575, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE NÃO LEITURA – CONTAGEM DE PRAZO DO ATO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIFICA-SE que, em 04/02/2022, transcorreu o prazo de leitura no portal eletrônico, do ato abaixo. Considera-se o início do ato em 07/02/2022.

Portal Eletrônico do (a): PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região

Destinatário do Ato: União Federal - PRFN

Teor do ato: Vistos, Defere-se o pleito, intimando-se o leiloeiro, para início do procedimento. Int.

Rio Claro, (SP), 06/02/2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 06/02/2022 às 01:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 87bPg62p.

INTIMAÇÃO - PROCESSO 0018357-41.2009.8.26.0510 - VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE RIO CLARO

CHRISTIANO PORTELA FERRAREZI <cferrarezi@tjsp.jus.br>

Qui, 06/07/2023 10:09

Para:GUILHERME@LANCENOW.COM.BR <GUILHERME@LANCENOW.COM.BR>

3 anexos (865 KB)

decisao leiloeiro.pdf; senha leiloeiro.pdf; decisao leiloeiro.pdf;

Prezado(a) leiloeiro(a),

Pelo presente, INTIMO vossa senhoria da r. Decisão, anexa, proferida nos autos digitais 0018357-41.2009.8.26.0510, em curso na Vara da Fazenda Pública de Rio Claro, para ciência e manifestação.

Eventuais respostas/comunicações deverão ser também encaminhadas ao e-mail do cartório: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

Atenciosamente,

CHRISTIANO PORTELA FERRAREZI
Escrevente Técnico Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Vara da Fazenda Pública - Rio Claro/SP
Avenida Ulysses Guimarães, 2800, Vila Nova
E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CHRISTIANO PORTELA FERRAREZI, liberado nos autos em 06/07/2023 às 10:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Fol0hry.

Retransmitidas: INTIMAÇÃO - PROCESSO 0018357-41.2009.8.26.0510 - VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE RIO CLARO

Microsoft Outlook <postmaster@tjsp.onmicrosoft.com>

Qui, 06/07/2023 10:09

Para:GUILHERME@LANCENOW.COM.BR <GUILHERME@LANCENOW.COM.BR>

1 anexos (20 KB)

INTIMAÇÃO - PROCESSO 0018357-41.2009.8.26.0510 - VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE RIO CLARO;

A entrega para estes destinatários ou grupos foi concluída, mas o servidor de destino não enviou uma notificação de entrega:

GUILHERME@LANCENOW.COM.BR (GUILHERME@LANCENOW.COM.BR)

Assunto: INTIMAÇÃO - PROCESSO 0018357-41.2009.8.26.0510 - VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE RIO CLARO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CHRISTIANO PORTELA FERRAREZI, liberado nos autos em 06/07/2023 às 10:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Folo0hry.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), ., Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:*Emissão de mandado de constatação e reavaliação. Nada Mais. Rio Claro, 10 de julho de 2023. Eu, ___, Maria Aparecida da Silva Cardoso, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DA SILVA CARDOSO, liberado nos autos em 10/07/2023 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VkIAovxy.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AVENIDA ULYSSES GUIMARÃES, 2800 (ANTIGO 506), Rio Claro-SP - CEP 13506-547
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

MANDADO DE CONSTATAÇÃO E REAVALIAÇÃO

Processo Digital nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**
Oficial de Justiça:	*****
Mandado nº:	**510.2023/022099-4**

Tramitação prioritária

Endereço a ser diligenciado:
R JACUTINGA, 1495, PARQUE UNIVERSITÁRIO - CEP 13504-170, Rio Claro-SP. Outros endereços: R JACUTINGA, 1495, VILA ELIZABETH (BNH) - CEP 13504-170, Rio Claro-SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara da Fazenda Pública do Foro de Rio Claro, Dr(a). ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e PROCEDA à

CONSTATAÇÃO e REAVALIAÇÃO do(s) bem(ns) penhorado(s), a seguir descritos: **Um trecho de terras situado neste distrito, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de 9.196,00 m2**, matrícula nº 22.637 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Rio Claro/SP, certificando-se o estado em que se encontra(m), em cumprimento ao r. despacho de seguinte teor: "Vistos, Defere-se o pleito, intimando-se o leiloeiro, para início do procedimento. Int."

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Rio Claro, 10 de julho de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA (Órgãos Pagadores): ? mapa

Para uso exclusivo dos Cartórios da Capital: JUD ? FISC ? PATRI ? DESAP ?

Advogado: Dr(a). Adv. da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>
Telefone Comercial: Telefone Comercial do Adv da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>

Recomendação 111/2021 do CNJ: É um dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil Art. 227 da CF). Denúncias sobre maus-tratos, violência, ou abusos contra crianças e adolescentes podem ser realizadas por meio do Disque 100 (Serviço do Ministério da Justiça), por qualquer cidadão. A ligação é gratuita. O serviço funciona para todo o país, todos os dias da semana, das 8 às 22 horas, inclusive nos feriados. Não é preciso identificar-se.

Art. 105, III, das NSCGJ: *"É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional,*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA e ANA PAULA DE SANTIS GUEDES, liberado nos autos em 12/07/2023 às 10:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código W01CYUYN.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AVENIDA ULYSSES GUIMARÃES, 2800 (ANTIGO 506), Rio Claro-SP - CEP 13506-547
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

obrigatória em todas as diligências".
Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

51020230220994

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA e ANA PAULA DE SANTIS GUEDES, liberado nos autos em 12/07/2023 às 10:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código W01CYUYN.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), ., Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe - Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Stive Batalha Minatel (24107)**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 510.2023/022099-4 dirigi-me ao endereço indicado (Rua Jacutinga, nº 1495 - Parque Universitário (CEP 13504-170) - Rio Claro/SP) e verifiquei tratar-se da antiga sede da empresa Ludival Móveis, atualmente desativada, mas consultando a matrícula do imóvel a ser avaliado constatei tratar-se de outro local, situado nas dependências da empresa Luizzi Estofados. Como o imóvel indicado tem uma área de aproximadamente 10.000 m² e o complexo industrial da Luizzi conta com 100.000 m² e a matrícula contem poucas informações, determinando apenas os confrontantes do imóvel, mas sem indicar a localização geográfica, dirigi-me até o setor de cadastro da Prefeitura Municipal e consultando as diversas matrículas foi possível localizar a área correta a ser avaliada. Então, dirigi-me até a Avenida Saburo Akamine, nº 1555 - Jardim Santa Eliza - Rio Claro/SP, e em conversa com a administração da empresa foi permitida minha entrada no local, onde realizei a CONSTATAÇÃO das instalações, registro fotográfico, e AVALIAÇÃO, conforme Auto em anexo. O referido é verdade e dou fé.

Rio Claro, 19 de setembro de 2023.

Número de Cotas:01

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por STIVE BATALHA MINATEL, liberado nos autos em 28/09/2023 às 09:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código BW8Rqj18.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Ulisses Guimarães, nº 2800 – Vila Nova - Rio Claro – SP – CEP: 13.506-547

Processo Digital n°:	0018357-41.2009.8.26.0510
Classe - Assunto:	Execução Fiscal – Contribuições Previdenciárias
Requerente:	União Federal – PRFN
Requerido:	Ludival Móveis Ltda.
Mandado nº:	510.2023/022099-4

AUTO DE AVALIAÇÃO

Ao(s) 18 dia(s) do mês de *setembro* do ano de *2023*, eu Oficial de Justiça infra-assinado, dando cumprimento integral ao r. mandado nº *510.2023/022099-4*, expedido pelo MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública, Dr. André Antônio da Silveira Alcântara, e respectivo Cartório, extraídos dos autos de E*xecução Fiscal – Contribuições Previdenciárias*, promovido por *União Federal – PRFN* contra *Ludival Móveis Ltda.*, e depois de preenchidas as formalidades legais, passei a avaliar o seguinte bem:

1. Logradouro:
Avenida Saburo Akamine, nº 1555 – Jardim Santa Eliza – Rio Claro/SP

2. Matrícula:
Matrícula nº 22.637 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Rio Claro/SP
IMÓVEL: Um terreno de terras situado neste distrito, município e comarca, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de 9.196,00 m², confrontando de uma lado com Pedro Lauria, de outro lado com Gimenez, Fernandes e Cia. E nos fundos com a Estrada Velha de Batovi. – Inscrição Cadastral nº 2-01-16-029-018-00-000-00-37.

3. Condições de infraestrutura urbana
O local onde se encontra o imóvel conta com asfalto, rede de água e esgoto, rede de energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, entrega postal e rede de internet.

4. Construção
Trata-se de um imóvel com um grande galpão industrial de estrutura metálica, onde funciona o setor de marcenaria e reparação de móveis estofados.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por STIVE BATALHA MINATEL, liberado nos autos em 28/09/2023 às 09:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Z9mCRc9u.

5. Método de avaliação

O valor do imóvel será determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado (MCDDM), seguindo o preconizado na NBR 14653-1 da ABNT. Foi, para tanto, efetuada uma pesquisa de imóveis em situações equivalentes e características semelhantes do imóvel avaliando, no mesmo bairro ou em bairro vizinhos e similares, de tal modo que a comparação seja possibilitada, ponderados os atributos por homogeneização para a formação de preços; em conjunto com o Método do Custo Unitário Básico (CUB) para a área construída.

6. Localização e medição através do Google Maps

Empresa Luizzi tendo como divisas a Rodovia Washington Luiz e a Avenida Saburo Akamine (antiga Estrada Velha de Batovi), totalizando uma área de quase 100.000 metros quadrados.

Tendo em vista que o todo complexo industrial é composto por diversas matrículas: Matrículas nº 44.362, 7.103, 5.079, 14.712, 9.525, 22.000 e 22.001 do 2° Ofício de Registro de Imóveis de Rio Claro, torna-se difícil identificar qual trecho, aproximadamente 10% do total, pertenceria especificamente à matrícula nº 22.637, objeto desta avaliação.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por STIVE BATALHA MINATEL, liberado nos autos em 28/09/2023 às 09:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Z9mCRc9u.

Como a matrícula do imóvel carece de dados mais precisos, contendo apenas os confrontantes, mas sem dizer com exatidão as coordenadas de onde começam e terminam as confrontações, dirigi-me ao Setor de Cadastros da Prefeitura Municipal, e analisando as diversas matrículas foi possível identificar o lote correto:



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por STIVE BATALHA MINATEL, liberado nos autos em 28/09/2023 às 09:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Z9mCRc9u.

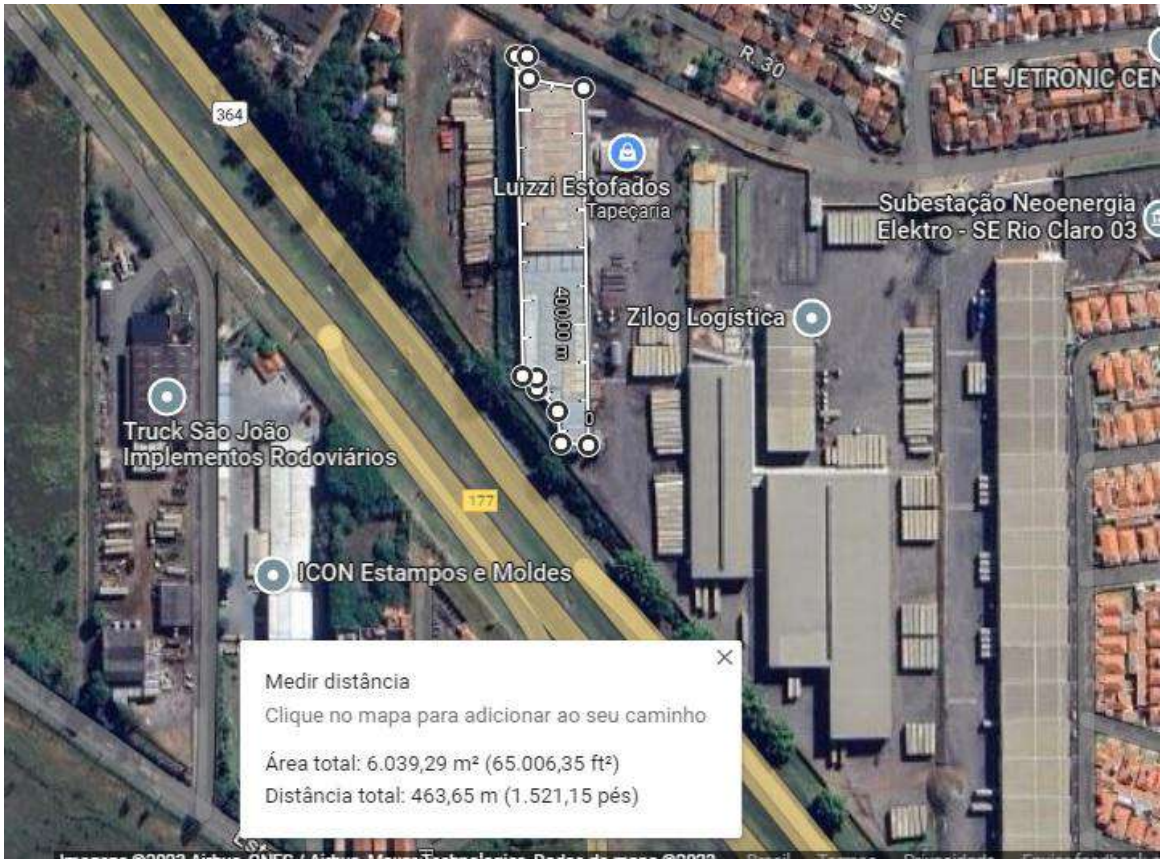
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Avenida Ulisses Guimarães, nº 2800 – Vila Nova - Rio Claro – SP – CEP: 13.506-547

Área do terreno calculada no Google Maps, aproximadamente 9.196m²



Área do galpão industrial calculada no Google Maps, aproximadamente 6.000m²



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por STIVE BATALHA MINATEL, liberado nos autos em 28/09/2023 às 09:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Z9mCRc9u.

7. Registro Fotográfico








Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por STIVE BATALHA MINATEL, liberado nos autos em 28/09/2023 às 09:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Z9mCRc9u.






8. Demonstrativo de Avaliação do Terreno

	Imóvel 1	Imóvel 2	Imóvel 3	Imóvel 4
Foto				
Anúncio	https://www.vivareal.com.br/imovel/lote-terreno-jardim-residencial-santa-eliza-bairros-rio-claro-125m2-venda-RS110000-id-2593789556/	https://www.henriqueimoveisrc.com.br/comprar/sp/rio-claro/jardim-residencial-santa-eliza/terreno/70986653	https://www.imovelweb.com.br/propriedades/terreno-de-esquina-jardim-santa-eliza-222-m-sup2-2965146492.html	https://www.imovelweb.com.br/propriedades/terreno-a-venda-jardim-santa-eliza-120-mil-2965108945.html
Bairro	Santa Eliza	Santa Eliza	Santa Eliza	Santa Eliza
Área total	125 m²	189 m²	222 m²	155 m²

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por STIVE BATALHA MINATEL, liberado nos autos em 28/09/2023 às 09:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Z9mCRc9u.

Valor	R$110.000,00	R$145.000,00	R$165.000,00	R$120.000,00
Valor por m²	**R$880,00**	**R$767,19**	**R$743,23**	**R$774,19**

VALOR MÉDIO DO M² COM BASE NOS DADOS COLETADOS

Imóveis	**Valor do m²**
Imóvel 1	R$880,00
Imóvel 2	R$767,19
Imóvel 3	R$743,23
Imóvel 4	R$774,19
TOTAL	**R$3.164,61**
÷ 4 = Média	**R$791,15**
+ 20% - fator segurança	R$949,38
- 20% - fator segurança	R$632,92
Não é necessário excluir nenhuma amostra, todas estão dentro do fator de segurança	**R$791,15**

CÁLCULO DO VALOR DO TERRENO

Área	**9.196,00 m²**
Valor do m²	**R$791,15**
Valor do terreno	**R$7.275.415,40**

9. Avaliação da Área Construída

Não há na Matrícula do imóvel nenhuma averbação de construção, mas é possível verificar na imagem de vista aérea que há um galpão dentro do perímetro da empresa, e consultando o processo verifiquei nas fls. 25/26 de oferta de bens à penhora (Anexo 1), que a construção no terreno é de um prédio industrial com área aproximada de 6.000 m².

Sigla	**Nome e Descrição**	**Dormitórios**
GI	Galpão industrial: Área composta de um galpão com área administrativa, 2 banheiros, um vestiário e um depósito	-

Custo unitário básico no Estado de São Paulo, agosto de 2023 em R$/m²							
Padrão Baixo			**Padrão Normal**			**Padrão Alto**	
	Custo m²			**Custo m²**			**Custo m²**
			RP1Q	1.926,29			
			GI	1.045,33			

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por STIVE BATALHA MINATEL, liberado nos autos em 28/09/2023 às 09:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Z9mCRc9u.

Conforme as tabelas acima, obtidas no site do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo[1], e no site Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Sergipe[2].

CÁLCULO DO VALOR DA ÁREA CONSTRUÍDA

Área	**6.0000 m2**
Valor do m² construído	**R$1.045,33**
AVALIAÇÃO	**R$6.271.980,00**

CÁLCULO DO VALOR FINAL

Terreno	**R$7.275.415,40**
Construção	**R$6.271.980,00**
VALOR TOTAL	**R$13.547.395,40**
Intervalo de confiança -10%	**R$12.192.655,86**
Intervalo de confiança +10%	**R$14.902.134,94**

10. Avaliação

Desta forma, **AVALIO O IMÓVEL** em **R$13.547.395,00** (treze milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), sendo provável que seja comercializado dentro do intervalo de confiança, um valor entre R$12.192.655,86 (doze milhões, cento e noventa e dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) e R$14.902.134,94 (quatorze milhões, novecentos e dois mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

Stive Batalha Minatel
Oficial de Justiça
Matrícula: 360.481
assinado digitalmente

Tabelas obtidas nos endereços eletrônicos:
[1] Disponível em: <https://sindusconsp.com.br/download/boletim-economico-agosto-2023-com-desoneracao/> Acessada em: 11/09/2023
[2] Disponível em: <http://www.sinduscon-se.com.br/sinduscon/arquivos/siglas.pdf> Acessada em: 11/09/2023

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por STIVE BATALHA MINATEL, liberado nos autos em 28/09/2023 às 09:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Z9mCRc9u.

11. Anexo 1 – Oferta de bens à penhora

fls. 26

WILNEY DE ALMEIDA PRADO
Advocacia

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO SERVIÇO ANEXO DAS FAZENDAS DA COMARCA DE RIO CLARO – SP

Processo n.º 00025/2010-SAF

LUDIVAL MÓVEIS LTDA., empresa com sede nest Cidade, à Estrada da Jacutinga, n.º 1.495, inscrita no C.N.P.J. sob o n. 44.674.943/0001-75, por seu advogado (protesta pela oportuna juntada d instrumento de mandato), nos autos da **EXECUÇÃO FISCAL** que lhe promove **FAZENDA NACIONAL**, vem à presença de V. Exa. a fim de ofertar à penhora o seguintes bens de sua propriedade, de conformidade com o artigo 9º, III, da Lei n 6.830/80, nos seguintes termos:

a) "Um trecho de terras situado neste distrit município e comarca de Rio Claro, com frente par a Rodovia Washington Luiz, com área de 9.196,0 m², confrontando de um lado com Pedro Lauria, d outro lado com Gimenez, Fernandes & Cia. E nc fundos com a Estrada Velha de Batovi, melhc descrito e caracterizado na matrícula n.º 22.63 perante o 2º Cartório de Registro de Imóveis de Ri Claro – SP, adquirido pela Executada através d escritura pública de compra e venda lavrada em 2 de outubro de 1986, perante o 2º Cartório de Not de Rio Claro – SP, livro n.º 723, fls. 56, sobre o qu está edificado um prédio industrial com ár aproximada de 6.000m², cujo valor é

1

C.N.P.J. n.º 66.841.156/0001-03 OAB/SP n.º 2.39
Rua Cinco, n.º 844 - Centro - Rio Claro - SP - CEP: 13500-040
Telefone / Fax: (0xx19) 3524-6499

Este documento é cópia de original assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BIANA DA SILVA, Protocolado em 1/06/2021 às 17:01:35, sob o número WRDO21700013240. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e o código 29MCRc9u.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por STIVE BATALHA MINATEL, liberado nos autos em 28/09/2023 às 09:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Z9mCRc9u.

fls. 27

WILNEY DE ALMEIDA PRADO
Advocacia

aproximadamente R$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais)."

b) 6500 (seis mil e quinhentos) Conjuntos de estofado de dois e três lugares, com acabamento em tecido, de fabricação e produção da Executada, com preço de comercialização unitário de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), totalizando a oferta o valor de R$ 11.700.000,00 (onze milhões e setecentos mil reais).

Posto isso, requer seja acatada a presente nomeação de bens à penhora e determinada a lavratura do respectivo termo de penhora, a fim de que possa a Executada apresentar os Embargos à Execução cabíveis na espécie.

Protesta pela complementação da documentação referente ao imóvel ofertado, se assim for necessário.

Nestes Termos,
P.DEFERIMENTO.

Rio Claro, 21 de março de 2014.

WILNEY DE ALMEIDA PRADO
OAB/SP n.º 101.986

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESSA SANTANA BAIA DA SILVA,Protocolado em 10/04/2021 às 17:01:32 , sob o número WRCO21700017740
Para acessar os autos processuais, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e o código 9R7CA02.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por STIVE BATALHA MINATEL, liberado nos autos em 28/09/2023 às 09:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Z9mCRc9u.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), ., Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe − Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:*Fls. 133/143 - Ciência às partes da avaliação do imóvel. Nada Mais. Rio Claro, 03 de outubro de 2023. Eu, ___, Maria Aparecida da Silva Cardoso, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DA SILVA CARDOSO, liberado nos autos em 03/10/2023 às 16:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ZsEub6CR.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), ., Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto: **Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente: **União Federal - PRFN**
Executado: **Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIFICA-SE que em 03/10/2023 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região.

Teor do ato: Fls. 133/143 - Ciência às partes da avaliação do imóvel.

Rio Claro, (SP), 03 de outubro de 2023

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 03/10/2023 às 16:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código j4td7fXi.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
GRUPO REGIONALIZADO DE EXECUÇÕES FISCAIS – GREF
EQUIPE DE TRIAGEM – EQTRI-GREF-PRFN 3ª REGIÃO

MM. JUIZ

A União (Fazenda Nacional) vem respeitosamente perante Vossa Excelência manifestar ciência do ato objeto de intimação.

Jundiaí-SP, data de validação no sistema.

Glaucio Vasconcelos Ribeiro Junior
Procurador da Fazenda Nacional
GREF-EQTRI-PRFN 3a. REGIÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GLAUCIO VASCONCELOS RIBEIRO JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/10/2023 às 22:09 , sob o número WRCO23701182272
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código c1yuoj3E.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), ., Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

CERTIDÃO – DECURSO DE PRAZO PARA CONSULTA/CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO NO PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

Portal Eletrônico do (a): PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região
Destinatário do Ato: União Federal - PRFN

CERTIFICA-SE que transcorreu o prazo para consulta ou confirmação de recebimento no portal eletrônico, do ato abaixo.

Intimações: Considera-se intimação automática em razão do decurso de 10(dez) dias corridos para consulta, contados da data do envio da intimação eletrônica, nos termos do Art. 5º, §3º, da Lei 11.419/2006). O prazo da intimação se iniciará em 16/10/2023.

Teor do ato: Fls. 133/143 - Ciência às partes da avaliação do imóvel.

Rio Claro, (SP), 14/10/2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 14/10/2023 às 00:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código idtDgwXQ.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0845/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Fls. 133/143 - Ciência às partes da avaliação do imóvel."

Rio Claro, 19 de outubro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 19/10/2023 às 09:40 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ysbXRBeH.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0845/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Fls. 133/143 - Ciência às partes da avaliação do imóvel."

Rio Claro, 19 de outubro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 19/10/2023 às 09:40 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código KrWLwPp5.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0845/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 20/10/2023. Considera-se a data de publicação em 23/10/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)

Teor do ato: "Fls. 133/143 - Ciência às partes da avaliação do imóvel."

Rio Claro, 20 de outubro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 20/10/2023 às 02:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código EWbCNbNz.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0845/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 20/10/2023. Considera-se a data de publicação em 23/10/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)

Teor do ato: "Fls. 133/143 - Ciência às partes da avaliação do imóvel."

Rio Claro, 20 de outubro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 20/10/2023 às 02:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 9ETcZ8MG.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE RIO CLARO/SP

Processo nº. 0018357-41.2009.8.26.0510

LUDIVAL MÓVEIS LTDA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seu advogado que esta subscreve, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar a presente **EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE** nos autos da Execução Fiscal em epígrafe, que lhe move a **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, consoante as razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I– DOS FATOS

Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de suposto crédito tributário oriundos de acréscimos legais sobre contribuições previdenciárias recolhidas em atraso, GFIP, contribuição sobre a remuneração dos empregados, contribuições devida à terceiros - salário educação, INCRA, Contribuições ao sistema S, dentre outros.

O referido débito, consolidado por meio da CDA nºs 8conforme certidão de dívida ativa nº 37.070.839-3, perfaz a quantia inicial de R$ 20.649.624,67 (vinte milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos).

Entretanto, a partir da análise, o título executivo em questão, se vê que estes foram formalizados pelo Fisco em total desacordo com os requisitos legais, restando repletos de nulidades, e não sendo possível, portanto, auferir a certeza e liquidez necessária para o seguimento regular da execução fiscal.

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Ainda, se vê que o Fisco **cobra valores ilegais** à título de contribuições ao **SISTEMA "S"**, e c**ontribuições previdenciária ao salário.**

Assim, busca a Excipiente, por meio da presente Exceção de Pré-Executividade, a devida prestação jurisdicional a fim de que sejam reconhecidas as nulidades nas CDAs objeto desta demanda, sendo de rigor a desconstituição dos créditos tributários perseguidos pelo Fisco Estadual e a consequente extinção da execução fiscal, aplicando-se, assim, a justiça necessária ao caso.

II – PRELIMINARMENTE – DA NULIDADE DAS CDAS – NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – ART. 2º, § 5º, LEF – ART. 202, CTN – PREJUÍZO À AMPLA DEFESA

Excelência, como é sabido, a Certidão de Dívida Ativa é um título executivo extrajudicial, por meio do qual o Fisco regularmente inscreve, na repartição administrativa competente, créditos de natureza tributária devidos pelo Contribuinte.

Para tanto, a fim de garantir a higidez, certeza e liquidez do título, o Fisco deverá observar o preenchimento de requisitos legais e informações obrigatórias que devem constar na CDA.

Sobre o tema, veja-se o que prevê **art. 2º, § 5º, inciso III, da LEF**, e **art. 202, do CTN**, respectivamente:

> ***Art. 2º, § 5º (LEF)****. O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:*
>
> *I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;*
>
> *II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;*
>
> ***III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida****;*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e

VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

***Art. 202 (CTN)**. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará **obrigatoriamente**:*

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

***III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado**;*

IV - a data em que foi inscrita;

V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Sobre o tema, este é entendimento proferido pelo Ministro Luiz Fux, no bojo do AgRg no REsp 971090/PR:

*"(...) os arts. 202 do CTN e 2º, § 5º da Lei nº 6.830/80, **preconizam que a inscrição da dívida ativa somente gera presunção de liquidez e certeza na medida em que contenha todas as exigências legais, inclusive, a indicação da natureza do débito** e sua fundamentação legal, bem como forma de cálculo de juros e de correção monetária." (g.n)*

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

No mesmo sentido, cumpre ainda ressaltar o entendimento proferido pelo Desembargador Mourão Neto[1], integrante da 18ª Câmara de Direito Público E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ("TJSP"):

> (...) Assim, é de rigor o reconhecimento da nulidade das CDAs, já que "admitir certidão de dívida ativa sem a satisfação das poucas exigências legais, representa não apenas a violação ao princípio da estrita legalidade, que rege a Administração Pública, mas, num contexto mais amplo, do princípio do devido processo legal processual (e seus corolários: ampla defesa e contraditório) e substancial". (Recurso de Apelação nº 0005073-16.2010.8.26.0288, Rel. Des. Mourão Neto, 18ª Câmara de Direito Público, j. 23.09.2013).

Ainda, ao tratar sobre o tema em debate, observando o rigor do art. 203, CTN[2], leciona ALIOMAR BALEEIRO que:

> *"O rigor formal da inscrição como ato jurídico administrativo, decorre logicamente da severidade do art. 203 do C.T.N., cominando a sanção de nulidade, para ela e para a certidão dela, se forem omitidas ou estiverem erradas as indicações essenciais arroladas no art. 202. O art. 203 é peremptório:* ***omissa ou errada a inscrição, fatalmente ocorrerá a nulidade****, salvo se sanada for até a sentença de primeira instância". (BALEEIRO, Aliomar. in Direito Tributário Brasileiro; 10ª edição; Ed. Forense; p. 628/629).*

Pois bem.

Em completa dissonância aos dispositivos legais e entendimentos jurisprudenciais e doutrinários acima expostos, a partir da análise das CDAs de supracitadas, se vê que estas **NÃO CUMPREM** satisfatoriamente com os requisitos legais e formalidades necessárias.

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Nota-se que parte das Certidões de Dívida Ativa acostadas aos autos não apontam de forma específica qual a sistemática utilizada para atualização dos débitos e fundamentação dos débitos, **se vê que todos os apontamentos são mencionados de forma genérica, impossibilitando assim a defesa da Executada.**

Neste interim, importante destacar a necessidade da Fazenda Nacional observar o **princípio da legalidade** (**art. 37, *caput*, da CF**), fato este que impede a eventual flexibilização da regra prevista pelo **art. 2º, § 5º, inciso III, da LEF**, e **art. 202, do CTN**.

Assim, vê-se que, no caso, a presunção de certeza e liquidez da dívida ativa deve ser afastada, **pois a imprecisão da CDA impede ou, no mínimo dificulta, o direito da Excipiente de exercer a ampla defesa** – **art. 204, parágrafo único, do CTN** e **art. 3º, parágrafo único, da Lei n.° 6.830/80**, uma vez que não há como se averiguar a legalidade das cobranças, sobre a qual não se sabe a natureza e a forma como foi gerada.

Vejamos;

4 405.00
TERCEIROS - INCRA

4 405.03 01/03/1997 31/10/2004
LEI N. 2.613, DE 23.09.55, ART. 6., PARAGRAFO 4., (COM AS ALTERACOES DA LEI N. 4.863, DE 29.11.65, ART. 35, PARAGRAFO 2., VIII); DECRETO-LEI N. 1.146, DE 31.12.70, ART. 1., I, ITEM 2, ARTIGOS 3. E 4.; LEI COMPLEMENTAR N. 11, DE 25.05.71, ART. 15, II; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ART. 3.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

4 411.00
TERCEIROS - SENAI

4 411.03 01/03/1997 31/10/2004
DECRETO-LEI N. 4.048, DE 22.01.42, ART. 4. E 6. (COM AS ALTERACOES DO DECRETO-LEI N. 4.936, 07.11.42, ARTS. 3. E 6.); DECRETO-LEI N. 6.246, DE 05.02.44, ART. 1.; LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 94 (COM A REDACAO DADA PELA MP N. 1.523-4, DE 05.02.97, E REEDICOES POSTERIORES ATE A MP N. 1.596-14, DE 10.11.97, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97). REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97, ART. 99; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.1999, ART. 274, PARAGRAFO 1. (COM A REDACAO DADA PELO DECRETO N. 4.032, DE 26.11.01). A PARTIR DE 28.10.2004 DECRETO-LEI N. 4.048, DE 22.01.42, ART. 4. E 6. (COM AS ALTERACOES DO DECRETO-LEI N. 4.936, DE 07.11.42, ARTIGOS 3. E 6.); DECRETO-LEI N. 6.246, DE 05.02.44, ART. 1.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.

4 412.00
TERCEIROS - SESI

4 412.03 01/03/1997 31/10/2004
DECRETO-LEI N. 9.403, DE 25.06.46, ART. 3.; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ART. 1. E ART. 3.; LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 94 (COM A REDACAO DADA PELA MP N. 1.523-4, DE 05.02.97, E REEDICOES POSTERIORES ATE A MP N. 1.596-14, DE 10.11.97, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97); REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97 ART. 99; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 274, PARAGRAFO 1. (COM A REDACAO DADA PELO DECRETO N. 4.032, DE 26.11.01). A PARTIR DE 28.10.2004 DECRETO-LEI N. 9.403, DE 25.06.46, ART. 3.; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ARTIGOS 1. E 3.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.

4 412.04 desde 01/11/2004
DECRETO-LEI N. 9.403, DE 25.06.46, ART. 3.; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ARTIGOS 1. E 3.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.

---

4 415.00
TERCEIROS - SEBRAE

4 415.03 01/03/1997 31/10/2004
LEI N. 8.029, DE 12.04.90, ART. 8., PARAGRAFO 3. (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 8.154, DE 28.12.90),COMBINADO COM O ART. 1. DO DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86 E PARAGRAFO 4., COMBINADO COM O ART. 94, DA LEI N. 8.212, DE 27.07.91 (COM A REDACAO DADA PELA MP N. 1.523-4, DE 05.02.97, E REEDICOES POSTERIORES ATE A MP N.1.596-14, DE 10.11.97, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97). REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97, ART. 99; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 274, PARAGRAFO 1. (COM A REDACAO DADA PELO DECRETO N. 4.032, DE 26.11.01). A PARTIR DE 28.10.2004 LEI N. 8.029, DE 12.04.90, ART. 8., PARAGRAFO 3. (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 8.154, DE 28.12.90), COMBINADO COM O ART. 1. DO DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86 E PARAGRAFO 4.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Ao encontro de todo o acima exposto, veja-se como entendeu o **E. Tribuna de Justiça do estado de São Paulo** em caso semelhante:

> **AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU** ***– Exercícios de 2014 e 2015 - Insurgência da empresa executada contra a rejeição da exceção de pré-executividade oposta – Cabimento - Títulos executivos que, de fato, não preenchem os requisitos previstos no art. 202 do CTN e no art. 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80 – Ausência de indicação do fundamento legal da cobrança tributária, da forma de cálculo dos juros e dos demais encargos incidentes e seus respectivos termos iniciais, bem como foram incluídos nas CDAs valores referentes à honorários sem a devida indicação do respaldo legal para tanto - Reforma da r. decisão recorrida que se impõe – Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2202558-29.2020.8.26.0000; Relator (a): Wanderley José Federighi; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Público; Foro de Porto Feliz - Setor de Execuções Fiscais; Data do Julgamento: 22/10/2020; Data de Registro: 03/11/2020)***
>
> ***AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO FISCAL – Decisão de primeiro grau que rejeitou a exceção de pré-executividade oposta – Descabimento - Nulidade das CDAs constatada – Títulos executivos que não preenchem os requisitos previstos no art. 202 do CTN e no art. 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80 - Ausência de fundamentação, especificação da dívida e dos encargos moratórios - Vícios diretamente relacionados aos requisitos essenciais da CDA, não incidindo a regra do art. 2º, § 8º, da LEF – Decretação de extinção da execução que se impõe – Decisão reformada - Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2222936-06.2020.8.26.0000; Relator (a): Wanderley José Federighi; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Público; Foro de Porto Feliz - Setor de Execuções Fiscais; Data do Julgamento: 15/10/2020; Data de Registro: 15/10/2020)***

Nos termos do entendimento acima, não restam dúvidas de que, no tocante à ausência de quaisquer dos requisitos previstos no art. 202, CTN, o art. 203, do CTN, dispõe que é **causa de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente**.

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Assim, ao lado do direito do credor (utilização do processo executivo para busca de prestação do devedor), aquele que é cobrado tem o direito de conhecer, com exatidão, o fato jurídico gerador da dívida, os parâmetros utilizados para apuração de seu valor total, e demais informações necessárias à verificação da legitimidade da cobrança. No mesmo sentido, veja-se como entende o C. STJ sobre o tema:

> *PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MULTA ADMINISTRATIVA. CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA. NULIDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE VALIDADE. 1.* ***A jurisprudência pacífica no STJ é no sentido de que os títulos executivos por serem títulos formais, devem estar bem delineados os aspectos indispensáveis para que possa o executado produzir a sua defesa. 2. O Tribunal a quo, entendeu que o título não atende os requisitos previstos no artigo 2º, § 5º, inciso III, da Lei 6.830/80, na medida em que não constou a origem da dívida e a natureza do crédito tributário, o que inviabilizou o exercício do direito de defesa da executada, por não possuir os requisitos mínimos exigidos por lei.*** *3. Agravo Regimental não provido". (AgRg no REsp 1166608/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 21/09/2010, DJe 28/09/2010)*

Logo, tem-se que a presente execução está lastreada em título executivo nulo, uma vez que seu valor não é certo. De acordo com o **art. 783, do CPC**, a execução deve fundar-se em título líquido, certo e exigível, pois, caso contrário, nula será, a despeito do **art. 803, do mesmo *códex***.

Desta maneira, restando evidenciada a omissão da da fundamentação específica da CDA ora executada, quanto aos seus requisitos essenciais, é de rigor o reconhecimento da manifesta **NULIDADE** do título que instrui a execução em mãos, em razão do não atendimento aos requisitos do **art. 2º, § 5º, da LEF**, e **art. 202, do CTN**. Consequentemente, requer sejam acolhidos os fundamentos da presente Exceção de Pré-Executividade, reconhecendo-se a nulidade das CDAs executadas, com a consequente EXTINÇÃO da presente execução.

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

III – DO MÉRITO

a) DAS CONTRIBUIÇÃO PARA O SEBRAE, SESI, SENAR e SENAI – INCONSTITUCIONALIDADE PARA AS MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS

Inicialmente, conforme supracitado, é importante destacar que a CDA em cobro padece de vícios insanáveis, vez que são baseadas dentre outros fatos geradores, em contribuição inaplicável à ora Excipiente, tendo em vista o seu porte.

A Contribuição para o SEBRAE foi instituída pela **Lei nº 8.029/90**, com o objetivo exclusivo de atender a execução da política governamental de apoio às micro e às pequenas empresas, exigindo-se tributo complementar às Contribuições para o **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial** ("**SENAI**"), para o **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial** ("**SENAC**"), para o **Serviço Social da Indústria** ("**SESI**") e para o **Serviço Social do Comércio** ("**SESC**"), nos seguintes termos:

> *Art. 8º. É o Poder Executivo autorizado a desvincular, da Administração Pública Federal, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE, mediante sua transformação em serviço social autônomo. (...)*
>
> *§3º. Para atender à execução da política de Apoio às Micro e às Pequenas Empresas, é instituído adicional às alíquotas das contribuições sociais relativas às entidades de que trata o artigo 1º do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, de: (...)"*

O objetivo da criação deste tributo, repita-se, foi atender a política de apoio às micro e pequenas empresas que conforme as determinações contidas no **Decreto nº 99.750/1990**, passou a ser uma atribuição da instituição denominada de SEBRAE.

Neste sentido, é evidente que para os fins pelos quais foi criado, o SEBRAE somente beneficia às micro e pequenas empresas, conforme consta na descrição no próprio site do mencionado órgão[3]: tanto é assim que, no seu site existente na internet

[3] https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

quando se acesa o link "Conhecendo o Sebrae" se depara com um texto cujo primeiro parágrafo demonstra a veracidade desta afirmação pela seguinte redação:

> *"O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos* ***empreendimentos de micro pequenas empresas*** *– aqueles com faturamento bruto anual de até R$ 4,8 milhões.*
>
> *Atuando com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, incentivo a educação empreendedora na educação formal, feiras e rodadas de negócios. As soluções desenvolvidas pelo Sebrae atendem o* ***empreendedor que pretende abrir seu primeiro negócio, até as pequenas empresas*** *que já estão consolidadas e buscam um novo posicionamento no mercado e o indivíduo que busca construir seu projeto de vida desenvolvendo suas competências empreendedoras desde a sua infância."*

Assim, o SEBRAE, bem como o SESI, SENAC e SENAI, somente beneficia às micro e pequenas empresas, não apoiando às empresas de médio e grande porte, mormente porque tais empresas por si próprias já possuem os meios para a satisfação de suas obrigações e necessidades.

A Contribuição para o SEBRAE e outras entidades supracitadas tem como fundamento o **art. 179, da Constituição Federal de 1988**, assim redigido:

> *Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, §6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.*

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Este tributo tem **nítida natureza de contribuição**, tendo em vista ser arrecadado compulsoriamente com o objetivo de garantir uma atuação do SEBRAE, SESI, SENAC e SENAI para com os seus contribuintes, demonstrando a sua natureza de tributo vinculado a uma atuação da entidade receptora dos recursos arrecadados.

Não obstante, como a Contribuição para o Sistema "S" tem por objetivo financiar órgãos que somente beneficiam determinada categoria econômica – micro e pequenas empresas – **não há como se negar que o tributo é uma contribuição de interesse de categoria econômica prevista no artigo 149 da Constituição e, como tal, somente pode ser exigido das empresas que se beneficiam do seu pagamento**.

Como atesta a própria redação do **art. 179, da CF/88**, essas contribuições apenas poderão ser cobradas da categoria econômica que tiver interesse no seu pagamento, sendo apenas aquelas beneficiadas pelos serviços prestados pela entidade receptora dos recursos arrecadados, que no caso do SEBRAE, SESI, SENAC e SENAI, se limitam às micro e pequenas empresas.

De fato, este efeito não poderia ser diferente, pois a Contribuição para as entidades supracitadas tem natureza de tributo vinculado a uma atuação da entidade receptora dos recursos arrecadados em benefício das pessoas que contribuíram com o tributo. Sem que exista a atuação do órgão em favor do contribuinte, será flagrantemente inconstitucional a sua exigência, pois neste caso, terá natureza de imposto.

O próprio **Plenário do Supremo Tribunal Federal** já confirmou o entendimento de que os contribuintes das contribuições previstas no **art. 149 da Constituição Federal**, necessariamente, devem receber benefícios pelo fato de estarem sujeitos ao pagamento do tributo. Essa afirmação tem origem da análise dos votos contidos no acórdão do **Recurso Extraordinário nº 177.137-2**, no qual foi declarada a constitucionalidade do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM instituído pelo Decreto-Lei nº 2.404/87.

Naquela ocasião, o ilustre Ministro Celso de Mello trouxe à baila, em seu seu voto, a transcrição do posicionamento do MM. Juiz do Tribunal Regional Federal

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

da 4ª Região, Dr. Silvio Dobrowolski, que ao analisar a constitucionalidade do AFRMM ponderou:

> *"O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO (...) O em. Juiz SILVIO DOBROWOLSKI, em lúcido voto proferido no TRF/ 4ª Região, deixou consignado, de modo irrepreensível, sobre o tema ora em debate, que, verbis: "O adicional ao frete instituído pelo DL nº 2404/87, com as alterações posteriores, tendo por finalidade obter e destinar recursos para o reaparelhamento da frota mercante nacional, justificado pela Constituição, tem como base de cálculo o frete no transporte por mar em portos nacionais, é devido pelo usuário dos serviços da frota mercante, não é imposto.* ***Existe uma atividade estatal referida ao contribuinte, no fato gerador; não é taxa, porque o vínculo entre a atuação estatal e o contribuinte não é imediata. É contribuição parafiscal por haver um termo de referência entre a atividade estatal e o ato do contribuinte****. (...) (Plenário do STF. Recurso Extraordinário nº 177.137-2-RS. Rel. Min. Carlos Velloso. v.u. j. 24.05.95 - DJ de 18.04.97)*

O entendimento do ilustre Juiz Silvio Dobrowolski utilizado pelo não menos ilustre Ministro do STF, Dr. Celso de Mello, demonstra que, para uma pessoa suportar a carga fiscal advinda de contribuição instituída, com base no artigo 149 da Lei Maior, deverá existir "um termo de referência entre a atividade estatal e o ato do contribuinte" e "uma atividade estatal referida ao contribuinte", confirmando a natureza de tributo vinculado das contribuições do artigo 149 da CF/88, mormente pela eficácia do princípio da referibilidade ou retributividade aplicável às contribuições.

Esta posição, aliás, também é compartilhada pelo ilustre Ministro do STF, Dr. Carlos Velloso, que no seu voto proferido nos autos do **Recurso Extraordinário nº 183.906-SP**, demonstrou que se os recursos arrecadados das contribuições do art. 149, da CF, não forem destinados para os fins previstos constitucionalmente – no caso sob análise: beneficiar a categoria econômica sujeita ao tributo – os contribuintes terão o direito de defender a inconstitucionalidade da cobrança, conforme demonstra a seguinte transcrição:

> *"Uma ressalva é preciso ser feita.* ***É que caso há, no sistema tributário brasileiro, em que a destinação do tributo diz com a legitimidade deste e, por isso, não ocorrendo a destinação***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

> ***constitucional do mesmo, surge para o contribuinte o direito de não pagá-lo. Refiro-me às contribuições parafiscais - sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas, CF, art. 149 - e aos empréstimos compulsórios (CF, art. 148)****. Leciona Misabel Abreu Machado Derzi que a 'Constituição de 1988, pela primeira vez, cria tributos finalisticamente afetados, que são as contribuições e os empréstimos compulsórios, dando à destinação que lhe é própria relevância não apenas do ponto de vista do Direito Financeiro ou Administrativo, mas igualmente de Direito Tributário.' E acrescenta a ilustre professora da UFMG, que 'o contribuinte pode opor-se à cobrança de contribuição que não esteja afetada aos fins, constitucionalmente admitidos; ...' (Misabel Abreu Machado Derzi, notas atualizadoras de 'Limitações Constitucionais do Poder de Tributar', de Aliomar Baleeiro, Forense, 7ª edição, 1977, pp. 598-599)" (Plenário do STF. Recurso Extraordinário nº 183.906-SP. Rel. Min. Marco Aurélio. v.u. j. 18.9.97).*

Por conseguinte, o Superior Tribunal de Justiça, de igual maneira, entende pela impossibilidade da cobrança de contribuição de empresa não beneficiada pelo seu pagamento, como foi o caso das prestadoras de serviços que estavam se sujeitando as Contribuições para o SENAC e SESC que somente beneficiavam os comerciários.

O STJ decidiu pela ilegalidade da cobrança, dentre outros argumentos, por não receberem as prestadoras de serviços vantagens pelo pagamento do tributo, conforme os trechos do voto do ilustre Ministro Hélio Mosimann proferido no julgamento do **Recurso Especial nº 168.892-PR**:

> *"Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, ..., contra acórdão do Tribunal Regional Federal da Quarta Região, segundo o qual empresa prestadora de serviço de vigilância não está obrigada a recolher a contribuição destinada ao SESC e ao SENAC. (...) A instância a quo, ratificando tal entendimento, acrescenta que não basta que os estabelecimentos tenham natureza comercial. "É preciso que estejam enquadradas como integrantes de entidades sindicais, segundo decisão da autoridade administrativa, de acordo com o quadro previsto no art. 577 da CLT.* ***Sendo assim, se o estabelecimento não for comercial, nem é preciso ir adiante. O primeiro elemento da hipótese de incidência inexistirá. E arremata afirmando que "somente***

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

> ***estabelecimentos comerciais devem pagar as contribuições para o SESC e SENAC, porque mantêm mão-de-obra que demanda a tutela estatal prestada com suporte nessa receita". Muito embora não conheça precedente da Turma, a decisão recorrida harmoniza-se com a jurisprudência do extinto Tribunal Regional Federal de Recursos****. Do exposto, não conheço do recurso". (2ª Turma do STJ. Recurso Especial nº 168.892-PR. Rel. Min. Hélio Mosimann. v.u. j. 02.06.98 - DJ de 10.08.98)*

Destarte, as contribuições ao Sistema "S" descritas nas CDAs são comprovadamente irregulares, em decorrência que a presente excipiente não se beneficia dessas entidades e não se enquadra nos padrão de "micro e pequenas empresas" das quais essas contribuições são exigíveis, por ser parte totalmente estranha no caso em tela, as referidas contribuições devem ser excluídas das CDAs, para que se faça justiça.

b) DO LIMITE DE 20 SALÁRIOS-MÍNIMOS PARA BASE DE CÁLCULO DAS PARAFISCAIS (SISTEMA "S") – TEMA 1.079, STJ

Emérito Julgador, com a entrada em vigor da **Lei 6.950/1981**, unificou-se a base contributiva das empresas para a Previdência Social e das contribuições parafiscais por conta de terceiros, estabelecendo, em seu **art. 4º**, o limite de 20 salários-mínimos para base de cálculo.

Por conseguinte, sobreveio o **Decreto 2.318/1986**, que, em seu **art. 3º**, alterou esse limite da base contributiva apenas para a Previdência Social, **restando mantido em relação às contribuições parafiscais**.

Noutras palavras, no que diz respeito às demais contribuições com função parafiscal, **ficou mantido o limite estabelecido pelo artigo 4º, da Lei no 6.950/1981, e seu parágrafo**, já que o Decreto-Lei 2.318/1986 dispunha apenas sobre fontes de custeio da Previdência Social, não havendo como estender a supressão daquele limite também para a base a ser utilizada para o cálculo as contribuições ao INCRA, Sistema "S" e salário-educação.

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Neste sentido, os diversos tribunais ao tratarem sobre o tema, entendem pela limitação em vinte salários mínimos:

> *DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA.* ***CONTRIBUIÇÃO AO SEBRAE, INCRA, SESC, SENAC E SALÁRIO-EDUCAÇÃO.*** *CONSTITUCIONALIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES. EC 33/2001. ARTIGO 149, § 2º, INC. III, A, DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA. BASE DE CÁLCULO. FOLHA DE SALÁRIOS. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEVIDA A TERCEIROS. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.* ***LIMITE DE VINTE SALÁRIOS MÍNIMOS. ART. 4º DA LEI 6.950/1981.*** *RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (...)* ***4. A base de cálculo das contribuições parafiscais recolhidas por conta de terceiros fica restrita ao limite máximo de 20 (vinte) salários-mínimos, nos termos do parágrafo único do art. 4º da Lei 6.950/1981, não se aplicando a disciplina estabelecida pelo art. 3º, do Decreto-Lei 2.318/1986. Precedentes.*** *5. Recurso parcialmente provido. (TRF-3 - ApCiv: 50061329820204036100 SP, Relator: Desembargador Federal HELIO EGYDIO DE MATOS NOGUEIRA, Data de Julgamento: 18/03/2021, 1ª Turma, Data de Publicação: Intimação via sistema DATA: 23/03/2021) (g.n)*

> *PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR.* ***CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A TERCEIROS. FOLHA DE SALÁRIOS. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. LIMITE DE VINTE SALÁRIOS MÍNIMOS. ART. 4º DA LEI 6.950/1981. RECURSO PROVIDO.*** *1. A partir da vigência da Lei 6.950/1981, houve a unificação da base contributiva para a Previdência Social e para as contribuições parafiscais por conta de terceiros, havendo sido estabelecido, para o salário-de-contribuição, o limite correspondente ao valor de 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente. Posteriormente, o Decreto-Lei 2.318/1986, em seu art. 3º, alterou o referido limite da base contributiva para a Previdência Social, restando mantido, no entanto, a aludida limitação no que tange às contribuições parafiscais. 2.* ***A base de cálculo das contribuições parafiscais recolhidas por conta de terceiros fica restrita ao limite máximo de 20 (vinte) salários-mínimos, nos termos do parágrafo único do art. 4º da Lei 6.950/1981, não se aplicando a disciplina estabelecida pelo art. 3º, do Decreto-Lei 2.318/1986. Precedentes.*** *3. Dado provimento ao agravo de instrumento para deferir a liminar requerida pela Impetrante e determinar que o recolhimento das contribuições a terceiros (salário-educação, contribuição ao INCRA e contribuição às entidades do Sistema S -*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

SENAI, SESI, SEBRAE) seja realizado com observância da limitação de 20 (vinte) salários-mínimos, prevista pelo artigo 4º, da Lei nº 6.950/81. (TRF-3 - AI: 50186777020204030000 SP, Relator: Desembargador Federal HELIO EGYDIO DE MATOS NOGUEIRA, Data de Julgamento: 22/09/2020, 1ª Turma, Data de Publicação: Intimação via sistema DATA: 24/09/2020)

Desta maneira, nos termos do entendimento acima, é de rigor a procedência das presentes razões, com a consequente determinação do recálculo das contribuições parafiscais em questão (contribuições ao INCRA, Sistema "S" e salário-educação) para correção das suas respectivas bases de cálculo no limite de 20 (vinte) salários-mínimos, por entender ser medida de direito.

Não obstante, em que se pese o tema em questão se encontrar pacificado pela jurisprudência, ao menos no âmbito no TRF3 conforme acima demonstrado, tal discussão tornou-se objeto dos **Recursos Especiais nºs 1898532/CE e 1905870/PR**, os quais foram remetidos à análise do C. STJ sob a sistemática dos recursos repetitivos (**Tema Repetitivo 1079, STJ**) – havendo determinação de suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão delimitada e tramitem no território nacional (acórdão publicado no DJe de 18/12/2020).

Assim, **alternativamente**, na remota hipótese deste MM. Juízo não entender pelo acolhimento dos fundamentos explanados acerca da limitação da base de cálculo das contribuições parafiscais à 20 (vinte) salários-mínimos, **requer seja determinado o sobrestamento dos presentes autos até o julgamento final do Tema Repetitivo 1079, STJ**.

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

IV - DA NECESSIDADE DA CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL PARA SUSPENDER A PRESENTE EXECUÇÃO FISCAL

Destaca-se, a concessão da tutela de urgência, como uma espécie de antecipação dos efeitos da tutela ligados ao pedido incontroverso, abuso de direito e/ou matérias unicamente de direito.

Tal medida nasceu da necessidade de conferir maior efetividade e celeridade à prestação jurisdicional, para que o processo deixe de ser um fim em si mesmo e cumpra sua missão constitucional, que é a pacificação social, com a entrega do bem da vida a quem comprovadamente dele faz jus, reduzindo o ônus da morosidade judiciária que impossibilita o pronto acesso da parte ao que lhe é de direito.

Como se vê, diferentemente das demais espécies de Tutela Provisória, a Tutela de Evidência é uma tutela "não urgente", porque não exige demonstração do perigo de dano (periculum in mora), baseando-se unicamente na evidência, isto é, num juízo de probabilidade, na demonstração documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do Autor.

Assim, é perfeitamente plausível a possibilidade de concessão da tutela de evidência/urgência com fundamento em precedentes jurisprudenciais.

Nesse norte, dispõe um dos enunciados aprovados durante seminário realizado pela ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) sobre o novo CPC;

> *ENUNCIADO 30: É POSSÍVEL A CONCESSÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA PREVISTA NO ART. 311, II, DO CPC/2015 QUANDO A PRETENSÃO AUTORAL ESTIVER DE ACORDO COM ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM SEDE DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE OU COM TESE PREVISTA EM SÚMULA DOS TRIBUNAIS, INDEPENDENTEMENTE DE CARÁTER VINCULANTE.*

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

A imediata concessão tutela provisória recursal, é a única forma de garantir que não haja ainda mais danos aos executados, em decorrência das ilegalidades que maculam a presente exação.

No caso concreto, temos o eminente risco de dano irreparável aos executados, bem como a real probabilidade de provimento da ação, sendo necessário o deferimento da antecipação da tutela a fim de suspender os supostos débitos, pois trarão sérios gravames aos executados.

Há, portanto, que se aplicar o entendimento já consolidado, ao caso vertente, isto porque, estão presentes os requisitos gerais para o deferimento da Tutela Provisória Recursal, senão vejamos.

Foram juntados diversos elementos que evidenciam o direito dos executados, especialmente pela necessária extinção da execução no que diz respeito da nulidade da CDA, , limitação de 20 salários mínimos para base de cálculo das contribuições parafiscais (SISTEMA S) - TEMA 1.079 do STJ, bem como o mérito dissertado quanto a inconstitucionalidade do sistema S em face da executada, o que evidencia a probabilidade do direito alegado.

Verifica-se o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, pois caso tal cobrança seja mantida, acarretará gravames de forma atual presente e concreta à Executada, tendo em vista a possibilidade novas penhoras, bloqueios on-line e negativações, que poderão ser efetivadas a qualquer momento, além do mais que um imóvel da executada está prestes a ser leiloado, haja vista o laudo de avaliação anexo nos autos, privando por consequência a Executada de importantes bens que são utilizados no desenvolvimento de sua atividade, tais como veículos e ativos; caso isso ocorra, os executados sofrerão prejuízos irremediáveis, conduzindo-a, compulsoriamente, ao estado de insolvência.

A possibilidade de reversibilidade do provimento antecipado, sem prejuízo para a Exequente, caso seja julgada improcedente ação.

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Outrossim, a presente execução merece ser suspensa conforme supramencionado para que a embargante não seja submetida, ao inconstitucional efeito do "***solve et repete***", é medida justa e necessário o sobrestamento do feito até que o tema seja devidamente julgado no Superior Tribunal de Justiça.

Sendo assim, a executada, carece de manifestação do Superior Tribunal de Justiça para se resguardar contra a obrigatoriedade do pagamento dos valores exigidos irregularmente.

É de amplo conhecimento que as referidas Contribuições incidem sobre a folha de pagamento dos contribuintes no percentual de 5,8%, sem limite de valor, aplicando o percentual sempre sobre o total da folha e conforme supracitado o STJ desconsiderou **o percentual de 5,8% sobre a folha, sendo limitado a 20 salários mínimos a base de cálculo do salário educação e todas as contribuições do Sistema "S" e Incra.** É de suma importância salientar que a decisão foi unânime, destarte, vejamos o posicionamento supracitado;

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEVIDA A TERCEIROS. LIMITE DE VINTE SALÁRIOS MÍNIMOS. ART. 4O DA LEI 6.950/1981 NÃO REVOGADO PELO ART. 3O DO DL 2.318/1986. INAPLICABILIDADE DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DA FAZENDA NACIONAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. *1. Com a entrada em vigor da Lei 6.950/1981, unificou-se a base contributiva das empresas para a Previdência Social e das contribuições parafiscais por conta de terceiros, estabelecendo, em seu art. 4o., o limite de 20 salários-mínimos para base de cálculo. Sobreveio o Decreto 2.318/1986, que, em seu art. 3o., alterou esse limite da base contributiva apenas para a Previdência Social, restando mantido em relação às contribuições parafiscais. 2. Ou seja, no que diz respeito às demais contribuições com função parafiscal, fica mantido o limite estabelecido pelo artigo 4o., da Lei no 6.950/1981, e seu parágrafo, já que o Decreto-Lei 2.318/1986 dispunha apenas sobre fontes de custeio da Previdência Social, não havendo como estender a supressão daquele limite também para a base a ser utilizada para o cálculo da contribuição ao INCRA e ao salário-educação. 3.* ***Sobre o tema, a Primeira Turma desta Corte Superior já se posicional no sentido de que a base de cálculo das contribuições parafiscais recolhidas por conta de terceiros fica restrita ao limite máximo de 20 salários-mínimos, nos termos do parágrafo único do art. 4o. da Lei 6.950/1981, o qual não foi revogado pelo art.***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

3o. do DL 2.318/1986, que disciplina as contribuições sociais devidas pelo empregador diretamente à Previdência Social. Precedente: REsp. 953.742/SC, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJe 10.3.2008. *4. Na hipótese dos autos, não tem aplicação, na fixação da verba honorária, os parâmetros estabelecidos no art. 85 do Código Fux, pois a legislação aplicável para a estipulação dos honorários advocatícios será definida pela data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação, devendo ser observada a norma adjetiva vigente no momento de sua publicação. 5. Agravo Interno da FAZENDA NACIONAL a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1570980 SP 2015/0294357-2, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO,* ***Data de Julgamento: 17/02/2020****, T1 - PRIMEIRA TURMA,* ***Data de Publicação DJe 03/03/2020****).*

Deste modo, a decisão traz significativa economia e segurança jurídica aos contribuintes. Exemplificando, considerando uma folha de pagamento no valor de R$ 500.000,00, (quinhentos mil reais) com a nova decisão do STJ o contribuinte teria uma economia mensal de R$ 27.787,80, o que equivale a R$ 1.667.268,00, considerando a recuperação dos últimos cinco anos, ou seja, importância essa extremamente significativa para a economia do contribuinte.

Portanto, o precedente-paradigma (anexo no presente momento), permite aos contribuintes buscarem a devida tutela jurisdicional para a limitação em 20 salários mínimos a base de cálculo das Contribuições ao Sistema "S" bem como a restituição ou compensação dos valores recolhidos com a base de 5,8% respeitado o prazo prescricional de 5 anos.

Outrossim, conforme determina o art. 1.037 do CPC após selecionado o recurso como repetitivo, o ministro relator do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferirá decisão de afetação em que deverá (i) identificar com precisão a questão a ser submetida a julgamento; e (ii) **determinar a suspensão de processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional**.

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Trata-se de norma cogente, ou seja, de cumprimento obrigatório pelos ministros do STJ e STF e que tem por objetivo evitar decisões conflitantes sobre uma questão já afetada à análise dos Tribunais Superiores; e, ao mesmo tempo, agilizar o trâmite dos processos com matéria idêntica.

Seguramente se o sobrestamento se desse automaticamente aos temas de recurso repetitivo ou repercussão geral já existentes teria um impacto ainda maior, sendo assim a presente execução fiscal merece ser suspensa. Conforme se verifica o sobrestamento da execução fiscal é medida de inteira justiça;



Documento 1	Assuntos		Selecionar
Tema Repetitivo 1079	Situação Afetado	Órgão julgador PRIMEIRA SEÇÃO	Ramo do direito DIREITO TRIBUTÁRIO
Questão submetida a julgamento	Definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de "contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros", nos termos do art. 4º da Lei n. 6.950/1981, com as alterações promovidas em seu texto pelos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei n. 2.318/1986.		
Anotações NUGEPNAC	Processos destacados de ofício pelo relator. Afetação na sessão eletrônica iniciada em 9/12/2020 e finalizada em 15/12/2020 (Primeira Seção).		
Informações Complementares	Há determinação de suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão delimitada e tramitem no território nacional (acórdão publicado no DJe de 18/12/2020).		

★ REsp 1898532/CE PUSH			
Tribunal de Origem	TRF5	Afetação	18/12/2020
RRC	Sim	Julgado em	-
Relator	REGINA HELENA COSTA	Trânsito em Julgado	-
Embargos de Declaração	-	Acórdão publicado em	-

REsp 1905870/PR PUSH			
Tribunal de Origem	TRF4	Afetação	18/12/2020
RRC	Sim	Julgado em	-
Relator	REGINA HELENA COSTA	Trânsito em Julgado	-
Embargos de Declaração	-	Acórdão publicado em	-

Última atualização: 06/07/2022

Vejamos os processos destacados pela afetação do tema 1.079 (acórdão anexos);

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. TRIBUTÁRIO. "CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS". BASE DE CÁLCULO. APURAÇÃO. APLICAÇÃO DO TETO DE 20 (VINTE) SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI N. 6.950/1981 E DECRETO-LEI N. 2.138/1986. 1. Delimitação da questão de direito controvertida: definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de "contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros", nos termos do art. 4º da Lei n. 6.950/1981, com as alterações promovidas em seu texto pelos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei n. 2.318/1986. 2. Recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, em afetação conjunta com o REsp n. 1.898.532/PE.(STJ - ProAfR no REsp: 1905870 PR 2020/0303530-0, Relator: Ministra REGINA HELENA COSTA, Data de Julgamento: 15/12/2020, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 18/12/2020)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. TRIBUTÁRIO. "CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS". BASE DE CÁLCULO. APURAÇÃO. APLICAÇÃO DO TETO DE 20 (VINTE) SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI N. 6.950/1981 E DECRETO-LEI N. 2.318/1986. 1. Delimitação da questão de direito controvertida: definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de "contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros", nos termos do art. 4º da Lei n. 6.950/1981, com as alterações promovidas em seu texto pelos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei n. 2.318/1986. 2. Recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, em afetação conjunta com o REsp n. 1.905.870/PR. (STJ - ProAfR no REsp: 1898532 CE 2020/0253991-6, Relator: Ministra REGINA HELENA COSTA, Data de Julgamento: 15/12/2020, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 18/12/2020)

Neste sentido a jurisprudência do Eg. TRF-3;

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CABIMENTO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. TEMA 179 DO C. STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. 1. Ao ***enfrentar o tema relativo à aplicação do limite de 20 salários mínimos à apuração da base de cálculo de contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros, o C. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.898.532-CE, afetou aquele processo como representativo da controvérsia e determinou a suspensão de***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

todos os feitos que versem sobre esta questão, conforme decisão proferida em 15.12.2020. 2. Sendo incontroverso que no caso concreto parte do crédito perseguido pela agravante na execução fiscal de origem envolve a discussão debatida pelo C. STJ no Tema 179, afigura-se correta a decisão que determinou o sobrestamento do executivo fiscal*. 3. Agravo de Instrumento improvido. (TRF 3ª Região, 1ª Turma, AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 5014698-66.2021.4.03.0000, Rel. Desembargador Federal WILSON ZAUHY FILHO, julgado em 03/11/2021, DJEN DATA: 11/11/2021)*

Ademais, a decisão de afetação, proferida junto ao RESP nº 1.898.532/CE em conjunto com o RESP nº 1.905.870/PR correspondentes ao tema 1.079, determinam:

I) **suspender o processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional, nos termos do art. 1.037, II, do CPC/2015;**

II) comunicar, mediante envio de cópia do acórdão, aos Ministros da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e da Turma Nacional de Uniformização;

III) intimar a União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o Serviço *Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, o Serviço Social do Comércio - SESC, o Serviço Social da Indústria - SESI, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; e*

IV) após as diligências, abrir vista ao Ministério Público Federal para parecer, em quinze dias, consoante o art. 1.038, III e § 1º, do CPC/2015

Referida determinação de suspensão, tem, por fundamento, as disposições constantes dos artigos 1.036, § 1º e 5º do CPC/2015 e artigo 1.037, II, também do CPC/2015, abaixo vertidos:

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Art. 1.036. Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º O presidente ou o vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal selecionará 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia, que serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça para fins de afetação, determinando a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso.

(...)

§ 5º O relator em tribunal superior também poderá selecionar 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia para julgamento da questão de direito independentemente da iniciativa do presidente ou do vice-presidente do tribunal de origem

Art. 1.037. Selecionados os recursos, o relator, no tribunal superior, constatando a presença do pressuposto do caput do art. 1.036 , proferirá decisão de afetação, na qual:

I - identificará com precisão a questão a ser submetida a julgamento;

II - determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional;

III - poderá requisitar aos presidentes ou aos vice-presidentes dos tribunais de justiça ou dos tribunais regionais federais a remessa de um recurso representativo da controvérsia.

Assim, de modo cristalino, por expressa determinação do STJ e embasada em normativa legal, devem os processos que envolvam a cobrança de contribuições ao denominado "campo terceiros", serem suspensas até o pronunciamento definitivo da corte.

Possível **concluir**, destarte, que, em razão da determinação do STJ para a imediata suspensão de todos os processos que tratem da cobrança de contribuições ao denominado "campo terceiros", deverá o presente feito ser suspenso, até o julgamento da matéria pelo Tribunal Superior, ressalvando que a propositura de execução fiscal

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

contemplando várias inscrições foi uma opção do exequente/embargado e que a execução fiscal não deve seguir apenas em razão dos seus interesses.

Inclusive segue anexa uma decisão paradigma, proferida pela nobre julgadora de primeiro grau da Justiça Federal de São Carlos/SP, Dra. CAROLLINE SCOFIELD AMARAL;

Portanto, afasto a alegação de ilegalidade desta cobrança.

No que tange à **alegação de necessidade de limitação da base de cálculo das contribuições a terceiros a 20 salários mínimos**, a Primeira Seção do C. STJ, no Resp 1.905/870/PR e Resp 1.898.532/CE (acórdãos publicados em 18/12/2020, no Dje), afetou os processos ao rito dos recursos repetitivos e

Assinado eletronicamente por: CAROLLINE SCOFIELD AMARAL - 11/01/2023 18:40:39
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23011118403910000000263489817
Número do documento: 23011118403910000000263489817
Num. 272353293

suspendeu a tramitação de processos em todo território nacional, inclusive os que tramitem nos juizados especiais, conforme proposta da Sra. Ministra Relatora, para estabelecer a seguinte questão de direito controvertida:

> *"Definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de "contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros", nos termos do art. 4º da Lei n. 6.950/1981, com as alterações promovidas em seu texto pelos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei n. 2.318/1986."*

Nesse sentido, **fica suspenso o andamento deste feito por força da afetação determinada, na formado artigo 1.037, inciso II, do Código de Processo Civil.**

Anote-se o sobrestamento do feito com a etiqueta "Tema 1.079".

Intime-se. Cumpra-se.

São Carlos, data registrada no Sistema.

Portanto, é imperiosa a concessão da medida antecipatório com base na tutela provisória recursal para que seja suspensão a presente execução fiscal, vez que presentes os requisitos autorizadores da pretensão.

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

V – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer que digne-se este MM. Juízo a:

a) Seja concedida a TUTELA DE EVIDÊNCIA/URGÊNCIA, em caráter liminar, para o fim de se determinar a SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL em face da executada, vez que presentes os requisitos autorizadores da pretensão;

b) Intimar a Exequente-Excepta para, querendo, apresentar impugnação no prazo legal;

c) Acolher as razões da presente Exceção de Pré-Executividade para:

c.1) Reconhecer a **NULIDADE** das CDAs objeto da presente execução, em razão do não atendimento aos requisitos do **art. 2º, § 5º, da LEF**, e **art. 202, do CTN**, **extinguindo-se os créditos tributários nos termos do art. 156, X, CTN**, julgando-se **EXTINTA** a presente Execução Fiscal, nos termos do **art. 924, I, ou art. 485, IV, ambos do CPC**;

c.2) Caso não seja este o entendimento deste MM. Juízo, requer a procedência das razões de mérito apresentadas para reconhecer a **ILEGALIDADE** das contribuições ao **SISTEMA "S"**, assim como as contribuições previdenciárias, excluindo-se do valor exequendo;

c.3) Ainda, caso também não seja este o entendimento deste MM. Juízo, requer a procedência das razões de mérito apresentadas para reconhecer a obrigatoriedade da **LIMITAÇÃO** da base de cálculo das contribuições parafiscais (Sistema "S" e salário-educação) à 20 salários-mínimos. **Alternativamente**, **requer seja determinado o sobrestamento dos presentes autos até o julgamento final do Tema Repetitivo 1079, STJ, com a aplicação do** art. 1.037 do CPC **, para que a presente execução fiscal fique suspensa em razão do Tema 1.079, junto ao RESP nº 1.898.532/CE em conjunto com o RESP nº 1.905.870/PR até a decisão final do STJ sobre o tema, em**

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

atenção aos art. Art. 1.037 e Art. 1.036 do CPC, juntamente com a jurisprudência supramencionada em caso análogo ao presente;

d) Condenar a Exequente-Excepta ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, nos exatos termos do **art. 85, §§2º e 3º do CPC**;

Termos em que,

Pede e espera total deferimento.

São Paulo, 08 de novembro de 2023.

AUGUSTO FAUVEL DE MORAES

OAB/SP 202.052

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2Akon4IM.

Justiça Federal da 3ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

17/01/2023

Número: **5000191-54.2022.4.03.6115**

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**
Órgão julgador: **2ª Vara Federal de São Carlos**
Última distribuição : **15/02/2022**
Valor da causa: **R$ 719.942,65**
Assuntos: **Dívida Ativa, Contribuições Previdenciárias**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (EXEQUENTE)	
ZITRAL - AGROPECUARIA, INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE DE MADEIRAS LTDA. (EXECUTADO)	AUGUSTO FAUVEL DE MORAES (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
272353293	11/01/2023 18:40	Decisão	Decisão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código MMP1tPMd.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

EXECUÇÃO FISCAL (1116) Nº 5000191-54.2022.4.03.6115 - 2ª Vara Federal de São Carlos-SP
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ZITRAL - AGROPECUARIA, INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE DE MADEIRAS LTDA.

DECISÃO

Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal em face de Zitral - Agropecuária, Industria, Comércio e Transporte de Madeiras para cobrança de débito no valor de R$ 719.942,65 atualizado para 01/2022, inscrito nas CDAs n. 17.153.292-9 e 16.103.441-1

A executada apresente Exceção de Pré-Executividade (ID 248499782).

Sustenta a inobservância da limitação da base de cálculo das contribuições devidas a terceiros a 20 salários mínimos, conforme previsto no art. 4° da Lei n. 6.950/81.

Alega ofensa ao princípio da razoabilidade na cobrança do encargo legal de 20% previsto no Decreto Lei 1.025/69.

A exequente apresentou impugnação pela qual requer a rejeição da Exceção de Pré-Executividade (ID 259225157).

Relatado o necessário.

Decido.

Anoto que é possível, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente.

Saliento, todavia, que, para tanto, é imprescindível que o exame ocorra com base nos documentos trazidos pelas partes, dado que a exigência de dilação probatória não se coaduna com o mencionado instrumento processual. Qualquer linha de defesa que não apresente tais características somente pode ser apresentada em embargos à execução, observados os requisitos legais inerentes.

Sobre o tema, valiosa a lição do Juiz Federal e Professor de Direito Tributário Paulo Cesar Conrado:

> *"...é de se ter em mente que tal instrumento (a "exceção de pré-executividade"), por excepcional, aplicável será apenas a hipóteses igualmente extravagantes: precisamente aquelas em que a avaliação da presunção do título executivo revela-se atividade de possível exercício, pelo Estado-juiz, independentemente da abertura de "canal" processual autônomo."* (in Processo Tributário. 3ed. SP: Quartier Latin, 2012, p.268.)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código MMP1tPMd.

Partindo dessas premissas, verifico possibilidade do exame das matérias arguidas pelo excipiente por meio desta via de exceção, a princípio.

Inicialmente, **no que tange à cobrança do encargo legal previsto no Decreto Lei n. n. 1025/69,** a jurisprudência é uníssona no sentido de sua legalidade.

A propósito, veja-se o r. julgado:

> E M E N T A
>
> PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.
>
> I- Encargo legal previsto no art. 1° do Decreto-Lei n. 1.025/69 que tem como objetivo ressarcir o Erário dos gastos provenientes da movimentação administrativa em razão do inadimplemento da dívida, não se reconhecendo ilegalidade/inconstitucionalidade na cobrança. Precedentes.
>
> II- Recurso alegando inexigibilidade das contribuições para o PIS/COFINS, por inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na sua base de cálculo e de inexigibilidade do Imposto de Renda Retido na Fonte que traz razões inadequadas aos fundamentos da decisão agravada com infringência ao artigo 534, inciso I, CPC/73.
>
> III- A defesa genérica, que não articule e comprove objetivamente irregularidades na CDA, é inidônea à desconstituição da presunção de liquidez e certeza do título executivo (art. 3° da LEF).
>
> IV - Hipótese em que a executada faz alegações de inconstitucionalidade e/ou ilegalidade da cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre verbas de alegada natureza indenizatória, não de nulidade por vício formal e objetivo do título, não correspondendo, portanto, a matéria que pode ser conhecida de ofício pelo magistrado, em verdade tratando-se de questionamento referente ao próprio débito em cobro, a executada não se podendo valer da via da exceção de pré-executividade para questionar a cobrança, fazendo-se mister a oposição de embargos à execução, nos termos do art. 16 da Lei de Execuções Fiscais. Aplicabilidade, também, de entendimento da Turma no sentido da exigibilidade de prova de incidência sobre verbas de natureza indenizatória a ser produzida pela parte executada na via adequada.
>
> V- Recurso desprovido.
>
> (TRF 3ª Região, 2ª Turma, AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 5019183-12.2021.4.03.0000, Rel. Desembargador Federal OTAVIO PEIXOTO JUNIOR, julgado em 09/09/2022, Intimação via sistema DATA: 30/09/2022)

Portanto, afasto a alegação de ilegalidade desta cobrança.

No que tange à **alegação de necessidade de limitação da base de cálculo das contribuições a terceiros a 20 salários mínimos**, a Primeira Seção do C. STJ, no Resp 1.905/870/PR e Resp 1.898.532/CE (acórdãos publicados em 18/12/2020, no Dje), afetou os processos ao rito dos recursos repetitivos e

Assinado eletronicamente por: CAROLLINE SCOFIELD AMARAL - 11/01/2023 18:40:39
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23011118403910000000263489817
Número do documento: 23011118403910000000263489817

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código MMP1tPMd.

suspendeu a tramitação de processos em todo território nacional, inclusive os que tramitem nos juizados especiais, conforme proposta da Sra. Ministra Relatora, para estabelecer a seguinte questão de direito controvertida:

> *"Definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de "contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros", nos termos do art. 4º da Lei n. 6.950/1981, com as alterações promovidas em seu texto pelos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei n. 2.318/1986."*

Nesse sentido, **fica suspenso o andamento deste feito por força da afetação determinada, na formado artigo 1.037, inciso II, do Código de Processo Civil.**

Anote-se o sobrestamento do feito com a etiqueta "Tema 1.079".

Intime-se. Cumpra-se.

São Carlos, data registrada no Sistema.

(assinado eletronicamente)

Juíza Federal

Assinado eletronicamente por: CAROLLINE SCOFIELD AMARAL - 11/01/2023 18:40:39
https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23011118403910000000263489817
Número do documento: 23011118403910000000263489817

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código MMP1tPMd.

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1570980 - SP (2015/0294357-2)
RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : RHODIA BRASIL LTDA
ADVOGADO : JOSÉ PAULO DE CASTRO EMSENHUBER E OUTRO(S) - SP072400

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEVIDA A TERCEIROS. LIMITE DE VINTE SALÁRIOS MÍNIMOS. ART. 4O DA LEI 6.950/1981 NÃO REVOGADO PELO ART. 3O DO DL 2.318/1986. INAPLICABILIDADE DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DA FAZENDA NACIONAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Com a entrada em vigor da Lei 6.950/1981, unificou-se a base contributiva das empresas para a Previdência Social e das contribuições parafiscais por conta de terceiros, estabelecendo, em seu art. 4o., o limite de 20 salários-mínimos para base de cálculo. Sobreveio o Decreto 2.318/1986, que, em seu art. 3o., alterou esse limite da base contributiva apenas para a Previdência Social, restando mantido em relação às contribuições parafiscais.

2. Ou seja, no que diz respeito às demais contribuições com função parafiscal, fica mantido o limite estabelecido pelo artigo 4o., da Lei no 6.950/1981, e seu parágrafo, já que o Decreto-Lei 2.318/1986 dispunha apenas sobre fontes de custeio da Previdência Social, não havendo como estender a supressão daquele limite também para a base a ser utilizada para o cálculo da contribuição ao INCRA e ao salário-educação.

3. Sobre o tema, a Primeira Turma desta Corte Superior já se posicional no sentido de que a base de cálculo das contribuições parafiscais recolhidas por conta de terceiros fica restrita ao limite máximo de 20 salários-mínimos, nos termos do parágrafo único do art. 4o. da Lei 6.950/1981, o qual não foi revogado pelo art. 3o. do DL 2.318/1986, que disciplina as contribuições sociais devidas pelo empregador diretamente à Previdência Social. Precedente: REsp. 953.742/SC, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJe 10.3.2008.

4. Na hipótese dos autos, não tem aplicação, na fixação da verba honorária, os parâmetros estabelecidos no art. 85 do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LIsHUIpg.

Código Fux, pois a legislação aplicável para a estipulação dos honorários advocatícios será definida pela data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação, devendo ser observada a norma adjetiva vigente no momento de sua publicação.

5. Agravo Interno da FAZENDA NACIONAL a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 17 de fevereiro de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LlsHUlpg.

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.980 - SP
(2015/0294357-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : RHODIA BRASIL LTDA
ADVOGADO : JOSÉ PAULO DE CASTRO EMSENHUBER E OUTRO(S) - SP072400

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo Interno interposto pela FAZENDA NACIONAL em face de decisão monocrática de minha lavra, assim ementada:

> ***PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEVIDA A TERCEIROS. LIMITE DE VINTE SALÁRIOS MÍNIMOS. ART. 4O. DA LEI 6.950/1981 NÃO REVOGADO PELO ART. 3O. DO DL 2.318/1986. RECURSO ESPECIAL DA CONTRIBUINTE A QUE SE DÁ PROVIMENTO.***

2. A agravante assevera que o conhecimento do Apelo Nobre de iniciativa da Contribuinte esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, visto que seria necessário o reexame de aspectos fáticos da demanda, como a identificação dos períodos em que se discute o suposto direito à limitação da base de cálculo das contribuições extrafiscais.

3. Discorre, ainda, sobre a revogação do art. 4o. da Lei 8.950/1981 pelo Decreto 2.318/1986, que aboliu o teto de 20 salários mínimos do salário de contribuição, alterando também a base de cálculo do salário-educação e da contribuição ao INCRA.

4. Por fim, destaca que a condenação ao pagamento de honorários advocatícios deverá obedecer ao art. 85, §§ 3o., 4o., 5o. e 6o. do Código Fux.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LlsHUlpg.

5. Às fls. 397/406, Rhodia Brasil Ltda. apresentou impugnação, postulando pela manutenção da decisão agravada.

6. É o relatório.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LIsHUIpg.

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.980 - SP
(2015/0294357-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : RHODIA BRASIL LTDA
ADVOGADO : JOSÉ PAULO DE CASTRO EMSENHUBER E OUTRO(S) - SP072400

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEVIDA A TERCEIROS. LIMITE DE VINTE SALÁRIOS MÍNIMOS. ART. 4O DA LEI 6.950/1981 NÃO REVOGADO PELO ART. 3O DO DL 2.318/1986. INAPLICABILIDADE DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DA FAZENDA NACIONAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Com a entrada em vigor da Lei 6.950/1981, unificou-se a base contributiva das empresas para a Previdência Social e das contribuições parafiscais por conta de terceiros, estabelecendo, em seu art. 4o., o limite de 20 salários-mínimos para base de cálculo. Sobreveio o Decreto 2.318/1986, que, em seu art. 3o., alterou esse limite da base contributiva apenas para a Previdência Social, restando mantido em relação às contribuições parafiscais.

2. Ou seja, no que diz respeito às demais contribuições com função parafiscal, fica mantido o limite estabelecido pelo artigo 4o., da Lei no 6.950/1981, e seu parágrafo, já que o Decreto-Lei 2.318/1986 dispunha apenas sobre fontes de custeio da Previdência Social, não havendo como estender a supressão daquele limite também para a base a ser utilizada para o cálculo da contribuição ao INCRA e ao salário-educação.

3. Sobre o tema, a Primeira Turma desta Corte Superior já se posicional no sentido de que a base de cálculo das contribuições parafiscais recolhidas por conta de terceiros fica restrita ao limite máximo de 20 salários-mínimos, nos termos do parágrafo único do art. 4o. da Lei 6.950/1981, o qual não foi revogado pelo art. 3o. do DL 2.318/1986, que disciplina as contribuições sociais devidas pelo empregador diretamente à Previdência Social. Precedente: REsp. 953.742/SC, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJe 10.3.2008.

4. Na hipótese dos autos, não tem aplicação, na fixação da verba honorária, os parâmetros estabelecidos no art. 85 do Código Fux, pois a legislação aplicável para a estipulação dos honorários advocatícios será definida pela data da sentença ou do acórdão que

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LlsHUlpg.

fixou a condenação, devendo ser observada a norma adjetiva vigente no momento de sua publicação.

5. Agravo Interno da FAZENDA NACIONAL a que se nega provimento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LlsHUlpg.

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.980 - SP
(2015/0294357-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : RHODIA BRASIL LTDA
ADVOGADO : JOSÉ PAULO DE CASTRO EMSENHUBER E OUTRO(S) - SP072400

VOTO

1. Em que pese à combatida argumentação, a parte ora agravante não trouxe fundamentos robustos e hábeis a desconstituir o *decisum* agravado.

2. Apesar da argumentação da parte agravante quanto à aplicabilidade da Súmula 7/STJ à espécie, observa-se que o *decisum* monocrático, que deu parcial provimento ao Apelo Nobre, dedicou-se a tema exclusivamente de direito ao reconhecer que o Decreto-Lei 2.318/1986 não revogou a limitação prevista no art. 4o., parágrafo único da Lei 6.950/1981 para a base de cálculo da contribuição a terceiros, não transbordando o enredo fático-probatório posto no acórdão de origem. Assim, desnecessário reexame do quadro empírico por esta angusta Corte Superior; não é o caso, portanto, de aplicação do óbice processual vertido na Súmula 7/STJ.

3. Com a entrada em vigor da Lei 6.950/1981, unificou-se a base contributiva das empresas para a Previdência Social e das contribuições parafiscais por conta de terceiros, estabelecendo o limite de 20 salários-mínimos, a teor do disposto em seu art. 4o.:

> ***Art 4o. O limite máximo do salário de contribuição, previsto no art. 5o. da Lei 6.332, de 18 de maio de 1976, é fixado em valor correspondente a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LlsHUlpg.

> ***Parágrafo único. O limite a que se refere o presente artigo aplica-se às contribuicões parafiscais arrecadadas por conta de terceiros.***

4. Sobreveio o Decreto 2.318/1986, que, em seu art. 3o., alterou esse limite da base contributiva apenas para a Previdência Social, restando mantido em relação às contribuições parafiscais. É o seguinte o referido dispositivo:

> ***Art 3o. Para efeito do cálculo da contribuição da empresa para a previdência social, o salário de contribuição não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pelo art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981.***

5. Ou seja, no que diz respeito às demais contribuições com função parafiscal, fica mantido o limite estabelecido pelo artigo 4o. da Lei no 6.950/1981 e seu parágrafo, já que o Decreto-Lei 2.318/1986 dispunha apenas sobre fontes de custeio da Previdência Social, não havendo como estender a supressão daquele limite também para a base a ser utilizada para o cálculo da contribuição ao INCRA e ao salário-educação.

6. A pretensão recursal encontra apoio na jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual a base de cálculo das contribuições parafiscais recolhidas por conta de terceiros fica restrita ao limite máximo de 20 salários-mínimos, nos termos do parágrafo único do art. 4o. da Lei 6.950/1981, o qual não foi revogado pelo art. 3o. do DL 2.318/1986, que disciplina as contribuições sociais devidas pelo empregador diretamente à Previdência Social. A propósito, cita-se o seguinte julgado:

> ***PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 II, DO CPC. AUXÍLIO EDUCAÇÃO. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. CONVÊNIO SAÚDE. LIMITE DO***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LlsHUlpg.

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ART. 515, DO CPC. VALORES PAGOS A TÍTULO DE ALUGUÉIS DE IMÓVEIS PARA USO DE EMPREGADOS E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. QUESTÕES FÁTICAS APRECIADAS PELA ORIGEM. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DO § 2º, DO ART. 25, DA LEI N. 8.870/94. ENFOQUE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DO TEMA NA VIA ESPECIAL.

(...)

3. No período do lançamento que se discute nos autos, tem aplicação o art. 4º, parágrafo único, da Lei n. 6.950/81, que limita o recolhimento do salário-de-contribuição de vinte vezes o valor do salário-mínimo para o cálculo da contribuição de terceiros.

(...)

4. Apelo especial do INSS não provido.

***5. Recurso especial da empresa parcialmente conhecido e não-provido* (REsp. 953.742/SC, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJe 10.3.2008).**

7. No mesmo sentido, seguindo a mesma orientação, estão as seguintes decisões monocráticas: REsp. 1241362/SC, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 8.11.2017; REsp. 1.439.511/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 25.6.2014.

8. Por fim, o STJ firmou o entendimento de que a legislação aplicável para a estipulação dos honorários advocatícios será definida pela data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação**, devendo ser observada a norma adjetiva vigente no momento de sua publicação. Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA. DIREITO INTERTEMPORAL: ART. 20 DO CPC/1973 VS. ART. 85 DO CPC/2015. DEFINIÇÃO DA LEI APLICÁVEL.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LlsHUlpg.

1. A jurisprudência do STJ entende que a legislação empregável para a estipulação dos honorários advocatícios será definida pela data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação, devendo ser observada a norma adjetiva vigente no momento de sua publicação.

2. Assim, tendo sido prolatada a sentença na vigência do CPC/2015, com a intimação da União em 30.5.2017 (fl. 463, e-STJ), este deverá ser observado in casu.

3. Considerando a impossibilidade da análise dos critérios estabelecidos no § 2º do art. 85 do CPC/2015, ante o óbice da Súmula 7 do STJ, os honorários advocatícios deverão ser definidos pelo Tribunal de origem, de acordo com o novo regramento processual.

***4. Recurso Especial provido, determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem, o qual deverá fixar os honorários advocatícios em favor da União de acordo com o disposto no art. 85 do CPC/2015* (REsp. 1.767.726/PB, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 17.12.2018).**

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DIREITO INTERTEMPORAL: ART. 20 DO CPC/1973 VS. ART. 85 DO CPC/2015. DEFINIÇÃO DA LEI APLICÁVEL. MOMENTO DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA QUANTO À VERBA HONORÁRIA INICIAL. SENTENÇA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. ACÓRDÃO PUBLICADO APÓS A VIGÊNCIA DO CPC/2015. REGIME APLICÁVEL AOS HONORÁRIOS: CPC/1973. PRECEDENTES. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE ART. 85, § 14, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que a sentença é o marco temporal para delimitação do regime jurídico aplicável à fixação de honorários advocatícios. Assim, indiferente a data do ajuizamento da ação e a data do julgamento dos recursos correspondentes, a lei aplicável para a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LlsHUlpg.

fixação da verba honorária é aquela vigente na data da sentença que a impõe (ou da primeira decisão que trata da verba honorária, caso seja acórdão).

2. No presente caso, a sentença que fixou a verba honorária foi publicada em 01/04/2011 (e-STJ fl. 268) , ou seja, ainda na vigência do CPC/1973. O acórdão de apelação, por sua vez, foi proferido já na vigência do CPC/2015, tendo determinado a compensação da verba honorária em razão da sucumbência recíproca, nos termos do art. 21, caput, do CPC/1973. Desse modo, o regime aplicável para a fixação da verba honorária é aquele previsto no art. 20 e parágrafos do CPC/1973 e não o do art. 85 do CPC/2015, que teve sua vigência iniciada apenas em 18/03/2016. Precedentes.

***3. Agravo interno não provido* (AgInt nos EDcl no REsp. 1.662.705/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 14.8.2018).**

2 2 2

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO E OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. DESNECESSIDADE DE REVISÃO DO LAUDO PERICIAL E AUSÊNCIA DE AFRONTA À COISA JULGADA NA APURAÇÃO DO CRÉDITO EXEQUENDO. EXCESSO DE COBRANÇA NÃO CONFIGURADO. CÁLCULOS APRESENTADOS, QUE SE MOSTRARAM CORRETOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. 3. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. 4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA NA ÉGIDE DO CPC/2015. APLICAÇÃO DO DIREITO INTERTEMPORAL. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL. FIXAÇÃO BASEADA NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. 5. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 6. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

4. De fato, o aresto foi proferido na vigência do Novo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LlsHUlpg.

Código de Processo Civil, motivo pelo qual a fixação dos honorários deveria ter observado o novo regramento processual. Isso porque, na aplicação do direito intertemporal, as novas regras relativas a honorários advocatícios de sucumbência, advindas da edição do CPC de 2015, devem ser aplicadas imediatamente em qualquer grau de jurisdição, sempre que houver julgamento da causa já na vigência do novo Código.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento **(AgInt no REsp. 1.716.263/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 14.8.2018).**

9. Hipótese em que a sentença de fls. 177/179 fixou a verba honorária inicialmente em 14.12.2006, razão pela qual não tem aplicação o CPC/2015 (Código Fux).

10. Pelas razões expostas, nega-se provimento ao Agravo Interno da FAZENDA NACIONAL. É o voto.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LlsHUlpg.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA TURMA

AgInt no REsp 1.570.980 / SP

Número Registro: 2015/0294357-2

PROCESSO ELETRÔNICO

Número de Origem:
00154171994403610 0 1541719944036100 200803990079414 1271429

Sessão Virtual de 11/02/2020 a 17/02/2020

Relator do AgInt
Exmo. Sr. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

Presidente da Sessão
Exmo. Sr. Ministro GURGEL DE FARIA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE	: RHODIA BRASIL LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ PAULO DE CASTRO EMSENHUBER E OUTRO(S) - SP072400
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO	: DIREITO TRIBUTÁRIO

AGRAVO INTERNO

AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO	: RHODIA BRASIL LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ PAULO DE CASTRO EMSENHUBER E OUTRO(S) - SP072400

TERMO

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, decidiu negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 17 de fevereiro de 2020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LlsHUlpg.

ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.898.532 - CE (2020/0253991-6)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : CIGEL INDUSTRIAL LTDA
RECORRENTE : CIGEL DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA
ADVOGADO : THIAGO BONAVIDES BORGES DA CUNHA BITAR - CE019880
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. TRIBUTÁRIO. "CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS". BASE DE CÁLCULO. APURAÇÃO. APLICAÇÃO DO TETO DE 20 (VINTE) SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI N. 6.950/1981 E DECRETO-LEI N. 2.318/1986.

1. Delimitação da questão de direito controvertida: *definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de "contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros", nos termos do art. 4º da Lei n. 6.950/1981, com as alterações promovidas em seu texto pelos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei n. 2.318/1986.*

2. Recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos, em afetação conjunta com o REsp n. 1.905.870/PR.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, afetar o processo ao rito dos recursos repetitivos (RISTJ, art. 257-C) e suspender a tramitação de processos em todo o território nacional, inclusive os que tramitem nos juizados especiais, conforme proposta da Sra. Ministra Relatora, para estabelecer a seguinte questão controvertida: "Definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de 'contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros', nos termos do art. 4º da Lei n. 6.950/1981, com as alterações promovidas em seu texto pelos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei n. 2.318/1986".

Votaram com a Sra. Ministra Relatora os Ministros Gurgel de Faria, Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ttUJ3OrA.

Assusete Magalhães e Sérgio Kukina, e, nos termos do art. 257-B do RISTJ, os Srs. Ministros Francisco Falcão e Napoleão Nunes Maia Filho.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Benedito Gonçalves.

Brasília (DF), 15 de dezembro de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ttUJ3OrA.

ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.898.532 - CE (2020/0253991-6)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : CIGEL INDUSTRIAL LTDA
RECORRENTE : CIGEL DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA
ADVOGADO : THIAGO BONAVIDES BORGES DA CUNHA BITAR - CE019880
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

RELATÓRIO

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA REGINA HELENA COSTA (Relatora):

Trata-se de Recurso Especial interposto por **CIGEL INDUSTRIAL LTDA.** e **CIGEL DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA.** contra acórdão prolatado pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, no julgamento de apelação, assim ementado (fl. 204e):

> ***TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES AO INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE E FNDE. ART. 4º DA LEI Nº 6.950/1981. LIMITE MÁXIMO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. REVOGAÇÃO EXPRESSA PELO DECRETO-LEI Nº 2.318/1986. DESPROVIMENTO DO APELO.***
>
> *1. Apelação do particular em face de sentença que denegou a segurança, através do qual se pretendia a suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente às Contribuições de Terceiros (contribuições ao INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE e FNDE - Salário-Educação), no que exceder a base de cálculo de vinte salários-mínimos, nos termos do disposto no artigo 4º da Lei nº 6.950/1981.*
>
> *2. O legislador do Decreto-lei nº 2.318, de 30.12.1986, cuidou de revogar expressamente o teto limite de incidência da contribuição em apreço. É dizer: revogou a disposição normativa que limitava a contribuição da empresa ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pela Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981.*
>
> *3. Nesse pórtico, a interpretação sistemática dos artigos 1º e 3º, do apontado Decreto-lei, não deixa dúvida de que a intenção do legislador foi mesmo a de extinguir, tanto para a contribuição da empresa, quanto para as contribuições em favor de terceiros, o limite de vinte vezes o valor do salário mínimo, passando, as*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ttUJ3OrA.

ditas contribuições, a incidirem sobre o total da folha de salários, decorrendo daí a legalidade da cobrança sem a incidência do teto reclamado, que restou expressamente revogado.

4. Apelação improvida.

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, aponta-se, além de divergência jurisprudencial, ofensa ao dispositivo a seguir relacionado, alegando-se, em síntese:

– Art. 4º, parágrafo único, da Lei n. 6.950/1981 – "É de fácil percepção que a controvérsia, no caso em análise, gira em torno da revogação ou não do artigo 4º, parágrafo único, da Lei 6.950/91. Enquanto as contribuintes, amparadas por diversos precedentes deste Superior Tribunal de Justiça, defendem que a mencionada norma não foi objeto de revogação, nem expressa nem tácita, a Fazenda Pública alega que tal dispositivo legal não teria mais vigência desde a edição do Decreto-Lei 2.318/86. [...] Acontece que, não obstante o Decreto-Lei nada ter dito com relação às contribuições parafiscais, o raciocínio desenvolvido pela administração tributária foi no sentido de que o artigo 3º, ao se referir à 'contribuição da empresa para a previdência social', estaria, ainda que indiretamente, causando a revogação do artigo 4º, parágrafo único, da Lei 6.950/81. [...] Ora, a norma que regulamenta as normas gerais de todo o ordenamento jurídico brasileiro é categórica ao afirmar que a revogação das leis pode se operar de duas formas: expressamente ou tacitamente. Na hipótese de revogação expressa, é necessária a expressa menção à extinção da norma específica (*v.g.* 'revoga-se o artigo 4º, parágrafo único, da Lei 6.950/81'); por outro lado, para se operar a revogação tácita, basta haver incompatibilidade entre a norma revogada e um regramento, de igual especificidade e hierarquia, que lhe seja superveniente (seria o caso de o legislador expressamente afirmar que o limite de vinte salários mínimos não seria aplicável às contribuições de terceiros, sem, entretanto, mencionar o dispositivo legal revogado). Perceba-se que, *in casu*, nenhuma dessas duas alternativas restou configurada. Isso porque, mesmo em face da extinção dessa baliza com relação às contribuições previdenciárias, mostra-se

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ttUJ3OrA.

plenamente possível a subsistência dessa regra no âmbito das contribuições de terceiros, tendo em vista que se tratam de tributos com naturezas distintas e regulamentação próprias, absolutamente independentes entre si" (fls. 289/292e).

Com contrarrazões (fls. 311/320e), o recurso foi admitido (fl. 322e).

O Ministério Público Federal restituiu os autos sem examinar o mérito da controvérsia, por não vislumbrar relevância social que justifique a atuação da instituição (fls. 335/339e).

É o relatório.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ttUJ3OrA.

ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.898.532 - CE (2020/0253991-6)

RELATORA	**:**	**MINISTRA REGINA HELENA COSTA**
RECORRENTE	:	CIGEL INDUSTRIAL LTDA
RECORRENTE	:	CIGEL DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA
ADVOGADO	:	THIAGO BONAVIDES BORGES DA CUNHA BITAR - CE019880
RECORRIDO	:	FAZENDA NACIONAL

VOTO

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA REGINA HELENA COSTA (Relatora):

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Inicialmente, consigno que as questões federais debatidas se encontram satisfatoriamente prequestionadas.

Ademais, o Recurso Especial acha-se hígido para julgamento, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade e ausentes questões prejudiciais e/ou preliminares a serem examinadas.

Convém assinalar, outrossim, que o exame da pretensão veiculada no Recurso Especial não demanda reexame fático-probatório, porquanto todos os aspectos factuais e processuais estão clara e suficientemente delineados no acórdão recorrido.

Do mesmo modo, anote-se que o acórdão impugnado dirimiu a controvérsia baseada em fundamentos infraconstitucionais suficientes.

No mérito, a controvérsia diz com a eventual limitação a vinte salários mínimos das bases de cálculo das contribuições parafiscais, decorrente das alterações promovidas pelo Decreto-Lei n. 2.318/1986 na Lei n. 6.950/1981.

Em breve resgate do contexto normativo, tem-se que o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ttUJ3OrA.

Decreto-Lei n. 1.861, de fevereiro de 1981, estabelecia:

> *Art. 1º. As contribuições compulsórias dos empregadores calculadas sobre a folha de pagamento e recolhidas pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS em favor do Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Social do Comércio - SESC e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC* ***passarão a incidir até o limite máximo de exigência das contribuições previdenciárias****, mantidas as mesmas alíquotas e contribuintes.* (destaquei)

Posteriormente, a Lei n. 6.950, de novembro do mesmo ano, dispôs:

> *Art. 4º. O limite máximo do salário-de-contribuição, previsto no art. 5º da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, é fixado em valor correspondente a* ***20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo*** *vigente no País.*
>
> ***Parágrafo único - O limite a que se refere o presente artigo aplica-se às contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros****.* (destaquei)

Com o advento do Decreto-Lei n. 2.138/1986, foram implementadas as seguintes alterações nos dispositivos reproduzidos:

> *Art 1º. Mantida a cobrança, fiscalização, arrecadação e repasse às entidades beneficiárias das contribuições para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), para o Serviço Social da Indústria (SESI) e para o Serviço Social do Comércio (SESC),* ***ficam revogados****:*
>
> *I -* ***o teto limite a que se referem os artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981****, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1.867, de 25 de março de 1981;*
>
> *[...]*
>
> *Art. 3º. Para efeito do cálculo da contribuição da empresa* ***para a previdência social****, o salário de contribuição* ***não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pelo art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981****.* (destaquei)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ttUJ3OrA.

A matéria, por sua vez, foi julgada pela 1ª Turma desta Corte em 2008, quando se assentou o entendimento segundo o qual o teto de vinte salários mínimos deve ser observado na apuração das bases de cálculo das apontadas contribuições (cf. 1ª T., REsp n. 953.742/SC, Rel. Min. José Delgado, j. 12.02.2008, DJe 10.03.2008).

Isso porque o Decreto-Lei n. 2.318/1986 teria revogado apenas o *caput* do art. 4º da Lei n. 6.950/1981, o qual disciplinava o recolhimento das contribuições devidas diretamente à Previdência Social, permanecendo vigente, contudo, o respectivo parágrafo único, destinado a regulamentar as contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros.

Tal posicionamento foi reafirmado pela 1ª Turma, por unanimidade, em fevereiro do corrente ano, no julgamento do AgInt no REsp n. 1.570.980/PE (Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, j. 17.02.2020, DJe 03.03.2020).

Por conseguinte, à falta de precedente dotado de eficácia vinculante, vários recursos sobre o tema vêm sendo distribuídos a este Superior Tribunal, os quais têm sido decididos monocraticamente, mediante aplicação da orientação firmada pela 1ª Turma (cf. REsp n. 1.901.063/CE, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 30.11.2020; REsp n. 1.902.940/CE, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 24.11.2020; REsp n. 1.901.499/CE, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 24.11.2020, REsp n. 1.887.485/CE, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 22.09.2020; REsp n. 1.241.362/SC, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 08.11.2017; REsp n. 1.439.511/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 25.06.2014).

Anote-se, ademais, a assiduidade da controvérsia em diferentes instâncias ordinárias, a demonstrá-lo os acórdãos ora recorridos, oriundos de Tribunais Regionais Federais diversos (4ª e 5ª Regiões).

Não obstante, verifica-se a existência de julgados recentes e divergentes no âmbito do próprio Tribunal Regional Federal da 5ª Região, vale dizer, reconhecendo a aplicação do teto de vinte salários mínimos para o recolhimento das contribuições (cf. 1ª T., APC n. 08202875520194058100,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ttUJ3OrA.

Rel. Des. Federal Francisco Roberto Machado, j. 07.05.2020; 3ª T., APC n. 08004888920204058100, Rel. Des. Federal Fernando Braga Damasceno, j. 04.06.2020).

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por seu turno, abraça o posicionamento atual desta Corte (6ª T., APC n. 5019337-34.2019.4.03.6100, Rel. Des. Federal Luis Antonio Johonsom Di Salvo, j. 03.07.2020, DJF3 09.07.2020; 3ª T., AI n. 5024717-68.2020.4.03.0000, Rel. Des. Federal Antonio Carlos Cedenho, j. 26.10.2020, DJF3 28.10.2020).

Outrossim, segundo informação prestada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP, cuida-se de temática indicada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em decorrência de acordo de cooperação técnica firmado, em julho de 2020, entre o Superior Tribunal de Justiça e a Advocacia-Geral da União.

Nesse cenário, portanto, haja vista a relevância da matéria e a repercussão direta na vida de inumeráveis empresas contribuintes, revela-se necessário uniformizar o entendimento jurisprudencial em torno da legislação federal correlata, submetendo-se o presente recurso à tramitação sob o rito especial da sistemática repetitiva.

A questão de direito controvertida consiste em *definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de "contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros", nos termos do art. 4º da Lei n. 6.950/1981, com as alterações promovidas em seu texto pelos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei n. 2.318/1986.*

Desse modo, em conjunto com o REsp n. 1.905.870/PR, **proponho a afetação do presente recurso como representativo da controvérsia**, a teor do disposto no art. 1.036, § 5º, do CPC/2015, observando-se os seguintes procedimentos:

i) suspender o processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ttUJ3OrA.

no território nacional, nos termos do art. 1.037, II, do CPC/2015;

ii) comunicar, mediante envio de cópia do acórdão, aos Ministros da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e da Turma Nacional de Uniformização;

iii) intimar a União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, o Serviço Social do Comércio - SESC, o Serviço Social da Indústria - SESI, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; e

iv) após as diligências, abrir vista ao Ministério Público Federal para parecer, em quinze dias, consoante o art. 1.038, III e § 1º, do CPC/2015.

É o voto.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ttUJ3OrA.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA SEÇÃO

Número Registro: 2020/0253991-6 **PROCESSO ELETRÔNICO** **ProAfR no REsp 1.898.532 / CE**

Números Origem: 08041757420204058100 80417574202040581 00

Sessão Virtual de 09/12/2020 a 15/12/2020

Relatora
Exma. Sra. Ministra **REGINA HELENA COSTA**

Presidente da Sessão
Exmo. Sr. Ministro BENEDITO GONÇALVES

Secretária
Bela. BÁRBARA AMORIM SOUSA CAMUÑA

ASSUNTO: DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições - Contribuições Corporativas - Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros

PROPOSTA DE AFETAÇÃO

RECORRENTE	:	CIGEL INDUSTRIAL LTDA
RECORRENTE	:	CIGEL DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA
ADVOGADO	:	THIAGO BONAVIDES BORGES DA CUNHA BITAR - CE019880
RECORRIDO	:	FAZENDA NACIONAL

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão virtual com término nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A PRIMEIRA SEÇÃO, por unanimidade, afetou o processo ao rito dos recursos repetitivos (RISTJ, art. 257-C) e suspendeu a tramitação de processos em todo território nacional, inclusive que tramitem nos juizados especiais, conforme proposta da Sra. Ministra Relatora, para estabelecer a seguinte questão controvertida: "Definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de "contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros", nos termos do art. 4º da Lei n. 6.950/1981, com as alterações promovidas em seu texto pelos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei n. 2.318/1986."

Votaram com a Sra. Ministra Relatora os Ministros Gurgel de Faria, Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães e Sérgio Kukina e, nos termos do art. 257-B do RISTJ, os Srs. Ministros Francisco Falcão e Napoleão Nunes Maia Filho.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Benedito Gonçalves.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2023 às 18:04 , sob o número WRCO23701294267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ttUJ3OrA.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), . - Vila Nova
CEP: 13506-547 - Rio Claro - SP
Telefone: 19-3533-1911 - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA**

Vistos,

Acerca de exceção de pré-executividade de fls. 152/178, instruída pelos documentos de fls. 179/206, manifeste pela credora no prazo de 10 (dez) dias,

Ao depois, nova conclusão.

Int.

Rio Claro, 14 de novembro de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, liberado nos autos em 15/11/2023 às 08:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LSP99pa5.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), ., Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto: **Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente: **União Federal - PRFN**
Executado: **Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIFICA-SE que em 15/11/2023 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região.

Teor do ato: Vistos, Acerca de exceção de pré-executividade de fls. 152/178, instruída pelos documentos de fls. 179/206, manifeste pela credora no prazo de 10 (dez) dias, Ao depois, nova conclusão. Int.

Rio Claro, (SP), 15 de novembro de 2023

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 15/11/2023 às 08:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código nPT08IEO.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0930/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos, Acerca de exceção de pré-executividade de fls. 152/178, instruída pelos documentos de fls. 179/206, manifeste pela credora no prazo de 10 (dez) dias, Ao depois, nova conclusão. Int."

Rio Claro, 15 de novembro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 15/11/2023 às 09:20 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VWSuwJ9t.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0930/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 17/11/2023. Considera-se a data de publicação em 21/11/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)

Teor do ato: "Vistos, Acerca de exceção de pré-executividade de fls. 152/178, instruída pelos documentos de fls. 179/206, manifeste pela credora no prazo de 10 (dez) dias, Ao depois, nova conclusão. Int."

Rio Claro, 17 de novembro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 17/11/2023 às 03:13 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Hb2nygtK.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), ., Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

CERTIDÃO – DECURSO DE PRAZO PARA CONSULTA/CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO NO PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

Portal Eletrônico do (a): PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região
Destinatário do Ato: União Federal - PRFN

CERTIFICA-SE que transcorreu o prazo para consulta ou confirmação de recebimento no portal eletrônico, do ato abaixo.

Intimações: Considera-se intimação automática em razão do decurso de 10(dez) dias corridos para consulta, contados da data do envio da intimação eletrônica, nos termos do Art. 5º, §3º, da Lei 11.419/2006). O prazo da intimação se iniciará em 27/11/2023.

Teor do ato: Vistos, Acerca de exceção de pré-executividade de fls. 152/178, instruída pelos documentos de fls. 179/206, manifeste pela credora no prazo de 10 (dez) dias, Ao depois, nova conclusão. Int.

Rio Claro, (SP), 26/11/2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 26/11/2023 às 07:13 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código B1s7DqBf.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
GREF – Grupo Regionalizado de Execução Fiscal da 3ª Região

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE RIO CLARO - SP

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0018357-41.2009.8.26.0510

A **UNIÃO**, por sua Procuradora da Fazenda Nacional, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe, apresentar, de modo tempestivo, **RESPOSTA à exceção de pré-executividade**, nos seguintes termos.

Aduz o excipiente a nulidade das CDAs; a ilegalidade da cobrança da contribuição, subsidiariamente, a ilegalidade da sua cobrança acima de 20 (vinte) salários mínimos e requer a suspensão do processo no tema 1.079 do STJ.

DO NÃO CABIMENTO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA PROVAR EVENTUAL EXCESSO DE EXECUÇÃO – MATÉRIA DOS EMBARGOS.

É consabido que exceção de pré-executividade se consolidou na jurisprudência pátria como meio processual para se alegar nulidades e questões de ordem pública que podem ser conhecidas de ofício e que não demandam dilação probatória. Esse é o entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo (RESP 1.104.900/ES) e cristalizado na Súmula 393 daquele Tribunal.

Em se tratando de créditos tributários já constituídos e em cobrança judicial, a questão não se resume apenas à declaração, em tese, de que seria inconstitucional a inclusão de determinadas verbas nas bases de cálculo das contribuições previdenciárias e de terceiros; para além da questão em tese, seria necessário dirimir se houve a referida incidência e o quantum das supostas verbas indenizatórias incidiu nos créditos efetivamente em cobrança.

Por ser assim, **as questões referentes à base de cálculo das contribuições de terceiros não são passíveis de discussão nesta via (não há sequer a mínima comprovação de que incidiram e em que montante).**

Como se vê, a alegação de inconstitucionalidade da inclusão de determinada verba indenizatória/inconstitucional na base de cálculo dos créditos representados nas CDA significa, na verdade, alegação de excesso de execução e, por isso, depende de efetiva comprovação probatória, não realizada nos presentes autos.

Com efeito, o fato de eventual tributo representado na CDA ter fundamento em lei declarada inconstitucional não afasta, de imediato, a presunção de liquidez e certeza da CDA, **cuja invalidação depende de efetiva prova do alegado excesso**, a cargo da parte executada, nos termos do art. 3º, § único, da LEF, o § único do art. 204 do CTN e do disposto no art. 371, I, do CPC.

Essa é a orientação jurisprudencial que se firmou no STJ, em sede de recursos repetitivos, quando do julgamento das execuções fiscais que tinham por objeto créditos de COFINS constituídos com base na Lei n. 9.718/98***: "A declaração de inconstitucionalidade***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

do art. 3°, § 1°, da Lei 9.718/1998, pelo STF, não afasta automaticamente a presunção de certeza e de liquidez da CDA, motivo pelo qual é vedado extinguir de ofício, por esse motivo, a Execução Fiscal" (REsp 1386229/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 05/10/2016).

O entendimento do TRF 3ª Região também se alinha ao aqui já exposto, conforme se vê nos seguintes precedentes:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CDA. PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ NÃO ILIDIDA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. MATÉRIA QUE DEMANDA DILAÇÃO PROBATÓRIA.
> - A exceção de pré-executividade é meio processual hábil e célere que não fica restrito às matérias de ordem pública e que possam ser conhecidas de ofício, cabendo também em relação a aspectos modificativos, suspensivos ou extintivos atinentes ao título executivo, desde que possam ser facilmente demonstradas e sem que seja exigida produção de provas. Súmula 393 e o Tema 104/REsp 1104900/ES, ambos do E.STJ
> - Tornando-se controverso o montante que o excipiente-executado pretende desonerar, prevalecerá a presunção de veracidade e de validade da liquidez e da certeza da CDA, e a célere e simplificada exceção de pré-executividade não poderá ser utilizada, cabendo ao devedor buscar outras vias processuais para a defesa de seus supostos direitos (dentre elas os embargos do devedor ou a ação anulatória de débito fiscal)
> **- No caso dos autos, a excipiente-executada combate o cálculo de contribuições sobre pagamentos feitos a seus empregados com alegações genéricas, argumentando que certas verbas têm natureza indenizatória mas sem indicar o quanto quer excluir. Embora em um primeiro momento o litígio tenha conteúdo de matéria de direito, uma vez apreciadas, em um segundo momento importará em eventual redução do quantitativo da CDA (o que exigirá dilação probatória), inviabilizando a exceção de pré-executividade manejada**
> - Agravo de instrumento ao qual se nega provimento.
> (TRF-3 - AI: 50173413120204030000 SP, Relator: Desembargador Federal JOSE CARLOS FRANCISCO, Data de Julgamento: 16/10/2020, 2ª Turma, Data de Publicação: e - DJF3 Judicial 1 DATA: **21/10/2020**)

> PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. MATÉRIA NÃO COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO.
> I - Reforma de sentença concessiva de mandado de segurança que retroage à data da impetração, restabelecendo os efeitos da mora.
> II. A exceção de pré-executividade - construção doutrinário-jurisprudencial - é admitida em ação de execução fiscal relativamente àquelas matérias que podem ser conhecidas de ofício e desde que não demandem dilação probatória. Súmula 393 do E. STJ.
> III. **Hipótese em que a executada faz alegações de inconstitucionalidade e/ou ilegalidade da cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre verbas de alegada natureza indenizatória, não de nulidade por vício formal e objetivo**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

do título, não correspondendo, portanto, a matéria que pode ser conhecida de ofício pelo magistrado, em verdade tratando-se de questionamento referente ao próprio débito em cobro, a executada não se podendo valer da via da exceção de pré-executividade para questionar a cobrança, fazendo-se mister a oposição de embargos à execução, nos termos do art. 16 da Lei de Execuções Fiscais.
IV. Agravo de instrumento desprovido.
(TRF-3 - AI: 00063860220154030000 SP, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL PEIXOTO JUNIOR, Data de Julgamento: 18/06/2019, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1: 04/07/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. **EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA.** INOCORRÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. RECURSO REJEITADO.
1. O art. 535 do Código de Processo Civil admite embargos de declaração quando, na sentença ou no acórdão, (I) houver obscuridade ou contradição; ou (II) for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.
2. No caso em exame, não há contradição alguma entre a fundamentação do acórdão e a sua conclusão, tampouco entre fundamentações. Outrossim, não há omissão a ser suprida ou obscuridade a ser aclarada.
3. A fundamentação do acórdão objurgado dispôs expressamente acerca da matéria objeto de questionamento.
4. Na ausência de vício a reclamar a integração do julgado, descabe o prequestionamento dos dispositivos aventados pelo embargante.
5. Embargos de declaração rejeitados.
(TRF-3 - AI: 00091979520164030000 SP, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA RIBEIRO, Data de Julgamento: 08/11/2016, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1: 17/11/2016)

No mesmo sentido:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. I**NCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA**.
A incidência de contribuições sobre verbas de natureza indenizatória é questão que depende de dilação probatória, passíveis de exame em embargos à execução.
(TRF-4 - AG: 50290726520184040000 5029072-65.2018.4.04.0000, Relator: ALEXANDRE ROSSATO DA SILVA ÁVILA, Data de Julgamento: **24/10/2018**, PRIMEIRA TURMA)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NULIDADE DA CDA. **CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. VERBAS INDENIZATÓRIAS. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DESCABIMENTO. DILAÇÃO PROBATÓRIA**.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

> 1. A exceção de pré-executividade, nos termos da Súmula 393 do STJ, é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício e que não demandem dilação probatória.
> 2. Saber se as verbas em execução têm natureza indenizatória é questão que depende de dilação probatória, passíveis de exame em embargos à execução e não em exceção de pré-executividade.
> (TRF-4 - AG: 50292221220194040000 5029222-12.2019.4.04.0000, Relator: FRANCISCO DONIZETE GOMES, Data de Julgamento: **23/10/2019,** PRIMEIRA TURMA)

No presente caso, **a executada, em sua exceção pré-executividade, limitou-se a formular a alegação genérica de inexigibilidade dos débitos, sem produzir concreta prova da repercussão de determinada verba indenizatória/inconstitucional na base de cálculo dos tributos e do *quantum* que haveria de excesso**, pelo que permanece inabalada a presunção de liquidez e certeza dos créditos tributários, nos termos do art. 3º, parágrafo único, da LEF, o parágrafo único do art. 204 do CTN e do disposto no art. 371, I, do CPC e da jurisprudência acima mencionada.

Eventual discussão da matéria e dos valores apenas tem cabimento processual nos embargos à execução, diante da necessidade de ampla produção de provas e do exercício do contraditório a respeito destas, incabíveis em exceção de pré-executividade, conforme visto nos precedentes acima transcritos.

De fato, a discussão acima apontada é imprópria para ser travada em sede de exceção de pré-executividade, diante da impossibilidade de dilação probatória e formação de amplo contraditório.

A exceção de pré-executividade não é o meio processual adequado para se compor uma controvérsia que exige, a toda evidência, conforme afirmado pela jurisprudência, dilação probatória.

É induvidoso que a questão da exclusão de supostas verbas indenizatórias/inconstitucionais da base de cálculo das contribuições previdenciárias da respectiva CDA depende de elementos amplos e seguros e somente mediante dilação probatória eles poderiam ser fixados e valorados.

Na hipótese vertente, cabe invocar o REsp 1.110.925, julgado na sistemática dos recursos repetitivos do art. 543-C do CPC:

> TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL SÓCIO-GERENTE CUJO NOME CONSTA DA CDA. PRESUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA ARGUIDA EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. INVIABILIDADE. PRECEDENTES.
> 1. **A exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória.**
> 2. Conforme assentado em precedentes da Seção, inclusive sob o regime do art. 543-C do CPC (REsp 1104900, Min. Denise Arruda, sessão de 25.03.09), não cabe exceção de pré-executividade em execução fiscal promovida contra sócio que figura como responsável na

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

> Certidão de Dívida Ativa - CDA. É que a presunção de legitimidade assegurada à CDA impõe ao executado que figura no título executivo o ônus de demonstrar a inexistência de sua responsabilidade tributária, demonstração essa que, por demandar prova, deve ser promovida no âmbito dos embargos à execução.
> 3. Recurso Especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC.
> (STJ - REsp 1.110.925/SP, Primeira Seção, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, v. u., j.: 22/04/2009, DJe 04/05/2009) (negritos nossos).

Ademais, o art. 803 do CPC (antigo art. 618 do CPC/73) prevê, expressamente, em rol taxativo, as hipóteses de nulidade da execução, hipótese em que, em tese, admitir-se-ia a oposição de objeção de executividade, tendo em vista que as matérias ali arroladas são de ordem pública, autorizando atuação *ex officio* do magistrado.

> "Art. 803. É nula a execução se:
> I – o título executivo extrajudicial não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível;
> II – o executado não for regularmente citado;
> III – for instaurada antes de se verificar a condição ou de ocorrer o termo."

Verifica-se, em verdade, que se pretendia impingir verdadeiro caráter de ação de conhecimento à criação doutrinária-jurisprudencial denominada objeção pré-executividade, trazendo à discussão matéria de direito e de fato que não pode ser conhecida de ofício, cuja discussão devem ser levada em eventual ação incidental de Embargos à Execução, desde que seguro o juízo, acarretando com isso tão somente a subversão da sistemática processual vigente, com alegações de cunho claramente procrastinatório.

Assim é que, **traçados os limites da objeção de executividade, bem assim considerando que a questão posta em juízo é de alta indagação, em que** alega a nulidade dos débitos exequendos por suposta inconstitucionalidade da incidência de contribuição de terceiros**, o que claramente exige dilação probatória posto que não carreados aos autos documentos comprovando e informando o valor preciso de cada verba que teria sido incluídas na base de cálculo dos tributos, restando evidente que tal matéria não pode ser discutida na via estreita da exceção de pré-executividade.**

Então, em homenagem ao contraditório e ampla defesa, posto que a exceção de pré-executividade versa sobre **EXCLUSÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO**, devidamente constituído mediante declaração do próprio contribuinte, de rigor seja, rejeitada, liminarmente, determinando-se o normal prosseguimento do feito.

Ainda que se entenda possível a apreciação da alegada inconstitucionalidade da cobrança, se faria necessária a demonstração contábil da apuração das receitas utilizadas na base de cálculo para assim verificar se há parcela a ser excluída.

Essa demonstração, no entanto, é incabível em sede de exceção de pré-executividade, visto que não há qualquer prova nos autos de que os valores referentes a verbas indenizatórias compuseram a base de cálculo dos débitos em cobro e, ainda que assim o fosse, isso não levaria à inexigibilidade da cobrança.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

A alegação de que a base de cálculo da dívida contém parcela indevida, eis que julgada sua inconstitucionalidade pelo C. STF, exige prova pericial, incompatível, portanto, sua apreciação nos limites estreitos da exceção de pré-executividade. Nesse sentido segue recentíssimo precedente do Superior Tribunal de Justiça, nos termos da ementa que segue:

> **PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. INCONSTITUCIONALIDADE DE INCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS NÃO AFASTADA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. POSSIBILIDADE DE ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM SEDE DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXCESSO DE EXECUÇÃO. SITUAÇÃO NÃO COMPROVADA PARA FINS DE DECOTE NA CDA. IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA EM SEDE DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.**
> 1. Esta Corte já se manifestou acerca do cabimento de exceção de pre-executividade para discutir constitucionalidade de tributo. Contudo, não foi por contrariar essa assertiva que o acórdão recorrido não conheceu do pleito. O que ocorreu no caso dos autos foi o reconhecimento da impossibilidade de conhecimento da exceção de pré-executividade em razão da necessidade de dilação probatória a fim de corroborar o acolhimento do excesso de execução, eis que não demonstrado o recolhimento das contribuições ao PIS e a COFINS nas competências exigidas com a inclusão do ICMS sobre as contribuições referidas, ou seja, não foi trazido aos autos os documentos necessários a evidenciar o acréscimo desarrazoado para análise de eventual nulidade do título que goza de presunção de liquidez e certeza.
> 2. É cediço nesta Corte que eventual reconhecimento de parcela inconstitucional de tributo incluída na CDA não invalida todo o título executivo (REsp 1.115.501/SP, na sistemática do art. 543-C do CPC), permanecendo parcialmente exigível a parcela não eivada de vicio, não havendo sequer necessidade de emenda ou substituição da CDA. Em casos que tais, esta Corte tem autorizado o chamado "decote" na CDA, sobretudo em casos que demandam meros cálculos aritméticos.
> **3. Se até mesmo nos casos de embargos à execução fiscal tem sido exigida a memória de cálculos e demonstrativo do excesso de execução para fins de recebimento dos embargos (AgRg no REsp 1.453.745/MG, Primeira Turma, DJe 17/04/2015), quanto mais a exceção de pré-executividade deve ser instruída com prova pré-constituída do pagamento da parcela inconstitucional do tributo para fins de possibilitar o decote na CDA, o que não ocorreu na hipótese, conforme declinado pelo acórdão recorrido, não possível abrir prazo para juntada de tais documentos posteriormente, haja vista o descabimento de dilação probatória em sede de exceção de pre-executividade consoante orientação adotada no REsp 1.110.925/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 04/05/2009, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973**
> 4. Agravo interno não provido.
> (STJ, AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.704.550/SP, RELATOR: MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES. Dj: 07/08/2018)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

No mesmo sentido são os precedentes do TRF 3ª Região:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. CDA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. SÚMULA 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
> Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da Execução Fiscal ajuizada na origem, não conheceu a exceção de pré-executividade oposta pela agravante.
> Alega a agravante que a decisão agravada é nula por ausência de fundamentação, vez que a questão que o juiz de origem se nega a enfrentar é de ordem pública e não carece de dilação probatória e afirma que a simples verificação das CDA's permite concluir que a agravada incluiu indevidamente na base de cálculo das contribuições previdenciárias verbas de caráter não remuneratório.
> O vício autorizador do acolhimento da exceção de pré-executividade é tão somente aquele passível de ser conhecido de ofício e de plano pelo magistrado, à vista de sua gravidade, e que, assim, independa de dilação probatória. Ele deve se traduzir, portanto, em algo semelhante à ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, consistindo, sempre, em matéria de ordem pública.
> Súmula 393 do STJ: "A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de oficio que não demandem dilação probatória."
> **Sendo assim, qualquer discussão acerca da natureza das referidas verbas na delgada via da exceção de pré-executividade se mostra inoportuna, à míngua da comprovação de que o crédito tributário – ou parte dele – teve origem com a incidência da contribuição sobre verbas de caráter indenizatório**.
> Agravo de instrumento a que se nega provimento.
> (TRF 3ª Região, 1ª Turma, AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 5001998-97.2017.4.03.0000, Rel. Desembargador Federal WILSON ZAUHY FILHO, julgado em 12/04/2019, Intimação via sistema DATA: 25/04/2019) (Destaques acrescentados)

Ademais, certo é que a excipiente não fez prova de que fez inserir nas GFIP's relativas aos créditos cobrados verbas de natureza inconstitucional, ou seja, que empregou tais verbas na base de cálculo das contribuições devidas, limitando-se a fazer afirmações desprovidas de elementos de convicção que as confirmasse, o que, per se, induz à rejeição do pedido formulado.

Assim, impõe-se a rejeição da exceção de pré-executividade, com o normal prosseguimento da execução.

DA HIGIDEZ DA CDA

De se dizer que a Certidão de Dívida Ativa que instrui o feito cumpre rigorosamente com os requisitos previstos no artigo 202, do Código Tributário Nacional, bem

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

como com os do artigo 2º, §5º, da Lei Federal nº 6.830/80, não padecendo de qualquer vício.

A dívida, devidamente revestida de todos os elementos exigidos pela lei, tem a eficácia de prova pré-constituída e goza da presunção de liquidez e certeza, conforme dicção do artigo 3º, da Lei Federal nº 6.830/80, e art. 204, do CTN. Para se insurgir contra a pretensão fazendária, deve o contribuinte apresentar, de plano, prova inequívoca que baste por si só para afastar aquela presunção legal, o que, na espécie, não ocorreu.

Destaque-se que a excipiente apenas apresenta alegações genéricas de que o título executivo não seria líquido e certo, sem, contudo, trazer aos autos qualquer elemento capaz de ilidir a presunção de liquidez e certeza da CDA.

A simples leitura do título executivo é o que basta para perceber que a Executada impugna, sem qualquer respaldo legal ou lógico, a cobrança executória.

Todos os encargos legais possuem suas **fundamentações jurídicas explicitadas** no título executivo.

Indubitavelmente, a Certidão de Dívida Ativa que instrui o feito executivo ressumbra inteiramente válida e hígida, na medida em que contém expressos todos os dados do crédito que representa, especificamente a fundamentação legal, o período de apuração, a forma de constituição do crédito, o termo inicial de fluência dos juros e correção monetária, bem como o valor inscrito. A forma de cálculo dos juros e a aplicação da multa de mora também estão consignados no título, com a respectiva fundamentação legal.

Como é cediço, a Certidão de Dívida Ativa ostenta padrão definido legalmente, é confeccionada de forma automática por expressa autorização legal, e é emitida através de chancela mecânica ou eletrônica – consoante autorização constante do art. 25 da Lei nº 10.522/02.

No presente caso, uma vez constituído o crédito por meio da **declaração realizada pela própria contribuinte**, sequer se faz necessária a instauração de procedimento administrativo ou notificação prévia do devedor, bem como não há que se falar em cerceamento de defesa ou ausência do devido processo legal, não havendo nada que vicie o título executivo.

As alegações genéricas de nulidade assentadas, dentre outros argumentos, na ausência da indicação específica da lei que embasa os créditos, ou ainda, na forma de calcular a multa e os juros, ademais, não ostentam juridicidade.

No caso da CDA, a certeza, liquidez e exigibilidade decorrem de Lei (6.830/80). Portanto, sendo a execução uma ação cuja causa de pedir consubstancia-se em título certo, líquido e exigível, para conseguirem ilidir tais atributos do título, não prescindem de prova inequívoca, máxime quando as alegações são genéricas. A jurisprudência é clara neste sentido:

> TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO INADIMPLIDO. NOTIFICAÇÃO. DESNECESSIDADE. JUROS E ENCARGO DO DECRETO-LEI N. 1.026/69.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

I - Meras alegações não ilidem a presunção de certeza e liquidez da certidão de dívida ativa regularmente inscrita.

II - **Não afronta os princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa o ajuizamento automático da ação de execução de crédito fiscal proveniente de parcelamento descumprido, porque é incontroverso que a dívida parcelada originou-se de anterior e regular constituição do crédito fiscal, acarretando o descumprimento do parcelamento concedido, automaticamente, o vencimento da dívida a partir do vencimento da parcela não paga.**

III - O art. 161, § 1º, do C.T.N, é claro ao dispor sobre a possibilidade de regulamentação da taxa de juros por lei extravagante, fixando-a, de forma supletiva, em 1% ao mês.

Incidência da taxa SELIC sobre o crédito tributário como juros de mora, por força da Lei 9.065/95, art.13.

IV - Legalidade da cobrança do encargo de 20% ,previsto no artigo 1º do Decreto-lei nº 1.025/69, consoante iterativa jurisprudência do STJ.

V - Apelação da embargada e remessa oficial providas.

VI - Apelação da embargante improvida

DECISÃO: A Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação da embargada e à remessa oficial e, negou provimento à apelação da embargante, nos termos do voto da Relatora. (GRIFOS NOSSOS) AC APELAÇÃO CIVEL - 526419 (TRIB) - Emissor: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO - Relator: JUIZA CECILIA MARCONDES - Órg. Julgador: TERCEIRA TURMA - Apte.: UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) – Apte.: BROBRAS FERRAMENTAS PNEUMÁTICAS IND/ E COM/ LTDA - Apdos.: OS MESMOS - Julgamento: 26/03/2002 - Publicação: DJU de 17/04/2002 - PG.: 761.

"TRIBUTARIO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ DA CDA NÃO ILIDIDA.

1. ASSERTIVA GENERICA E INCONSISTENTE NÃO TEM O CONDÃO DE ILIDIR A PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ ATRIBUIDA AO TITULO EM COBRANÇA.

2. APELAÇÃO IMPROVIDA." (TRF/4ª Região, 3ª Turma, AC 9304192544/RS, Rel. Juiz Fábio Rosa, DJ 13/07/94, p. 37714)

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SÚMULA 106, DO STJ. LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. DECRETO-LEI Nº 1.025/69. 1. O reconhecimento da prescrição intercorrente pressupõe inércia do credor

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

> para o prosseguimento da lide. 2. No caso concreto, a responsabilidade pela expedição do mandado de penhora e avaliação não é da exeqüente e a demora para a realização do ato deve-se tão somente ao mecanismo do judiciário (inteligência da Súmula 106, do STJ). 3. A certidão da dívida ativa, regularmente inscrita, goza de presunção de liquidez e certeza. A lei defere ao devedor a prerrogativa de desconstituir a contestável verdade do documento (artigo 3º, parágrafo único, da Lei Federal nº 6.830/80). Sujeita a iniciativa, todavia, à produção de prova inequívoca. 4. A impugnação genérica de algum ou de alguns dados da certidão da dívida ativa não é suficiente para infirmar a verdade documental. Não se confundem alegação e prova. A relação entre uma e outra, no processo, é de precedência, não de equivalência. 5. O encargo previsto no Decreto-Lei n.º 1.025/69 é destinado ao ressarcimento de todas as despesas para a cobrança judicial da dívida pública da União - naquelas incluídos os honorários advocatícios. 6. Na hipótese de improcedência dos embargos, a condenação da embargante no pagamento da verba honorária é substituída pelo referido encargo. 7. Apelação não provida. (TRF/3ª Região, 4ª Turma, AC 462265, Rel. Juíz Fábio Prieto, DOE 03/06/2008)

DA CONSTITUCIONALIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES DE TERCEIROS E A EC 33/2001

Com efeito, as contribuições estão amparadas constitucionalmente pelos seguintes dispositivos:

> **INCRA:**
> Art. 149 – Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.
>
> **SALÁRIO EDUCAÇÃO**:
> Art. 212 – A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
> (...)
> § 5º - O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei.
>
> **CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS A TERCEIROS**:
> Art. 240 – Ficam ressalvadas do disposto no art. 195 as atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

Quanto às bases legais das contribuições em testilha, destaca-se que as contribuições ao SESI e ao **SENAI** foram instituídas pelos Decretos-leis nº 4.048/42,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

4.936/42, 6.246/44 ("*Art. 1º A contribuição de que tratam os Decretos-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e n. 4.936, de 7 de novembro de 1942, destinada à montagem e ao custeio das escolas de aprendizagem, a cargo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, passará a ser arrecadada na base de um por cento* ***sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados***."*)* e 9.403/46 ("*Art. 3º Os estabelecimentos industriais enquadrados na Confederação Nacional da Indústria (artigo 577 do Decreto-lei n.º 5. 452, de 1 de Maio de 1943), bem como 11rguiã referentes aos transportes, às comunicações e à pesca, serão obrigados ao pagamento de uma contribuição mensal ao Serviço Social da Indústria para a realização de seus fins. § 1º A contribuição referida neste artigo será de dois por cento (2 %)* ***11rgui o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados****. O montante da remuneração que servirá de base ao pagamento da contribuição será aquêle 11rgui o qual deva ser estabelecida a contribuição de previdência devida ao instituto de previdência ou caixa de aposentadoria e pensões, a que o contribuinte esteja filiado*."), bem assim o Decreto-lei nº 2.318/86.

Quanto ao **SEBRAE**:

Lei nº 8.029/90:

Art. 8° É o Poder Executivo autorizado a desvincular, da Administração Pública Federal, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa – CEBRAE, mediante sua transformação em serviço social autônomo.

§ 1° Os Programas de Apoio às Empresas de Pequeno Porte que forem custeados com recursos da União passam a ser coordenados e supervisionados pela Secretaria Nacional de Economia, Fazenda e Planejamento.

§ 2° Os Programas a que se refere o parágrafo anterior serão executados, nos termos da legislação em vigor, pelo Sistema CEBRAE/CEAGS, através da celebração de convênios e contratos, até que se conclua o processo de autonomização do CEBRAE.

(...)

§ 3º Para atender à execução das políticas de apoio às micro e às pequenas empresas, de promoção de exportações e de desenvolvimento industrial, é instituído adicional às alíquotas das contribuições sociais relativas às entidades de que trata o art. 1º do Decreto-Lei no 2.318, de 30 de dezembro de 1986, de: (Redação dada pela Lei nº 11.080, de 2004).

a) um décimo por cento no exercício de 1991; (Incluído pela Lei nº 8.154, de 1990)

b) dois décimos por cento em 1992; e (Incluído pela Lei nº 8.154, de 1990)

c) três décimos por cento a partir de 1993. (Incluído pela Lei nº 8.154, de 1990)."

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

A **Lei nº 8.315/91** instituiu a contribuição ao **SENAR:**

> Art. 3° Constituem rendas do Senar:
>
> I – contribuição mensal compulsória, a ser recolhida à Previdência Social, de 2,5% (dois e meio por cento) **sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados** pelas pessoas jurídicas de direito privado, ou a elas equiparadas, que exerçam atividades:

SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Lei 9.424/96:

> Art 15. O Salário-Educação, previsto no art. 212, § 5º, da Constituição Federal e devido pelas empresas, na forma em que vier a ser disposto em regulamento, é calculado com base na alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) **sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados** empregados, assim definidos no art. 12, inciso I, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

a) Ademais, **de tão pacífica a jurisprudência sobre a constitucionalidade do Salário-Educação, o STF editou a Súmula nº 732, que diz que "*É constitucional a cobrança da contribuição do salário-educação, seja sob a Carta de 1969, seja sob a Constituição Federal de 1988, e no regime da Lei 9.424/96*"**. E os precedentes que levaram à edição da súmula são posteriores à EC 33/01: ADC 3, Publicação: DJ de 09/05/2003; RE 353320 AgR Publicação: DJ de 02/05/2003; RE 366017 AgR Publicação: DJ de 11/04/2003; RE 290079 Publicação: DJ de 04/04/2003; RE 269054 AgR, Publicação: DJ de 27/09/2002; RE 321498 AgR Publicação: DJ de 30/08/2002; RE 298455 AgR, Publicação: DJ de 28/06/2002; RE 298372, Publicações: DJ de 08/03/2002 e RTJ 180/1173; RE 272942 AgR, Publicação: DJ de 19/12/2001.

A contribuição ao INCRA teve origem no § 4° do art. 6° da Lei 2.613/55, o qual determinava que a contribuição devida por todos os empregados aos institutos e caixas de aposentadoria e pensões é acrescida de um adicional de 0,3% (três décimos por cento) **sobre o total dos salários pagos** e destinados ao Serviço Social Rural, ao qual será diretamente entregue pelos respectivos órgãos arrecadadores.

Com a edição do Decreto-lei 1.146/70, houve a majoração do percentual dessa contribuição para 0,4%, consoante redação dada no seu art. 3°. Posteriormente, por força do inciso II do art. 15 da Lei Complementar n° 11/71, a alíquota da contribuição em pauta foi elevada para 2,6%, cabendo 2,4% ao Funrural, a título de contribuição previdenciária, e 0,2% ao INCRA, a título de contribuição social cuja **referibilidade** se atrela à implementação da reforma agrária.

A Lei Complementar n° 11/71 promoveu majoração da alíquota e alteração na destinação do produto da arrecadação da contribuição prevista no § 4° art. 6° da Lei 2.613/55, sendo que parte da arrecadação fora destinada ao INCRA e parte ao FUNRURAL. A Lei Complementar n° 11/71 foi revogada pela Lei 8.212/91 somente em relação às contribuições previdenciárias, naquilo que se compatibilizou com as contribuições devidas pelos segurados especiais (art. 25 da Lei 8.212/91).

b) A contribuição destinada ao INCRA já foi reconhecida pelo c. Superior Tribunal de Justiça (STJ) como uma contribuição social de intervenção no domínio econômico (CIDE). Inclusive, em fevereiro/2015, foi publicada súmula a respeito, *in verbis*:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

c) Súmula 516

d) A contribuição de intervenção no domínio econômico para o Incra (Decreto-Lei n. 1.110/1970), devida por empregadores rurais e urbanos, não foi extinta pelas Leis ns. 7.787/1989, 8.212/1991 e 8.213/1991, não podendo ser compensada com a contribuição ao INSS.

No julgamento do Resp n° 977.058/RS, Relator Ministro Luiz Fux, julgado em 22/10/2008, em processo representativo da controvérsia, o c. STJ também concluiu pela plena higidez da contribuição ao INCRA.

Como se vê, todas as contribuições citadas têm incidência sobre a remuneração, tendo sido as suas normas de regências recepcionadas ou criadas em estrito respeito à dicção legal originária do art. 149 da Constituição Federal de 1988.

Ocorre que, **com a promulgação da EC 33/2001, que incluiu o § 2º no citado art. 149 da CF/88, ao contrário da argumentação da recorrente, não houve alteração jurídica das contribuições alhures mencionadas**.

Eis o teor da parte do regramento constitucional de que ora se cuida, pós EC 33/01:

> Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.
> (...)
> § 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o *caput* deste artigo:
> I – não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação;
> II – incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
> III – **poderão ter alíquotas**:
> *11)* ***ad valorem*, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro**;

Assinale-se, em primeiro lugar, que o *caput* do dispositivo não sofreu alteração. Com isso se pretende deixar claro que as contribuições de intervenção no domínio econômico – como espécie tributária – já detinham previsão constitucional desde a promulgação da Carta de 88, mas antes da EC 33/01 não encontravam no texto da Constituição balizas outras senão aquelas próprias à natureza do tributo.

Em outras palavras: antes da EC 33/01, o Texto Constitucional não estabelecia nenhuma limitação à eleição, pelo legislador, de qual seria a base imponível passível de sofrer a incidência tributária.

Pois bem. Aqui merece registro o momento histórico e as circunstâncias que ensejaram a apresentação da Proposta de Emenda Constitucional posteriormente convertida na EC 33/01.

A partir do ano de 1995, com a promulgação da EC 09/95, deu-se início à flexibilização do monopólio da União para a exploração e produção de petróleo e seus derivados. A nova redação dada ao art. 177 da Constituição remeteu a questão à legislação infraconstitucional, com o que sobreveio a Lei nº 9.478/97 – a qual, entre outras disposições,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

criou a ANP, extinguiu o CNP e determinou um prazo de transição de trinta e seis meses, findos os quais entraria em pleno vigor o regime de livre concorrência no setor de combustíveis.

Não havia, sob o pálio da Constituição de 1988, imposição tributária de esfera federal sobre combustíveis. Findo o período de transição estabelecido em lei foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional 277/2000, de que resultou a EC 33/01, **voltada exatamente a prever e disciplinar a futura instituição da CIDE sobre combustíveis**.

Com efeito, a mesma EC 33/01 **inseriu no Texto Constitucional a previsão da instituição da CIDE sobre combustíveis**, com o acréscimo do § 4º e seus incisos ao art. 177 da Carta Federal. Aliás, **toda a EC 33/01 está relacionada à importação e comercialização de combustíveis**. A propósito, confira-se o teor da exposição de motivos da PEC 277/2000 (grifou-se):

> E.M. Nº 509 M/F
> Brasília, 27 de julho de 2000.
> Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
> Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência a anexa Proposta de Emenda Constitucional, que "altera os arts. 148 e 177 da Constituição Federal".
> 2. **Com a proximidade da total liberalização do mercado nacional relativo ao petróleo e seus derivados e ao gás natural**, tomam-se necessárias as alterações propostas, como única forma de se evitar distorções de natureza tributária entre o produto interno e o importado, em detrimento daquele, que fatalmente ocorrerão se mantido o ordenamento jurídico atual.
> 3. Assim, adotada a presente proposta, poder-se-á construir se implementar, sem nenhum obstáculo de natureza constitucional, uma forma de **tributação dos referidos produtos** que garantam a plena neutralidade tributária.
> Respeitosamente,
> **Pedro Sampaio Malan**
> Ministro de Estado da Fazenda

Veja-se que a EC 33/01 foi promulgada em 11/12/2001. No mesmo passo sobreveio a lei instituidora da CIDE sobre combustíveis, sancionada pelo Presidente da República apenas **oito dias depois** (Lei nº 10.336, de 19/12/2001).

Não se pretende aqui restringir a aplicação das restrições constantes da novel redação do art. 149 da Carta Federal exclusivamente à CIDE-combustíveis, mas tão-somente ressaltar que a EC 33/01 efetivamente serviu **a um propósito específico** – a criação da CIDE-combustíveis) e, acima de tudo, **jamais teve como escopo uma ruptura da sistemática então vigente** (o que ocorreria com o acolhimento da tese da revogação tácita, defendida pelo contribuinte). Ao contrário, a redação dada ao Texto Constitucional, pela Emenda, demonstra **caráter meramente exemplificativo**.

Com efeito, o comando verbal ***"poderão"*** foi empregado pelo constituinte no sentido de atribuir à alínea "a" do inciso III do § 2º do art. 149 da CF/88 caráter nitidamente exemplificativo.

Ora, o dispositivo é expresso ao determinar que as contribuições **poderão ter** alíquotas que incidam sobre o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e o valor aduaneiro, **o que não significa que terão apenas essas fontes de receitas**. **Não há impedimento para que a folha de pagamento seja a base de cálculo de uma contribuição social**, como as exações ora em debate, uma vez que a relação constante do art. 149, § 2º,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

inciso III, "a", da Carta Maior, incluído pela Emenda Constitucional 33/2001, não constitui *numerus clausus*.

Sob outro vértice, ainda que se pudesse entender que as normas trazidas pela EC 33/2001 trouxeram verdadeiros limites ao poder de tributar, o que se admite apenas para efeitos argumentativos, **não se pode ignorar o tempo verbal utilizado pelo constituinte derivado**.

Nessa senda, a Emenda 33/01, ao acrescentar à cabeça do dispositivo o rol exemplificativo encerrado no § 2º ("*as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo*"), valeu-se do vernáculo conjugado no **tempo verbal futuro**, ou seja, demonstra a **vinculação do legislador futuro** das balizas então estabelecidas.

Explica-se. O *caput* do art. 149, como já se disse, não sofreu alteração, e mantém a mesma redação desde a promulgação da Constituição de 1988. Referido preceito define a competência tributária da União ao estabelecer que "***compete*** *exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas*".

A Emenda 33/01, ao acrescentar à cabeça do dispositivo o rol de limitações encerrado no § 2º ("as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o *caput* deste artigo"), valeu-se do vernáculo conjugado no **tempo verbal futuro**, como se vê (grifou-se):

> I – não **incidirão** sobre as receitas decorrentes de exportação;
> II – **poderão** incidir sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível;
> III – **poderão** ter alíquotas:
> a) *ad valorem*, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro;
> b) específica, tendo por base a unidade de medida adotada.
> § 3º A pessoa natural destinatária das operações de importação **poderá** ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei.
> § 4º A lei **definirá** as hipóteses em que as contribuições incidirão uma única vez.

A leitura do Texto Constitucional explicita que a EC 33/01 incorporou à Carta de 88 um balizamento vinculante do **legislador futuro** no exercício da competência preconizada no *caput*. Não há falar-se em revogação – expressa ou tácita – ante a **ausência de incompatibilidade intertemporal**. As disciplinas das contribuições sociais e CIDES **então em vigor** não foram atingidas pelo advento de limitações aplicáveis às exações futuras.

Contrario sensu, houvesse a EC 33/01 estabelecido que as mencionadas contribuições *podem incidir*, ou *podem ter alíquotas*, ou *incidem*, o alcance do regramento seria indeclinável. Todavia, não foi essa a opção do legislador.

Faz-se oportuno registrar que não se afirma, aqui, a ausência de auto-aplicabilidade da nova regra constitucional. Não, em absoluto. A norma teve aplicação imediata, e promoveu a limitação da escolha das bases imponíveis desde a sua promulgação. Não obstante, **por opção do legislador constituinte derivado** tais restrições seriam (no futuro, como expressamente verberado no corpo do próprio regramento) oponíveis às **novas exações** que porventura viessem a ser instituídas. As contribuições então em vigor **não foram atingidas** pelas novas restrições incorporadas ao Texto Constitucional por deliberação do constituinte derivado.

Não há falar-se, repita-se, em revogação tácita. **A revogação pressupõe**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

incompatibilidade entre as normas, e o conflito inexiste, neste caso, graças à eficácia futura encerrada na adoção do tempo verbal utilizado.

Não se olvide que a LC 95/98, ao dispor sobre a articulação e redação das leis, expõe (grifou-se):

> Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:
> I – para a obtenção de clareza:
> (...)
> d) **buscar a uniformidade do tempo verbal** em todo o texto das normas legais, **dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente**;

Assim, na esteira da técnica legislativa encerrada na LC 95/98, extrai-se que **a escolha do tempo verbal adotado na EC 33/01 não foi aleatória**. O comando do *caput* do art. 149 – redigido no tempo verbal presente – recomendaria a redação do novo dispositivo também no presente, se se pretendesse o alcance das disciplinas anteriores. **A adoção do tempo verbal futuro, neste caso, consubstancia uma expressa determinação de eficácia prospectiva às limitações incorporadas ao art. 149 do Texto Constitucional**.

A competência tributária originária constante do *caput* do art. 149 não foi alterada, como já se viu. A União remanesce autorizada a instituir as CIDEs. **Caso** escolha fazê-lo, todavia, após o advento da EC 33/01 **essas novas imposições – e somente elas – sofrerão as restrições** de base de cálculo inscritas no inciso III do § 2º do art. 149 do Texto Constitucional.

Registre-se, a propósito, que a interpretação que ora se pretende extraída do comando constitucional introduzido pela EC 33/01 encontra suporte na jurisprudência do STF fixada em torno da inteligência do art. 149 da Carta Constitucional.

Com efeito. Por ocasião do julgamento da constitucionalidade da contribuição para o PIS/COFINS-Importação, instituída pela Lei nº 10.865/04 (portanto, após a EC 33/01), discutiu-se a limitação de base de cálculo incorporada ao Texto Constitucional, especificamente no que pertine à definição do "valor aduaneiro".

É certo que, naquele caso, a controvérsia dizia respeito à constitucionalidade de lei ordinária que instituíra contribuição previdenciária incidente sobre importação – conforme previsão inserida no art. 195 da Carta de 1988 pela EC 42/03. A hipótese é diversa da que ora se cuida, tanto quanto à espécie tributária, quanto à oportunidade da criação do tributo (aqui, a contribuição já existia quando sobreveio a EC 33/01). Ainda assim, consideradas as diferenças, aquele julgado lança luzes sobre o presente caso.

Note-se que a então Relatora consignou: (grifou-se)

> A redação do art. 149, § 2º , III, a, da Constituição, pois, ao circunscrever a tributação ao faturamento, à receita bruta e ao valor da operação ou, no caso de importação, ao valor aduaneiro, teve o efeito de impedir a pulverização de contribuições sobre bases de cálculo não previstas, evitando, assim, efeitos extrafiscais inesperados e adversos que poderiam advir da eventual sobrecarga da folha de salários, reservada que ficou, esta base, ao custeio da seguridade social (art. 195, I, a), **não ensejando, *mais*, a instituição de *outras* contribuições sociais e interventivas**. Na linha de desoneração da folha de salários, aliás, também sobreveio a EC 42/03, que, ao acrescer

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

> o § 13 ao art. 195 da Constituição, passou a dar suporte para que, mesmo quanto ao custeio da seguridade social, a contribuição sobre a folha seja substituída gradativamente pela contribuição sobre a receita ou o faturamento.

Não se pretende aqui minorar o alcance da nova regra constitucional. Antes, busca-se a vontade da Lei Maior nos escorreitos limites em que verberada. É possível que a EC 33/01 tenha inaugurado um movimento no sentido da mitigação de instituição de **novas** contribuições incidentes sobre a folha de salários, mas a sua redação deixa clara a **projeção para o futuro** da vinculação do legislador. Promoveu a EC 33/01, com o texto adotado, uma verdadeira ressalva das contribuições em vigor no momento da promulgação do novo comando constitucional.

A corroborar o que se diz, e a demonstrar que os novos limites foram efetivamente observados a partir da promulgação da Emenda, é importante assinalar que **não houve instituição de CIDE nova, incidente sobre a folha de salários, após a EC 33/01**.

Registre-se, ademais, que o STF, ao fixar a constitucionalidade da CIDE devida ao SEBRAE, já o fez sob a égide da nova redação do art. 149, conferida pela EC nº 33/01. Vejamos o que restou decidido no julgamento da Medida Cautelar em **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.556-2/DF**, de relatoria do Ministro Moreira Alves:

> *Ação direta de inconstitucionalidade. Impugnação de artigos e de expressões contidas na Lei Complementar federal nº 110, de 29 de junho de 2001. Pedido de liminar.*
> *A natureza jurídica das duas exações criadas pela lei em causa, neste exame sumário, é a de que são elas tributárias, caracterizando-se como contribuições sociais que se enquadram na sub-espécie "contribuições sociais gerais" que se submetem à regência do artigo 149 da Constituição, e não à do artigo 195 da Carta Magna.*
> *Não-ocorrência de plausibilidade jurídica quanto às alegadas ofensas aos artigos 145, parágrafo 1º, 154, I, 157, II, e 167, IV, da Constituição. Também não apresentaram plausibilidade jurídica suficiente para a concessão de medida excepcional como é liminar as alegações de infringência ao artigo 5º, LIV, da Carta Magna e ao artigo 10, I, de seu ADCT. Há porém, plausibilidade jurídica no tocante à 17rguição de inconstitucionalidade do artigo 14, "caput", quando à expressão "produzindo efeitos", e seus incisos I e II da Lei Complementar objeto desta ação direta, sendo conveniente, dada a sua relevância, a concessão da liminar nesse ponto.*
> *Liminar deferida em parte, para suspender, "ex tunc" e até final julgamento, a expressão "produzindo efeitos" do "caput" do artigo 14, bem como seus incisos I e II, todos da Lei Complementar federal nº 110, de 29 de junho de 2001."*

De igual sorte, manifestou-se o Pretório Excelso nos autos do **RE nº 396.266-3**, no qual o relator, Ministro Carlos Velloso, atribuiu à contribuição devida ao SEBRAE, incidente sobre a folha de salários, a classificação de contribuição de intervenção no domínio econômico. **Note-se que tais julgamentos foram proferidos já sob a égide da Emenda Constitucional no 33/01, tendo sido a base de cálculo utilizada – folha de salários – considerada adequada**.

O Colendo STJ também já se manifestou no sentido da legalidade das exações ora discutidas, como se infere da ementa a seguir colacionada:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO DESTINADA AO INCRA. ADICIONAL DE 0,2%. NÃO EXTINÇÃO PELAS LEIS 7.787/89, 8.212/91 E 8.213/91. LEGITIMIDADE.

1. A exegese Pós-Positivista, imposta pelo atual estágio da ciência jurídica, impõe na análise da legislação infraconstitucional o crivo da principiologia da Carta Maior, que lhe revela a denominada "vontade constitucional", cunhada por Konrad Hesse na justificativa da força normativa da Constituição.

2. Sob esse ângulo, assume relevo a colocação topográfica da matéria constitucional no afã de aferir a que vetor principiológico pertence, para que, observando o princípio maior, a partir dele, transitar pelos princípios específicos, até o alcance da norma infraconstitucional.

3. A Política Agrária encarta-se na Ordem Econômica (art. 184 da CF) por isso que a exação que lhe custeia tem inequívoca natureza de Contribuição de Intervenção Estatal no Domínio Econômico, coexistente com a Ordem Social, onde se insere a Seguridade Social custeada pela contribuição que lhe ostenta o mesmo nomen juris.

4. A hermenêutica, que fornece os critérios ora eleitos, revela que a contribuição para o Incra e a Contribuição para a Seguridade Social são amazonicamente distintas, e a fortiori, infungíveis para fins de compensação tributária.

5. A natureza tributária das contribuições sobre as quais gravita o thema iudicandum, impõe ao aplicador da lei a obediência aos cânones constitucionais e complementares atinentes ao sistema tributário.

6. O princípio da legalidade, aplicável in casu, indica que não há tributo sem lei que o institua, bem como não há exclusão tributária sem obediência à legalidade (art. 150, I da CF/1988 c.c art. 97 do CTN).

7. A evolução histórica legislativa das contribuições rurais denota que o Funrural (Prorural) fez as vezes da seguridade do homem do campo até o advento da Carta neo-liberal de 1988, por isso que, inaugurada a solidariedade genérica entre os mais diversos segmentos da atividade econômica e social, aquela exação restou extinta pela Lei 7.787/89.

8. Diversamente, sob o pálio da interpretação histórica, restou hígida a contribuição para o Incra cujo desígnio em nada se equipara à contribuição securitária social.

9. Consequentemente, resta inequívoca dessa evolução, constante do teor do voto, que: (a) a Lei 7.787/89 só suprimiu a parcela de custeio do Prorural; (b) a Previdência Rural só foi extinta pela Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, com a unificação dos regimes de previdência; (c) entretanto, a parcela de 0,2% (zero vírgula dois por cento) – destinada ao Incra – não foi extinta pela Lei 7.787/89 e tampouco pela Lei 8.213/91, como vinha sendo proclamado por esta Corte.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

> ***10. Sob essa ótica, à míngua de revogação expressa e inconciliável a adoção da revogação tácita por incompatibilidade, porquanto distintas as razões que ditaram as exações sub judice, ressoa inequívoca a conclusão de que resta hígida a contribuição para o Incra.***
>
> *11. Interpretação que se coaduna não só com a literalidade e a história da exação, como também converge para a aplicação axiológica do Direito no caso concreto, viabilizando as promessas constitucionais pétreas e que distinguem o ideário da nossa nação, qual o de constituir uma sociedade justa e solidária, com erradicação das desigualdades regionais.*
>
> (RE nº 977.058/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, 1ª Seção do STJ)

Por todo o exposto, entende a Fazenda Nacional restar devidamente demonstrada a recepção, pela Carta de 1988, das Contribuições ao SEBRAE, SESC, INCRA, SENAC e FNDE, afastadas as limitações de base de cálculo incorporadas ao art. 149 da Carta Federal pela EC 33/01, eis que tal disciplina projetou-se para o **futuro**, e portanto não atingiu as exações lastreadas em leis anteriores à sua vigência. Não há falar-se em revogação da contribuição, quer pela legislação infraconstitucional (Lei 8.212/91), quer pela EC 33/01.

Conclui-se, portanto, que inexiste a alegada incompatibilidade entre os diplomas normativos das relativos às contribuições destinadas a terceiros e Salário-Educação, e o artigo 149, §2°, III, alínea "a", da CF/88, mesmo com as alterações promovidas pela EC 33/2001.

IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO LIMITE DE 20 SALÁRIOS-MÍNIMOS PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A TERCEIROS (ART. 4º DA LEI 6.950/81)

A empresa executada argumenta que possui o direito de não se submeter ao recolhimento das contribuições destinadas a terceiros – "Sistema S" na parte em que exceder o limite da base de cálculo de vinte salários-mínimos incidentes sobre a folha de salários.

Para tanto, sustenta que o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.950/81, não teria sido revogado pelo Decreto-lei nº 2.318/86, na medida em que seu texto apenas mencionou o *caput* do dispositivo, sem fazer referência ao seu parágrafo único, circunstância que, no seu entender, teria o condão de manter em vigor o benefício fiscal concedido, decorrente da fixação do teto de vinte salários mínimos para incidência das contribuições devidas a terceiros.

Esse raciocínio não merece prosperar, conforme será demonstrado a seguir.

Até a edição do Decreto-lei nº 1.861/81, com a redação que lhe deu o Decreto-lei nº 1.867/81, a contribuição da empresa para a previdência social incidia até o teto de 20 (vinte) salários-mínimos e as contribuições para terceiros estava limitada ao teto de 10 (dez) salários mínimos, ou ao valor de referência, em ambos os casos.

A Lei nº 6.950/81[4] equiparou os limites para as bases de cálculo das contribuições devidas para a previdência social e para terceiros em 20 (vinte) salários mínimos, mantidos os mesmos contribuintes.

Posteriormente foi editado o Decreto-lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, que manteve, expressamente, a cobrança, fiscalização, arrecadação e repasse ao SENAI, SENAC,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

SESI e SESC, das contribuições que lhes são destinadas, e, também, revogou o teto limite a que se referiam os artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.861, de 1981, bem como a disposição contida no seu artigo 3º.

Por força da unificação do limite de incidência do salário-de-contribuição é que o Decreto-lei nº 2.318/86 dedicou dois dispositivos do seu texto a fim de não deixar dúvidas quanto aos alcances objetivos e subjetivos da revogação levada a efeito, assim um foi dirigido às contribuições devidas a terceiros e outro destinado às contribuições devidas à previdência social.

Com essa finalidade, o art. 1º é expresso no sentido de que mantida a cobrança, fiscalização, arrecadação e repasse às entidades beneficiárias das contribuições para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), para o Serviço Social da Indústria (SESI) e para o Serviço Social do Comércio (SESC), ficando revogados os tetos previstos nos artigos 1º a 3º do Decreto-lei nº 1.861/81, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 1.867/81.

Por sua vez, de modo a revogar expressamente o teto do salário-de-contribuição destinado ao recolhimento de contribuições previdenciárias e das contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros, o art. 3º dispôs que para efeito do cálculo da contribuição da empresa para a previdência social, o salário de contribuição não está sujeito ao limite de 20 (vinte) vezes o salário mínimo, imposto pelo art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981.

Assim, em virtude da revogação expressa do limite de 20 (vinte) salários mínimos, o cálculo das contribuições previdenciárias e daquelas destinadas a terceiros, passou a tomar por base o montante total da folha de salários, o que deixa manifesta a improcedência do pleito do contribuinte.

Repita-se, a interpretação sistemática dos artigos 1º e 3º, do referido decreto-lei, não deixa dúvida de que a intenção do legislador foi a de extinguir, tanto para a contribuição da empresa, quanto para as contribuições em favor de terceiros, o limite de 20 (vinte) vezes o valor do salário mínimo, passando as mesmas a incidirem sobre o total da folha de salários.

Patente que, no caso, o contribuinte fez uma interpretação estanque e incompleta dos dispositivos que cuidam da base de cálculo das contribuições devidas por terceiros.

A interpretação sistemática acima exposta é a que se coaduna não só com a literalidade dos dispositivos e a história das exações, como também converge para a aplicação axiológica do Direito no caso concreto, viabilizando as promessas constitucionais pétreas e que distinguem o ideário da nossa nação, qual o de constituir uma sociedade justa e solidária, com erradicação das desigualdades regionais.

Portanto, não mais vigora a incidência do teto reclamado pelo contribuinte, eis que expressamente revogado pelo Decreto-lei nº 2.318, de 30.12.1986.

Da revogação da norma

Como dito, pretende o contribuinte, por meio de um jogo de palavras, fazer crer que não se teria operado a revogação do teto de 20 (vinte) salários mínimos para a cobrança das contribuições de terceiros.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

Nos termos da tese defendida pelo contribuinte, o que se tem é a afirmação de que o caput do art. 4o. da Lei nº 6.950/81 teria sido revogado, ao passo que seu parágrafo único teria permanecido em vigor.

Essa alegação não resiste à análise do disposto no Decreto-lei nº 2.318/86, que alterou substancialmente a sistemática do limite de teto para as contribuições devidas pelas empresas em favor de entidades terceiras.

Com efeito, a redação do seu artigo 1º, I, tratando especificamente das contribuições devidas ao denominado "Sistema S", expressamente revogou o teto limite das contribuições, conforme se infere da sua redação, verbis:

> Art 1º Mantida a cobrança, fiscalização, arrecadação e repasse às entidades beneficiárias das contribuições para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), para o Serviço Social da Indústria (SESI) e para o Serviço Social do Comércio (SESC), ficam revogados:
>
> I - o teto limite a que se referem os artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1.867, de 25 de março de 1981;
>
> II - o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1.867, de 25 de março de 1981.

Conforme asseverou o Des. Federal Souza Ribeiro do TRF da 3ª Região, nos autos da Apelação Cível nº 5019337-34.2019.4.03.6100, o Decreto-lei nº 2.318/86 foi editado especificamente para extinguir o limite teto para todas as contribuições, seja a previdenciária (art. 3º), sejam as destinadas a terceiros (art. 1º), expressamente designadas, *verbis*:

> "A interpretação sistemática e lógica da norma legal, à luz desta evolução normativa e do teor das normas legais em cotejo, é a que permite uma mais adequada compreensão do seu conteúdo normativo, coerente com todo o sistema legal que regia e ainda rege as contribuições sociais, sob as ordens constitucionais anterior ou atual.
>
> Assim sendo, embora essa legislação traga certa complexidade interpretativa em seu encadeamento histórico e conteúdo normativo, conclui-se que o Decreto-Lei nº 2.318/1986 foi editado essencialmente para extinguir o limite teto para todas estas contribuições, seja a previdenciária (pelo artigo 3º), sejam as outras destinadas para Terceiros que foram ali expressamente designadas - SESI, SENAI, SESC e SENAC (pelo art. 1º, inciso I).
>
> O fato do Decreto-Lei nº 2.318/1986, em seu artigo 3º, haver-se referido expressamente apenas à contribuição das empresas à Previdência Social (cujo valor era regulado pelo artigo 4º, caput, da Lei nº 6.950/1981), não permite a conclusão de que o limite teto da contribuição das citadas entidades Terceiras, por estar seu valor previsto no artigo 4º, § único, da mesma Lei 6.950/81, tivesse subsistido em sua vigência por não ter sido expressamente mencionado naquele artigo 3º.
>
> (...)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

> A conclusão interpretativa que adoto decorre fundamentalmente da constatação de que, na verdade, o limite teto das entidades Terceiras (aqui referindo-nos exclusivamente às devidas ao SESI, SENAI, SESC e SENAC) foi objeto de regulação e revogação pelo artigo 1º, inciso I, do mesmo Decreto-Lei nº 2.318/1986 (que expressamente revogou a regra matriz do limite que estava legalmente prevista no artigo 1º do Decreto-lei nº 1.867/1981),assim tacitamente revogando também, por incompatibilidade sistemática, lógica e teleológica, a regra do artigo 4º, § único, da Lei nº 6.950/1981(que dispunha apenas sobre o "valor" deste limite teto).
>
> Ora, se o legislador manifestou a intenção de revogar a norma legal matriz do limite teto, por coerência sistemática, lógica e teleológica não pode subsistir a norma que dispunha apenas acerca do "valor" deste limite teto, que por isso se vê tacitamente revogada.
>
> Trata-se aqui, na verdade, de mera técnica de redação formal da lei, onde o legislador preferiu tratar no artigo 1ºa contribuição das citadas entidades Terceiras (aquelas a que se refere expressamente, quais sejam, as devidas ao SESI, SENAI, SESC e SENAC), ali revogando a norma legal que dispunha sobre o respectivo limite teto contributivo e, em outro dispositivo da mesma lei, no artigo 3º,tratou sobre a contribuição à Previdência Social, aqui também revogando a norma legal que dava amparo ao respectivo limite teto.
>
> A finalidade da norma legal era uma só: eliminar o limite teto para ambas as espécies contributivas; e a forma escolhida pelo legislador gerou o efeito concreto que se pretendia para a edição do Decreto-Lei nº 2.318/1986: revogar expressamente as duas normas legais que à época davam suporte aos respectivos limites tetos." (grifos acrescidos)

Portanto, coube ao art. 1º, I, do Decreto-lei nº 2.318/86 a tarefa de revogar o limite de vinte salários mínimos em relação às entidades integrantes do "sistema S" e em relação às empresas, a revogação do limite restou estampada no art. 3º, claro ao asseverar que para efeito do cálculo da contribuição da empresa para a previdência social, o salário de contribuição *não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário mínimo*, imposto pelo art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981.

Assim, temos que ocorreu a revogação tácita da regra do parágrafo único do art. 4ª da Lei nº 6.950/1981 (que dispunha sobre o valor do teto), por força de incompatibilidade sistemática, lógica e teleológica, na medida em que regulou inteiramente sobre o assunto, fixando novas base normativas que revogaram a regra do limite/teto contributivo.

A regra de hermenêutica contida no art. 10 da Lei Complementar nº 95/98, é clara ao estabelecer que a unidade básica articular de uma lei é o seu artigo, razão pela qual não se pode falar na manutenção do parágrafo único após a revogação do caput.

> Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:
>
> I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

> II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

Dessa determinação, posta em lei complementar, exsurge o fato de que não pode existir em nosso ordenamento a figura do parágrafo sem o artigo correspondente, tal qual defende o contribuinte.

Nesse sentido, revela-se oportuno trazer à colação ementas de acórdãos dos Tribunais Regionais Federais, que dão suporte à tese da revogação esgrimida pela União – Fazenda Nacional, *verbis*:

> DIREITO PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÕES AO SENAI, SENAC, SESI E SESC. DECRETO-LEI Nº 1.861/81. DECRETO-LEI Nº 1.867/81. LEI Nº 6.950/81. DECRETO-LEI Nº 2.318/86. LIMITE MÁXIMO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. REVOGAÇÃO EXPRESSA.
>
> 1. As contribuições previdenciárias da empresa e aquelas destinadas a terceiros incidiam, antes do Decreto-lei nº 1.861, sobre bases diferentes, de vinte e dez vezes o valor do maior salário mínimo ou valor de referência, respectivamente, segundo a grandeza então vigente. Todavia, com o advento deste decreto-lei, na forma da redação dada pelo Decreto-lei nº 1.867, de 1981, as contribuições para terceiros passaram a incidir até o limite máximo de exigência das contribuições previdenciárias, porém, a transferência automática da arrecadação, para cada uma das entidades, manteve-se no montante correspondente ao resultado da aplicação da alíquota até o limite de dez vezes o maior valor de referência (art. 2º), sendo o saldo remanescente incorporado ao Fundo de Previdência e Assistência Social, como contribuição da União ao SINPAS (art. 3º).
> 2. Por sua vez, a Lei nº 6.950, de 1981, manteve e consolidou o limite máximo do salário-de-contribuição, reiterando que este aplicava-se, também, às contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros.
> 3. Em razão disso, entendeu o legislador do Decreto-lei nº 2.318, de 30.12.1986, de reafirmar a manutenção da cobrança das contribuições destinadas ao SENAI, SENAC, SESI e SESC, de revogar o teto limite de incidência, bem como o artigo 3º, que destinava parte da arrecadação de tais contribuições para o financiamento da contribuição da União ao SINPAS. Contudo, foi mais além, e revogou a disposição (art. 3º) que limitava a contribuição da empresa ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pela Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981.
> 4. **A interpretação sistemática dos artigos 1º e 3º, do referido decreto-lei, não deixa dúvida de que a intenção do legislador foi a de extinguir, tanto para a contribuição da empresa, quanto para as contribuições em favor de terceiros, o limite de vinte vezes o valor do salário mínimo, passando as mesmas a incidirem sobre o total da folha de salários, decorrendo daí a legalidade da cobrança, sem a incidência do teto reclamado, que restou expressamente revogado.**
> 5. Apelação a que se dá provimento, para reformar a sentença recorrida.
> (TRF 3, TURMA SUPLEMENTAR DA SEGUNDA SEÇÃO, Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 265662 - 0047387-45.1988.4.03.6100, Rel. JUIZ CONVOCADO VALDECI DOS SANTOS, julgado em 24/07/2008, DJF3 DATA:06/08/2008)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

> TRIBUTÁRIO. PROCEDIMENTO COMUM. CONTRIBUIÇÕES. EC Nº 33/2001. RECEPÇÃO. BASE DE CÁLCULO. ART. 4º DA LEI Nº 6.950/81. INAPLICABILIDADE. REVOGAÇÃO PELO DECRETO Nº 2.138/86
> 1. As contribuições destinadas ao INCRA, SEBRAE, SENAI/SESI e FNDE não foram revogadas pela EC nº 33/2001, inexistindo incompatibilidade das suas bases de cálculo com as bases econômicas mencionadas no art. 149, § 2º, inciso III, alínea a, da CF.
> 2. **A limitação de 20 salários mínimos, prevista no parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 6.950/81, foi revogada juntamente com o caput do artigo 4º, pelo Decreto-Lei nº 2.318/86, pois não é possível subsistir em vigor o parágrafo estando revogado o artigo correspondente.**
> 3. Sentença mantida.
> (TRF 4, Segunda Turma, AC nº 5005457-96.2017.4.04.7205, Rel. Des. Fed. Andrei Pitten Velloso, j. 27/09/2018)
>
> CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A TERCEIROS. LIMITE PREVISTO NO ART. 4º DA LEI Nº 6.950/81. INAPLICABILIDADE. DISPOSITIVO REVOGADO PELO DECRETO-LEI Nº 2.318/86. TÉCNICA LEGISLATIVA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DENEGATÓRIA DA ORDEM.
> A limitação de 20 salários mínimos, prevista no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.950/81, foi revogada juntamente com o caput deste artigo não apenas pelo estabelecido no Decreto-Lei nº 2.318/86, mas de modo indubitável pela publicação da Lei nº 7.789/89, de 03/07/1989, que vedou em seu art. 3º a vinculação do salário mínimo para qualquer finalidade e aplicação.
>
> Caso em que não merece acolhimento a insurgência da empresa impetrante, no sentido de que o Decreto-Lei nº 2.318/86 revogou o limite de 20 salários mínimos apenas com relação às contribuições previdenciárias.
>
> **Não há como sustentar a revogação do caput do art. 4º da Lei nº 6.950/81 e a manutenção de seu parágrafo único, uma vez que a técnica legislativa ensina que o artigo se subdivide em parágrafos, sendo que esses exercem apenas a função de complementar a norma, subordinando-se a ela. Precedente deste Regional.**
>
> (TRF 5 - PJE0811461-22.2019.4.05.8300, 2ª T., Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, j.: 11/02/2020).

Portanto, estamos diante da hipótese de revogação contida no § 1º do art. 2º do Decreto-lei nº 4.657/42 - LINDB, claro ao asseverar que não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue expressamente.

É essa a hipótese de que se trata. Houve uma revogação expressa do limite/teto da contribuição tanto em relação às empresas, como também em relação às entidades terceiras, conforme se depreende da leitura do art. 1º, I e do art. 3º, ambos do Decreto-lei nº 2.318/86.

De mais a mais, em relação ao limite/teto das empresas, revela-se incongruente com a lógica jurídica e com a hermenêutica tradicional, a existência, no ordenamento jurídico, de um parágrafo único desprovido do caput que lhe confere fundamento e validade. Por mais simplória que pareça essa consideração, ela é inarredável.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

Com efeito, a melhor técnica legislativa sugere que os parágrafos constituem disposição acessória com a finalidade de esclarecer ou excepcionar a norma principal contida no caput.

Destarte, o Decreto-lei nº 2.318/86, ao expressamente revogar em seu art. 1º, I e II, o teto limite previsto nos arts. 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.861/81, tornou sem efeito o limite anteriormente previsto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.950/81, tanto no que se refere às contribuições sociais devidas à previdência social, quanto às contribuições parafiscais, destinadas a terceiros, atualmente denominadas contribuições de intervenção no domínio econômico.

Nessa toada, é possível, em tese, sustentar que o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.950/81 não se aplica às contribuições ao SESI, SENAI, SESC e SENAC e a outras que usufruam de legislação especial definindo a respectiva base de cálculo (posteriormente à Lei nº 6.950/81) ou dispondo sobre a limitação da base de cálculo (anterior ou posterior à Lei nº 6.950/81). É o caso, por exemplo, do salário-educação, que goza de lei posterior e especial.

Assim, a partir da interpretação sistemática dos artigos 1º e 3º, do Decreto-lei nº 2.318/86, não há dúvida de que, tanto para a contribuição da empresa quanto para as contribuições em favor de terceiros (Sistema S), foi abolido o limite de 20 (vinte) vezes o valor do salário mínimo, passando a incidir sobre o total da folha de salários.

> Em adição, cumpre transcrever trechos da sentença proferida recentemente pelo MM. Juiz Federal Marco Aurélio de Mello Castrianni, da 1ª Vara Cível Federal de São Paulo que, em hipótese semelhante (Mandado de Segurança nº 5008245-59.2019.4.03.6100), denegou a segurança. Confira-se:
>
> "(...)
>
> Sustentam as impetrantes "que o artigo 3º do Decreto-Lei nº 2.318/86 removeu o limite de 20 salários mínimos única e exclusivamente para as Contribuições Previdenciárias devidas pelas Empresas, de modo que o limite de 20 salários mínimos, previsto no artigo 4º da Lei nº 6.950/81, permanece vigente para a apuração das Contribuições destinadas a Terceiros".
>
> Entretanto, as impetrantes deixam de mencionar o disposto no artigo 1º do suscitado Decreto-lei nº 2.318/86:
>
> Art 1º Mantida a cobrança, fiscalização, arrecadação e repasse às entidades beneficiárias das contribuições para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), para o Serviço Social da Indústria (SESI) e para o Serviço Social do Comércio (SESC), ficam revogados:
>
> I - o teto limite a que se referem os artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, com a redação dada pelo artigo ;1º do Decreto-lei nº 1.867, de 25 de março de 1981
>
> II - o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1.867, de 25 de março de 1981."
>
> Portanto, denota-se que o mencionado Decreto-lei nº 2318/86 revogou não somente o limite estabelecido pelo artigo 4º da Lei nº 6.950/81, relativo às

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

> Contribuições Previdenciárias devidas pelas Empresas, mas também revogou expressamente o limite estabelecido pelo Decreto-lei nº 1.861/81, com a redação dada pelo Decreto-lei Nº 1.867/81, que se aplicava cumulativamente ao artigo 4º da Lei nº 6.950/81, atinente às Contribuições destinadas a terceiros.
>
> Assim, não se sustenta a tese das impetrantes de que o limite de 20 salários mínimos, previsto no artigo 4º da Lei nº 6.950/81, permanece vigente para a apuração das Contribuições destinadas a Terceiros, diante da expressa revogação operada pelo Decreto-lei nº 2.318/86."

A respeito da impossibilidade de aplicação do limite de 20 salários-mínimos para apuração da base de cálculo de contribuições destinadas a terceiros, a Fazenda Nacional considera que o Decreto-lei nº 2.318/86, tornou sem efeito o limite anteriormente previsto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.950/81 tanto no que se refere às contribuições sociais devidas à previdência social, quanto às contribuições destinadas a terceiros.

Entre outros recentes julgados favoráveis, confira-se:

> PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCRA. SEBRAE. SESC E FNDE. LEI Nº 11.457/2007. RE 603.624 E RE 630.898. SUSPENSÃO NACIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SAT/RAT. CONTRIBUIÇÃO A TERCEIROS. VERBAS RECEBIDAS NOS QUINZE PRIMEIROS DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA E O AUXÍLIO-ACIDENTE. AVISO PRÉVIO INDENIZADO E SEUS REFLEXOS. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS NÃO EXCEDENTE A VINTE DIAS DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS. TERCEIROS (SESC, SENAC, SENAI, SEBRAE, INCRA e FNDE). BASE DE CÁLCULO. CONSTITUCIONALIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 33/2001. COMPENSAÇÃO OU RESTITUIÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS A CARGO DA FAZENDA NACIONAL. 1. Este egrégio Tribunal já decidiu que o tema nº 325 e o tema nº 495 do egrégio Supremo Tribunal Federal não possuem expressa determinação de suspensão nacional nos recursos paradigmas (RE 630.898/RS e RE 603.624/SC), nos termos do § 5º do art. 1.035 do CPC, conforme a seguinte redação: "O reconhecimento da repercussão geral da controvérsia ora em debate pelo egrégio Supremo Tribunal Federal, no RE 603.624 RG/SC (SEBRAE), não impede o julgamento do presente recurso, notadamente quando não há determinação daquela Corte Suprema nesse sentido, por ocasião da afetação da matéria. Aplicação de precedentes jurisprudenciais do egrégio Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal Regional Federal". 2. Verifica-se que há determinação legal quanto a legitimidade da Procuradoria-Geral Federal para representação judicial e extrajudicial que vise a cobrança ou restituição de contribuições tributárias, como no presente caso (art. 16 da Lei nº 11.457/2007). 3. A União possui legitimidade passiva referente às contribuições previdenciárias patronal e às contribuições destinadas a terceiro incidentes sobre a folha de salários, exceto quanto ao salário-educação, cuja legitimidade passiva é do FNDE. 4. O Pleno do egrégio Supremo Tribunal Federal, em julgamento com aplicação do art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973 (repercussão geral) (RE 566.621/RS, Rel. Min. Ellen Gracie, trânsito em julgado em 17/11/2011, publicado em 27/02/2012), declarou a inconstitucionalidade do art. 4º, segunda parte, da Lei Complementar nº 118/2005, decidindo pela aplicação da prescrição

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

quinquenal para as ações de repetição de indébito ajuizadas a partir de 09/06/2005. 5. No julgamento do REsp 1.230.957/RS, sob a sistemática dos recursos repetitivos, art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973, o egrégio Superior Tribunal de Justiça reconheceu a inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre verbas recebidas nos 15 (quinze) primeiros dias que antecedem o auxílio-doença e o auxílio-acidente, sobre o terço constitucional de férias e sobre o aviso prévio indenizado. (Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/03/2014). 6. Não sendo exigível a contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado, também não é possível a cobrança da referida contribuição sobre o décimo terceiro salário proporcional a tal verba. Nesse sentido: AMS 0028956-85.2010.4.01.3500/GO, Rel. Desembargador Federal José Amilcar Machado, Sétima Turma, e-DJF1 p.1079 de 13/02/2015 e AMS 0003073-41.2012.4.01.3800/MG, Rel. Desembargador Federal Reynaldo Fonseca, Sétima Turma, e-DJF1 de 30/05/2014. 7. Também não se sujeita à referida contribuição o abono pecuniário de férias, de que cuidam o art. 143 e o art. 144 da CLT, se não exceder a 20 (vinte) dias do salário (AC 0019723-28.2010.4.01.3900/PA, Rel. Desembargadora Federal Ângela Catão, Sétima Turma; e-DJF1 de 04/12/2015). 8. Reconhecida a não incidência da contribuição previdenciária destinada ao financiamento para o Risco Ambiental do Trabalho - RAT (antigo Seguro Acidente de Trabalho - SAT) sobre verbas de caráter indenizatório. 9. As contribuições destinadas a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE, FNDE e INCRA) possuem natureza jurídica de contribuição de intervenção no domínio econômico, conforme entendimento jurisprudencial do egrégio Supremo Tribunal Federal (AI 622.981; RE 396.266), com destinação diferente das contribuições previdenciárias, ensejando o reconhecimento da legalidade das referidas contribuições (STF, AI 622.981; RE 396.266). Nesse sentido: AC 0030991-22.2013.4.01.3400/DF, Rel. Desembargador Federal José Amilcar Machado, Sétima Turma, e-DJF1 de 22/01/2016. Ressalvadas as verbas de natureza indenizatória, conforme decisão, unânime, proferida em 31/08/2016, pela colenda Oitava Turma desta egrégia Corte, no julgamento da ApReeNec 0033390.24.2013.4.01.3400, sob o rito do art. 942 do CPC. 10. "Não é inconstitucional a lei definir a folha de salário como base de cálculo da contribuição de intervenção no domínio econômico. `A Emenda Constitucional 33/2001 apenas estabeleceu fatos econômicos que estão a salvo de tributação, por força da imunidade, e, por outro lado, fatos econômicos passíveis de tributação, quanto à instituição de contribuições sociais e contribuições de intervenção no domínio econômico." (EDAMS 0032755-57.2010.4.01.3300/BA, Rel. Desembargador Federal Novély Vilanova, Oitava Turma, 26/09/2014 e-DJF1). 11. Assim, deve ser observado o direito à restituição ou à compensação dos valores indevidamente recolhidos nos 05 (cinco) anos anteriores à propositura da ação e os seguintes tópicos: a) disposição contida no art. 170-A do Código Tributário Nacional (introduzida pela Lei Complementar nº 104/2001), a qual determina que a compensação somente poderá ser efetivada após o trânsito em julgado da decisão; b) possibilidade de compensação dos créditos de contribuições previdenciárias apuradas após a utilização do "e-social" com quaisquer tributos arrecadados e administrados pela Secretaria da Receita Federal, observadas as exceções do § 1º do art. 26-A da Lei nº 11.457/2007; c) aplicação da Taxa SELIC a partir de 01/01/1996, excluindo-se qualquer índice de correção monetária ou juros de mora (art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250/1995). 12. Devida as custas processuais pela Fazenda Nacional, conforme decidiu esta colenda Sétima Turma: "A isenção do pagamento de custas conferida pelo art. 4º, da Lei nº 9.289, de 05 JUL 96 não desonera a Fazenda Pública do reembolso

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

das custas antecipadas pela parte' (AC 0020544-77.2010.4.01.3400, Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, Sétima Turma, DJF1 de 19/04/2013); (AC 0010756-34.2013.4.01.3400/DF, Rel. Desembargador Federal José Amilcar Machado, Sétima Turma, e-DJF1 de 24/03/2017). 13. Apelações não providas. TRF1 - 7ª Turma – Apelação Cível 1007387-14.2019.4.01.3300, Rel. Des. Hercules Fajoses, julgado em 26/05/2020.

APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A TERCEIROS. ARTIGO 4º, § ÚNICO, DA LEI 6.950/81. LIMITAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO REVOGADA PELA LEI 8.212/91. RECURSO DESPROVIDO.
I. Pretende a parte apelante a aplicação da limitação prevista no artigo 4º, § único, da Lei n.º 6.950/81, para fins de cálculo das contribuições sociais destinadas a terceiros, in verbis: “Art 4º - O limite máximo do salário-de-contribuição, previsto no art. 5º da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, é fixado em valor correspondente a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País. Parágrafo único - O limite a que se refere o presente artigo aplica-se às contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros.” Posteriormente, foi editado o Decreto-lei n.º 2.318/86, que dispôs, in verbis: “Art 3º Para efeito do cálculo da contribuição da empresa para a previdência social, o salário de contribuição não está sujeito ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pelo art. 4º da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981.”
II. Neste contexto, considerando que o artigo 3º do Decreto-lei n.º 2.318/86 afastou o limite de 20 (vinte) salários mínimos apenas para efeito de cálculos da contribuição da empresa (artigo 69, V, da Lei n.º 3.807/60), não há de se falar em revogação do artigo 4º e § único da Lei n.º 6.950/81, já que permaneceu incólume em relação as demais contribuições ao INPS previstas na Lei Orgânica da Previdência Social, quais sejam, as contribuições dos segurados empregados, avulsos, temporários, domésticos e autônomos.
III. Contudo, com a edição da Lei n.º 8.212/91, que trouxe nova normatização sobre a Seguridade Social e seu Plano de Custeio, inclusive em relação ao salário-de-contribuição e seus limites mínimo e máximo, restaram revogadas todas as disposições em contrário (artigo 105 deste diploma legal), dentre as quais, o artigo 4º, caput e § único, da Lei n.º 6.950/81, que fundamenta o pleito da parte impetrante. Sendo assim, conclui-se que a sujeição do salário-de-contribuição ao limite de 20 (vinte) salários-mínimos para o cálculo das contribuições destinadas a terceiros teve vigência somente até 25/10/1991, noventa dias após a edição da Lei n.º 8.212/91, considerada a anterioridade nonagesimal.
IV. Apelação a que se nega provimento.” TRF3 - 1ª Turma – Apelação Cível 5011003-11.2019.4.03.6100, Rel. Des. VALDECI DOS SANTOS, julgado em 15/09/2020.

MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES AO SALÁRIO EDUCAÇÃO, AO INCRA, AO SEBRAE E AS DESTINADAS AOS DENOMINADO “SISTEMA S” – SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAR, SENAT E SESCOOP. FOLHA DE SALÁRIOS. VALOR DA OPERAÇÃO. ART. 149, III, "A", DA CONSTITUIÇÃO, COM A REDAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 33, DE 2001. BASE DE CÁLCULO. LIMITE. 20 SALÁRIOS MÍNIMOS. INAPLICABILIDADE.
1. São constitucionais as contribuições ao Salário Educação, ao INCRA, ao SEBRAE e as destinadas aos denominado “Sistema S” – SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAR, SENAT e SESCOOP, incidentes sobre a "folha de salários", uma vez que essa base de cálculo se inclui no "valor da operação" a que se

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

refere a alínea "a" do inciso III do art. 149 da Constituição, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001.

2. O limite de 20 salários mínimos, uma vez estabelecido pela Lei nº 6.950, de 1981, para o salário-de-contribuição do empregado, não condiciona a incidência das contribuições que tem por objeto a folha de salários do empregador.
TRF4 - 2ª Turma – Apelação Cível 5005361-76.2020.4.04.7205, Rel. Des. RÔMULO PIZZOLATTI, julgado em 17/11/2020

PJE Nº: 0800091-88.2020.4.05.8404 - APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA APELANTE: FAZENDA NACIONAL APELADO: NOSSO ATACAREJO COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA ADVOGADO: Márcio Rafael Gazzineo RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima - 2ª Turma JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Lauro Henrique Lobo Bandeira EMENTA TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES AO INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE e FNDE. ART. 4º DA LEI Nº 6.950/1981. LIMITE MÁXIMO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. REVOGAÇÃO EXPRESSA PELO DECRETO Nº 2.138/1986. PROVIMENTO DO APELO E DA REMESSA. 1. Caso em que o apelo e a remessa oficial se voltam contra a sentença que concedeu a segurança para suspender a exigibilidade do crédito tributário, referente às Contribuições de Terceiros (contribuições ao INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE e FNDE - Salário-Educação), no que exceder a base de cálculo de vinte salários-mínimos, nos termos do disposto no artigo 4º, da Lei nº 6.950/1981. 2. Merecem prosperar as razões da Fazenda/apelante, dado que o legislador do Decreto-lei nº 2.318, de 30.12.1986, cuidou de revogar expressamente o teto limite de incidência da contribuição em apreço. É dizer: revogou a disposição normativa que limitava a contribuição da empresa ao limite de vinte vezes o salário mínimo, imposto pela Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981. 3. A bem da verdade, a interpretação sistemática dos artigos 1º e 3º, do apontado Decreto-lei, não deixa dúvida de que a intenção do legislador foi mesmo a de extinguir, tanto para a contribuição da empresa, quanto para as contribuições em favor de terceiros, o limite de vinte vezes o valor do salário mínimo, passando, as ditas contribuições, a incidirem sobre o total da folha de salários, decorrendo daí a legalidade da cobrança sem a incidência do teto reclamado, que restou expressamente revogado. 4. Apelação e remessa oficial providas. mcp/cm
(TRF5 - PROCESSO: 08000918820204058404, APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA, DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA, 2ª TURMA, JULGAMENTO: 06/10/2020)

Da correta exegese do art. 4º da lei nº 6.950/81 – limite individualmente considerado

Subsidiariamente, acaso rechaçada a tese da revogação expressa do teto do salário-de-contribuição destinado ao recolhimento das contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros, o que se admite apenas em face do princípio da eventualidade, faz-se necessário fixar a correta exegese ao art. 4º da Lei nº 6.950/81, por todos os motivos que passa a expor.

Ao estabelecer que o limite máximo do salário-de-contribuição, previsto no art. 5º da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, é aquele fixado em valor correspondente a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, a norma aparentemente não deixa claro o limite

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

da sua aplicação, o que nos leva a buscar, em outros diplomas legais, a sua correta identificação.

A compreensão da questão demanda a contextualização histórica do tema, que permitirá identificar, ao longo do tempo, as disposições legais atinentes à base de cálculo da contribuição previdenciária patronal e de terceiros.

Aparentemente, nos anos 60, a contribuição previdenciária patronal era equivalente à contribuição do empregado, nos termos do art. 69 da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/60).

No entanto, sobreveio a Lei nº 5.890/73 que, além de fixar o limite de 20 (vinte) salários mínimos para o salário-de-contribuição (art. 76, I, da Lei nº 3.807/60), desvinculou essas contribuições ao inserir o seguinte § 2º no referido art. 69 da Lei nº 3.807/60:

> "§ 2º Caso a remuneração paga seja superior ao valor do salário-de-contribuição, fica a empresa obrigada a recolher ao Instituto Nacional de Previdência Social a contribuição de 8% (oito por cento) sobre a diferença entre aqueles dois valores".

Note-se que as expressões "empregadores" e "empregador", constantes do art. 76, III, da Lei nº 3.807/60 e do art. 13 da Lei nº 5.890/73, parecem não se referir à contribuição patronal, mas sim à contribuição dos segurados referidos no art. 5º, III, da Lei nº 5.890/73.

Portanto, à época, a contribuição patronal somente era equivalente à contribuição do empregado (que era de 8%, nos termos do inciso I do art. 69 da Lei nº 3.807/60) até o limite de 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País. Caso a remuneração paga a algum empregado fosse superior a esse patamar, incidiria exclusivamente sobre o excesso a alíquota de 8% (não analisaremos, aqui, o § 5º do art. 69 da Lei nº 3.807/60, incluído pela Lei nº 6.135/74, que parece se referir apenas aos autônomos).

Pois bem. Na mesma Lei nº 5.890/73, logo após o citado art. 13, temos o seguinte dispositivo:

> "Art 14. As contribuições arrecadadas pelo Instituto Nacional de Previdência Social das empresas que lhes são vinculadas, e destinadas a outras entidades ou fundos, serão calculadas sobre a mesma base utilizada para o cálculo das contribuições de previdência, estarão sujeitas aos mesmos prazos, condições e sanções e gozarão dos mesmos privilégios a ele atribuídos, inclusive no tocante à cobrança judicial, não podendo o cálculo incidir sobre importância que exceda de 10 (dez) vezes o salário-mínimo mensal de maior valor vigente no País".

Ora, ao que tudo indica, não quis o legislador limitar (à época em 10 salários-mínimos) a base de cálculo total das contribuições (patronais) destinadas a terceiros, mas sim estabelecer regra similar à que já existia para a contribuição previdenciária, ou seja, de vincular a contribuição ao salário-de-contribuição.

Diz-se similar pois a regra adotada não foi a mesma, uma vez que, a par de não ter sido prevista, para essas contribuições, a aplicação do adicional referido no § 2º do art. 69 da Lei nº 3.807/60 (que, insista-se, foi criado pela mesma Lei nº 5.890/73), optou-se pelo limite de 10 salários-mínimos, ou seja, metade do limite então previsto (pela própria Lei nº 5.890/73) no art. 76, I, da Lei nº 3.807/60.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

Surge, então, a Lei nº 6.332/76, prevendo que os limites máximos de salário-de-contribuição deveriam ser reajustados em conformidade com os arts. 1º e 2º da Lei nº 6.147/74, que tratou de reajustamento coletivo de salário das categorias profissionais (e não de salário-mínimo). Em seguida, o Decreto-Lei nº 1.739/79 fixou o limite de Cr$ 51.930,00 para exercício de 1980. Isso se deu porque a Lei nº 6.205/75 já havia determinado (com algumas exceções) a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária.

Contudo, a Lei nº 6.332/76 e o Decreto-Lei nº 1.739/79 aparentemente nada dispuseram quanto ao art. 14 da Lei nº 5.890/73. Isso foi feito pelo Decreto-Lei nº 1.861/81 (modificado um mês depois pelo Decreto-Lei 1.867/81), exclusivamente em relação às contribuições devidas ao Serviço Social da Indústria - SESI, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, ao Serviço Social do Comércio - SESC e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, sem alteração de alíquotas.

Na prática, o Decreto-Lei 1.861/81 (na redação dada pelo Decreto-Lei 1.867/81) ampliou a base de cálculo da contribuição a essas entidades para que pudesse destinar aos cofres públicos a parcela correspondente a essa destinação.

Isso fica claro com a leitura do art. 2º e 3º, que fixaram a destinação, a essas entidades, apenas (sem prejuízo de ampliação mediante Decreto) das quantias correspondentes à aplicação da alíquota sobre o salário de contribuição limitado a 10 vezes o "maior valor de referência (MVR)", devendo o excesso ser destinado ao Fundo de Previdência e Assistência Social – FPAS. A menção ao MVR (e não ao salário-mínimo) é fruto, recorde-se, da já citada Lei nº 6.205/75, decorrendo do sistema de atualização monetária referido no seu art. 2º.

Portanto, durante boa parte do ano de 1981 as contribuições ao SESI, SENAI, SESC e SENAC seguiram as mesmas regras das contribuições previdenciárias, enquanto as demais contribuições destinadas a terceiros continuavam regidas pelo art. 14 da Lei nº 5.890/73.

Em novembro de 1981 foi editada a Lei nº 6.950. O caput do referido art. 4º volta a adotar, como limite para o salário de contribuição, 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País. O parágrafo único do referido art. 4º estendeu esse mesmo limite às contribuições destinadas a terceiros. Ou seja, algo similar ao que já havia sido feito pelo Decreto-Lei 1.861/81, só que utilizando o salário mínimo ao invés do MVR, e sem restrição apenas a SESI, SENAI, SESC e SENAC

Também aqui, verifica-se que não quis o legislador limitar a 20 salários-mínimos a base de cálculo total das contribuições (patronais) destinadas a terceiros, **mas sim estabelecer regra similar à que já existia para a contribuição previdenciária.**
Em seguida, veio o Decreto-Lei 2.318/86 que revogou todo e qualquer limite.

Após aprofundar a contextualização histórica, identificando-se as bases de cálculo fixadas para a contribuição previdenciária patronal e de terceiros ao longo do tempo, verifica-se que, em um dado momento, a contribuição previdenciária patronal era paga seguindo a mesma base de cálculo da contribuição do empregado – diferentemente de hoje, em que somente a base da contribuição do empregado é limitada ao teto do RGPS.

Em verdade, a norma não comporta outra interpretação que não seja aquela no sentido de que **o montante equivalente a 20 (vinte) salários-mínimos se refere ao limite máximo do salário-de-contribuição individualmente considerado, na dicção do art. 5º da Lei nº 6.332/76.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

Isso fica claro a partir da leitura do art. 76 da Lei nº 3.807/60, que nos fornece o conceito de salário-de-contribuição, nos seguintes termos:

> Art. 76. Entende-se por salário-de-contribuição: (Redação dada pela Lei nº 5.890, de 1973)
>
> I - a remuneração efetivamente percebida, a qualquer título, para os segurados referidos nos itens I e II do artigo 5º até o limite de 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País; (Redação dada pela Lei nº 5.890, de 1973)
>
> II - o salário-base para os trabalhadores autônomos e para os segurados facultativos; (Redação dada pela Lei nº 5.890, de 1973)
>
> III - o salário-base para os empregadores, assim definidos no item III do artigo 5º. (Incluído pela Lei nº 5.890, de 1973)
>
> Parágrafo único. A utilidade habitação, fornecida ou paga pelo empregador, contratualmente estipulada ou recebida por força de costume, passa a integrar o salário-de-contribuição em valor correspondente ao produto da aplicação dos percentuais das parcelas componentes do salário mínimo ao salário contratual.

Por seu turno, os incisos I e II do art. 5º do referido diploma legal são expressos ao arrolar como obrigatoriamente segurados, como empregados, os que trabalhem nessa condição no Território Nacional, inclusive os domésticos e os brasileiros e estrangeiros domiciliados e contratados no Brasil para trabalharem como empregados nas sucursais ou agências de empresas nacionais no exterior e os titulares de firma individual.

Por essa razão, a União – Fazenda Nacional alternativamente entende que o limite previsto no art. 4º da Lei nº 6.950/81 deve ser aplicado de forma individualizada, levando-se em consideração o valor total da remuneração paga a cada empregado.

Reforça essa conclusão os termos em que expresso o Projeto de Lei nº 2.163, de 1983, que acrescenta o inciso VII, ao parágrafo 1º, do art. 1º da Lei nº 6.025, de 29 de abril de 1975, que propõe que que as contribuições devidas pela indústria às entidades integrantes do "sistema S", corresponde a 1,5% e 1% respectivamente, incidentes sobre o salário de cada empregado até o limite de 20 salários-mínimos.

Destarte, caso sejam superadas as teses até aqui veiculadas, requer o reconhecimento de que o limite de 20 (vinte) salários-mínimos de que trata o art. 4º da Lei nº 6.950/81, não se refere ao valor total da folha de salários, mas sim diz respeito ao limite máximo individualmente contemplado para cada empregado.

Da legislação específica atinente a cada contribuição destinada a terceiros

Subsidiariamente, ainda que rechaçados os argumentos supra, no sentido da revogação e da correta exegese do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.950/81, não se pode olvidar que, em regra, cada contribuição destinada a terceiros possui legislação específica.

Desse modo, ainda que rejeitadas as teses da revogação e a tese de não recepção do dispositivo em testilha, é inquestionável que o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.950/81 não se aplica às contribuições ao SESI, SENAI, SESC e SENAC e a outras contribuições que usufruam de legislação especial definindo a respectiva base de cálculo (posteriormente à Lei nº

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

6.950/81) ou dispondo sobre a limitação da base de cálculo (anterior ou posterior à Lei nº 6.950/81).

Nesse sentido, a legislação editada posteriormente à lei 6.950/81, reiteradamente vem reafirmando que a base de cálculo das contribuições destinadas a terceiros, não está mais limitada a 20 (vinte) salários mínimos, incidindo, portanto, sobre o total ou montante da remuneração paga aos seus empregados e segurados.

Quanto ao SEBRAE, a Lei nº 8.029/90, assim dispõe:

"Art. 8° É o Poder Executivo autorizado a desvincular, da Administração Pública Federal, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE, mediante sua transformação em serviço social autônomo.

§ 1° Os Programas de Apoio às Empresas de Pequeno Porte que forem custeados com recursos da União passam a ser coordenados e supervisionados pela Secretaria Nacional de Economia, Fazenda e Planejamento.

§ 2° Os Programas a que se refere o parágrafo anterior serão executados, nos termos da legislação em vigor, pelo Sistema CEBRAE/CEAGS, através da celebração de convênios e contratos, até que se conclua o processo de autonomização do CEBRAE.

(...)

§ 3o Para atender à execução das políticas de apoio às micro e às pequenas empresas, de promoção de exportações e de desenvolvimento industrial, é instituído adicional às alíquotas das contribuições sociais relativas às entidades de que trata o art. 1o do Decreto-Lei no 2.318, de 30 de dezembro de 1986, de: (Redação dada pela Lei nº 11.080, de 2004).

a) um décimo por cento no exercício de 1991; (Incluído pela Lei nº 8.154, de 1990)

b) dois décimos por cento em 1992; e (Incluído pela Lei nº 8.154, de 1990)

c) três décimos por cento a partir de 1993. (Incluído pela Lei nº 8.154, de 1990)."

A Lei nº 8.315/91 que instituiu a contribuição ao SENAR prevê no art. 3º, I:

"Art. 3° Constituem rendas do Senar:

I - contribuição mensal compulsória, a ser recolhida à Previdência Social, de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados pelas pessoas jurídicas de direito privado, ou a elas equiparadas, que exerçam atividades:"

A Lei 8.706/93, que trata do SEST e SENAT – Serviço do Transporte, prevê em seu art. 7º, I:

Art. 7º As rendas para manutenção do Sest e do Senat, a partir de 1º de janeiro de 1994, serão compostas:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

> I - pelas atuais contribuições compulsórias das empresas de transporte rodoviário, calculadas sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados e recolhidas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, em favor do Serviço Social da Indústria - SESI, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, que passarão a ser recolhidas em favor do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, respectivamente;

A Lei 9.424/96, que trata do Salário-Educação, prevê em seu art. 15:

> Art 15. O Salário-Educação, previsto no art. 212, § 5º, da Constituição Federal e devido pelas empresas, na forma em que vier a ser disposto em regulamento, é calculado com base na alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, assim definidos no art. 12, inciso I, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

E no mesmo sentido e teor a legislação que trata da contribuição ao INCRA, SEBRAE.

As leis que atualmente regulamentam os serviços autônomos, o FNDE, e o INCRA expressamente estabelecem como base de cálculo das contribuições destinadas aos seus respectivos custeios, o “montante da remuneração paga” ou “ total da remuneração paga”.

Repita-se, a legislação editada posteriormente à lei 6.950/81 reiteradamente vem reafirmando que a base de cálculo das contribuições destinadas a terceiros não está mais limitada à 20 (vinte) salários mínimos, incidindo, portanto, sobre o total ou montante da remuneração paga aos seus empregados e segurados.

Trata-se de normas posteriores e especiais, prevalecendo, nos termos da LINDB, sobre a limitação prevista no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.950/81, editado anteriormente, e de caráter geral.

Nesse sentido, o MM. Juízo da 8ª Vara Federal de São Paulo/SP, nos autos do MS nº 5001733-60.2019.4.03.6100, quando da análise do pedido liminar, constatou, de plano, a revogação do disposto na Lei 6.950/81 não apenas pelo Decreto-Lei nº 2.318/86, mas também pela legislação específica, editada posteriormente, que regulamenta os serviços autônomos, ao tratar da base de cálculo das contribuições para terceiros. Confira-se:

> “Verifico, no entanto, que a tese defendida pela impetrante não levou em consideração o disposto no art. 1º do mesmo Decreto-lei 2.318/86, que estabeleceu:
>
> Art 1º Mantida a cobrança, fiscalização, arrecadação e repasse às entidades beneficiárias das contribuições para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), para o Serviço Social da Indústria (SESI) e para o Serviço Social do Comércio (SESC), ficam revogados:
>
> I - o teto limite a que se referem os artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1.867, de 25 de março de 1981;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

II - o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1.867, de 25 de março de 1981.

O Decreto-lei 2.318/86 além de manter a cobrança das contribuições destinadas ao SENAI, SENAC, SESI e SESC, tratou de revogar o TETO LIMITE a que se referem os artigos 1º e 2º do Decreto-lei 1.861/81.

Os dispositivos expressamente revogados pelo Decreto-lei 2.318/86 foram os seguintes:

Art. 1º As contribuições compulsórias dos empregadores calculadas sobre a folha de pagamento e recolhidas pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS em favor do Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Social do Comércio - SESC e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC passarão a incidir até o limite máximo de exigência das contribuições previdenciárias, mantidas as mesmas alíquotas e contribuintes. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.867, de 1981) (Revogado pelo Decreto-lei nº 2.318, de 1986)

Art. 2º Será automaticamente transferido a cada uma das entidades de que trata o artigo 1º, como receita própria, o montante correspondente ao resultado da aplicação da respectiva alíquota sobre o salário-de-contribuição até 10 (dez) vezes o maior valor de referência (MVR), admitidos repasses de maior valor mediante decreto, com base em proposta conjunta do Ministro do Trabalho, do Ministro da Previdência e Assistência Social e do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.867, de 1981) (Revogado pelo Decreto-lei nº 2.318, de 1986).

Ora, o Decreto-lei 2.318/86 ao expressamente revogar em seu artigo 1º, I, o TETO LIMITE previsto nos artigos 1º e 2º do Decreto-lei 1.861/81, expressamente tornou sem efeito o limite anteriormente previsto no art. 4º das Lei 6.950/81, tanto em relação as contribuições sociais devidas à previdência social, quanto as contribuições parafiscais, destinadas à terceiros, ou atualmente denominadas de intervenção do domínio econômico.

Aliás, é neste sentido que a legislação que regulamenta os serviços autônomos, posteriormente editada, trata da base de cálculo das contribuições.

A Lei 8.315/91, que trata do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, prevê no art. 3º, I:

Art. 3° Constituem rendas do Senar:

I - contribuição mensal compulsória, a ser recolhida à Previdência Social, de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados pelas pessoas jurídicas de direito privado, ou a elas equiparadas, que exerçam atividades:

A Lei 8.706/93, que trata do SEST e SENAT – Serviço do Transporte, prevê em seu art. 7º, I:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

> Art. 7º As rendas para manutenção do Sest e do Senat, a partir de 1º de janeiro de 1994, serão compostas:
>
> I - pelas atuais contribuições compulsórias das empresas de transporte rodoviário, calculadas sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados e recolhidas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, em favor do Serviço Social da Indústria - SESI, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, que passarão a ser recolhidas em favor do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, respectivamente;
>
> A Lei 9.424/96, que trata do Salário-Educação, prevê em seu art. 15:
>
> Art 15. O Salário-Educação, previsto no art. 212, § 5º, da Constituição Federal e devido pelas empresas, na forma em que vier a ser disposto em regulamento, é calculado com base na alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, assim definidos no art. 12, inciso I, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
>
> E no mesmo sentido e teor a legislação que trata da contribuição ao INCRA, SEBRAE, etc...
>
> As leis que atualmente regulamentam os serviços autônomos, o FNDE, e o INCRA expressamente estabelecem como base de cálculo das contribuições destinadas aos seus respectivos custeios, o "montante da remuneração paga" ou " total da remuneração paga", ou seja, a legislação editada posteriormente à lei 6.950/81, reiteradamente vem reafirmando que a base de cálculo das contribuições "parafiscais", "de intervenção na economia" ou simplesmente destinada a terceiros, não está mais limitada à vinte salários mínimos, incidindo, portanto, sobre o total ou montante da remuneração paga aos seus empregados e segurados.
>
> Ademais, sob o aspecto hermenêutico, suprimida a regra do caput do art. 4º da Lei 6.950/81, não pode subsistir o disposto na regra derivada, no caso o parágrafo único.
>
> Neste sentido:
>
> (...)
>
> O pleito da impetrante carece, portanto, da necessária plausibilidade jurídica.
>
> Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de medida liminar."

Do exposto, vê-se que não procedem os argumentos da parte executada, que, ademais, tampouco se encontram provados, pelo que devem ser rejeitados.

DA INAPLICABILIDADE DA SUSPENSÃO DEFINIDA NO TEMA 1.079 PELO STJ.

Embora o STJ tenha determinado a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão delimitada e que

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

tramitem no território nacional (acórdão publicado no DJe de 18/12/2020), a questão processual posta no tópico anterior afasta o presente caso da referida determinação. Vejamos.

Anteriormente, defendeu-se, fundamentadamente, a inadequação da exceção de pré-executividade para instaurar discussão sobre a limitação da base de cálculo das contribuições devidas a terceiros.

Se isso realmente é verdade, processualmente não há "questão" a ser decidida quanto à pretendida limitação neste processo. Isso quer dizer que somente os processos em que a questão for efetivamente passível de discussão serão alcançados pelo comando de suspensão exarado pelo STJ.

Tal raciocínio encontra sentido na medida em que prevenirá o que, efetivamente, se tenciona evitar: o surgimento de variadas decisões conflitantes sobre a mesma questão. Não é esse, contudo, o caso dos autos, pois, como dito, a controvérsia sobre a limitação das contribuições destinadas a terceiros sequer é passível de ser analisada em sede de exceção de pré-executividade, ou seja, não só não há discussão, como também (consequentemente) não há risco de decisões conflitantes sobre a mencionada questão.

Com isso, os processos a serem suspensos são aqueles em que efetivamente a discussão sobre a limitação da base de cálculo das contribuições destinadas a terceiros tenha sido validamente instaurada, a exemplo de ações anulatórias ou embargos à execução fiscal.

Conclusão diversa levaria à suspensão de praticamente todas as execuções fiscais previdenciárias do país, o que soa não só inadequado como completamente desarrazoado.

Dessa forma, por não haver possibilidade de se instaurar discussão sobre a limitação da base de cálculo das contribuições destinadas a terceiros em sede de exceção de pré-executividade, a referida questão não pode ser versada nos presentes autos, o que, por conseguinte, leva à inaplicabilidade da ordem de suspensão do tema 1079 (STJ) ao processamento desta execução fiscal.

Por fim, estão em cobro, para além das contribuições de terceiros, outras as contribuições previdenciárias patronais, de modo que não há que se cogitar no sobrestamento do feito, em razão da diversidade de cobrança.

DO PEDIDO.

Requer a União a o não conhecimento da exceção de pré-executividade oferecida, pelos fundamentos de fato e de direito delineados acima.

Caso, porém, entenda pela necessidade de análise do mérito da exceção, requer-se seja **indeferida**, prosseguindo-se a execução.

Requer o prosseguimento do feito, realizando-se o leilão dos imóveis penhorados.

Nesses termos, pede deferimento.

Jundiaí, 29 de novembro de 2023.

Amanda Neto Simões Brandão
Procuradora da Fazenda Nacional

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região
GREF – Grupo Regionalizado de Execução Fiscal da 3ª Região

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LHkIC0QU.

Sistema de Acompanhamento Judicial
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-seccional da Fazenda Nacional de Jundiaí

Consulta Histórico de Processos

Execução Fiscal Previdenciária

Número:	183574120098260510 (51001200901835750000)
Classe:	Execução Fiscal Previdenciária
Classe CNJ:	
Assunto CNJ:	
Juizo:	ANEXO FISCAL - RIO CLARO
Juízo do Tribunal:	
Tipo de Juízo:	Vara Estadual - Execução Fiscal
Procuradoria Responsável:	PSFN - PIRACICABA
Tipo de Processo:	Virtual
Valor inicial da Causa:	R$ 20.649.624,67
Data do Protocolo na Justiça:	06/01/2010
Acompanhamento Especial:	Não
Acompanhamento Digra:	Não
Pólo da União:	Polo Ativo
Quantidade de Volumes:	0
Quantidade de Apensos:	0
Observação:	
Data do cadastramento:	06/07/2011

Inscrição Previdenciária	Data da Inscrição	Valor Atualizado	Situação	Período da Dívida
37070839-3	09/12/08 00:00	31.137.746,81	1 - Em cobrança	07/2003 a 13/2006

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA NETO SIMOES BRANDAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/11/2023 às 11:37 , sob o número WRCO23701372101
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código W643HiVj.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), . - Vila Nova
CEP: 13506-547 - Rio Claro - SP
Telefone: 19-3533-1911 - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA**

Vistos.

Por primeiro, verifique pela serventia se o subscritor da petição de fls. 152/178 possui procuração encartada aos autos. Em caso afirmativo, indicar as folhas.

Ao depois, nova conclusão.

Int.

Rio Claro, 11 de dezembro de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, liberado nos autos em 11/12/2023 às 14:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 7cqgWMzd.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), ., Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIFICA-SE que em 11/12/2023 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região.

Teor do ato: Vistos. Por primeiro, verifique pela serventia se o subscritor da petição de fls. 152/178 possui procuração encartada aos autos. Em caso afirmativo, indicar as folhas. Ao depois, nova conclusão. Int.

Rio Claro, (SP), 11 de dezembro de 2023

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 11/12/2023 às 14:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código TCd2rQbP.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1005/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Por primeiro, verifique pela serventia se o subscritor da petição de fls. 152/178 possui procuração encartada aos autos. Em caso afirmativo, indicar as folhas. Ao depois, nova conclusão. Int."

Rio Claro, 12 de dezembro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 12/12/2023 às 06:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código zH0tXSwa.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1005/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 13/12/2023. Considera-se a data de publicação em 14/12/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)

Teor do ato: "Vistos. Por primeiro, verifique pela serventia se o subscritor da petição de fls. 152/178 possui procuração encartada aos autos. Em caso afirmativo, indicar as folhas. Ao depois, nova conclusão. Int."

Rio Claro, 13 de dezembro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 13/12/2023 às 20:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Yad3BEob.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1014/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Regularize o excipiente a representação processual, juntando cópia da procuração."

Rio Claro, 14 de dezembro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 14/12/2023 às 10:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código NHWV5YD0.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 1014/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 15/12/2023. Considera-se a data de publicação em 18/12/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)

Teor do ato: "Regularize o excipiente a representação processual, juntando cópia da procuração."

Rio Claro, 15 de dezembro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 15/12/2023 às 00:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código JSraUZxD.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), ., Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que não encontrei nos autos a cópia da procuração. Nada Mais. Rio Claro, 15 de dezembro de 2023. Eu, ___, Ana Paula de Santis Guedes, Coordenador.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA DE SANTIS GUEDES, liberado nos autos em 15/12/2023 às 16:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código LUtk9X4S.

MM. JUIZ

A União (Fazenda Nacional) vem respeitosamente perante a Vossa Excelência manifestar ciência do ato objeto de intimação.

Leonardo Pereira Guedes
Procurador da Fazenda Nacional
GREF
Equipe Triagem

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEONARDO PEREIRA GUEDES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/12/2023 às 11:36 , sob o número WRCO23701452350
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código vdGmni5a.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), ., Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

CERTIDÃO – DECURSO DE PRAZO PARA CONSULTA/CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO NO PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

Portal Eletrônico do (a): PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região
Destinatário do Ato: União Federal - PRFN

CERTIFICA-SE que transcorreu o prazo para consulta ou confirmação de recebimento no portal eletrônico, do ato abaixo.

Intimações: Considera-se intimação automática em razão do decurso de 10(dez) dias corridos para consulta, contados da data do envio da intimação eletrônica, nos termos do Art. 5º, §3º, da Lei 11.419/2006). O prazo da intimação se iniciará em 24/01/2024.

Teor do ato: Vistos. Por primeiro, verifique pela serventia se o subscritor da petição de fls. 152/178 possui procuração encartada aos autos. Em caso afirmativo, indicar as folhas. Ao depois, nova conclusão. Int.

Rio Claro, (SP), 24/01/2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 24/01/2024 às 20:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código FDIjXluh.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AVENIDA ULYSSES GUIMARÃES, 2800 (ANTIGO 506), Rio Claro-SP - CEP 13506-547
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

Juiz de Direito: Dr. **ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA**

Vistos.

Ao executado: no prazo de 15 dias, regularizar sua representação processual sob pena de ser decretada a nulidade dos atos praticados e não ratificados.

Após, retornem os autos à conclusão

Int.

Rio Claro, 28 de janeiro de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, liberado nos autos em 29/01/2024 às 08:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Vp98dBsf.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0038/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Ao executado: no prazo de 15 dias, regularizar sua representação processual sob pena de ser decretada a nulidade dos atos praticados e não ratificados. Após, retornem os autos à conclusão Int."

Rio Claro, 29 de janeiro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 29/01/2024 às 09:36 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código x31XODH9.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0038/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 30/01/2024. Considera-se a data de publicação em 31/01/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)

Teor do ato: "Vistos. Ao executado: no prazo de 15 dias, regularizar sua representação processual sob pena de ser decretada a nulidade dos atos praticados e não ratificados. Após, retornem os autos à conclusão Int."

Rio Claro, 30 de janeiro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 30/01/2024 às 03:58 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código f59tV8Ud.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Avenida Ulysses Guimarães, 2800 (antigo 506), ., Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: 19-3533-1911, Rio Claro-SP - E-mail: rioclaroexecfisc@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIFICA-SE que em 30/01/2024 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região.

Teor do ato: Vistos. Ao executado: no prazo de 15 dias, regularizar sua representação processual sob pena de ser decretada a nulidade dos atos praticados e não ratificados. Após, retornem os autos à conclusão Int.

Rio Claro, (SP), 30 de janeiro de 2024

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 30/01/2024 às 08:58 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2fpz5GKR.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0044/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 02/02/2024. Considera-se a data de publicação em 05/02/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)

Teor do ato: "Vistos. Ao executado: no prazo de 15 dias, regularizar sua representação processual sob pena de ser decretada a nulidade dos atos praticados e não ratificados. Após, retornem os autos à conclusão Int."

Rio Claro, 2 de fevereiro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 02/02/2024 às 07:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código plJSuxPZ.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0044/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 02/02/2024. Considera-se a data de publicação em 05/02/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)

Teor do ato: "Vistos, Ante a indicação, fica nomeado depositário do imóvel penhorado o leiloeiro Guilherme Valland Junior. Intime-se no endereço fornecido às fls. 93v. A ordem foi cumprida corretamente, haja vista o decreto de indisponibilidade (fls. 38). Acredita-se que, ante as informações prestadas na certidão de fls. 90, não haverá Oficial de Justiça que possa avaliar a contento o imóvel. Assim, para nomeia-se, para tanto, o perito Matheus Galante Olmedo. Intime-se-o a estimar os custos de seu trabalho, que serão pagos pela Fazenda. Int."

Rio Claro, 2 de fevereiro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 02/02/2024 às 07:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código xyexkeTW.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região – PRFN-3ª REGIÃO
Grupo Regionalizado de Execução Fiscal da 3ª Região - GREF

EXMO(A) SR(A). JUIZ(A)

Ciente a Fazenda Nacional.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO JOSE SUASSUNA DE LIMA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/02/2024 às 14:55 , sob o número WRCO24700112158
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código r6nKtFkt.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br

CERTIDÃO – DECURSO DE PRAZO PARA CONSULTA/CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO NO PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

Portal Eletrônico do (a): PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região
Destinatário do Ato: União Federal - PRFN

CERTIFICA-SE que transcorreu o prazo para consulta ou confirmação de recebimento no portal eletrônico, do ato abaixo.

Intimações: Considera-se intimação automática em razão do decurso de 10(dez) dias corridos para consulta, contados da data do envio da intimação eletrônica, nos termos do Art. 5º, §3º, da Lei 11.419/2006). O prazo da intimação se iniciará em 14/02/2024.

Teor do ato: Vistos. Ao executado: no prazo de 15 dias, regularizar sua representação processual sob pena de ser decretada a nulidade dos atos praticados e não ratificados. Após, retornem os autos à conclusão Int.

Rio Claro, (SP), 10/02/2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 10/02/2024 às 05:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código qh4JRhgc.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br

CERTIDÃO – DECURSO DE PRAZO PARA CONSULTA/CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO NO PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

Portal Eletrônico do (a): Convênio do Destinatário do Ato << Informação indisponível >>
Destinatário do Ato: Mateus Galante Olmedo

CERTIFICA-SE que transcorreu o prazo para consulta ou confirmação de recebimento no portal eletrônico, do ato abaixo.

Intimações: Considera-se intimação automática em razão do decurso de 10(dez) dias corridos para consulta, contados da data do envio da intimação eletrônica, nos termos do Art. 5º, §3º, da Lei 11.419/2006). O prazo da intimação se iniciará em 19/02/2024.

Teor do ato: Vistos. Ao executado: no prazo de 15 dias, regularizar sua representação processual sob pena de ser decretada a nulidade dos atos praticados e não ratificados. Após, retornem os autos à conclusão Int.

Rio Claro, (SP), 19/02/2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 19/02/2024 às 10:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 71HQYr9m.

FAUVEL MORAES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE RIO CLARO/SP

Processo nº. 0018357-41.2009.8.26.0510

LUDIVAL MÓVEIS LTDA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seu advogado que está subscreve, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atenção ao r. despacho de fls. 260, **requerer a dilação do prazo em 15 dias para juntada da procuração regularizando os efetivos poderes.**

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024.

AUGUSTO FAUVEL DE MORAES
OAB/SP 202.052

(11) 4191-9293 / (16) 3364-3083
contato@fauvelmoraes.com.br
Av. Andrômeda, 885 CJ 903, Alphaville Green Valley - CEP 06473-000 - Barueri/SP
Passeio das Castanheiras, 431 - Ed. Tríade, Torre Nova York, Sala 09 / Parque Faber Castell I - CEP 13561-384 - São Carlos/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/02/2024 às 18:11 , sob o número WRCO24700188790
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 7RTDDbkb.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público << Informação indisponível >>

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe - Assunto	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA**

Vistos,

Concede-se o prazo solicitado para a juntada da procuração.

Aguarde-se.

Int.

Rio Claro, 27 de fevereiro de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, liberado nos autos em 27/02/2024 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ttD7hnh0.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto: **Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente: **União Federal - PRFN**
Executado: **Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIFICA-SE que em 27/02/2024 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região.

Teor do ato: Vistos, Concede-se o prazo solicitado para a juntada da procuração. Aguarde-se. Int.

Rio Claro, (SP), 27 de fevereiro de 2024

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/02/2024 às 17:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código PR2D06du.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0038/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos, Concede-se o prazo solicitado para a juntada da procuração. Aguarde-se. Int."

Rio Claro, 28 de fevereiro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 28/02/2024 às 00:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código lGrmEpz4.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br

CERTIDÃO – DECURSO DE PRAZO PARA CONSULTA/CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO NO PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

Portal Eletrônico do (a): PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região
Destinatário do Ato: União Federal - PRFN

CERTIFICA-SE que transcorreu o prazo para consulta ou confirmação de recebimento no portal eletrônico, do ato abaixo.

Intimações: Considera-se intimação automática em razão do decurso de 10(dez) dias corridos para consulta, contados da data do envio da intimação eletrônica, nos termos do Art. 5º, §3º, da Lei 11.419/2006). O prazo da intimação se iniciará em 11/03/2024.

Teor do ato: Vistos, Concede-se o prazo solicitado para a juntada da procuração. Aguarde-se. Int.

Rio Claro, (SP), 09/03/2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 09/03/2024 às 09:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código oiO8zk6t.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0038/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 21/03/2024. Considera-se a data de publicação em 22/03/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)

Teor do ato: "Vistos, Concede-se o prazo solicitado para a juntada da procuração. Aguarde-se. Int."

Rio Claro, 21 de março de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 21/03/2024 às 00:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código QLEwF1E2.

FAUVEL MORAES
FAUVEL E MORAES ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE RIO CLARO/SP

Processo nº. 0018357-41.2009.8.26.0510

LUDIVAL MÓVEIS LTDA, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, através de seu advogado subscritor, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada da procuração anexa, requerendo assim o prosseguimento do feito.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 27 de março de 2024.

AUGUSTO FAUVEL DE MORAES
OAB/SP 202.052

Alameda Santos, 1.773
Jardim Paulista – CEP 01419-002
São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 4081-1122

www.fauvelmoraes.com.br

Rua Padre Teixeira, 1.764
Centro – CEP 13560-210
São Carlos – SP
Tel./Fax: (16) 3364-3083

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:02 , sob o número WRCO24700349905
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código I9dJRZMG.

FAUVEL MORAES
FAUVEL E MORAES ADVOGADOS

PROCURAÇÃO *AD JUDICIA ET EXTRA*

OUTORGANTE: **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 44.674.943/0001-75, com sede na Rua Jacutinga, 1495 – Pq. Universitário, Cep: 23.504-170, nesta cidade do Rio Claro-SP, neste ato representada por sua sócia, Sra. Stefania Santino Scussolino da Cunha, inscrita no CPF: 865.430.168-68.

OUTORGADO (S):

AUGUSTO FAUVEL DE MORAES, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/SP sob o nº 202.052.
MICHELLE DE CARVALHO CASALE FAUVEL, brasileira, casada, advogada, devidamente inscrita na OAB/SP sob o nº 273.650.

ENDEREÇO PARA INTIMAÇÕES JUDICIAIS:

Rua Padre Teixeira, 1764, Centro – São Carlos – SP, CEP: 13560-210.

PODERES OUTORGADOS:

Para o foro em geral, com a cláusula *ad judicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal; e para praticar atos extrajudiciais de representação e defesa, perante quaisquer pessoas física ou jurídica, inclusive as de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, autarquias e entidades mistas, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais. E também os poderes de transigir, desistir, reconhecer procedência de pedidos, renunciar a direitos sobre que se funde qualquer ação, confessar, receber e dar quitação, firmar compromissos e substabelecer, se for o caso.

FINALIDADE: Atuar na defesa do Processo nº 0009718-85.2012.4.03.6109

Rio Claro – SP, 12 de agosto de 2020.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:02 , sob o número WRCO24700349905
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código hw0flEda.

fls. 278

ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO POR MUDANÇA DE OBJETO SOCIAL COM CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL.



LUDIVAL MÓVEIS LTDA

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

Luiz Antonio Scussolino, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 04.901.608-8-SSP/SP e do CPF nº 199.682.058-34, residente e domiciliado na Avenida 20, nº 1180, Santa Cruz, CEP 13.500-500, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo;

Stefânia Santina Scussolino da Cunha, italiana, viúva, empresária, portadora da Cédula de Identidade RNE nº W240549-Q-SE/DPMAF/DPF e do CPF nº 865.430.168-68, residente e domiciliada na Avenida 20, nº 1180, Santa Cruz, CEP 13.500-500, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo; únicos sócios componentes da sociedade limitada, que explora o ramo de: **Indústria e comércio de móveis estofados e de madeira em geral,** sob a denominação social de **LUDIVAL MÓVEIS LTDA,** com sede na Rua Jacutinga, nº 1495, Parque Universitário, CEP 13.504-170, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 44.674.943/0001-75, com seu contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.201.142.391 em sessão do dia 16/05/1974 e posteriores alterações sob nº 793.194 em 19/08/1975, 827.725 em 12/02/1976, 961.732 em 16/11/1977, 1.099.406 em 02/04/1980, 1.161.408 em 10/04/1981, 26.061 em 06/04/1982, 41.807 em 10/05/1983, 53.362 em 13/06/1984, 41.861 em 24/04/1985, 235.049 em 20/06/1986, 361.837 em 16/03/1987, 589.714 em 01/07/1988, 696.942 em 15/02/1989, 949.781 em 17/06/1990, 129.670/95-9 em 20/07/1995, 35.035/96-1 em 13/03/1998, 160.602/98-1 em 14/10/1998, 198.019/98-1 em 01/12/1998, 165.992/99-2 em 28/09/1999, 042.030/02-0 em 05/03/2002, 001.380/03-5 em 10/01/2003, 4.493/04-7 em 12/01/2004, 232.726/04-8 em 08/06/2004, 130.175/06-7 em sessão de 25/08/2006 e 287.753/11-6 em sessão de 18/08/2011, resolvem de comum acordo, alterar o referido contrato social como segue:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/03/2024 às 09:02 , sob o número WRCO24700349905
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1018374-44.2024.8.26.0510 e código uXBAa4DI.

fls. 279

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

1º TABELIÃO DE NOTAS INFORZATO
DR. VALDIR JOSÉ INFORZATO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO: Autentico a presente cópia fotográfica conforme o original a mim apresentado do que dou fé.
06 FEV 2019
RENATA LAUTENSCHLAEGER
FRANCINES[illegible]
PATRK[illegible]
Válido somente com selo de autenticidade
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
AU0868AB0632986

A) ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA I – OBJETO SOCIAL

A partir desta data, a Matriz passa a ter o seguinte objeto social: **Indústria e Comércio de Móveis Estofados e de Madeira em Geral – CNAE Fiscal: 3101-2/00 e Reparação de artigos de madeira e do mobiliário – CNAE 9529-1/05.**

CLÁUSULA II – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade e alterações posteriores não alcançadas pelo presente instrumento permanecem em vigor.

B) CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Depois de procedidas às alterações retro, deliberam os membros da sociedade limitada **LUDIVAL MÓVEIS LTDA,** consolidarem todas as disposições contratuais vigentes, fazendo constar todas as cláusulas e condições do contrato social, numa só peça, a fim de facilitar o seu exame ou consulta, quando necessário, como também para todos os fins e efeitos de direito, passando a sociedade a ser regulamentada tão somente pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO SOCIAL

A sociedade gira sob a denominação social de **LUDIVAL MÓVEIS LTDA:**

Matriz - Com sede e escritório central, situado na Rua Jacutinga, nº 1495, Parque Universitário, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, CEP 13.504-170, com objeto social de: **Indústria e Comércio de Móveis Estofados e de Madeira em Geral – CNAE Fiscal: 3101-2/00 e Reparação de artigos de madeira e do mobiliário – CNAE 9529-1/05,** e mantém as seguintes filiais:

Filial 1 – Com sede na Avenida Saburo Akamini, nº 1681, Wenzel, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, Cep 13.504-315, com objeto social de **Fabricação de Esqueleto de Madeira para Móveis - CNAE Fiscal: 3101-2/00.**

Filial 2 – Com sede na Rua 20, nº 4.303, Bairro Recanto Paraíso, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, CEP 13.504-290, com objeto social de **Depósito de Mercadorias Próprias – CNAE Fiscal: 3101-2/00.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:02 , sob o número WRCO24700349905
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgLabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código uXBAa4DL.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.



Filial 3 – Com sede no Distrito Industrial, nº 220, conf. 102, na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, CEP 13.530-000, com objeto social de **Depósito de Mercadorias Próprias – CNAE Fiscal: 3101-2/00.**

Filial 4 – Com sede na Rodovia Marechal Rondon Km 61, Fazenda Santa Quitéria, na cidade de Cabreuva, Estado de São Paulo, CEP 13.315-000, com objeto social de **Extração de Madeiras – CNAE Fiscal: 0212-1/07.**

CLÁUSULA II **- PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES**

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e seu início deu-se em **10 de abril de 1974.**

CLÁUSULA III **– CAPITAL SOCIAL**

O capital social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	%	VALOR – R$
Luiz Antonio Scussolino	198.000	99,00	198.000,00
Stefânia Santina Scussolino da Cunha	2.000	1,00	2.000,00
TOTAL	**200.000**	**100,00**	**200.000,00**

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor das suas quotas do capital social, porém todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Segundo: Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previsto para a integralização de suas quotas, e aos sócios que deixarem de fazê-lo, deverão ser notificados imediatamente, e no prazo de 30 (trinta) dias, da notificação pela sociedade, responderão perante a mesma pelo pagamento da mora.

Parágrafo Terceiro: Verificada a inadimplência na integralização das quotas, consequentemente da mora apurada, poderão por decisão majoritária dos demais sócios, tomarem para si, ou transferirem para terceiros, as quotas do sócio inadimplente, excluindo-o do quadro societário, devolvendo-lhe o que houver pago, deduzindo a mora e as prestações não cumpridas e demais despesas, se houverem.

Parágrafo Quarto: A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social, com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e a sociedade.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:02 , sob o número VRCO24703349905
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgd/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00183571-41.2009.8.26.0510 e código uXBAa4Dt.

fls. 281

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
DR. VALDIR JOSÉ INFORSATO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO, AUTENTICA O PRESENTE E O(S) ANEXO(S) QUE LHE FOI(RAM) APRESENTADO(S) E DELE(S) FIZ(ERAM) CÓPIA(S) FOTOSTÁTICA(S) QUE CONFERE(M) COM O(S) ORIGINAL(IS) QUE ME FOI(RAM) APRESENTADO(S) DO QUE DOU FÉ.
06 FEV 2019
3,44 p/ selo
RENATA LAUTENSCHLAGER
FRANCINE DE MORAES
PATRICIA DE A. SERTÃO
Válido somente com selo de autenticidade
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
111716
AUTENTICAÇÃO
AU0868AB0632988

CLÁUSULA IV – LUCROS E PERDAS

Os sócios participam da distribuição dos lucros e das perdas na proporção das respectivas quotas.

Parágrafo Único: Os sócios são obrigados a repor os lucros e as quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando sejam distribuídas com prejuízo do capital social.

CLÁUSULA V – ADMINISTRAÇÃO E USO DA SOCIEDADE

Os sócios **Sr. Luiz Antonio Scussolino** e **Srª. Stefânia Santina Scussolino da Cunha,** são os administradores da sociedade.

Parágrafo Primeiro: Os administradores tem o poder geral para praticar todos os atos pertinentes a gestão da sociedade, inclusive na assinatura de cheques, documentos fiscais, na prestação de garantias, fiança, aval e qualquer outro documento que implique em responsabilidade para a sociedade, cuja assinatura se dará de forma individual, ficando a sociedade obrigada perante terceiros.

Parágrafo Segundo: Os administradores poderão receber um pró-labore, fixado de comum acordo pelos sócios, respeitando as normais fiscais vigentes, salvo em meses que de comum acordo entre os sócios, optem pelo não pagamento.

Parágrafo Terceiro: A sociedade poderá levantar balanços em períodos inferiores a um ano, e a eventual distribuição de lucros, poderá, de acordo com a deliberação dos sócios, ser mensal, bimestral, trimestral, semestral ou anual.

Parágrafo Quarto: É vedado aos administradores fazerem uso da empresa na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título, em negócios alheios ao seu objeto social da sociedade.

CLÁUSULA VI – PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

CLÁUSULA VII – REUNIÕES

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocadas pelos administradores.

Rua 7 n.º 457, Centro - CEP: 13500-060 - Rio Claro/SP
PABX/FAX: (019) 3524-1818 *E-mail: auditec@claretianas.com.br*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:02 , sob o número VRC02470034
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00183574120098260510 e código uXBAa4Dt.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

1º TABELIÃO DE NOTAS/INFORMAÇÃO
DR. VALDIR JOSÉ INFORMAÇÃO - TABELIÃO
AUTENTICO O(S) PRESENTE(S) XEROX(S) QUE
CONFERE COM O ORIGINAL E O MESMO
LIMA
06 FEV 2019
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
111716
AUTENTICAÇÃO
AU0868AB0632990

Parágrafo Primeiro: O anúncio de convocação para reunião, será publicado por 3 (três) vezes ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de 8 (oito) dias para a primeira convocação, e de 5 (cinco) dias para as posteriores.

Parágrafo Segundo: As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, em jornal de grande circulação.

Parágrafo Terceiro: Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes quando todos os sócios comparecerem ou declararem por escrito estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quarto: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela.

Parágrafo Quinto: Realizada a reunião, os trabalhos e as deliberações serão lavradas, no livro ata de reuniões; e a ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será apresentada ao registro público de empresas mercantis, para arquivamento e averbação.

Parágrafo Sexto: A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeia convocação, de titulares de no mínimo 3 (três) quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

CLÁUSULA VIII – DELIBERAÇÕES

Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na Lei ou no contrato:

A – Aprovação das contas da administração;
B – A designação dos administradores, quando feita em ato separado;
C – A destituição dos administradores;
D – O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
E – A modificação do contrato social;
F – A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
G – A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
H – Pedido de concordata.

CLÁUSULA IX – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

As deliberações dos sócios serão tomadas:

1 – Pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social nos casos previstos nas letras "E" e "F".

2 – Pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras "B", "C", "D" e "H".

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:02 , sob o número VRC02470034
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgAbrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código uXBAa4Dt.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

1º TABELIÃO DE NOTAS INFORZATO
DR. VALDIR JOSÉ INFORZATO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO. Autentico a presente
cópia reprográfica conforme o original a
mim apresentado do que dou fé.
06 FEV 2019
R$ 3,64 p/ ato
Colégio Notarial do Brasil
Seção São Paulo
AUTENTICAÇÃO
AU0868AB0632991
Vál.

3 – Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na Lei.

Parágrafo Primeiro: As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

Parágrafo Segundo: As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo de Lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLÁUSULA X – RETIRADA DOS SÓCIOS

Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade, comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência nas aquisições das mesmas.

Parágrafo Único: Se nenhum dos sócios usar o direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

CLÁUSULA XI – FALECIMENTO DE SÓCIO

O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do falecido, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

Parágrafo Primeiro: Até que se finalize o processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo falecido ficará a cargo do inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

Parágrafo Segundo: Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

CLÁUSULA XII - EXCLUSÃO DE SÓCIO

Poderá o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

Parágrafo Primeiro: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Segundo: Será também de pleno direito, excluído da sociedade o sócio declarado falido ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 as 09:02 , sob o número VRCO24700349995
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgd/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código uXBAa4Dt.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
111716
AUTENTICAÇÃO
AU0868AB0632992

Parágrafo Terceiro: No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios, ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerado pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da resolução e seus haveres serão pagos em 12 (doze) parcela iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira a 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

Parágrafo Quarto: Poderão os sócios remanescentes suprirem o valor da quota, do sócio que deixou a sociedade.

CLÁUSULA XIII – RESPONSABILIDADE

A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 2 (dois) anos após averbada a resolução da sociedade.

CLÁUSULA XIV - EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social coincidirá com o ano civil.

Parágrafo Primeiro: Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício, feita as necessárias amortizações e previsões, o saldo porventura existente, terá o destino que os sócios houverem por bem determinar.

Parágrafo Segundo: A reunião dos sócios para a tomada de contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico apurado em 31 de dezembro de cada ano, bem como para designar os administradores, quando for o caso, se dará até a segunda quinzena do mês de abril do ano civil subseqüente.

Parágrafo Terceiro: Os administradores não sócios, não poderão fazer parte da votação das contas e do balanço patrimonial apurado.

CLÁUSULA XV – NORMAS CONTRATUAIS OMISSAS

Os casos omissos neste contrato de sociedade limitada, que possam ser suscitados, serão supridos ou resolvidos com a regência supletiva das normas que regula o Sub-Título II – da sociedade personificada – Capítulo I – da sociedade simples - Livro II – da Lei 10.406/02 do novo Código Civil Brasileiro.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:02 , sob o número WRC
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdabr/ConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código UXBAa4D.
O2470034905

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

1º TABELIÃO DE NOTAS INFORZATO
DR. VALDIR JOSÉ INFORZATO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO. Autentico o presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado do que dou fé.
06 FEV 2019
3,64 p/ ato
RENATA LAUTENSCHLAEGER
FRANCINE T. DE MORAES
PATRICIA DE A. BERTINI
Válido somente com o selo de autenticidade.
1137716
AUTENTICAÇÃO
AU0868AB0632993
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo

CLÁUSULA XVI – FORO

As partes de comum acordo elegem o foro da comarca de Rio Claro-SP, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa ser suscitada neste contrato de sociedade limitada.

CLÁUSULA XVII - DECLARAÇÃO DOS SÓCIOS

Os sócios administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

E por estarem em perfeito acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas idôneas, sendo que a primeira via será encaminhada e arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Rio Claro, 01 de outubro de 2011.

Luiz Antonio Scussolino
RG nº 04.901.608-8-SSP/SP

Stefânia S. Scussolino da Cunha
RNE nº W240549-Q-SE/DPMAF/DPF

Testemunhas

Fábio César Pavão
RG nº 13.645.077-5-SSP/SP

Valéria de Andrade Pavão
RG nº 15.873.408-7-SSP/SP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 372.866/11-6
KÁTIA REGINA BUENO DE GODOY
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
31 10 2011
E.R. RIO CLARO

Rua 7 n.º 457, Centro - CEP:13500-060 - Rio Claro/ SP
PABX/FAX: (019) 3524-1818 E-mail: auditec@claretianas.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:02 , sob o número VRCO24700349901
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código uXBAa4Dt.

FAUVEL MORAES
FAUVEL E MORAES ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE RIO CLARO/SP

Processo nº. 0018357-41.2009.8.26.0510

LUDIVAL MÓVEIS LTDA, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, através de seu advogado subscritor, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer desconsideração da procuração juntada na petição retro (fls. 277), requerendo-se e considerando a juntada do presente instrumento procuratório, requerendo assim o prosseguimento do feito.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 27 de março de 2024.

AUGUSTO FAUVEL DE MORAES
OAB/SP 202.052

Alameda Santos, 1.773
Jardim Paulista – CEP 01419-002
São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 4081-1122

www.fauvelmoraes.com.br

Rua Padre Teixeira, 1.764
Centro – CEP 13560-210
São Carlos – SP
Tel./Fax: (16) 3364-3083

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:25 , sob o número WRCO24700350075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código nf6BwPd2.

FAUVEL MORAES
FAUVEL E MORAES ADVOGADOS

PROCURAÇÃO *AD JUDICIA ET EXTRA*

OUTORGANTE: **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 44.674.943/0001-75, com sede na Rua Jacutinga, 1495 – Pq. Universitário, Cep: 23.504-170, nesta cidade do Rio Claro-SP, neste ato representada por sua sócia, Sra. Stefania Santino Scussolino da Cunha, inscrita no CPF: 865.430.168-68.

OUTORGADO (S):

AUGUSTO FAUVEL DE MORAES, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/SP sob o nº 202.052.
MICHELLE DE CARVALHO CASALE FAUVEL, brasileira, casada, advogada, devidamente inscrita na OAB/SP sob o nº 273.650.

ENDEREÇO PARA INTIMAÇÕES JUDICIAIS:

Rua Padre Teixeira, 1764, Centro – São Carlos – SP, CEP: 13560-210.

PODERES OUTORGADOS:

Para o foro em geral, com a cláusula *ad judicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal; e para praticar atos extrajudiciais de representação e defesa, perante quaisquer pessoas física ou jurídica, inclusive as de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, autarquias e entidades mistas, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais. E também os poderes de transigir, desistir, reconhecer procedência de pedidos, renunciar a direitos sobre que se funde qualquer ação, confessar, receber e dar quitação, firmar compromissos e substabelecer, se for o caso.

FINALIDADE: Atuar na defesa da Execução Fiscal em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Rio Claro – SP, 17 de março de 2020.

Alameda Santos, 1.773
Jardim Paulista – CEP 01419-002
São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 4081-1122

www.fauvelmoraes.com.br

Rua Padre Teixeira, 1.764
Centro – CEP 13560-210
São Carlos – SP
Tel./Fax: (16) 3364-3083

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:25 , sob o número WRCO24700350075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código iqXL4QqJ.

fls. 288

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO POR MUDANÇA DE OBJETO SOCIAL COM CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL.

1º TABELIÃO DE NOTAS INFORMATO
DR. VALDIR JOSÉ INFORMATO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO: AUTORIZO A PRESENTE
cópia reprográfica confere com o original
que me foi apresentado do que dou fé.
06 FEV 2019
3,64 p/ ato
AUTENTICAÇÃO
AU086AB0632985
1117
TRIBUNAL AUTENSCHLAEGER
FRANCOISE J. DE MORAES
PATRICIA DE A. BERTIN
Válido somente com selo de autenticidade.

LUDIVAL MÓVEIS LTDA

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

Luiz Antonio Scussolino, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 04.901.608-8-SSP/SP e do CPF nº 199.682.058-34, residente e domiciliado na Avenida 20, nº 1180, Santa Cruz, CEP 13.500-500, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo;

Stefânia Santina Scussolino da Cunha, italiana, viúva, empresária, portadora da Cédula de Identidade RNE nº W240549-Q-SE/DPMAF/DPF e do CPF nº 865.430.168-68, residente e domiciliada na Avenida 20, nº 1180, Santa Cruz, CEP 13.500-500, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo; únicos sócios componentes da sociedade limitada, que explora o ramo de: **Indústria e comércio de móveis estofados e de madeira em geral,** sob a denominação social de **LUDIVAL MÓVEIS LTDA,** com sede na Rua Jacutinga, nº 1495, Parque Universitário, CEP 13.504-170, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 44.674.943/0001-75, com seu contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.201.142.391 em sessão do dia 16/05/1974 e posteriores alterações sob nº 793.194 em 19/08/1975, 827.725 em 12/02/1976, 961.732 em 16/11/1977, 1.099.406 em 02/04/1980, 1.161.408 em 10/04/1981, 26.061 em 06/04/1982, 41.807 em 10/05/1983, 53.362 em 13/06/1984, 41.861 em 24/04/1985, 235.049 em 20/06/1986, 361.837 em 16/03/1987, 589.714 em 01/07/1988, 696.942 em 15/02/1989, 949.781 em 17/06/1990, 129.670/95-9 em 20/07/1995, 35.035/96-1 em 13/03/1998, 160.602/98-1 em 14/10/1998, 198.019/98-1 em 01/12/1998, 165.992/99-2 em 28/09/1999, 042.030/02-0 em 05/03/2002, 001.380/03-5 em 10/01/2003, 4.493/04-7 em 12/01/2004, 232.726/04-8 em 08/06/2004, 130.175/06-7 em sessão de 25/08/2006 e 287.753/11-6 em sessão de 18/08/2011, resolvem de comum acordo, alterar o referido contrato social como segue:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/3/2024 às 09:25 , sob o número WRCO24700350075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1018374-44.2024.8.26.0510 e código SHP9P11F.

fls. 289

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

1º TABELIÃO DE NOTAS INFORZATO
DR. VALDIR JOSÉ INFORZATO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO: Autentico a presente cópia fotográfica conforme o original a mim apresentado do que dou fé.
06 FEV 2019
RENATA LAUTENSCHLAEGER
FRANCINES
PATRICIA
Válido somente com selo de autenticidade
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
AU0868AB0632986

A) ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA I – OBJETO SOCIAL

A partir desta data, a Matriz passa a ter o seguinte objeto social: **Indústria e Comércio de Móveis Estofados e de Madeira em Geral – CNAE Fiscal: 3101-2/00 e Reparação de artigos de madeira e do mobiliário – CNAE 9529-1/05.**

CLÁUSULA II – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade e alterações posteriores não alcançadas pelo presente instrumento permanecem em vigor.

B) CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Depois de procedidas às alterações retro, deliberam os membros da sociedade limitada **LUDIVAL MÓVEIS LTDA,** consolidarem todas as disposições contratuais vigentes, fazendo constar todas as cláusulas e condições do contrato social, numa só peça, a fim de facilitar o seu exame ou consulta, quando necessário, como também para todos os fins e efeitos de direito, passando a sociedade a ser regulamentada tão somente pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO SOCIAL

A sociedade gira sob a denominação social de **LUDIVAL MÓVEIS LTDA:**

Matriz - Com sede e escritório central, situado na Rua Jacutinga, nº 1495, Parque Universitário, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, CEP 13.504-170, com objeto social de: **Indústria e Comércio de Móveis Estofados e de Madeira em Geral – CNAE Fiscal: 3101-2/00 e Reparação de artigos de madeira e do mobiliário – CNAE 9529-1/05,** e mantém as seguintes filiais:

Filial 1 – Com sede na Avenida Saburo Akamini, nº 1681, Wenzel, nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, Cep 13.504-315, com objeto social de **Fabricação de Esqueleto de Madeira para Móveis - CNAE Fiscal: 3101-2/00.**

Filial 2 – Com sede na Rua 20, nº 4.303, Bairro Recanto Paraíso, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, CEP 13.504-290, com objeto social de **Depósito de Mercadorias Próprias – CNAE Fiscal: 3101-2/00.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:25 , sob o número WRCO24700350075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgLabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 5HP9PJ1F.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

1º TABELIÃO DE NOTAS INFORLATO
DR. VALDIR JOSÉ INFORLATO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO, AUDIÊNCIAS E PROTESTOS
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
RENATO LAERTE SCHLAEGER
Dou fé. Rio Claro, 06/02/2019 15:37:00
Valor pago conforme tabela
06 FEV 2019
Selo Digital Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
111716
Selo de autenticidade
AUTENTICAÇÃO
AU0868AB0632987

Filial 3 – Com sede no Distrito Industrial, nº 220, conf. 102, na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, CEP 13.530-000, com objeto social de **Depósito de Mercadorias Próprias – CNAE Fiscal: 3101-2/00.**

Filial 4 – Com sede na Rodovia Marechal Rondon Km 61, Fazenda Santa Quitéria, na cidade de Cabreuva, Estado de São Paulo, CEP 13.315-000, com objeto social de **Extração de Madeiras – CNAE Fiscal: 0212-1/07.**

CLÁUSULA II **- PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES**

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e seu início deu-se em **10 de abril de 1974.**

CLÁUSULA III **– CAPITAL SOCIAL**

O capital social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	%	VALOR – R$
Luiz Antonio Scussolino	198.000	99,00	198.000,00
Stefânia Santina Scussolino da Cunha	2.000	1,00	2.000,00
TOTAL	**200.000**	**100,00**	**200.000,00**

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor das suas quotas do capital social, porém todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Segundo: Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previsto para a integralização de suas quotas, e aos sócios que deixarem de fazê-lo, deverão ser notificados imediatamente, e no prazo de 30 (trinta) dias, da notificação pela sociedade, responderão perante a mesma pelo pagamento da mora.

Parágrafo Terceiro: Verificada a inadimplência na integralização das quotas, consequentemente da mora apurada, poderão por decisão majoritária dos demais sócios, tomarem para si, ou transferirem para terceiros, as quotas do sócio inadimplente, excluindo-o do quadro societário, devolvendo-lhe o que houver pago, deduzindo a mora e as prestações não cumpridas e demais despesas, se houverem.

Parágrafo Quarto: A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social, com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e a sociedade.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:25 , sob o número VRC02470350075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdi/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00183571-41.2009.8.26.0510 e código 5HP9P01F.

fls. 291

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

1º TABELIÃO DE NOTAS DE RIO CLARO
DR. VALDIR JOSÉ INFORSATO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO, AUTENTICA O PRESENTE E O(S) DOCUMENTO(S) QUE O ACOMPANHA(M) E DECLARA(M) QUE O MESMO É(SÃO) IDÊNTICO(S) AO(S) QUE LHE(S) FOI(FORAM) APRESENTADO(S).
06 FEV 2019
3,44 p/ selo
RENATA LAUTENSCHLAGER
FRANCINE DE MORAES
PATRICIA DE A. SERTÃO
Válido somente com selo de autenticidade
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
111716
AUTENTICAÇÃO
AU0868AB0632988

CLÁUSULA IV – LUCROS E PERDAS

Os sócios participam da distribuição dos lucros e das perdas na proporção das respectivas quotas.

Parágrafo Único: Os sócios são obrigados a repor os lucros e as quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando sejam distribuídas com prejuízo do capital social.

CLÁUSULA V – ADMINISTRAÇÃO E USO DA SOCIEDADE

Os sócios **Sr. Luiz Antonio Scussolino** e **Srª. Stefânia Santina Scussolino da Cunha,** são os administradores da sociedade.

Parágrafo Primeiro: Os administradores tem o poder geral para praticar todos os atos pertinentes a gestão da sociedade, inclusive na assinatura de cheques, documentos fiscais, na prestação de garantias, fiança, aval e qualquer outro documento que implique em responsabilidade para a sociedade, cuja assinatura se dará de forma individual, ficando a sociedade obrigada perante terceiros.

Parágrafo Segundo: Os administradores poderão receber um pró-labore, fixado de comum acordo pelos sócios, respeitando as normais fiscais vigentes, salvo em meses que de comum acordo entre os sócios, optem pelo não pagamento.

Parágrafo Terceiro: A sociedade poderá levantar balanços em períodos inferiores a um ano, e a eventual distribuição de lucros, poderá, de acordo com a deliberação dos sócios, ser mensal, bimestral, trimestral, semestral ou anual.

Parágrafo Quarto: É vedado aos administradores fazerem uso da empresa na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título, em negócios alheios ao seu objeto social da sociedade.

CLÁUSULA VI – PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

CLÁUSULA VII – REUNIÕES

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocadas pelos administradores.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:25 , sob o número VRC02470035
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdabrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00183574120098260510 e código 5HP9P1F.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

1º TABELIÃO DE NOTAS/INFORLAITO
DR. VALDIR JOSÉ INFORLAITO - TABELIÃO
AUTENTICO O PRESENTE, SUBSCRITO E PRESENTE
CÓPIA REPROGRÁFICA CONFERE COM O ORIGINAL E
NADA CONTÉM EM DESABONO DO QUE DOU FÉ.
06 FEV 2019
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
111716
AUTENTICAÇÃO
AU0868AB0632990

Parágrafo Primeiro: O anúncio de convocação para reunião, será publicado por 3 (três) vezes ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de 8 (oito) dias para a primeira convocação, e de 5 (cinco) dias para as posteriores.

Parágrafo Segundo: As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, em jornal de grande circulação.

Parágrafo Terceiro: Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes quando todos os sócios comparecerem ou declararem por escrito estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quarto: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela.

Parágrafo Quinto: Realizada a reunião, os trabalhos e as deliberações serão lavradas, no livro ata de reuniões; e a ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será apresentada ao registro público de empresas mercantis, para arquivamento e averbação.

Parágrafo Sexto: A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeia convocação, de titulares de no mínimo 3 (três) quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

CLÁUSULA VIII – DELIBERAÇÕES

Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na Lei ou no contrato:

A – Aprovação das contas da administração;
B – A designação dos administradores, quando feita em ato separado;
C – A destituição dos administradores;
D – O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
E – A modificação do contrato social;
F – A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
G – A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
H – Pedido de concordata.

CLÁUSULA IX – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

As deliberações dos sócios serão tomadas:

1 – Pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social nos casos previstos nas letras "E" e "F".

2 – Pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras "B", "C", "D" e "H".

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:25 , sob o número WRCO24700350075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgLiberarDocumento.do, informe o processo 00183574120098260510 e código 5HP9PJ1F.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.



3 – Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na Lei.

Parágrafo Primeiro: As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

Parágrafo Segundo: As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo de Lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLÁUSULA X – RETIRADA DOS SÓCIOS

Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade, comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência nas aquisições das mesmas.

Parágrafo Único: Se nenhum dos sócios usar o direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

CLÁUSULA XI – FALECIMENTO DE SÓCIO

O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do falecido, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

Parágrafo Primeiro: Até que se finalize o processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo falecido ficará a cargo do inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

Parágrafo Segundo: Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

CLÁUSULA XII - EXCLUSÃO DE SÓCIO

Poderá o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

Parágrafo Primeiro: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Segundo: Será também de pleno direito, excluído da sociedade o sócio declarado falido ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 as 09:25 , sob o número VRCO24700350075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdInConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 5HP9P31F.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
111716
AUTENTICAÇÃO
AU0868AB0632992
06 FEV 2019

Parágrafo Terceiro: No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios, ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerado pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da resolução e seus haveres serão pagos em 12 (doze) parcela iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira a 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

Parágrafo Quarto: Poderão os sócios remanescentes suprirem o valor da quota, do sócio que deixou a sociedade.

CLÁUSULA XIII – RESPONSABILIDADE

A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 2 (dois) anos após averbada a resolução da sociedade.

CLÁUSULA XIV - EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social coincidirá com o ano civil.

Parágrafo Primeiro: Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício, feita as necessárias amortizações e previsões, o saldo porventura existente, terá o destino que os sócios houverem por bem determinar.

Parágrafo Segundo: A reunião dos sócios para a tomada de contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico apurado em 31 de dezembro de cada ano, bem como para designar os administradores, quando for o caso, se dará até a segunda quinzena do mês de abril do ano civil subseqüente.

Parágrafo Terceiro: Os administradores não sócios, não poderão fazer parte da votação das contas e do balanço patrimonial apurado.

CLÁUSULA XV – NORMAS CONTRATUAIS OMISSAS

Os casos omissos neste contrato de sociedade limitada, que possam ser suscitados, serão supridos ou resolvidos com a regência supletiva das normas que regula o Sub-Título II – da sociedade personificada – Capítulo I – da sociedade simples - Livro II – da Lei 10.406/02 do novo Código Civil Brasileiro.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:25 , sob o número WRC
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdabri/ConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 5HP9P31F.

AUDITEC
ESCRITÓRIO CONTÁBIL LTDA.

1º TRASLADO DE NOTAS INFORZATO
DR. VALDIR JOSÉ INFORZATO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO. Apresentado e presente cópia reprográfica confere o original a mim apresentado do que dou fé.
06 FEV 2019
3,64 p/ ato
RENATA LAUTENSCHLAEGER
FRANCINE T. DE MORAES
PATRICIA DE A. BERTINI
Válido somente com o selo de autenticidade.
1137716
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
AU0868AB0632993

CLÁUSULA XVI – FORO

As partes de comum acordo elegem o foro da comarca de Rio Claro-SP, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa ser suscitada neste contrato de sociedade limitada.

CLÁUSULA XVII - DECLARAÇÃO DOS SÓCIOS

Os sócios administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

E por estarem em perfeito acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas idôneas, sendo que a primeira via será encaminhada e arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Rio Claro, 01 de outubro de 2011.

Luiz Antonio Scussolino
RG nº 04.901.608-8-SSP/SP

Stefânia S. Scussolino da Cunha
RNE nº W240549-Q-SE/DPMAF/DPF

Testemunhas

Fábio César Pavão
RG nº 13.645.077-5-SSP/SP

Valéria de Andrade Pavão
RG nº 15.873.408-7-SSP/SP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 372.866/11-6
KÁTIA REGINA BUENO DE GODOY
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
31 10 2011
E.R. RIO CLARO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AUGUSTO FAUVEL DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/03/2024 às 09:25 , sob o número VRCO24700350078
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 5HP9P1F.

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região – PRFN-3ª REGIÃO
Grupo Regionalizado de Execução Fiscal da 3ª Região – GREF

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO.

A União (Fazenda Nacional) vem respeitosamente perante a Vossa Excelência requerer o regular prosseguimento do feito, com a apreciação e rejeição da exceção apresentada.

Nestes termos, pede deferimento.

Data de validação no sistema.

LOUISE M B BARBOSA

Procuradora da Fazenda Nacional

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LOUISE MARIA BARROS BARBOSA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/06/2024 às 08:24 , sob o número WRCO24700669888
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código wl0Xm2Ur.

fls. 297

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1

Debcads Selecionados: 1

Parâmetro de Localização: 370708393

Devedor Principal:	LUDIVAL MOVEIS LTDA
CPF/CNPJ:	44.674.943/0001-75
Debcad:	370708393
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	TERCEIRA REGIÃO
Sistema de Origem:	Sicob
Órgão de Origem:	ARF - RIO CLARO (SP)
Data Inscrição:	09/12/2008
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Data do documento de Origem:	31/07/2007
Período da Dívida:	07/2003 a 13/2006
Forma de Constituição:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 8.577.906,36
Valor Total:	R$ 31.768.734,64
Nº Judicial:	20090183575
Órgão de Justiça de Origem:	RIO CLARO - ESTADUAL
Data de Protocolo:	23/12/2009
Juízo:	1

FIM DO RELATÓRIO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LOUISE MARIA BARROS BARBOSA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/06/2024 às 08:24 , sob o número WRCO24700668
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 8TFWuWVN.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe - Assunto	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA**

Vistos.

(fls. 152/178) - De proêmio, conquanto a possibilidade de exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal, forçoso concluir que a CDA encartada nestes autos está de acordo com as exigências do artigo 202 do CTN e artigo 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80, portanto eficaz a instruir a satisfação aqui colimada.

Para uma aferição mais profunda, acerca das circunstâncias da constituição do débito, bem como no que tange ao postulado nos itens c.2 e c.3 de fls. 177, depende de melhores elementos de prova, por isso inviável sua análise na demanda satisfativa, haja vista se admitida eventual cognição, esta seria rarefeita. Ainda, não se pode olvidar do contido na Súmula 393 do STJ, ao dispor que: A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.

Portanto, rejeita-se a exceção de pré-executividade oposta. Deixo de fixar honorários ao procurador da

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, liberado nos autos em 26/06/2024 às 15:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Oz5Ci52I.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

credora neste incidente, porque assim já se fez inicialmente.

Enfim, manifeste pela credora em termos de prosseguimento. Oportunamente, nova conclusão.

Int.

Rio Claro, 26 de junho de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, liberado nos autos em 26/06/2024 às 15:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Oz5Ci52I.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto: **Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente: **União Federal - PRFN**
Executado: **Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIFICA-SE que em 26/06/2024 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região.

Teor do ato: Vistos. (fls. 152/178) - De proêmio, conquanto a possibilidade de exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal, forçoso concluir que a CDA encartada nestes autos está de acordo com as exigências do artigo 202 do CTN e artigo 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80, portanto eficaz a instruir a satisfação aqui colimada. Para uma aferição mais profunda, acerca das circunstâncias da constituição do débito, bem como no que tange ao postulado nos itens c.2 e c.3 de fls. 177, depende de melhores elementos de prova, por isso inviável sua análise na demanda satisfativa, haja vista se admitida eventual cognição, esta seria rarefeita. Ainda, não se pode olvidar do contido na Súmula 393 do STJ, ao dispor que: A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória. Portanto, rejeita-se a exceção de pré-executividade oposta. Deixo de fixar honorários ao procurador da credora neste incidente, porque assim já se fez inicialmente. Enfim, manifeste pela credora em termos de prosseguimento. Oportunamente, nova conclusão. Int.

Rio Claro, (SP), 26 de junho de 2024

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 26/06/2024 às 15:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código oHBdh4YY.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0287/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. (fls. 152/178) - De proêmio, conquanto a possibilidade de exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal, forçoso concluir que a CDA encartada nestes autos está de acordo com as exigências do artigo 202 do CTN e artigo 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80, portanto eficaz a instruir a satisfação aqui colimada. Para uma aferição mais profunda, acerca das circunstâncias da constituição do débito, bem como no que tange ao postulado nos itens c.2 e c.3 de fls. 177, depende de melhores elementos de prova, por isso inviável sua análise na demanda satisfativa, haja vista se admitida eventual cognição, esta seria rarefeita. Ainda, não se pode olvidar do contido na Súmula 393 do STJ, ao dispor que: A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória. Portanto, rejeita-se a exceção de pré-executividade oposta. Deixo de fixar honorários ao procurador da credora neste incidente, porque assim já se fez inicialmente. Enfim, manifeste pela credora em termos de prosseguimento. Oportunamente, nova conclusão. Int."

Rio Claro, 27 de junho de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/06/2024 às 01:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Y5NV7uu9.

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A)

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por seu procurador, informa que não tem interesse na adjudicação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s).

Assim, requer-se, com fundamento no art. 879, I, do CPC, que seja autorizada a alienação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s) e avaliado(s) por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, pelo sistema COMPREI. Os critérios para alienação judicial são determinados pelas Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991, em especial:

Prazo - 360 (trezentos e sessenta) dias

Publicidade - Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Preço - O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC), salvo se existir coproprietário cuja quota-parte seja igual ou superior a este piso, quando o valor mínimo é elevado a 75% do valor da avaliação. O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.

Condições de pagamento - Todos os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF).
O Comprei concederá parcelamento da alienação por valor igual ou superior ao da avaliação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC). O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União. Quando houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-federal/).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PATRICIA BARISON SOARES DE CARVALHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 14:09 , sob o número WRCO24700764155
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código cidNocL5.

Regime de preferências - A aquisição judicial de bens no Comprei é causa originária de aquisição de propriedade, isto é, o comprador recebe o bem desembaraçado e livre de ônus em registro imobiliário. Eventuais créditos subrogam-se no preço da arrematação (Art. 130, parágrafo único, do CTN e AREsp 929244 SP)

Procedimento - As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem. Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.

Comissão de corretagem - 5% (cinco por cento) do valor da alienação

Intermediário credenciado - Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação.
O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

Em sendo deferido, requer-se a intimação do executado e demais interessados para ciência da alienação judicial, nos termos do art. 889, do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PATRICIA BARISON SOARES DE CARVALHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 14:09 , sob o número WRCO24700764155
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código cidNocL5.

EXCELENTISSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA, DO FORO DE RIO CLARO, COMARCA DE RIO CLARO/SP.

Proc. nº. 0018357-41.2009.8.26.0510

GUILHERME VALLAND JUNIOR, Leiloeiro Oficial, inscrito na JUCESP sob o nº. 407, gestor do sistema de alienação judicial eletrônica *"**LANCENOW**"*, devidamente homologado no E. TJSP, em atenção ao r. despacho que nomeou o gestor para proceder com a realização dos leilões do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do processo supra, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, REQUERER a juntada da **MATRÍCULA ATUALIZADA**, juntamente com a minuta do **EDITAL DE LEILÃO**, solicitando sua imediata homologação.

Após a aprovação do edital seja publicado despacho de intimação das partes, e para ciência dos respectivos causídicos. Para o regular praceamento do bem, sugere-se também a cientificação de eventuais interessados sobre as condições do leilão e publicação do competente edital no DJE.

Informo ainda, que a publicação do edital e as condições de venda e pagamento do bem(ns) apregoado(s) estarão disponíveis no portal *www.lancenow.com.br*.

Termos em que,

Aguardo deferimento.

São Paulo, 27 de junho de 2024.

Guilherme Valland Junior
Leiloeiro Oficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 19:30 , sob o número WRCO24700766093
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Q1phSH8m.

CNM: 112532.2.0022637-13

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

MATRÍCULA 22.637 — fls. 305

FOLHA 1

Livro N.º 2 - Registro Geral

IMÓVEL: Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de - - - 9.196,00 m2, confrontando de um lado com Pedro Lauria, de outro lado com Gimenez, Fernandes & Cia. e nos fundos com a Estrada Velha de Batovi.- Inscrição Cadastral nº 2-01-16-029-018-00-000-00-37.- - PROPRIETÁRIA: NAIR VILLELA, brasileira, solteira e maior, professora, RG. 638.332-SP, cic. 190.171.548-53, residente nesta cidade, na rua 4 nº 739.- TÍTULO AQUISITIVO: Transcrição nº 6.944, deste cartório. Rio Claro, o9 de maio de 1.986.- O Oficial Maior: _____.

R.1-22.637.- Rio Claro, o9 de maio de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 27 de junho de 1.984, no 2º Cartório de Notas, desta cidade, no livro nº 671, fls. 57, re-ratificada no mesmo cartório, em 2o de fevereiro de 1.986, no livro nº 707, fls. 53, NAIR VILLELA, já qualificada, alienou o imóvel objeto da presente matrícula a == LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865, cic. 057.305.628-53, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCELIERI, residente em São Paulo, na rua Bodoquena nº 77- Tatuapé; VALDEMIR CAVENAGUE, brasileiro, industrial, RG. 4.213.004, cic. 447.226.648-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com DIRCE CAMPREGHER CAVENAGUE, residentes em São Paulo, na rua Flores de Goiás nº 382 e CARLOS CAMPREGHER, brasileiro, industrial, RG. 3.791.168, cic. 057.365.368-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com LAURIA VIDAL CAMPREGHER, residente em São Paulo, na rua Major-Ângelo Zanchi nº 527, pelo valor de Cr$9.500.000. V. Venal: Cz$. . . $92.112,33.- O Oficial Maior: _____.-

R.2-22.637.- Rio Claro, 29 de dezembro de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 29 de outubro de 1.986, no 2º Cartório de Notas,- desta cidade, no livro nº 723, fls. 56, VALDEMIR CAVENAGUE, brasileiro, industrial, RG. 4.213.004-SSP-SP e sua mulher DIRCE CAMPREGHER CAVENAGUE, brasileira, de prendas domésticas, RG. 5.069.686-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 447.226.648-20, residentes na rua Flores de Goiás nº 382, em São Paulo, Capital; LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865-SSP-SP e sua mulher CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCELIERI, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.178.690-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão univer-

(continua no verso)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO VALOR: R$ 21,51

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 19:30 , sob o número WRCO24700766093
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2RhvEWsK.

SOLICITADO POR: GUILHERME JUNIOR - CPF/CNPJ: ***.963.128-** DATA: 27/06/2024 18:43:01 - VALOR: R$ 21,51

CNM: 112532.2.0022637-13

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

M: 22.637

FOLHA 1 VERSO

Livro N.º 2 - Registro Geral

universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.305.628-53, residentes em São Paulo, Capital, na rua Bodoquena nº 77, Tatuapé e CARLOS CAMPREGUER, brasileiro, industrial, RG. 3.791.168-SSP-SP e sua mulher LAURIA VIDAL CAMPREGUER, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.283.695-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.365.368-20, residentes em São Paulo, Capital , na rua Major Ângelo Zanchi nº 527, alienaram o imóel objeto da presente matrícula a LUDIVAL MÓVEIS LTDA., firma desta praça, com sede nesta cidade, na Estrada da Jacutinga nº 1.495 e foro nesta comarca, inscrita no CGC/MF sob nº 44.674.943/0001-75, representada à forma de seu contrato social por seu sócio, Luiz Antonio Scussolino, pelo valor de Cz$. . . $200.000,00.- O Oficial Maior:_____.-

Av.3-22.637. Rio Claro, 23 de fevereiro de 1987. Por requerimento datado de 2/2/87 assinado pelo interessado em forma legal que fica arquivado em Cartório, foi declarado que a nota promissoria constante da escritura publica registrada sob nº2 retro no valor de Cz$ - $200.000,00 foi integralmente quitada na data aprazada. O Escrevente Habilitado_____. O Oficial:.- - - - -

R. 4 - 22.637. Rio Claro, 23 de janeiro de 2.002.
- ARROLAMENTO -
Nos termos do § 5º, inciso I do artigo 64 da Lei Federal nº 9.532 de 10/12/1.997, e parágrafo único, artigo 7º da Instrução Normativa (IN) nº 16 de 12/05/2.000, procedo o registro do TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS - TAB, formalizado em 18/10/2.001 pelo **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS** (Gerência Executiva de Piracicaba-SP.-21.029), pelo qual foi arrolado o imóvel desta matrícula, pertencente à empresa **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.** (acima qualificada), em face dos créditos constituidos a favor do INSS, através das NFLDs nºs. 35.355.344-1 e 35.355.345-0, consolidados em 18/10/2.000, no montante de R$1.826.603,44.
O Oficial substituto: _____(José Eduardo Alvarenga Balthazar).

(CONTINUA NA FICHA 02)

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,51

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 19:30 , sob o número WRCO24700766093
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2RhvEWsK.

SOLICITADO POR: GUILHERME JUNIOR - CPF/CNPJ: ***.963.128-** DATA: 27/06/2024 18:43:01 - VALOR: R$ 21,51

R. 5 - 22.637. Rio Claro, 05 de abril de 2.002.
- PENHORA -
Em cumprimento ao Mandado expedido aos 29/06/1.999, pelo Juizo de Direito desta Comarca (Serviço Anexo das Fazendas), aditado em 26/02/2.002, acompanhado do "Auto de Penhora, Avaliação e Depósito" e "contra fé", extraidos dos autos de EXECUÇÃO FISCAL (proc. nº 919/1.999-SAF), onde figura como exequente o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, e como executados, a empresa **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.** (qualificada no R. 2 retro), e os responsáveis tributários, **LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO**, inscrito no CPF/MF. sob nº 199.682.058-34, e **STEFANIA SANTINA SCUSSOLINO DA CUNHA**, inscrita no CPF/MF. sob nº 865.430.168-68, ambos com endereço na Avenida 20, nº 1.180, Bairro Santa Cruz, nesta cidade, **procedo o registro da PENHORA sobre o imóvel desta matrícula,** avaliado em R$150.000,00, para garantia do pagamento da dívida ativa (CDA nº 55.797.468-2) no valor de R$639.114,46, apurada em 14/05/1.999, e demais acréscimos legais. A penhora foi realizada aos 22/03/2.002, tendo sido nomeado depositário o executado Luiz Antonio Scussolino.
O Oficial substituto: _____ = (José Eduardo Alvarenga Balthazar).

R.6-22.637.- Rio Claro, 03 de novembro de 2.005.
- PENHORA -
Em cumprimento ao r. Mandado expedido aos 27 de setembro de 2.005, pelo Juízo de Direito do Serviço Anexo das Fazendas desta comarca, subscrito pelo MM. Juiz de Direito, Dr. José Fernando Seifarth de Freitas, passado nos autos n.º 03.256/2002, de EXECUÇÃO FISCAL (EM GERAL), onde figura como exeqüente o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, e como executados, **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF. sob n.º 44.674.943/0001-75, com endereço na Estrada de Jacutinga, n.º 1.495, Parque Universitário, nesta cidade; **LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO**, inscrito no CPF/MF. sob n.º 199.682.058-34, com endereço na Avenida 20, n.º 1.180, Santa Cruz, nesta cidade e **STEFANIA SANTINA SCUSSOLINO DA CUNHA**, inscrita no CPF/MF. sob n.º 865.430.168-68, com endereço na Avenida 20, n.º 1.180, Santa Cruz, nesta cidade, **procedo o registro da penhora sobre o imóvel desta matrícula,** para garantia da dívida que importa em R$1.374.052,00 (em 21/09/2005), acrescida de multa, honorários advocatícios e custas (CDA: 324630549), cuja constrição foi levada a efeito nos termos do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito lavrado aos 20 de outubro de 2.005, pelo qual o imóvel foi avaliado em R$1.826.603,44 (nesse valor estão incluídos os imóveis das matrículas 6.159, 16.760, 24.150, 24.151, 27.087 e 48.469), sendo nomeada depositária a executada **Stefania Santina Scussolino da Cunha**. (PROTOCOLO N.º 99.268).
O Escrevente Autorizado: _____ (Osvaldo Ferreira da Silva).

AV.7-22.637. Rio Claro, 30 de agosto de 2.010.
- PENHORA -
Em conformidade com o MANDADO extraído em 05 de fevereiro de 2.007, subscrito pelo Diretor de Divisão do Serviço Anexo das Fazendas desta cidade e assinado pelo Exmo. Sr. Dr. Claudio Luis Pavão, MM. Juiz de Direito desta Comarca, passado nos autos de EXECUÇÃO

(continua no verso)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO VALOR: R$ 21,51

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 19:30 , sob o número WRCO24700766093
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2RhvEWsK.

SOLICITADO POR: GUILHERME JUNIOR - CPF/CNPJ: ***.963.128-** DATA: 27/06/2024 18:43:01 - VALOR: R$ 21,51

FISCAL, processo nº 03.539/2004, no valor de R$33.190,68 (05/02/2007) e R$3.947.804,21 (30/04/2004 Processo em apenso 4244/2004), tendo como exeqüente a **UNIÃO FEDERAL** e como executado **LUDIVAL MOVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.674.943/0001-75, com endereço na Rua Jacutinga, nº 1495, Parque Universitário, nesta cidade, procedo a averbação da penhora sobre o imóvel desta matrícula, sendo nomeado como depositária Stefania Santina Scussolino da Cunha, brasileira, casada, CPF/MF 865.430.168-68, com endereço na avenida 20, nº 1180, Santa Cruz, sendo que a executada foi intimada da Penhora em 14 de maio de 2007, na pessoa da depositaria, já qualificada. (custas a final). O imóvel foi avaliado em R$280.000,00. (Protocolo nº 124.025).

O Escrevente Autorizado: _____ (José Américo Valdanha).

AV.8-22.637.- Rio Claro, 1º de outubro de 2.013.

- INDISPONIBILIDADE –

Nos termos do comunicado publicado em 26 de setembro de 2.013, no site https://www.indisponibilidade.org.br/, sob Protocolo da Indisponibilidade 201309.2617.00016668-IA-440, verifica-se que foi decretada a INDISPONIBILIDADE dos bens de LUDIVAL MÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ/MF. nº 44.674.943/0001-75, nos autos da Ação Civil Pública – Processo nº 00097188520124036109, em trâmite perante o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Piracicaba/SP. (Protocolo nº 146.789).

O Oficial Substituto: _____ (Luis Antonio Paulino).

AV.9-22.637.- Rio Claro, 21 de janeiro de 2.015.

- REVOGAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE -

Procedo a presente averbação, para constar que em conformidade com o comunicado publicado no site https://www.indisponibilidade.org.br, em 26 de setembro de 2.013, sob protocolo nº 201501.1615.00046421-MA-140, foi **revogada a indisponibilidade** dos bens de **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.**, já qualificada, decretada nos autos mencionados na averbação nº 8. (Protocolo nº 155.647).

A Escrevente Autorizada: _____ (Maria Aparecida da Costa).

AV.10-22.637.- Rio Claro, 13 de março de 2.017.

- INDISPONIBILIDADE –

Procede-se a presente averbação para constar que, por ofício expedido aos 07 de março de 2.017, assinado digitalmente pelo Exmo. Sr. Dr. André Antonio da Silveira Alcantara, M.M. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública desta comarca, passado nos autos de Execução Fiscal – Contribuições Previdenciárias (Processo nº 0018357-41.2009.8.26.0510), onde figura como exequente **UNIÃO FEDERAL,** e executada **LUDIVAL MÓVEIS LTDA, é feita a presente averbação, para constar que foi decretada a INDISPONIBILIDADE do imóvel objeto desta matrícula.** (Protocolo nº 169.075).

A Escrevente Autorizada: _____ (Raissa Rodrigues Villanova).

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,51

Visualização disponibilizada em www.registradores.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 19:30 , sob o número WRCO24700766093
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 2RhvEWsK.

SOLICITADO POR: GUILHERME JUNIOR - CPF/CNPJ: ***.963.128-** DATA: 27/06/2024 18:43:01 - VALOR: R$ 21,51

EDITAL DE LEILÃO "ON LINE"

O(A), **Dr. ANDRÉ ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA,** MM. Juiz(a) de Direito da Vara da Fazenda Pública, do Foro de Rio Claro, Comarca de Rio Claro, Seção Judiciária de São Paulo, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou tomarem conhecimento e interessar possa, com fulcro na RESOLUÇÃO CJF3R Nº 54, DE 17 DE JULHO DE 2020, e também no artigo 879 e seguintes do CPC, que por este Juízo se processam os autos abaixo relacionados, nos quais foram designados o dia **05 de agosto de 2024, às 13:00 horas**, para a realização do 1º leilão, onde estará o arrematante previamente cadastrado e habilitado a oferecer lances, a partir do valor da avaliação, de forma eletrônica através da Plataforma de Leilão Judicial, do leiloeiro GUILHERME VALLAND JUNIOR, do sistema LANCENOW, website www.lancenow.com.br, pelo prazo de 03 (três) dias consecutivos. Não havendo lances que sejam iguais ou superior ao valor da avaliação, será dado início ao 2º leilão, onde se fará a venda pelo maior lanço oferecido, desde que o valor não seja inferior a 50% da avaliação (artigo 891, CPC). Sendo o **encerramento do 2º leilão no dia 26 de agosto 2024, às 13:00 horas.**

HAVENDO LANCES NOS TRÊS MINUTOS ANTECEDENTES AO HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DO LEILÃO HAVERÁ PRORROGAÇÃO DE SEU FECHAMENTO POR IGUAL PERÍODO DE TEMPO VISANDO MANIFESTAÇÃO DE OUTROS EVENTUAIS LICITANTES.

Durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente pela internet, na plataforma do Leiloeiro, e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. O arrematante terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para efetuar o depósito do preço da arrematação, ou primeira parcela do parcelamento e ainda o valor do excedente da dívida do devedor, (caso houver), em conta judicial, a disposição deste juízo, bem como realizar o pagamento da comissão do leiloeiro diretamente a ele em TED ou PIX em nome de Guilherme Valland Junior com os dados fornecido pela equipe da Lancenow após o encerramento do leilão. Pelo presente edital ficam os devedores intimados da designação supra, caso não localizados para intimação pessoal.

1. Não poderão ser arrematantes:

a) as pessoas definidas no artigo 890 do Código de Processo Civil, inciso I, quanto aos bens confiados à sua guarda e responsabilidade; inciso II, quanto aos bens confiados à sua administração ou para alienação; inciso III, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade; inciso IV, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; inciso V, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados e inciso VI, os advogados de qualquer das partes.

b) o executado, em relação aos bens que foram objeto de constrição judicial em seu

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 19:30 , sob o número WRCO24700766093
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código P572b5cC.

próprio processo;

c) os sócios das pessoas jurídicas executadas, incluídos ou não no polo passivo do respectivo processo;

d) o advogado, que patrocine, ou já tenha patrocinado, interesse do executado no processo em que penhorados os bens oferecidos em hasta pública, ainda que compareça como mandatário de terceiro estranho àquela relação jurídica;

e) as pessoas físicas ou jurídicas que sofrerem as penalidades previstas no item 11 do presente Edital.

2. Os bens alcançados pelo presente Edital, estando em mãos dos depositários respectivos, poderão ser com eles vistos.

2.1) Ficará a cargo do Juiz da Vara fornecer autorização para exibição dos bens penhorados aos leiloeiros judiciais e interessados, visando a maior divulgação possível daqueles.

2.2) Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, sendo exclusiva atribuição dos arrematantes a verificação destes, não cabendo à Justiça Federal quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem e transporte daqueles arrematados.

2.3) Não obstante os ônus especificados quando da descrição dos lotes correspondentes aos bens objeto do presente Edital, é de responsabilidade dos interessados a verificação quanto à existência de eventuais pendências junto aos órgãos públicos encarregados do registro da propriedade dos bens levados à hasta pública, assim como os recolhimentos de impostos e taxas porventura cobrados para seu registro, bem como aquele incidente em caso de transmissão de propriedade (ITBI). Nos termos do artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os créditos relativos a tributos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, sub-rogar-se-ão sobre o preço da arrematação. Eventuais débitos condominiais incidentes sobre bens imóveis leiloados deverão ser arcados pelos arrematantes, considerada a natureza propter rem de tais obrigações (artigo 1.345 do Código Civil), ficando os arrematantes desde já advertidos de que deverão diligenciar junto ao condomínio respectivo, para apuração da existência de eventuais débitos.

3. A comissão do leiloeiro oficial, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981 de 1932), será paga pelo arrematante no ato da arrematação diretamente ao leiloeiro, mediante recibo emitido em duas vias, uma das quais será anexada aos autos do processo.

4. As custas da arrematação serão depositadas em Juízo pelo arrematante (Tabela III, Lei nº 9.289/96 e Provimento COGE nº 64/05) e importarão em 0,5% (meio por cento) do valor da arrematação, respeitado o limite mínimo de R$ 10,64 (dez reais

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 19:30 , sob o número WRCO24700766093
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código P572b5cC.

e sessenta e quatro centavos) e o máximo de R$ 1.915,38 (um mil novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos).

5. No caso de diligência negativa de intimação dos corresponsáveis, dos coproprietários, do senhorio direto, do credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada e dos usufrutuários ficam estes também intimados pelo presente edital, na data de sua publicação.

6. Nos processos em que é exequente a FAZENDA NACIONAL, será admitido o pagamento parcelado do maior lance em até 60 (sessenta) vezes, de acordo com as disposições contidas na Portaria nº 79, de 03/02/2014, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, observado, porém, que o valor da primeira parcela deverá corresponder em se tratando de imóvel, ao valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada parcela mensal, nos moldes do parágrafo 11 do artigo 98 da Lei 8.212/91 (com redação dada pelo artigo 34 da Lei n.º 10.522/02). Nos processos em que é exequente o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, também serão observadas as regras acima, nos moldes do parágrafo 2º do artigo 98 da Lei nº 8.212/91, com redação dada pela Lei n.º 9.528/97.

6.1) As dívidas cobradas a título de FGTS não poderão ser parceladas, assim como a arrematação de bens consumíveis, nos termos da Portaria MF nº 79, de 03/02/2014.

6.2) Nos processos em que o bem está afetado por penhora de natureza trabalhista, os valores atinentes àqueles feitos não podem ser parcelados, exceto o valor remanescente, até o limite do débito.

6.2.1) Para fins de aplicação do parcelamento previsto neste item, o montante afetado pela penhora trabalhista deve ser depositado à vista, sem prejuízo do depósito relativo à primeira parcela.

6.3) Tratando-se o bem arrematado de VEÍCULO, o prazo máximo do parcelamento será de 04 (quatro) anos, em razão do disposto no art. 1.466 do Código Civil, nos termos do artigo 10, da Portaria MF nº 79, de 03/02/2014.

7. A primeira prestação, cujo depósito deverá ser realizado no ato da arrematação, nos termos do parágrafo 4º do artigo 98 da Lei nº 8.212/91 (com redação dada pela Lei n.º 9.528/97), será depositado em Depósito Judicial a disposição deste Juízo no Banco do Brasil e as demais parcelas até a expedição da Carta de Arrematação, serão depositadas na Caixa Econômica Federal CEF, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (DJE), utilizando o código de receita nº 4396, nos termos da Portaria MF nº 79, de 03/02/2014.

7.1) Após a emissão da Carta de Arrematação, os valores deverão ser recolhidos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), utilizando o código de receita nº 7739.

8. Nos processos em que é exequente a FAZENDA NACIONAL, todos os

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 19:30 , sob o número WRCO24700766093
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código P572b5cC.

pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF). O Comprei concederá parcelamento da alienação por valor igual ou superior ao da avaliação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC). O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União. Quando houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justic a-federal/).

9. Se o valor da arrematação superar o valor do débito em cobrança, o parcelamento a este se limitará, devendo o arrematante depositar em Juízo, no ato da arrematação, a diferença entre o lanço e a dívida exequenda (valor excedente), bem como o valor daprimeira parcela equivalente aos percentuais descritos no item 6 deste edital.

10. Caso o pagamento não seja realizado no prazo estipulado, a arrematação será cancelada, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos, nos termos do artigo 897, parte final, do CPC.

11. A FAZENDA NACIONAL (União) ou o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, conforme o caso, será credor do arrematante, o que deverá expressamente constar da Carta de Arrematação e no mandado de entrega, constituindo-se como garantia deste débito hipoteca ou penhor em favor do credor, com imissão na posse, conforme o caso, nos moldes do permissivo contido na alínea b do parágrafo 5º do artigo 98 da Lei nº 8.212/91, com redação dada pelo artigo 98 da Lei n.º 9.528/97 c/c artigo 34 da Lei nº 10.522/02, sendo certo que o cancelamento desse ônus ficará a cargo do respectivo exequente. O arrematante será nomeado para o encargo de fiel depositário do bem arrematado, nos termos da alínea c do mesmo diploma legal, e somente será liberado do encargo após o pagamento integral do valor da arrematação.

12. Eventuais credores preferenciais dos executados ficam, desde já, intimados das datas e horários dos leilões e do prazo para habilitarem seus respectivos créditos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação deste edital.

13. Nos lotes onde constar a determinação de RESERVA DE MEAÇÃO DO CÔNJUGE OU QUOTA PARTE DE COPROPRIETÁRIO, alheios à execução, a parte do lanço

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 19:30 , sob o número WRCO24700766093
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código P572b5cC.

vencedor referente a ela deverá ser depositada nos autos, respeitando-se o valor de avaliação, conforme previsto no artigo 843, parágrafo 2º, do CPC.

14. Após o pregão do lote e em não ocorrendo a sua arrematação integral, e havendo interesse de eventual licitante, o lote poderá ser desmembrado e os itens alienados separadamente em hasta pública, nas mesmas condições previstas neste Edital.

15. Verificado o interesse de dois ou mais licitantes para um mesmo item do lote, este terá preferência na abertura da disputa, ainda que um dos licitantes demonstre interesse na aquisição de um maior número de itens daquele lote.

15.1) Tratando-se de subdivisão de um item, terá preferência o arrematante que declarar interesse na aquisição da maior quantidade, prosseguindo-se na forma do item 15 acima.

15.2) O lanço de arrematação de lote integral prefere ao lanço para arrematação de item individual, o de arrematação integral do item individual prefere ao de arrematação parcial daquele mesmo item.

15.3) Na arrematação de coisa comum, será observada a preferência prevista no artigo 892, parágrafo 2ºe também do artigo 843, parágrafo 1º, ambos do Código de Processo Civil.

16. Tratando-se de produtos controlados, o licitante deverá apresentar, no ato do acerto de contas do leilão, toda a documentação necessária para aferição de sua regularidade perante os órgãos controladores, em especial quanto à habilitação para aquisição, transporte e comercialização dos bens arrematados.

17. Na eventualidade de ser frustrada, na própria sessão, a arrematação de determinado lote, por não atendimento pelo arrematante de requisito necessário, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, se houver e caso este tenha interesse, a confirmação da arrematação por esse valor, admitindo-se, em caso de desistência, a convocação do licitante com melhor lance subsequente.

18. Após apregoado o último lote, e antes do encerramento do leilão, será reaberta a oportunidade de lances quanto aos lotes que não foram arrematados.

19. Fica ressalvado o direito a correção de eventuais erros de digitação dos lotes levados a hasta pública, salvo se desta resultar modificação significativa na descrição dos bens cabendo, neste último caso, a publicação do competente Edital de Retificação.

RELAÇÃO DOS PROCESSOS:

01-) Processo nº. 0018357-41.2009.8.26.0510 – União Federal X Ludival Móveis Ltda.
- CNPJ – 44.674.943/0001-75

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 19:30 , sob o número WRCO24700766093
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código P572b5cC.

- CDA – 37.070.839-3

BENS: Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca de Rio Claro, com frente para a Rodovia Washington Luiz com área de 9.196,00m2, confrontando de um lado com Pedro Lauria, de outro lado com Gimenez, Fernandes & Cia. e nos fundos com Estrada Velha de Batovi, tudo de acordo com os dados contidos na **matrícula 22.637 do 2° C.R.I. de Rio Claro**. **Inscrição Cadastral nº 2-01-16-029-018-00-000-00-37**. Sobre o terreno foi construído barracões, com aproximadamente 6.000m2 de área construída, conforme petição juntada da advocacia Wilney de Almeida Prado, por parte do devedor, ofertando à penhora o imóvel como garantia processual às fls. 25/26. Atualmente ali está estabelecida a empresa Luizzi Industria Comércio de Sofás Ltda. Certifico mais que a entrada do imóvel fica na Avenida Saburo Akamine, 1555 - Jd. Santa Eliza - Rio Claro/SP.
ÔNUS: R.4 - 22.637 - procedo o registro do termo de arrolamento de bens formalizado em 18/10/2001 pelo INSS pelo qual foi arrolado o imóvel desta matrícula, pertencente à empresa Ludival Imóveis Ltda. Em face dos créditos constituídos a favor do INSS; R.5 - 22.637 - Penhora feita em 05/04/2002 pelo Serviço Anexo das Fazendas de Rio Claro, (processo n. 919/1999-SAF), exequente INSS e executado a empresa Ludival Móveis Ltda., e os responsáveis tributários, Luiz Antonio Scussolino e Stefania Santina Scussolino da Cunha; R.6 - 22.637 - Penhora feita em 03/11/2005 pelo Serviço Anexo das Fazendas de Rio Claro, processo n. 03.256/2002, exequente INSS e executado a empresa Ludival Móveis Ltda., e os responsáveis tributários, Luiz Antonio Scussolino e Stefania Santina Scussolino da Cunha; AV. 7 - 22.637 - Penhora feita em 30/08/2010 pelo Serviço Anexo das Fazendas de Rio Claro, processo n. 03.539/2004 e apenso n. 4244/2004, exequente União Federal e executado a empresa Ludival Móveis Ltda.; AV. 10 - 22.637 - Indisponibilidade feita em 13/03/2017 pelo Juízo de Direito da Vara da Fazendas Pública de Rio Claro, Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias processo n. 0018357-41.2009.8.26.0510, exequente União Federal e executado a empresa Ludival Móveis Ltda.
AVALIAÇÂO: R$13.547.395,00 (treze milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), aos 18 dia(s) do mês de setembro do ano de 2023.
ENDEREÇO: Avenida Saburo Akamine, 1555 - Jd. Santa Eliza - Rio Claro/SP.
FIEL DEPOSITÀRIO: Stefania Santina Scussolino da Cunha CPF nº. 865.430.168-68

Valor da dívida: R$ 31.768.734,64 (trinta e hum milhões, setecentos e sessenta e oito mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) em junho/2024.

Rio Claro, 27 de junho de 2024

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/06/2024 às 19:30 , sob o número WRCO24700766093
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código P572b5cC.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0287/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 28/06/2024. Considera-se a data de publicação em 01/07/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)

Teor do ato: "Vistos. (fls. 152/178) - De proêmio, conquanto a possibilidade de exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal, forçoso concluir que a CDA encartada nestes autos está de acordo com as exigências do artigo 202 do CTN e artigo 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80, portanto eficaz a instruir a satisfação aqui colimada. Para uma aferição mais profunda, acerca das circunstâncias da constituição do débito, bem como no que tange ao postulado nos itens c.2 e c.3 de fls. 177, depende de melhores elementos de prova, por isso inviável sua análise na demanda satisfativa, haja vista se admitida eventual cognição, esta seria rarefeita. Ainda, não se pode olvidar do contido na Súmula 393 do STJ, ao dispor que: A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória. Portanto, rejeita-se a exceção de pré-executividade oposta. Deixo de fixar honorários ao procurador da credora neste incidente, porque assim já se fez inicialmente. Enfim, manifeste pela credora em termos de prosseguimento. Oportunamente, nova conclusão. Int."

Rio Claro, 27 de junho de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/06/2024 às 23:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código laHTdtjr.

Agendamento-Leilão-Proc. nº 0018357-41.2009.8.26.0510

MARIA APARECIDA DA SILVA CARDOSO <maria.cardoso@tjsp.jus.br>

Sex, 28/06/2024 16:40

Para:guilherme@lancenow.com.br <guilherme@lancenow.com.br>

Boa tarde.

Venho através deste e-mail requerer que sejam suspensos os leilões por ora, em razão de não haver ordem expressa para tal, sendo necessário aguardar o prazo recursal da decisão que rejeitou a exceção, para não causar tumulto processual.

Atenciosamente.

MARIA APARECIDA DA SILVA CARDOSO

Chefe de Seção Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Vara da Fazenda Pública

Avenida Ulysses Guimarães, 2800 - Vila Nova - Rio Claro/SP - CEP: 13506-547

Tel: (19) 2112-6805

E-mail: maria.cardoso@tjsp.jus.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA DE SANTIS GUEDES, liberado nos autos em 02/07/2024 às 14:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código fprJbwup.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br

CERTIDÃO – DECURSO DE PRAZO PARA CONSULTA/CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO NO PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

Portal Eletrônico do (a): PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região
Destinatário do Ato: União Federal - PRFN

CERTIFICA-SE que transcorreu o prazo para consulta ou confirmação de recebimento no portal eletrônico, do ato abaixo.

Intimações: Considera-se intimação automática em razão do decurso de 10(dez) dias corridos para consulta, contados da data do envio da intimação eletrônica, nos termos do Art. 5º, §3º, da Lei 11.419/2006). O prazo da intimação se iniciará em 10/07/2024.

Teor do ato: Vistos. (fls. 152/178) - De proêmio, conquanto a possibilidade de exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal, forçoso concluir que a CDA encartada nestes autos está de acordo com as exigências do artigo 202 do CTN e artigo 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80, portanto eficaz a instruir a satisfação aqui colimada. Para uma aferição mais profunda, acerca das circunstâncias da constituição do débito, bem como no que tange ao postulado nos itens c.2 e c.3 de fls. 177, depende de melhores elementos de prova, por isso inviável sua análise na demanda satisfativa, haja vista se admitida eventual cognição, esta seria rarefeita. Ainda, não se pode olvidar do contido na Súmula 393 do STJ, ao dispor que: A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória. Portanto, rejeita-se a exceção de pré-executividade oposta. Deixo de fixar honorários ao procurador da credora neste incidente, porque assim já se fez inicialmente. Enfim, manifeste pela credora em termos de prosseguimento. Oportunamente, nova conclusão. Int.

Rio Claro, (SP), 07/07/2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 07/07/2024 às 01:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código KFBcKdl8.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que decorreu o prazo sem manifestação do polo passivo. Nada Mais. Rio Claro, 22 de agosto de 2024. Eu, ___, Ana Paula de Santis Guedes, Coordenador.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA DE SANTIS GUEDES, liberado nos autos em 22/08/2024 às 09:35 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código F3jQ2gPZ.

EXCELENTISSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA, DO FORO DE RIO CLARO, COMARCA DE RIO CLARO/SP.

Proc. nº. 0018357-41.2009.8.26.0510

GUILHERME VALLAND JUNIOR, Leiloeiro Oficial, inscrito na JUCESP sob o nº. 407, gestor do sistema de alienação judicial eletrônica *"**LANCENOW**"*, devidamente homologado no E. TJSP, em atenção ao r. despacho que nomeou o gestor para proceder com a realização dos leilões do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do processo supra, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, REQUERER a juntada da **MATRÍCULA ATUALIZADA**, juntamente com a minuta do **EDITAL DE LEILÃO**, solicitando sua imediata homologação.

Após a aprovação do edital seja publicado despacho de intimação das partes, e para ciência dos respectivos causídicos. Para o regular praceamento do bem, sugere-se também a cientificação de eventuais interessados sobre as condições do leilão e publicação do competente edital no DJE.

Informo ainda, que a publicação do edital e as condições de venda e pagamento do bem(ns) apregoado(s) estarão disponíveis no portal *www.lancenow.com.br*.

Termos em que,

Aguardo deferimento.

São Paulo, 22 de agosto de 2024.

Guilherme Valland Junior
Leiloeiro Oficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2024 às 16:17 , sob o número WRCO24701022667
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código u18s4E9r.

CNM: 112532.2.0022637-13

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

MATRÍCULA 22.637 — fls. 320

FOLHA 1

Livro N.º 2 - Registro Geral

IMÓVEL: Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca, com frente para a Rodovia Washington Luiz, com área de - - - 9.196,00 m2, confrontando de um lado com Pedro Lauria, de outro lado com Gimenez, Fernandes & Cia. e nos fundos com a Estrada Velha de Batovi.- Inscrição Cadastral nº 2-01-16-029-018-00-000-00-37.- - PROPRIETÁRIA: NAIR VILLELA, brasileira, solteira e maior, professora, RG. 638.332-SP, cic. 190.171.548-53, residente nesta cidade, na rua 4 nº 739.- TÍTULO AQUISITIVO: Transcrição nº 6.944, deste cartório. Rio Claro, o9 de maio de 1.986.- O Oficial Maior: _____.

R.1-22.637.- Rio Claro, o9 de maio de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 27 de junho de 1.984, no 2º Cartório de Notas, desta cidade, no livro nº 671, fls. 57, re-ratificada no mesmo cartório, em 2o de fevereiro de 1.986, no livro nº 707, fls. 53, NAIR VILLELA, já qualificada, alienou o imóvel objeto da presente matrícula a == LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865, cic. 057.305.628-53, casado pelo regime da comunhão universal de bens, - anteriormente à Lei 6.515/77, com CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCELIERI, residente em São Paulo, na rua Bodoquena nº 77- Tatuapé; VALDEMIR CAVENAGUE, brasileiro, industrial, RG. 4.213.004, cic. 447.226.648-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com DIRCE CAMPREGHER CAVENAGUE, residentes em São Paulo, na rua Flores de Goiás nº 382 e CARLOS CAMPREGHER, brasileiro, industrial, RG. 3.791.168, cic. 057.365.368-20, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, com LAURIA VIDAL CAMPREGHER, residente em São Paulo, na rua Major-Ângelo Zanchi nº 527, pelo valor de Cr$9.500.000. V. Venal: Cz$. . . $92.112,33.- O Oficial Maior: _____.-

R.2-22.637.- Rio Claro, 29 de dezembro de 1.986.- Por escritura pública lavrada em 29 de outubro de 1.986, no 2º Cartório de Notas,- desta cidade, no livro nº 723, fls. 56, VALDEMIR CAVENAGUE, brasileiro, industrial, RG. 4.213.004-SSP-SP e sua mulher DIRCE CAMPREGHER CAVENAGUE, brasileira, de prendas domésticas, RG. 5.069.686-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 447.226.648-20, residentes na- rua Flores de Goiás nº 382, em São Paulo, Capital; LUIZ ANTONIO CANCELIERI, brasileiro, industrial, RG. 4.274.865-SSP-SP e sua mulher- CARMEM GERALDA DE QUEIRÓZ CANCELIERI, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.178.690-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão univer-

(continua no verso)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO VALOR: R$ 21,51

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2024 às 16:17 , sob o número WRCO24701022667
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código mPKHa2ty.

SOLICITADO POR: GUILHERME JUNIOR - CPF/CNPJ: ***.963.128-** DATA: 27/06/2024 18:43:01 - VALOR: R$ 21,51

CNM: 112532.2.0022637-13

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Rio Claro - SP.

M: 22.637

FOLHA 1 VERSO

Livro N.º 2 - Registro Geral

universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.305.628-53, residentes em São Paulo, Capital, na rua Bodoquena nº 77, Tatuapé e CARLOS CAMPREGUER, brasileiro, industrial, RG. 3.791.168-SSP-SP e sua mulher LAURIA VIDAL CAMPREGUER, brasileira, de prendas domésticas, RG. 4.283.695-SSP-SP, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, cic. comum nº 057.365.368-20, residentes em São Paulo, Capital , na rua Major Ângelo Zanchi nº 527, alienaram o imóel objeto da presente matrícula a LUDIVAL MÓVEIS LTDA., firma desta praça, com sede nesta cidade, na Estrada da Jacutinga nº 1.495 e foro nesta comarca, inscrita no CGC/MF sob nº 44.674.943/0001-75, representada à forma de seu contrato social por seu sócio, Luiz Antonio Scussolino, pelo valor de Cz$. . . $200.000,00.- O Oficial Maior:_____.-

Av.3-22.637. Rio Claro, 23 de fevereiro de 1987. Por requerimento datado de 2/2/87 assinado pelo interessado em forma legal que fica arquivado em Cartório, foi declarado que a nota promissoria constante da escritura publica registrada sob nº2 retro no valor de Cz$ - $200.000,00 foi integralmente quitada na data aprazada. O Escrevente Habilitado_____. O Oficial:.- - - - -

R. 4 - 22.637. Rio Claro, 23 de janeiro de 2.002.
- ARROLAMENTO -
Nos termos do § 5º, inciso I do artigo 64 da Lei Federal nº 9.532 de 10/12/1.997, e parágrafo único, artigo 7º da Instrução Normativa (IN) nº 16 de 12/05/2.000, procedo o registro do TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS - TAB, formalizado em 18/10/2.001 pelo **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS** (Gerência Executiva de Piracicaba-SP.-21.029), pelo qual foi arrolado o imóvel desta matrícula, pertencente à empresa **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.** (acima qualificada), em face dos créditos constituidos a favor do INSS, através das NFLDs nºs. 35.355.344-1 e 35.355.345-0, consolidados em 18/10/2.000, no montante de R$1.826.603,44.
O Oficial substituto:_____(José Eduardo Alvarenga Balthazar).

(CONTINUA NA FICHA 02)

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,51

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2024 às 16:17 , sob o número WRCO24701022667
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código mPKHa2ty.

SOLICITADO POR: GUILHERME JUNIOR - CPF/CNPJ: ***.963.128-** DATA: 27/06/2024 18:43:01 - VALOR: R$ 21,51

R. 5 - 22.637. Rio Claro, 05 de abril de 2.002.
- PENHORA -
Em cumprimento ao Mandado expedido aos 29/06/1.999, pelo Juizo de Direito desta Comarca (Serviço Anexo das Fazendas), aditado em 26/02/2.002, acompanhado do "Auto de Penhora, Avaliação e Depósito" e "contra fé", extraidos dos autos de EXECUÇÃO FISCAL (proc. nº 919/1.999-SAF), onde figura como exequente o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, e como executados, a empresa **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.** (qualificada no R. 2 retro), e os responsáveis tributários, **LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO**, inscrito no CPF/MF. sob nº 199.682.058-34, e **STEFANIA SANTINA SCUSSOLINO DA CUNHA**, inscrita no CPF/MF. sob nº 865.430.168-68, ambos com endereço na Avenida 20, nº 1.180, Bairro Santa Cruz, nesta cidade, **procedo o registro da PENHORA sobre o imóvel desta matrícula,** avaliado em R$150.000,00, para garantia do pagamento da dívida ativa (CDA nº 55.797.468-2) no valor de R$639.114,46, apurada em 14/05/1.999, e demais acréscimos legais. A penhora foi realizada aos 22/03/2.002, tendo sido nomeado depositário o executado Luiz Antonio Scussolino.
O Oficial substituto: _____ = (José Eduardo Alvarenga Balthazar).

R.6-22.637.- Rio Claro, 03 de novembro de 2.005.
- PENHORA -
Em cumprimento ao r. Mandado expedido aos 27 de setembro de 2.005, pelo Juízo de Direito do Serviço Anexo das Fazendas desta comarca, subscrito pelo MM. Juiz de Direito, Dr. José Fernando Seifarth de Freitas, passado nos autos n.º 03.256/2002, de EXECUÇÃO FISCAL (EM GERAL), onde figura como exeqüente o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, e como executados, **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF. sob n.º 44.674.943/0001-75, com endereço na Estrada de Jacutinga, n.º 1.495, Parque Universitário, nesta cidade; **LUIZ ANTONIO SCUSSOLINO**, inscrito no CPF/MF. sob n.º 199.682.058-34, com endereço na Avenida 20, n.º 1.180, Santa Cruz, nesta cidade e **STEFANIA SANTINA SCUSSOLINO DA CUNHA**, inscrita no CPF/MF. sob n.º 865.430.168-68, com endereço na Avenida 20, n.º 1.180, Santa Cruz, nesta cidade, **procedo o registro da penhora sobre o imóvel desta matrícula,** para garantia da dívida que importa em R$1.374.052,00 (em 21/09/2005), acrescida de multa, honorários advocatícios e custas (CDA: 324630549), cuja constrição foi levada a efeito nos termos do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito lavrado aos 20 de outubro de 2.005, pelo qual o imóvel foi avaliado em R$1.826.603,44 (nesse valor estão incluídos os imóveis das matrículas 6.159, 16.760, 24.150, 24.151, 27.087 e 48.469), sendo nomeada depositária a executada **Stefania Santina Scussolino da Cunha**. (PROTOCOLO N.º 99.268).
O Escrevente Autorizado: _____ (Osvaldo Ferreira da Silva).

AV.7-22.637. Rio Claro, 30 de agosto de 2.010.
- PENHORA -
Em conformidade com o MANDADO extraído em 05 de fevereiro de 2.007, subscrito pelo Diretor de Divisão do Serviço Anexo das Fazendas desta cidade e assinado pelo Exmo. Sr. Dr. Claudio Luis Pavão, MM. Juiz de Direito desta Comarca, passado nos autos de EXECUÇÃO

(continua no verso)

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO VALOR: R$ 21,51

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2024 às 16:17 , sob o número WRCO24701022667
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código mPKHa2ty.

SOLICITADO POR: GUILHERME JUNIOR - CPF/CNPJ: ***.963.128-** DATA: 27/06/2024 18:43:01 - VALOR: R$ 21,51

FISCAL, processo nº 03.539/2004, no valor de R$33.190,68 (05/02/2007) e R$3.947.804,21 (30/04/2004 Processo em apenso 4244/2004), tendo como exeqüente a **UNIÃO FEDERAL** e como executado **LUDIVAL MOVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.674.943/0001-75, com endereço na Rua Jacutinga, nº 1495, Parque Universitário, nesta cidade, procedo a averbação da penhora sobre o imóvel desta matrícula, sendo nomeado como depositária Stefania Santina Scussolino da Cunha, brasileira, casada, CPF/MF 865.430.168-68, com endereço na avenida 20, nº 1180, Santa Cruz, sendo que a executada foi intimada da Penhora em 14 de maio de 2007, na pessoa da depositaria, já qualificada. (custas a final). O imóvel foi avaliado em R$280.000,00. (Protocolo nº 124.025).

O Escrevente Autorizado: _____ (José Américo Valdanha).

AV.8-22.637.- Rio Claro, 1º de outubro de 2.013.

- INDISPONIBILIDADE –

Nos termos do comunicado publicado em 26 de setembro de 2.013, no site https://www.indisponibilidade.org.br/, sob Protocolo da Indisponibilidade 201309.2617.00016668-IA-440, verifica-se que foi decretada a INDISPONIBILIDADE dos bens de LUDIVAL MÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ/MF. nº 44.674.943/0001-75, nos autos da Ação Civil Pública – Processo nº 00097188520124036109, em trâmite perante o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Piracicaba/SP. (Protocolo nº 146.789).

O Oficial Substituto: _____ (Luis Antonio Paulino).

AV.9-22.637.- Rio Claro, 21 de janeiro de 2.015.

- REVOGAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE -

Procedo a presente averbação, para constar que em conformidade com o comunicado publicado no site https://www.indisponibilidade.org.br, em 26 de setembro de 2.013, sob protocolo nº 201501.1615.00046421-MA-140, foi **revogada a indisponibilidade** dos bens de **LUDIVAL MÓVEIS LTDA.**, já qualificada, decretada nos autos mencionados na averbação nº 8. (Protocolo nº 155.647).

A Escrevente Autorizada: _____ (Maria Aparecida da Costa).

AV.10-22.637.- Rio Claro, 13 de março de 2.017.

- INDISPONIBILIDADE –

Procede-se a presente averbação para constar que, por ofício expedido aos 07 de março de 2.017, assinado digitalmente pelo Exmo. Sr. Dr. André Antonio da Silveira Alcantara, M.M. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública desta comarca, passado nos autos de Execução Fiscal – Contribuições Previdenciárias (Processo nº 0018357-41.2009.8.26.0510), onde figura como exequente **UNIÃO FEDERAL,** e executada **LUDIVAL MÓVEIS LTDA, é feita a presente averbação, para constar que foi decretada a INDISPONIBILIDADE do imóvel objeto desta matrícula.** (Protocolo nº 169.075).

A Escrevente Autorizada: _____ (Raissa Rodrigues Villanova).

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R$ 21,51

Visualização disponibilizada em www.registradores.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2024 às 16:17 , sob o número WRCO24701022667
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código mPKHa2ty.

SOLICITADO POR: GUILHERME JUNIOR - CPF/CNPJ: ***.963.128-** DATA: 27/06/2024 18:43:01 - VALOR: R$ 21,51

EDITAL DE LEILÃO "ON LINE"

O(A), **Dr. ANDRÉ ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA,** MM. Juiz(a) de Direito do Setor das Execuções Fiscais, do Foro de Rio Claro, Comarca de Rio Claro, Seção Judiciária de São Paulo, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou tomarem conhecimento e interessar possa, com fulcro na RESOLUÇÃO CJF3R Nº 54, DE 17 DE JULHO DE 2020, e também no artigo 879 e seguintes do CPC, que por este Juízo se processam os autos abaixo relacionados, nos quais foram designados o dia **23 de setembro de 2024, às 13:00 horas**, para a realização do 1º leilão, onde estará o arrematante previamente cadastrado e habilitado a oferecer lances, a partir do valor da avaliação, de forma eletrônica através da Plataforma de Leilão Judicial, do leiloeiro GUILHERME VALLAND JUNIOR, do sistema LANCENOW, website www.lancenow.com.br, pelo prazo de 03 (três) dias consecutivos. Não havendo lances que sejam iguais ou superior ao valor da avaliação, será dado início ao 2º leilão, onde se fará a venda pelo maior lanço oferecido, desde que o valor não seja inferior a 50% da avaliação (artigo 891, CPC). Sendo o **encerramento do 2º leilão no dia 10 de outubro 2024, às 13:00 horas.**

HAVENDO LANCES NOS TRÊS MINUTOS ANTECEDENTES AO HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DO LEILÃO HAVERÁ PRORROGAÇÃO DE SEU FECHAMENTO POR IGUAL PERÍODO DE TEMPO VISANDO MANIFESTAÇÃO DE OUTROS EVENTUAIS LICITANTES.

Durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente pela internet, na plataforma do Leiloeiro, e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. O arrematante terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para efetuar o depósito do preço da arrematação, ou primeira parcela do parcelamento e ainda o valor do excedente da dívida do devedor, (caso houver), em conta judicial, a disposição deste juízo, bem como realizar o pagamento da comissão do leiloeiro diretamente a ele em TED ou PIX em nome de Guilherme Valland Junior com os dados fornecido pela equipe da Lancenow após o encerramento do leilão. Pelo presente edital ficam os devedores intimados da designação supra, caso não localizados para intimação pessoal.

1. Não poderão ser arrematantes:

a) as pessoas definidas no artigo 890 do Código de Processo Civil, inciso I, quanto aos bens confiados à sua guarda e responsabilidade; inciso II, quanto aos bens confiados à sua administração ou para alienação; inciso III, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade; inciso IV, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; inciso V, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados e inciso VI, os advogados de qualquer das partes.

b) o executado, em relação aos bens que foram objeto de constrição judicial em seu

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2024 às 16:17 , sob o número WRCO24701022667
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código igsCpwvu.

próprio processo;

c) os sócios das pessoas jurídicas executadas, incluídos ou não no polo passivo do respectivo processo;

d) o advogado, que patrocine, ou já tenha patrocinado, interesse do executado no processo em que penhorados os bens oferecidos em hasta pública, ainda que compareça como mandatário de terceiro estranho àquela relação jurídica;

e) as pessoas físicas ou jurídicas que sofrerem as penalidades previstas no item 11 do presente Edital.

2. Os bens alcançados pelo presente Edital, estando em mãos dos depositários respectivos, poderão ser com eles vistos.

2.1) Ficará a cargo do Juiz da Vara fornecer autorização para exibição dos bens penhorados aos leiloeiros judiciais e interessados, visando a maior divulgação possível daqueles.

2.2) Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, sendo exclusiva atribuição dos arrematantes a verificação destes, não cabendo à Justiça Federal quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem e transporte daqueles arrematados.

2.3) Não obstante os ônus especificados quando da descrição dos lotes correspondentes aos bens objeto do presente Edital, é de responsabilidade dos interessados a verificação quanto à existência de eventuais pendências junto aos órgãos públicos encarregados do registro da propriedade dos bens levados à hasta pública, assim como os recolhimentos de impostos e taxas porventura cobrados para seu registro, bem como aquele incidente em caso de transmissão de propriedade (ITBI). Nos termos do artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os créditos relativos a tributos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, sub-rogar-se-ão sobre o preço da arrematação. Eventuais débitos condominiais incidentes sobre bens imóveis leiloados deverão ser arcados pelos arrematantes, considerada a natureza propter rem de tais obrigações (artigo 1.345 do Código Civil), ficando os arrematantes desde já advertidos de que deverão diligenciar junto ao condomínio respectivo, para apuração da existência de eventuais débitos.

3. A comissão do leiloeiro oficial, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981 de 1932), será paga pelo arrematante no ato da arrematação diretamente ao leiloeiro, mediante recibo emitido em duas vias, uma das quais será anexada aos autos do processo.

4. As custas da arrematação serão depositadas em Juízo pelo arrematante (Tabela III, Lei nº 9.289/96 e Provimento COGE nº 64/05) e importarão em 0,5% (meio por cento) do valor da arrematação, respeitado o limite mínimo de R$ 10,64 (dez reais

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2024 às 16:17 , sob o número WRCO24701022667
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código igsCpwvu.

e sessenta e quatro centavos) e o máximo de R$ 1.915,38 (um mil novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos).

5. No caso de diligência negativa de intimação dos corresponsáveis, dos coproprietários, do senhorio direto, do credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada e dos usufrutuários ficam estes também intimados pelo presente edital, na data de sua publicação.

6. Nos processos em que é exequente a FAZENDA NACIONAL, será admitido o pagamento parcelado do maior lance em até 60 (sessenta) vezes, de acordo com as disposições contidas na Portaria nº 79, de 03/02/2014, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, observado, porém, que o valor da primeira parcela deverá corresponder em se tratando de imóvel, ao valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada parcela mensal, nos moldes do parágrafo 11 do artigo 98 da Lei 8.212/91 (com redação dada pelo artigo 34 da Lei n.º 10.522/02). Nos processos em que é exequente o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, também serão observadas as regras acima, nos moldes do parágrafo 2º do artigo 98 da Lei nº 8.212/91, com redação dada pela Lei n.º 9.528/97.

6.1) As dívidas cobradas a título de FGTS não poderão ser parceladas, assim como a arrematação de bens consumíveis, nos termos da Portaria MF nº 79, de 03/02/2014.

6.2) Nos processos em que o bem está afetado por penhora de natureza trabalhista, os valores atinentes àqueles feitos não podem ser parcelados, exceto o valor remanescente, até o limite do débito.

6.2.1) Para fins de aplicação do parcelamento previsto neste item, o montante afetado pela penhora trabalhista deve ser depositado à vista, sem prejuízo do depósito relativo à primeira parcela.

6.3) Tratando-se o bem arrematado de VEÍCULO, o prazo máximo do parcelamento será de 04 (quatro) anos, em razão do disposto no art. 1.466 do Código Civil, nos termos do artigo 10, da Portaria MF nº 79, de 03/02/2014.

7. A primeira prestação, cujo depósito deverá ser realizado no ato da arrematação, nos termos do parágrafo 4º do artigo 98 da Lei nº 8.212/91 (com redação dada pela Lei n.º 9.528/97), será depositado em Depósito Judicial a disposição deste Juízo no Banco do Brasil e as demais parcelas até a expedição da Carta de Arrematação, serão depositadas na Caixa Econômica Federal CEF, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (DJE), utilizando o código de receita nº 4396, nos termos da Portaria MF nº 79, de 03/02/2014.

7.1) Após a emissão da Carta de Arrematação, os valores deverão ser recolhidos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), utilizando o código de receita nº 7739.

8. Nos processos em que é exequente a FAZENDA NACIONAL, todos os

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2024 às 16:17 , sob o número WRCO24701022667
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código igsCpwvu.

pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF). O Comprei concederá parcelamento da alienação por valor igual ou superior ao da avaliação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC). O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União. Quando houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justic a-federal/).

9. Se o valor da arrematação superar o valor do débito em cobrança, o parcelamento a este se limitará, devendo o arrematante depositar em Juízo, no ato da arrematação, a diferença entre o lanço e a dívida exequenda (valor excedente), bem como o valor daprimeira parcela equivalente aos percentuais descritos no item 6 deste edital.

10. Caso o pagamento não seja realizado no prazo estipulado, a arrematação será cancelada, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos, nos termos do artigo 897, parte final, do CPC.

11. A FAZENDA NACIONAL (União) ou o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, conforme o caso, será credor do arrematante, o que deverá expressamente constar da Carta de Arrematação e no mandado de entrega, constituindo-se como garantia deste débito hipoteca ou penhor em favor do credor, com imissão na posse, conforme o caso, nos moldes do permissivo contido na alínea b do parágrafo 5º do artigo 98 da Lei nº 8.212/91, com redação dada pelo artigo 98 da Lei n.º 9.528/97 c/c artigo 34 da Lei nº 10.522/02, sendo certo que o cancelamento desse ônus ficará a cargo do respectivo exequente. O arrematante será nomeado para o encargo de fiel depositário do bem arrematado, nos termos da alínea c do mesmo diploma legal, e somente será liberado do encargo após o pagamento integral do valor da arrematação.

12. Eventuais credores preferenciais dos executados ficam, desde já, intimados das datas e horários dos leilões e do prazo para habilitarem seus respectivos créditos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação deste edital.

13. Nos lotes onde constar a determinação de RESERVA DE MEAÇÃO DO CÔNJUGE OU QUOTA PARTE DE COPROPRIETÁRIO, alheios à execução, a parte do lanço

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2024 às 16:17 , sob o número WRCO24701022667
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código igsCpwvu.

vencedor referente a ela deverá ser depositada nos autos, respeitando-se o valor de avaliação, conforme previsto no artigo 843, parágrafo 2º, do CPC.

14. Após o pregão do lote e em não ocorrendo a sua arrematação integral, e havendo interesse de eventual licitante, o lote poderá ser desmembrado e os itens alienados separadamente em hasta pública, nas mesmas condições previstas neste Edital.

15. Verificado o interesse de dois ou mais licitantes para um mesmo item do lote, este terá preferência na abertura da disputa, ainda que um dos licitantes demonstre interesse na aquisição de um maior número de itens daquele lote.

15.1) Tratando-se de subdivisão de um item, terá preferência o arrematante que declarar interesse na aquisição da maior quantidade, prosseguindo-se na forma do item 15 acima.

15.2) O lanço de arrematação de lote integral prefere ao lanço para arrematação de item individual, o de arrematação integral do item individual prefere ao de arrematação parcial daquele mesmo item.

15.3) Na arrematação de coisa comum, será observada a preferência prevista no artigo 892, parágrafo 2ºe também do artigo 843, parágrafo 1º, ambos do Código de Processo Civil.

16. Tratando-se de produtos controlados, o licitante deverá apresentar, no ato do acerto de contas do leilão, toda a documentação necessária para aferição de sua regularidade perante os órgãos controladores, em especial quanto à habilitação para aquisição, transporte e comercialização dos bens arrematados.

17. Na eventualidade de ser frustrada, na própria sessão, a arrematação de determinado lote, por não atendimento pelo arrematante de requisito necessário, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, se houver e caso este tenha interesse, a confirmação da arrematação por esse valor, admitindo-se, em caso de desistência, a convocação do licitante com melhor lance subsequente.

18. Após apregoado o último lote, e antes do encerramento do leilão, será reaberta a oportunidade de lances quanto aos lotes que não foram arrematados.

19. Fica ressalvado o direito a correção de eventuais erros de digitação dos lotes levados a hasta pública, salvo se desta resultar modificação significativa na descrição dos bens cabendo, neste último caso, a publicação do competente Edital de Retificação.

RELAÇÃO DOS PROCESSOS:

01-) Processo nº. 0018357-41.2009.8.26.0510 – União Federal X Ludival Móveis Ltda.
- CNPJ – 44.674.943/0001-75

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2024 às 16:17 , sob o número WRCO24701022667
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código igsCpwvu.

- CDA – 37.070.839-3

BENS: Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca de Rio Claro, com frente para a Rodovia Washington Luiz com área de 9.196,00m2, confrontando de um lado com Pedro Lauria, de outro lado com Gimenez, Fernandes & Cia. e nos fundos com Estrada Velha de Batovi, tudo de acordo com os dados contidos na **matrícula 22.637 do 2° C.R.I. de Rio Claro**. **Inscrição Cadastral nº 2-01-16-029-018-00-000-00-37**. Sobre o terreno foi construído barracões, com aproximadamente 6.000m2 de área construída, conforme petição juntada da advocacia Wilney de Almeida Prado, por parte do devedor, ofertando à penhora o imóvel como garantia processual às fls. 25/26. Atualmente ali está estabelecida a empresa Luizzi Industria Comércio de Sofás Ltda. Certifico mais que a entrada do imóvel fica na Avenida Saburo Akamine, 1555 - Jd. Santa Eliza - Rio Claro/SP.
ÔNUS: R.4 - 22.637 - procedo o registro do termo de arrolamento de bens formalizado em 18/10/2001 pelo INSS pelo qual foi arrolado o imóvel desta matrícula, pertencente à empresa Ludival Imóveis Ltda. Em face dos créditos constituídos a favor do INSS; R.5 - 22.637 - Penhora feita em 05/04/2002 pelo Serviço Anexo das Fazendas de Rio Claro, (processo n. 919/1999-SAF), exequente INSS e executado a empresa Ludival Móveis Ltda., e os responsáveis tributários, Luiz Antonio Scussolino e Stefania Santina Scussolino da Cunha; R.6 - 22.637 - Penhora feita em 03/11/2005 pelo Serviço Anexo das Fazendas de Rio Claro, processo n. 03.256/2002, exequente INSS e executado a empresa Ludival Móveis Ltda., e os responsáveis tributários, Luiz Antonio Scussolino e Stefania Santina Scussolino da Cunha; AV. 7 - 22.637 - Penhora feita em 30/08/2010 pelo Serviço Anexo das Fazendas de Rio Claro, processo n. 03.539/2004 e apenso n. 4244/2004, exequente União Federal e executado a empresa Ludival Móveis Ltda.; AV. 10 - 22.637 - Indisponibilidade feita em 13/03/2017 pelo Juízo de Direito da Vara da Fazendas Pública de Rio Claro, Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias processo n. 0018357-41.2009.8.26.0510, exequente União Federal e executado a empresa Ludival Móveis Ltda.
AVALIAÇÂO: R$13.547.395,00 (treze milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), aos 18 dia(s) do mês de setembro do ano de 2023.
ENDEREÇO: Avenida Saburo Akamine, 1555 - Jd. Santa Eliza - Rio Claro/SP.
FIEL DEPOSITÀRIO: Stefania Santina Scussolino da Cunha CPF nº. 865.430.168-68

Valor da dívida: R$ 31.768.734,64 (trinta e hum milhões, setecentos e sessenta e oito mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) em junho/2024.

Rio Claro, 22 de agosto de 2024

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2024 às 16:17 , sob o número WRCO24701022667
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código igsCpwvu.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
AVENIDA ULYSSES GUIMARAES, 2800, Rio Claro-SP - CEP 13506-547
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA**

Vistos,

Intimem-se as partes de que foi designado leilão para início em 23.09.2024, às 13h00, pela leiloeira Lancenow e aguarde-se a realização do ato.

Int.

Rio Claro, 26 de agosto de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, liberado nos autos em 26/08/2024 às 17:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código IjeKRVAd.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto: **Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente: **União Federal - PRFN**
Executado: **Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIFICA-SE que em 26/08/2024 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região.

Teor do ato: Vistos, Intimem-se as partes de que foi designado leilão para início em 23.09.2024, às 13h00, pela leiloeira Lancenow e aguarde-se a realização do ato. Int.

Rio Claro, (SP), 26 de agosto de 2024

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 26/08/2024 às 17:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código mejaahUR.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0410/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos, Intimem-se as partes de que foi designado leilão para início em 23.09.2024, às 13h00, pela leiloeira Lancenow e aguarde-se a realização do ato. Int."

Rio Claro, 27 de agosto de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/08/2024 às 01:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código P10h9zji.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0410/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 28/08/2024. Considera-se a data de publicação em 29/08/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)

Teor do ato: "Vistos, Intimem-se as partes de que foi designado leilão para início em 23.09.2024, às 13h00, pela leiloeira Lancenow e aguarde-se a realização do ato. Int."

Rio Claro, 28 de agosto de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 28/08/2024 às 06:56 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código ZaeSwOzv.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA, DO FORO DE RIO CLARO, COMARCA DE RIO CLARO/SP.

Proc. nº. 0018357-41.2009.8.26.0510

GUILHERME VALLAND JUNIOR, Leiloeiro Oficial, inscrito na JUCESP sob o nº. 407, gestor do sistema de alienação judicial eletrônica *"**LANCENOW**"*, devidamente homologado no E. TJSP, em atenção ao r. despacho que nomeou o gestor para proceder com a realização dos leilões do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do processo supra, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, REQUERER a juntada da comprovação da minuta do **EDITAL DE LEILÃO** no site do Leiloeiro – www.lancenow.com.br ., de acordo com o **Art. 887 do Novo CPC - O leiloeiro público designado adotará providências para a ampla divulgação da alienação.**

§1º A publicação do edital deverá ocorrer pelo menos 5 (cinco) dias antes da data marcada para o leilão.

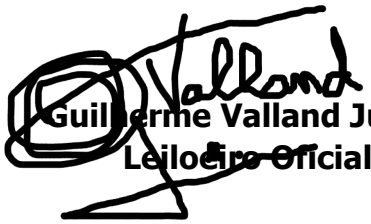
§2º O edital será publicado na rede mundial de computadores, em sítio designado pelo juízo da execução, e conterá descrição detalhada e, sempre que possível, ilustrada dos bens, informando expressamente se o leilão se realizará de forma eletrônica ou presencial.

Também esclarece que no intuito de uma maior divulgação na rede mundial de computadores utiliza de parceria com outros sites de leilão, mas, a url/site é do Gestor Judicial, do sistema **"LANCENOW"**, website **www.lancenow.com.br .**

Termos em que,

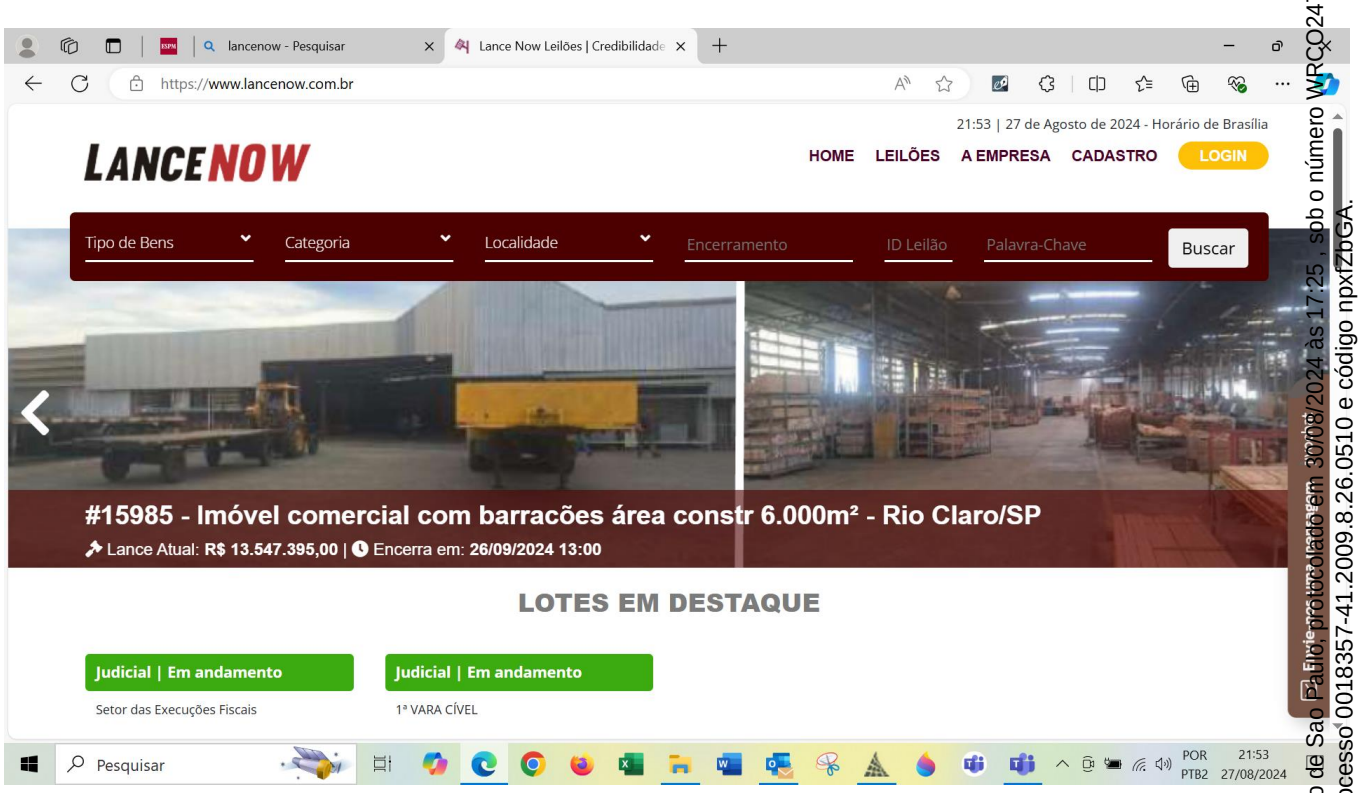
Aguardo deferimento.

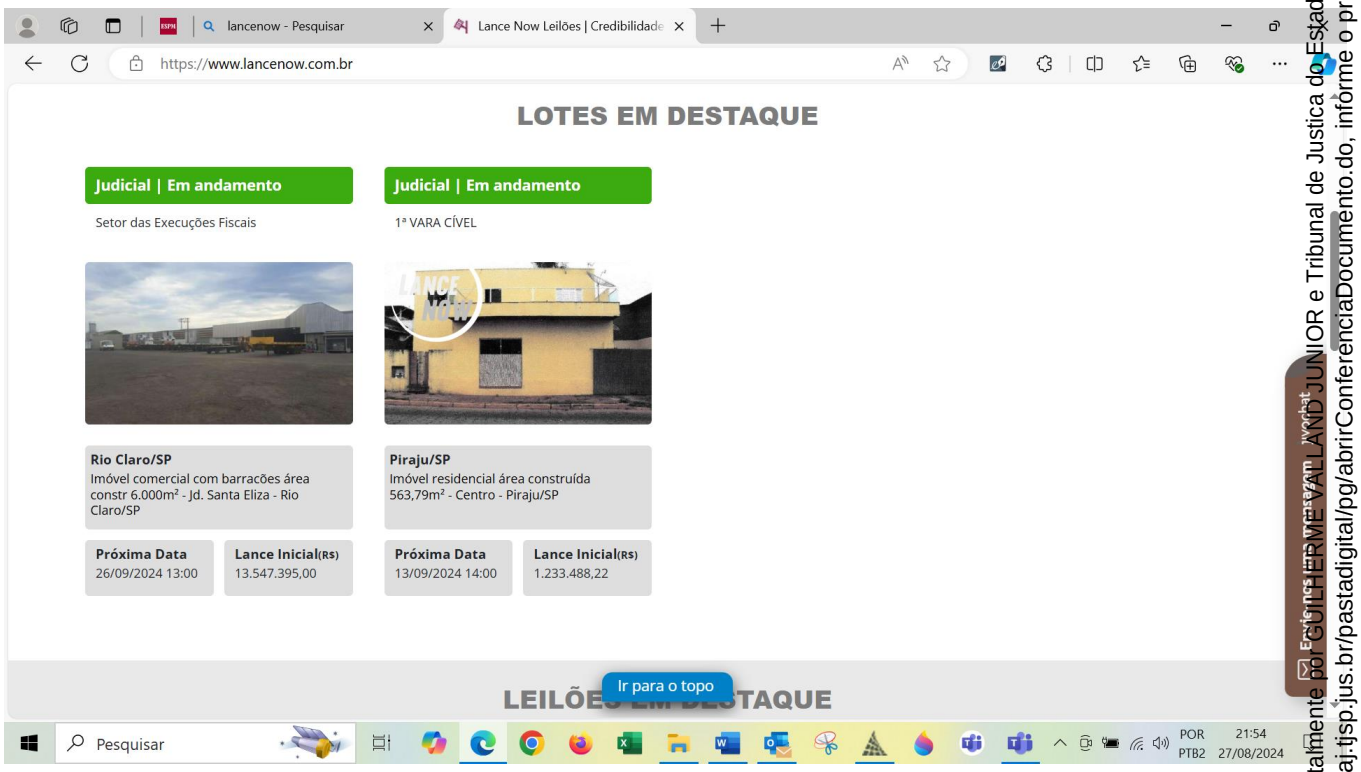
São Paulo, 30 de agosto de 2024.



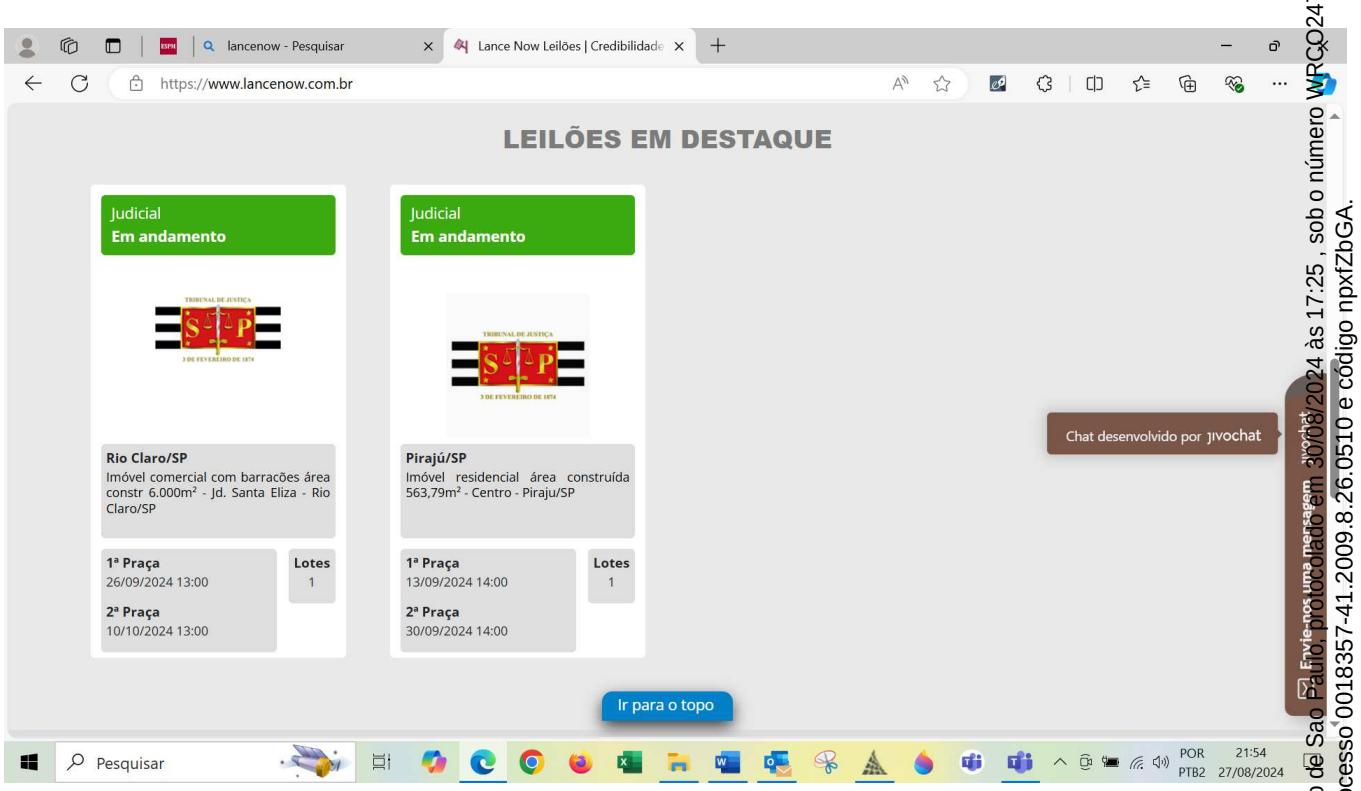
Guilherme Valland Junior
Leiloeiro Oficial

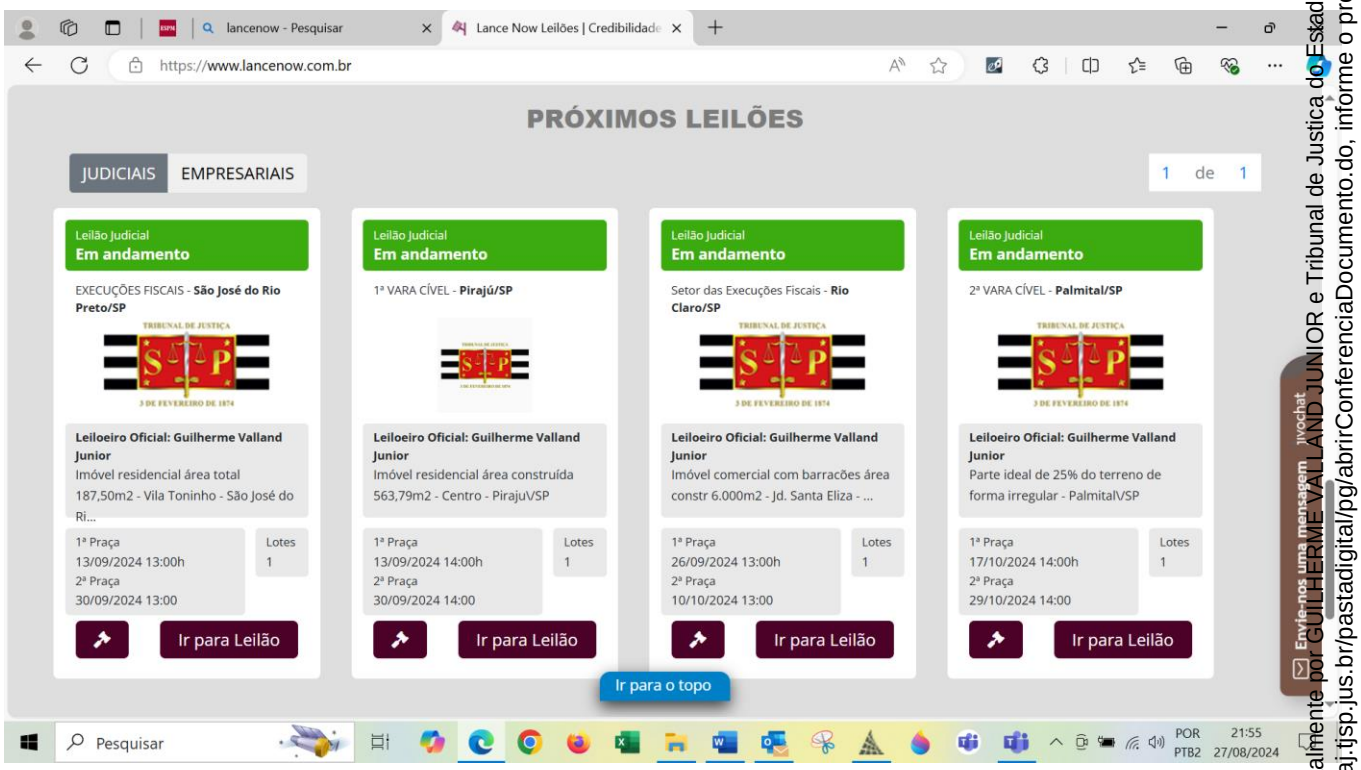
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/08/2024 às 17:25 , sob o número WRCO24701063401
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código TuqumNtX.



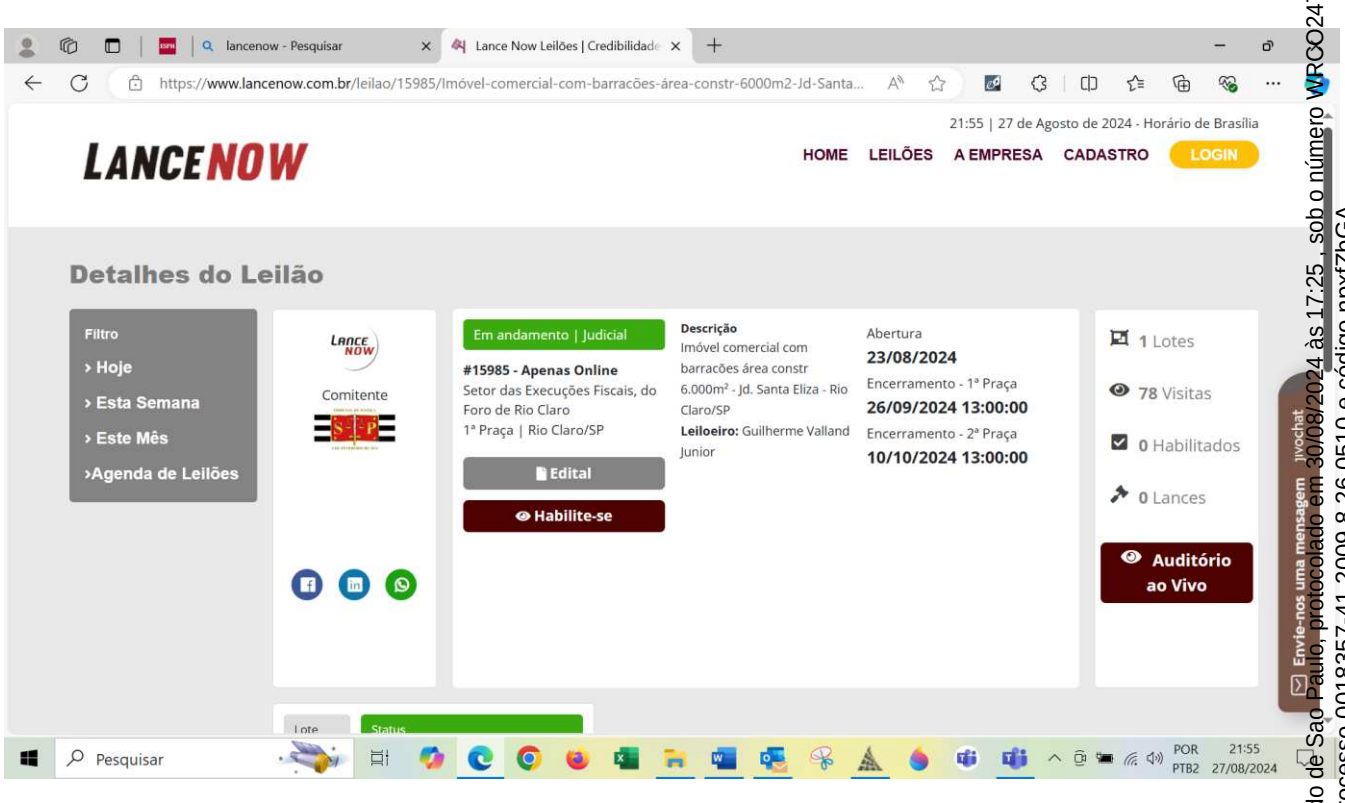


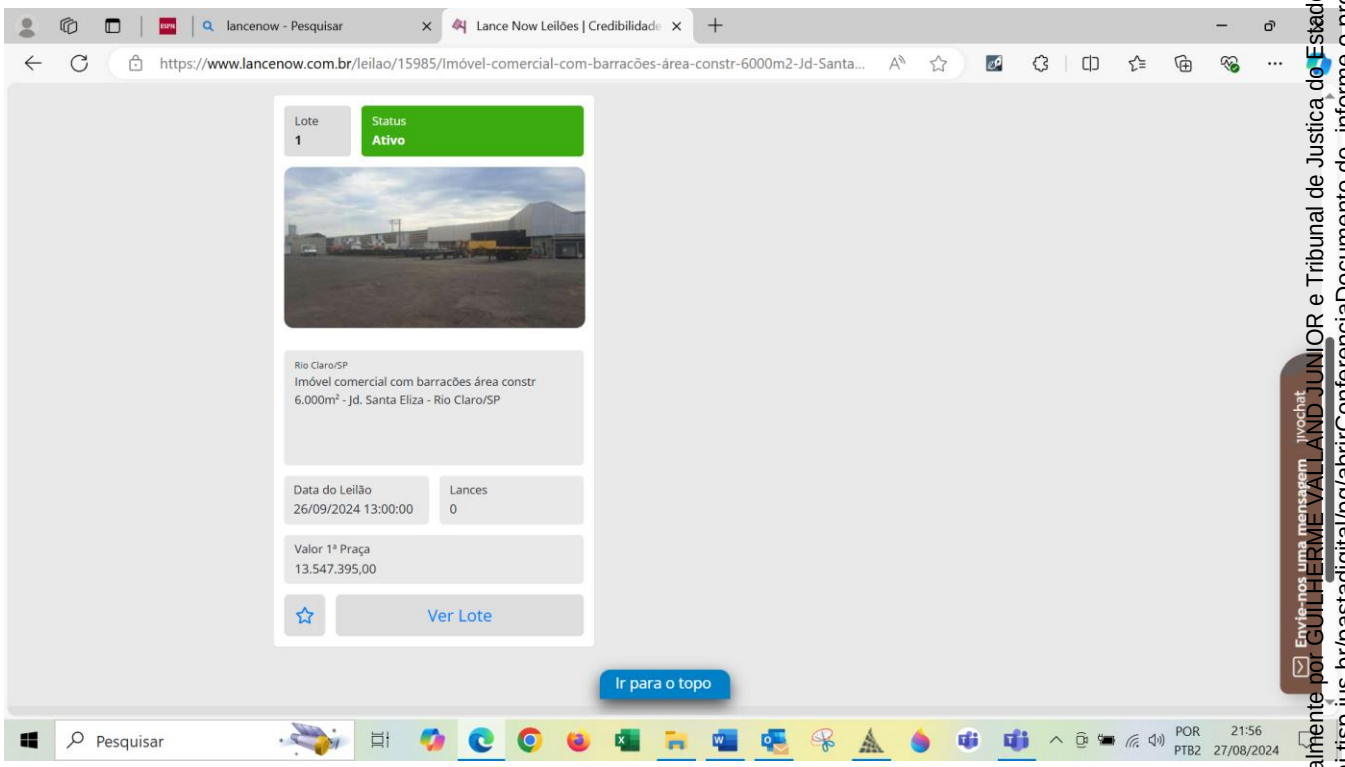
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLANDRO JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/08/2024 às 17:25 , sob o número WRCO24701063401
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código npxfZDGA.



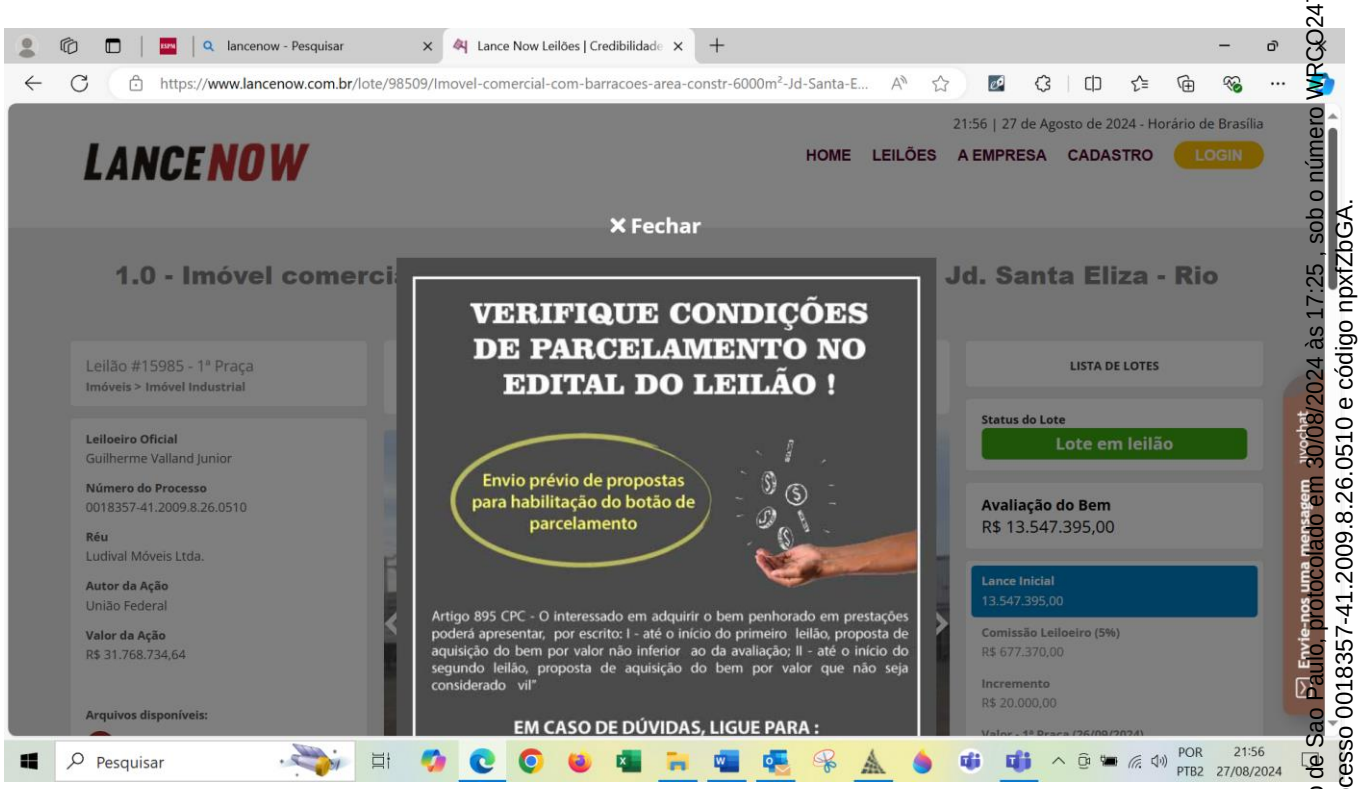


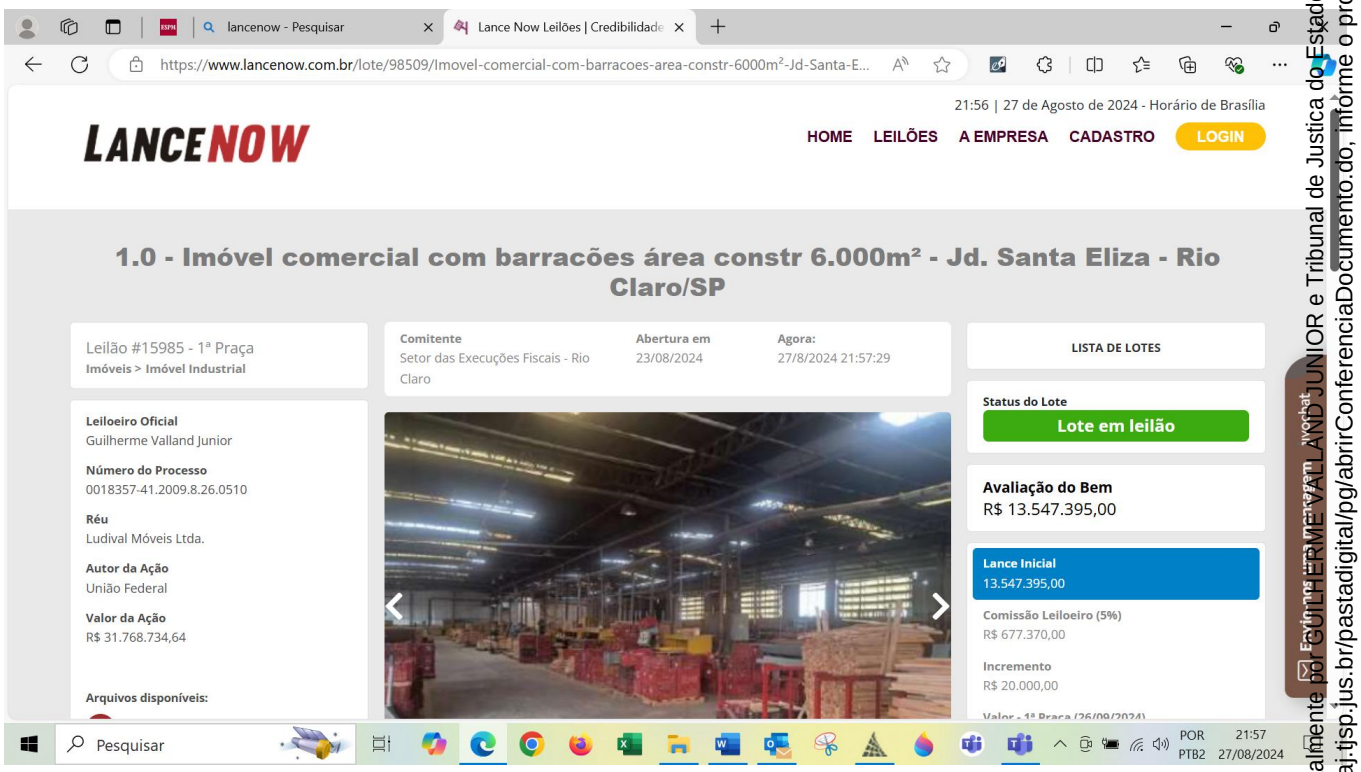
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/08/2024 às 17:25 , sob o número WRCO24701063401
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código npxfZbGA.



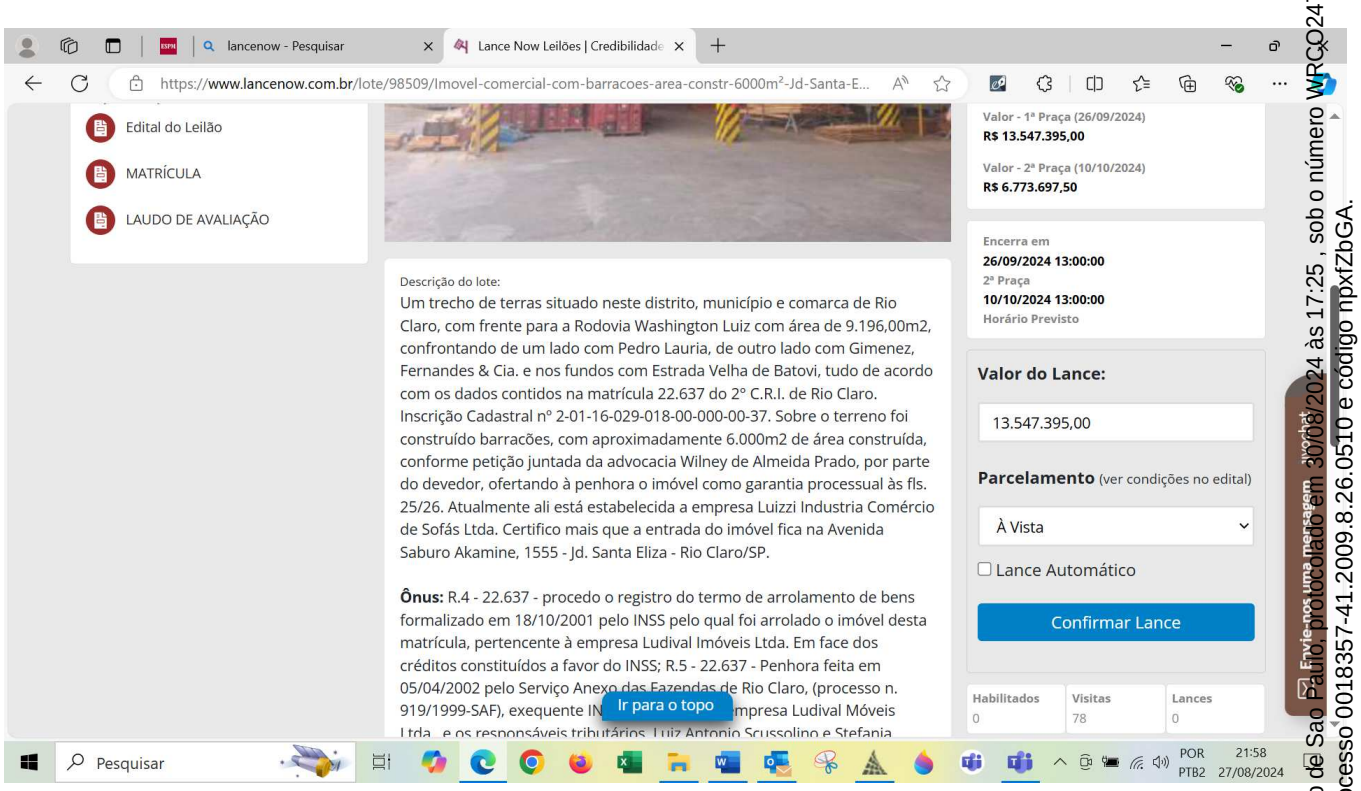


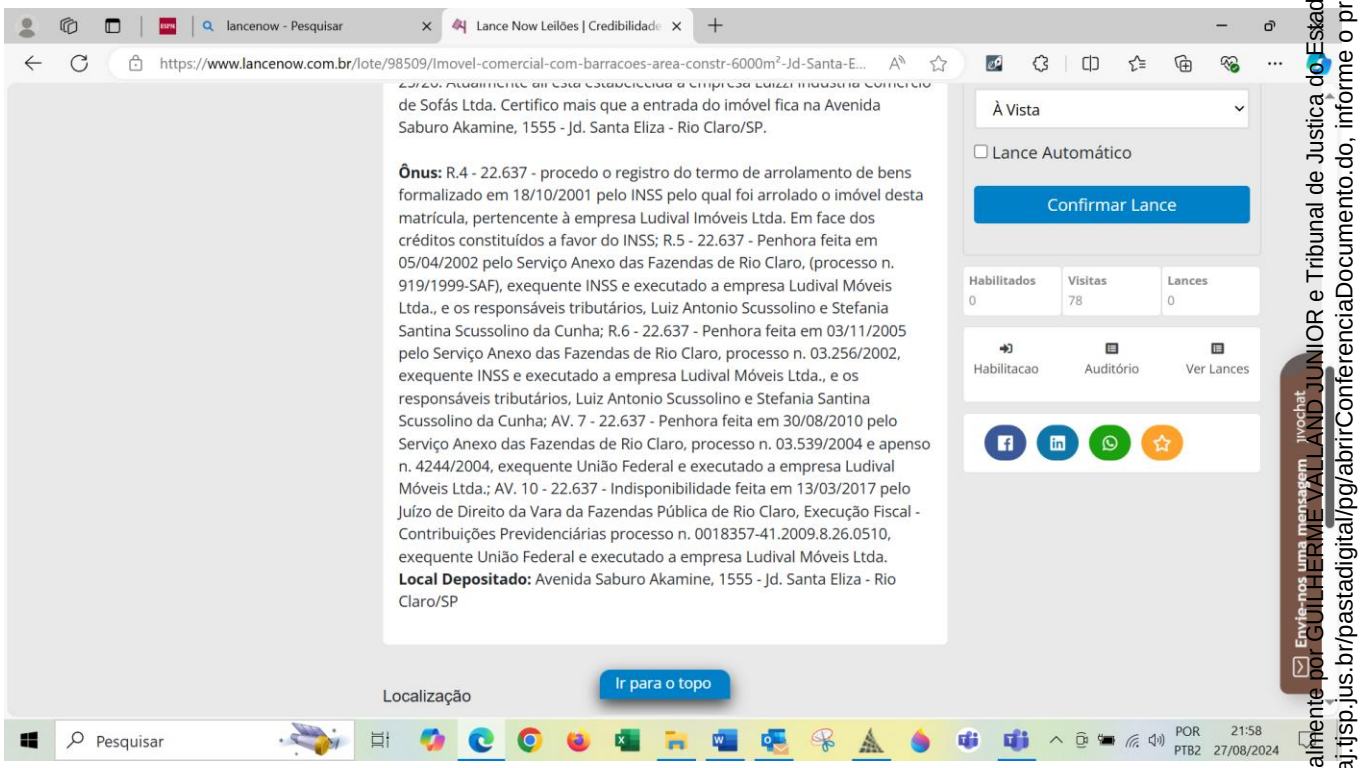
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/08/2024 às 17:25 , sob o número WRGO24701063401
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código npxfzbGA.





Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/08/2024 às 17:25 , sob o número WRGO24701063401
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código npxfzbGA.





Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLANDJUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/08/2024 às 17:25 , sob o número WRCO24701063401
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código npxfzbGA.

Civil e nomeando como CURADOR, em caráter DEFINITIVO, o Sr. LUIZ RODRIGO CORRÊA DE SALES, RG 27.899.827-6/SP e CPF 30495678805. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Ribeirão Preto, aos 01 de agosto de 2024.

RIO CLARO

Vara da Fazenda Pública

EDITAL DE LEILÃO ?ON LINE?

O(A), Dr. ANDRÉ ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, MM. Juiz(a) de Direito do Setor das Execuções Fiscais, do Foro de Rio Claro, Comarca de Rio Claro, Seção Judiciária de São Paulo, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou tomarem conhecimento e interessar possa, com fulcro na RESOLUÇÃO CJF3R Nº 54, DE 17 DE JULHO DE 2020, e também no artigo 879 e seguintes do CPC, que por este Juízo se processam os autos abaixo relacionados, nos quais foram designados o dia 23 de setembro de 2024, às 13:00 horas, para a realização do 1º leilão, onde estará o arrematante previamente cadastrado e habilitado a oferecer lances, a partir do valor da avaliação, de forma eletrônica através da Plataforma de Leilão Judicial, do leiloeiro GUILHERME VALLAND JUNIOR, do sistema LANCENOW, website www.lancenow.com.br, pelo prazo de 03 (três) dias consecutivos. Não havendo lances que sejam iguais ou superior ao valor da avaliação, será dado início ao 2º leilão, onde se fará a venda pelo maior lanço oferecido, desde que o valor não seja inferior a 50% da avaliação (artigo 891, CPC). Sendo o encerramento do 2º leilão no dia 10 de outubro 2024, às 13:00 horas.

HAVENDO LANCES NOS TRÊS MINUTOS ANTECEDENTES AO HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DO LEILÃO HAVERÁ PRORROGAÇÃO DE SEU FECHAMENTO POR IGUAL PERÍODO DE TEMPO VISANDO MANIFESTAÇÃO DE OUTROS EVENTUAIS LICITANTES.

Durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente pela internet, na plataforma do Leiloeiro, e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. O arrematante terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para efetuar o depósito do preço da arrematação, ou primeira parcela do parcelamento e ainda o valor do excedente da dívida do devedor, (caso houver), em conta judicial, a disposição deste juízo, bem como realizar o pagamento da comissão do leiloeiro diretamente a ele em TED ou PIX em nome de Guilherme Valland Junior com os dados fornecido pela equipe da Lancenow após o encerramento do leilão. Pelo presente edital ficam os devedores intimados da designação supra, caso não localizados para intimação pessoal.

1. Não poderão ser arrematantes:

a) as pessoas definidas no artigo 890 do Código de Processo Civil, inciso I, quanto aos bens confiados à sua guarda e responsabilidade; inciso II, quanto aos bens confiados à sua administração ou para alienação; inciso III, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade; inciso IV, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; inciso V, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados e inciso VI, os advogados de qualquer das partes.

b) o executado, em relação aos bens que foram objeto de constrição judicial em seu próprio processo;

c) os sócios das pessoas jurídicas executadas, incluídos ou não no polo passivo do respectivo processo;

d) o advogado, que patrocine, ou já tenha patrocinado, interesse do executado no processo em que penhorados os bens oferecidos em hasta pública, ainda que compareça como mandatário de terceiro estranho àquela relação jurídica;

e) as pessoas físicas ou jurídicas que sofrerem as penalidades previstas no item 11 do presente Edital.

2. Os bens alcançados pelo presente Edital, estando em mãos dos depositários respectivos, poderão ser com eles vistos.

2.1) Ficará a cargo do Juiz da Vara fornecer autorização para exibição dos bens penhorados aos leiloeiros judiciais e interessados, visando a maior divulgação possível daqueles.

2.2) Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, sendo exclusiva atribuição dos arrematantes a verificação destes, não cabendo à Justiça Federal quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem e transporte daqueles arrematados.

2.3) Não obstante os ônus especificados quando da descrição dos lotes correspondentes aos bens objeto do presente Edital, é de responsabilidade dos interessados a verificação quanto à existência de eventuais pendências junto aos órgãos públicos encarregados do registro da propriedade dos bens levados à hasta pública, assim como os recolhimentos de impostos e taxas porventura cobrados para seu registro, bem como aquele incidente em caso de transmissão de propriedade (ITBI). Nos termos do artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os créditos relativos a tributos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, sub-rogar-se-ão sobre o preço da arrematação. Eventuais débitos condominiais incidentes sobre bens imóveis leiloados deverão ser arcados pelos arrematantes, considerada a natureza propter rem de tais obrigações (artigo 1.345 do Código Civil), ficando os arrematantes desde já advertidos de que deverão diligenciar junto ao condomínio respectivo, para apuração da existência de eventuais débitos.

3. A comissão do leiloeiro oficial, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981 de 1932), será paga pelo arrematante no ato da arrematação diretamente ao leiloeiro, mediante recibo emitido em duas vias, uma das quais será anexada aos autos do processo.

4. As custas da arrematação serão depositadas em Juízo pelo arrematante (Tabela III, Lei nº 9.289/96 e Provimento COGE nº 64/05) e importarão em 0,5% (meio por cento) do valor da arrematação, respeitado o limite mínimo de R$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de R$ 1.915,38 (um mil novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos).

5. No caso de diligência negativa de intimação dos corresponsáveis, dos coproprietários, do senhorio direto, do credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada e dos usufrutuários ficam estes também intimados pelo presente edital, na data de sua publicação.

6. Nos processos em que é exequente a FAZENDA NACIONAL, será admitido o pagamento parcelado do maior lance em até 60 (sessenta) vezes, de acordo com as disposições contidas na Portaria nº 79, de 03/02/2014, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, observado, porém, que o valor da primeira parcela deverá corresponder em se tratando de imóvel, ao valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada parcela mensal, nos moldes do parágrafo 11 do artigo 98 da Lei 8.212/91 (com redação dada pelo artigo 34 da Lei n.º 10.522/02). Nos processos em que é exequente o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, também serão observadas as regras acima, nos moldes do parágrafo 2º do artigo 98 da Lei nº

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA DE SANTIS GUEDES, liberado nos autos em 06/09/2024 às 10:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código CkxFqPdU.

8.212/91, com redação dada pela Lei n.º 9.528/97.

6.1) As dívidas cobradas a título de FGTS não poderão ser parceladas, assim como a arrematação de bens consumíveis, nos termos da Portaria MF nº 79, de 03/02/2014.

6.2) Nos processos em que o bem está afetado por penhora de natureza trabalhista, os valores atinentes àqueles feitos não podem ser parcelados, exceto o valor remanescente, até o limite do débito.

6.2.1) Para fins de aplicação do parcelamento previsto neste item, o montante afetado pela penhora trabalhista deve ser depositado à vista, sem prejuízo do depósito relativo à primeira parcela.

6.3) Tratando-se o bem arrematado de VEÍCULO, o prazo máximo do parcelamento será de 04 (quatro) anos, em razão do disposto no art. 1.466 do Código Civil, nos termos do artigo 10, da Portaria MF nº 79, de 03/02/2014.

7. A primeira prestação, cujo depósito deverá ser realizado no ato da arrematação, nos termos do parágrafo 4º do artigo 98 da Lei nº 8.212/91 (com redação dada pela Lei n.º 9.528/97), será depositado em Depósito Judicial a disposição deste Juízo no Banco do Brasil e as demais parcelas até a expedição da Carta de Arrematação, serão depositadas na Caixa Econômica Federal CEF, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (DJE), utilizando o código de receita nº 4396, nos termos da Portaria MF nº 79, de 03/02/2014.

7.1) Após a emissão da Carta de Arrematação, os valores deverão ser recolhidos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), utilizando o código de receita nº 7739.

8. Nos processos em que é exequente a FAZENDA NACIONAL, todos os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF). O Comprei concederá parcelamento da alienação por valor igual ou superior ao da avaliação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC).

O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União. Quando houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justic a-federal/).

9. Se o valor da arrematação superar o valor do débito em cobrança, o parcelamento a este se limitará, devendo o arrematante depositar em Juízo, no ato da arrematação, a diferença entre o lanço e a dívida exequenda (valor excedente), bem como o valor da primeira parcela equivalente aos percentuais descritos no item 6 deste edital.

10. Caso o pagamento não seja realizado no prazo estipulado, a arrematação será cancelada, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos, nos termos do artigo 897, parte final, do CPC.

11. A FAZENDA NACIONAL (União) ou o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, conforme o caso, será credor do arrematante, o que deverá expressamente constar da Carta de Arrematação e no mandado de entrega, constituindo-se como garantia deste débito hipoteca ou penhor em favor do credor, com imissão na posse, conforme o caso, nos moldes do permissivo contido na alínea b do parágrafo 5º do artigo 98 da Lei nº 8.212/91, com redação dada pelo artigo 98 da Lei n.º 9.528/97 c/c artigo 34 da Lei nº 10.522/02, sendo certo que o cancelamento desse ônus ficará a cargo do respectivo exequente. O arrematante será nomeado para o encargo de fiel depositário do bem arrematado, nos termos da alínea c do mesmo diploma legal, e somente será liberado do encargo após o pagamento integral do valor da arrematação.

12. Eventuais credores preferenciais dos executados ficam, desde já, intimados das datas e horários dos leilões e do prazo para habilitarem seus respectivos créditos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação deste edital.

13. Nos lotes onde constar a determinação de RESERVA DE MEAÇÃO DO CÔNJUGE OU QUOTA PARTE DE COPROPRIETÁRIO, alheios à execução, a parte do lanço vencedor referente a ela deverá ser depositada nos autos, respeitando-se o valor de avaliação, conforme previsto no artigo 843, parágrafo 2º, do CPC.

14. Após o pregão do lote e em não ocorrendo a sua arrematação integral, e havendo interesse de eventual licitante, o lote poderá ser desmembrado e os itens alienados separadamente em hasta pública, nas mesmas condições previstas neste Edital.

15. Verificado o interesse de dois ou mais licitantes para um mesmo item do lote, este terá preferência na abertura da disputa, ainda que um dos licitantes demonstre interesse na aquisição de um maior número de itens daquele lote.

15.1) Tratando-se de subdivisão de um item, terá preferência o arrematante que declarar interesse na aquisição da maior quantidade, prosseguindo-se na forma do item 15 acima.

15.2) O lanço de arrematação de lote integral prefere ao lanço para arrematação de item individual, o de arrematação integral do item individual prefere ao de arrematação parcial daquele mesmo item.

15.3) Na arrematação de coisa comum, será observada a preferência prevista no artigo 892, parágrafo 2ºe também do artigo 843, parágrafo 1º, ambos do Código de Processo Civil.

16. Tratando-se de produtos controlados, o licitante deverá apresentar, no ato do acerto de contas do leilão, toda a documentação necessária para aferição de sua regularidade perante os órgãos controladores, em especial quanto à habilitação para aquisição, transporte e comercialização dos bens arrematados.

17. Na eventualidade de ser frustrada, na própria sessão, a arrematação de determinado lote, por não atendimento pelo arrematante de requisito necessário, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, se houver e caso este tenha interesse, a confirmação da arrematação por esse valor, admitindo-se, em caso de desistência, a convocação do licitante com melhor lance subsequente.

18. Após apregoado o último lote, e antes do encerramento do leilão, será reaberta a oportunidade de lances quanto aos lotes que não foram arrematados.

19.Fica ressalvado o direito a correção de eventuais erros de digitação dos lotes levados a hasta pública, salvo se desta resultar modificação significativa na descrição dos bens cabendo, neste último caso, a publicação do competente Edital de Retificação.

RELAÇÃO DOS PROCESSOS:

01-) Processo nº. 0018357-41.2009.8.26.0510 ? União Federal X Ludival Móveis Ltda. - CNPJ ? 44.674.943/0001-75 - CDA ? 37.070.839-3

BENS: Um trecho de terras situado neste distrito, município e comarca de Rio Claro, com frente para a Rodovia Washington Luiz com área de 9.196,00m2, confrontando de um lado com Pedro Lauria, de outro lado com Gimenez, Fernandes & Cia.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA DE SANTIS GUEDES, liberado nos autos em 06/09/2024 às 10:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código CkxFqPdU.

e nos fundos com Estrada Velha de Batovi, tudo de acordo com os dados contidos na matrícula 22.637 do 2° C.R.I. de Rio Claro. Inscrição Cadastral nº 2-01-16-029-018-00-000-00-37. Sobre o terreno foi construído barracões, com aproximadamente 6.000m2 de área construída, conforme petição juntada da advocacia Wilney de Almeida Prado, por parte do devedor, ofertando à penhora o imóvel como garantia processual às fls. 25/26.

Atualmente ali está estabelecida a empresa Luizzi Industria Comércio de Sofás Ltda. Certifico mais que a entrada do imóvel fica na Avenida Saburo Akamine, 1555 - Jd. Santa Eliza - Rio Claro/SP.

ÔNUS: R.4 - 22.637 - procedo o registro do termo de arrolamento de bens formalizado em 18/10/2001 pelo INSS pelo qual foi arrolado o imóvel desta matrícula, pertencente à empresa Ludival Imóveis Ltda. Em face dos créditos constituídos a favor do INSS; R.5 - 22.637 - Penhora feita em 05/04/2002 pelo Serviço Anexo das Fazendas de Rio Claro, (processo n. 919/1999-SAF), exequente INSS e executado a empresa Ludival Móveis Ltda., e os responsáveis tributários, Luiz Antonio Scussolino e Stefania Santina Scussolino da Cunha; R.6 - 22.637 - Penhora feita em 03/11/2005 pelo Serviço Anexo das Fazendas de Rio Claro, processo n. 03.256/2002, exequente INSS e executado a empresa Ludival Móveis Ltda., e os responsáveis tributários, Luiz Antonio Scussolino e Stefania Santina Scussolino da Cunha; AV. 7 - 22.637 - Penhora feita em 30/08/2010 pelo Serviço Anexo das Fazendas de Rio Claro, processo n. 03.539/2004 e apenso n. 4244/2004, exequente União Federal e executado a empresa Ludival Móveis Ltda.; AV. 10 - 22.637 - Indisponibilidade feita em 13/03/2017 pelo Juízo de Direito da Vara da Fazendas Pública de Rio Claro, Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias processo n. 0018357-41.2009.8.26.0510, exequente União Federal e executado a empresa Ludival Móveis Ltda.

AVALIAÇÂO: R$13.547.395,00 (treze milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), aos 18 dia(s) do mês de setembro do ano de 2023.

ENDEREÇO: Avenida Saburo Akamine, 1555 - Jd. Santa Eliza - Rio Claro/SP.

FIEL DEPOSITÀRIO: Stefania Santina Scussolino da Cunha CPF nº. 865.430.168-68

Valor da dívida: R$ 31.768.734,64 (trinta e hum milhões, setecentos e sessenta e oito mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) em junho/2024.

1ª Vara da Família e Sucessões

PROCESSO Nº1003381-84.2024.8.26.0510

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇãO DE Rodrigo Fernandes, REQUERIDO POR Edna Lopes da Silva Fernandes e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro de Rio Claro, Estado de São Paulo, Dr(a). Wagner Carvalho Lima, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 19/07/2024, foi decretada a INTERDIÇÃO de RODRIGO FERNANDES, CPF 419.169.368-90, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o Sr. José Luiz Fernandes, CPF e a Sra. Edna Lopes da Silva Fernandes, CPF . O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Rio Claro, aos 19 de julho de 2024.

PROCESSO Nº1007921-15.2023.8.26.0510.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇãO DE Marcos Geraldo Breda, REQUERIDO POR Priscila Rodrigues Breda Gandolphi - PROCESSO Nº1007921-15.2023.8.26.0510.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro de Rio Claro, Estado de São Paulo, Dr(a). Wagner Carvalho Lima, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 25/06/2024, foi JULGADO PROCEDENTE o pedido para declarar MARCOS GERALDO BREDA, CPF 04935597879, totalmente incapaz para os atos negociais e patrimoniais, e os seguintes atos existenciais: casar, estabelecer união estável, divorciar, adotar, dirigir, votar e ser votado, participar de concurso público. Em consequência, foi nomeado como CURADORA, em caráter DEFINITIVO, a Sra. Priscila Rodrigues Breda Gandolphi, RG nº:, CPF nº: . O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Rio Claro, aos 07 de agosto de 2024.

PROCESSO Nº1011828-95.2023.8.26.0510

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE NATAL MONTERA, REQUERIDO POR THEREZINHA BAGON MONTERA

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro de Rio Claro, Estado de São Paulo, Dr. Wagner Carvalho Lima, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por sentença proferida em 08/04/2024, foi JULGADO PROCEDENTE o pedido para declarar NATAL MONTERA, RG 1.XX.4 SSP/SP e CPF 279.XXX-53, totalmente incapaz para os atos negociais e patrimoniais, e os seguintes atos existenciais: casar, estabelecer união estável, divorciar, adotar, dirigir, votar e ser votado, participar de concurso público. Em consequência, foi nomeada como sua CURADORA, em caráter DEFINITIVO, a Sra. THEREZINHA BAGON MONTERA. O presente edital será publicado por 03 (três) vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Rio Claro, aos 19 de agosto de 2024.

Nº1006002-25.2022.8.26.0510

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇãO DE Maria Judite Reis Cyrino de Carvalho, REQUERIDO POR Graziela Cyrino de Carvalho e outro - PROCESSO .

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro de Rio Claro, Estado de São Paulo, Dr(a). Wagner Carvalho Lima, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 10/04/2024, foi decretada a INTERDIÇÃO de MARIA JUDITE REIS CYRINO DE CARVALHO, CPF 123.XXX-39, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o Sr. FRANCISCO ANTONIO REIS. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Rio Claro, aos 20 de agosto de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA DE SANTIS GUEDES, liberado nos autos em 06/09/2024 às 10:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código CkxFqPdU.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Rio Claro
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br

CERTIDÃO – DECURSO DE PRAZO PARA CONSULTA/CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO NO PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

Portal Eletrônico do (a): PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região
Destinatário do Ato: União Federal - PRFN

CERTIFICA-SE que transcorreu o prazo para consulta ou confirmação de recebimento no portal eletrônico, do ato abaixo.

Intimações: Considera-se intimação automática em razão do decurso de 10(dez) dias corridos para consulta, contados da data do envio da intimação eletrônica, nos termos do Art. 5º, §3º, da Lei 11.419/2006). O prazo da intimação se iniciará em 06/09/2024.

Teor do ato: Vistos, Intimem-se as partes de que foi designado leilão para início em 23.09.2024, às 13h00, pela leiloeira Lancenow e aguarde-se a realização do ato. Int.

Rio Claro, (SP), 06/09/2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 06/09/2024 às 13:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Epfc6pUt.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS, DO FORO DE RIO CLARO, COMARCA DE RIO CLARO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Proc. nº. 0018357-41.2009.8.26.0510

GUILHERME VALLAND JUNIOR, Leiloeiro Oficial, inscrito na JUCESP sob o nº. 407, gestor do sistema de alienação judicial eletrônica *"**LANCENOW**"*, devidamente homologado no E. TJSP, em atenção ao r. despacho que nomeou o gestor para proceder com a realização dos leilões do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do processo supra, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, REQUERER a juntada do **AUTO NEGATIVO DE LEILÃO**.

Termos em que,
Aguardo deferimento.

São Paulo, 10 de outubro de 2024.

Guilherme Valland Junior
Leiloeiro Oficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/10/2024 às 15:36 , sob o número WRCO24701263818
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código KqRPU0qf.

AUTO DE LEILÃO NEGATIVO – 1ª. e 2ª. PRAÇA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS, DO FORO DE RIO CLARO, COMARCA DE RIO CLARO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo: 0018357-41.2009.8.26.0510

Partes Envolvidas:

- EXEQUENTE: União Federal

- EXECUTADO(s): Ludival Móveis Ltda.

Sendo levado(s) à praça através do portal do Gestor Lancenow (www.lancenow.com.br), o(s) bem(ns) penhorado(s) no processo em epígrafe, onde ao seu final **não houve(ram) licitante(s) para o(s) lote(s)**, aos dez dias do mês de outubro de 2024.

É o que cumpria informar.

LANCENOW
Plataforma de Leilões Judiciais
Telefone: 11-3092-3606
www.lancenow.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GUILHERME VALLAND JUNIOR e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/10/2024 às 15:36 , sob o número WRCO24701263818
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código RPn70fo5.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
AVENIDA ULYSSES GUIMARAES, 2800, Rio Claro-SP - CEP 13506-547
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA**

Vistos,

Digam as partes em termos de prosseguimento.

No silêncio, aguarde-se provocação, no arquivo provisório.

Int.

Rio Claro, 11 de outubro de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, liberado nos autos em 14/10/2024 às 08:56 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código d2U0B3R6.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto: **Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente: **União Federal - PRFN**
Executado: **Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIFICA-SE que em 14/10/2024 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região.

Teor do ato: Vistos, Digam as partes em termos de prosseguimento. No silêncio, aguarde-se provocação, no arquivo provisório. Int.

Rio Claro, (SP), 14 de outubro de 2024

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 14/10/2024 às 08:57 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 4Dgasrdf.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0493/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos, Digam as partes em termos de prosseguimento. No silêncio, aguarde-se provocação, no arquivo provisório. Int."

Rio Claro, 14 de outubro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 14/10/2024 às 09:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código h4QTwuIp.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0493/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 15/10/2024. Considera-se a data de publicação em 16/10/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)

Teor do ato: "Vistos, Digam as partes em termos de prosseguimento. No silêncio, aguarde-se provocação, no arquivo provisório. Int."

Rio Claro, 15 de outubro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 15/10/2024 às 01:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código WwvGJnOE.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional – 3ª Região
Grupo Regionalizado de Execução Fiscal - GREF

MM(A). JUIZ(ÍZA),

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)** vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência informar que não tem interesse na adjudicação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s).

Nesta oportunidade, requer-se, com fundamento no **art. 879, I, do CPC**, que seja autorizada a alienação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s) e avaliado(s) por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, pelo sistema COMPREI. Os critérios para alienação judicial são determinados pelas **Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991**, em especial:

Prazo - 360 (trezentos e sessenta) dias

Publicidade - Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Preço - O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC), salvo se existir coproprietário cuja quota-parte seja igual ou superior a este piso, quando o valor mínimo é elevado a 75% do valor da avaliação. O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.

Condições de pagamento - Todos os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF). O Comprei concederá parcelamento da alienação por valor igual ou superior ao da avaliação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC). O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União. Quando

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RODRIGO APARECIDO COUTINHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/10/2024 às 14:13 , sob o número WRCO24701283584
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VRe8gkxl.

houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-federal/).

Causa originária de aquisição de propriedade - A aquisição judicial de bens no Comprei é causa originária de aquisição de propriedade, isto é, o comprador recebe o bem desembaraçado e livre de ônus em registro imobiliário. Eventuais créditos subrogam-se no preço da arrematação (Art. 130, parágrafo único, do CTN e AREsp 929244 SP)

Procedimento - As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem. Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.

Comissão de corretagem - 5% (cinco por cento) do valor da alienação

Intermediário credenciado - Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação. O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

Em sendo deferido, requer-se a intimação do executado e demais interessados para ciência da alienação judicial, nos termos do **art. 889, do CPC.**

Nesses termos, pede deferimento.

Presidente Prudente-SP, data do protocolo.

RODRIGO APARECIDO COUTINHO
Procurador da Fazenda Nacional

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RODRIGO APARECIDO COUTINHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/10/2024 às 14:13 , sob o número WRCO24701283584
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código VRe8gkxl.

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe - Assunto	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

Juiz de Direito: Dr. **ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA**

Vistos.

Atenda-se, procedendo-se ao necessário.

Int.

Rio Claro, 04 de dezembro de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE ANTONIO DA SILVEIRA ALCANTARA, liberado nos autos em 04/12/2024 às 10:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código afjmoueN.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°: **0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto: **Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente: **União Federal - PRFN**
Executado: **Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

CERTIFICA-SE que em 04/12/2024 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região.

Teor do ato: Vistos. Atenda-se, procedendo-se ao necessário. Int.

Rio Claro, (SP), 04 de dezembro de 2024

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 04/12/2024 às 10:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código zXi4zzep.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0593/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Atenda-se, procedendo-se ao necessário. Int."

Rio Claro, 4 de dezembro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 04/12/2024 às 10:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código INNKARka.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0593/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 05/12/2024. Considera-se a data de publicação em 06/12/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)

Teor do ato: "Vistos. Atenda-se, procedendo-se ao necessário. Int."

Rio Claro, 5 de dezembro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 05/12/2024 às 01:43 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código vFynHJBj.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0018357-41.2009.8.26.0510**
Foro: **Foro de Rio Claro**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **06/12/2024 18:22**
Prazo: **1 dias**
Intimado: **PRFN3 - Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 3ª Região**
Teor do Ato: **Vistos. Atenda-se, procedendo-se ao necessário. Int.**

Rio Claro, 6 de Dezembro de 2024

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RODRIGO APARECIDO COUTINHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 06/12/2024 às 18:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código hjpViHOp.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional – 3ª Região
Grupo Regionalizado de Execução Fiscal - GREF

MM(A). JUIZ(ÍZA),

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)** vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência manifestar ciência do ato objeto de intimação, pugnando por nova vista dos autos após providências.

Nesses termos, pede deferimento.

Presidente Prudente-SP, data do protocolo.

RODRIGO APARECIDO COUTINHO
Procurador da Fazenda Nacional

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RODRIGO APARECIDO COUTINHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/12/2024 às 18:22 , sob o número WRCO24701535206
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código OwrqUFA7.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0614/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)	D.J.E
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Diga a executada se concorda com a alienação do imóvel pelo sistema COMPREI."

Rio Claro, 13 de dezembro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 13/12/2024 às 10:48 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código Ksyoa7Km.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0614/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 16/12/2024. Considera-se a data de publicação em 17/12/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Vittorio Giovanni D'onofrio (OAB 294119/SP)
Augusto Fauvel de Moraes (OAB 202052/SP)

Teor do ato: "Diga a executada se concorda com a alienação do imóvel pelo sistema COMPREI."

Rio Claro, 14 de dezembro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 14/12/2024 às 00:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código 52A6KljX.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE RIO CLARO
FORO DE RIO CLARO
SETOR DAS EXECUÇÕES FISCAIS
Avenida Ulysses Guimaraes, 2800, Vila Nova - CEP 13506-547, Fone: (19) 2112-6803, Rio Claro-SP - E-mail: rioclarosef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0018357-41.2009.8.26.0510**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - Contribuições Previdenciárias**
Exequente:	**União Federal - PRFN**
Executado:	**Ludival Móveis Ltda**

Tramitação prioritária

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que entrei em contato com procuradores da União e eles me disseram que já estão tomando as providências junto ao sistema COMPREI e sugeriram que aguardássemos por 1 ano a finalização, motivo pelo qual anotei a suspensão e o prazo. Nada Mais. Rio Claro, 17 de dezembro de 2024. Eu, ___, Ana Paula de Santis Guedes, Coordenador.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA DE SANTIS GUEDES, liberado nos autos em 17/12/2024 às 09:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018357-41.2009.8.26.0510 e código TySr0wmi.